UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL- PPGAS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CLÁUDIA PEIXOTO CABRAL

OS DOIS LADOS DO ESPELHO: PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER E CONTROLE SOCIAL

Goiânia
2016

CLÁUDIA PEIXOTO CABRAL

OS DOIS LADOS DO ESPELHO: PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER E CONTROLE SOCIAL

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.
Linha de pesquisa: Etnopolítica e processos de exclusão social.
Orientador: Prof. Dr. Roberto Lima

Goiânia
2016

CLÁUDIA PEIXOTO CABRAL

OS DOIS LADOS DO ESPELHO: PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER E CONTROLE SOCIAL

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.
Linha de pesquisa: Etnopolítica e processos de exclusão social.
Orientador: Dr. Roberto Lima

Goiânia, 06 de outubro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Roberto Lima – UFG
Presidente da banca

_____
Prof. Dr. Djaci David de Oliveira– UFG
Membro efetivo

_____
Profa. Dra. Janine Helfst Leicht Collaço – UFG

Dedico este trabalho às manifestantes e aos manifestantes dos protestos reivindicatórios e revoltas populares, das ocupações e dos movimentos sociais rurais e urbanos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal de Goiás instituição responsável por meu acesso à formação acadêmica na graduação e pós-graduação. À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa concedida a esta pesquisa. Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais pela oportunidade de formação e ampliação de conhecimentos. Às/ aos professoras/es, às/aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG. A Elder Dias meu colega de profissão e secretário do PPGAS. À professora Isabela Tamazo e à turma da disciplina de Antropologia e Performance de 2013.

Agradeço a Sebastião Vieira de Melo e às/ aos colegas da Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins em especial Alberto Palhinha (*in memoriam*), Beth Lach, Breno Andrade e Elayne Brito. À comunidade do Distrito de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás em especial a Aristéia Avelino, Seu Domingos, Seu Antônio pela sabedoria, conhecimento e tantas conversas e pela contribuição à radialista e à jornalista que me tornei. Aos professores Juarez Maia e Nílton José dos Reis Rocha.

Às amigas e amigos Roberta Gebrin, minha comadre, Vera Andrade, Maria Hildenê Coelho Costa, Bruno Silvestre pelo apoio. Em especial à Aluane de Sá e a professora Nei Clara por me ajudar a acreditar que esse sonho era possível. Às professoras Janine Collaço e Mônica Pechincha pelas valiosas observações na qualificação e pela ajuda na construção desde trabalho. Aos meus interlocutores nos protestos e no Congresso Nacional que compartilhavam suas ideias e opiniões e contribuíram com esta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Roberto Lima pela liberdade que tive na realização desta pesquisa, por sua paciência em responder minhas dúvidas, discutir e ler minhas ideias, pelas correções, observações, indicações de leitura, questionamentos e pela parceria em construir em conjunto esta dissertação.

À minha mãe Bertolina Peixoto Cabral pela força, coragem e resistência, por temos chegado juntas a este momento tão importante para nós, por seu exemplo como pessoa, mãe e profissional da educação pública e ainda por incentivar, compreender e apoiar meus projetos de vida e decisões independente da distância pessoal e física. Ao meu filho Izar Cabral Chaul por sua compreensão pelas minhas ausências, por meu isolamento e dedicação à pesquisa e

escrita e por intitular o meu quarto como “cômodo vip” da casa, ao qual era necessária autorização para entrar. Quero agradecer a todos que de forma direta e indireta estiveram comigo neste momento da minha vida e souberam compreender os meus humores, minhas preocupações e temores.

“Eu de quase nada sei. Mas desconfio de muita coisa”.
Guimarães Rosa

Uma prisão ao ar livre. De qualquer modo não haveria para onde fugir. Pois quem foge iria provavelmente para Brasília- Prenderam-me na liberdade. Mas liberdade é só o que se conquista. Quando me dão, estão me mandando ser livre. -Todo um lado de frieza humana que eu tenho, encontro em mim aqui em Brasília, e floresce gélido, potente, força gelada da Natureza. Aqui é o lugar onde os meus crimes (não os piores, mas os que eu não entenderei em mim), onde os meus crimes gélidos têm espaço. Vou embora. Aqui os meus crimes não seriam de amor. Vou embora para os meus outros crimes, os que Deus e eu compreendemos. Mas sei que voltarei. Sou atraída aqui pelo que assusta em mim.
(Clarice Lispector, Brasília, Para não esquecer, 1999, p.42)

Será que alguém morre em Brasília? Não. Nunca. Nunca ninguém morre lá porque lá não se pode fechar os olhos. Lá há uma hibernação: o ar deixa uma pessoa entorpecida durante anos, uma pessoa que depois vive de novo. O clima é desafiador e chicoteia um pouco a gente. Mas falta magia em Brasília, falta macumba. Não quero que Brasília me rogue praga, pois pega. Rezo. Rezo muito. Ai que Deus bom. Tudo lá é às claras e quem quiser que se vire. Embora os ratos adorem a cidade. Qual será a comida deles? Ah, já sei: eles comem carne humana. Escapei como pude. E parecia teleguiada.
(Clarice Lispector, Brasília: Esplendor, Para não esquecer, 1999, p.47).

RESUMO

A dissertação sobre os protestos de junho de 2013 trata das manifestações populares que aconteceram neste contexto social e histórico, suas consequências e desdobramentos. Os protestos e o Congresso Nacional foram os campos etnográficos deste trabalho que tem como proposta relatar a visão do outro lado do espelho d'água, o Congresso Nacional, o Poder Legislativo federal, sobre os maiores protestos do século XXI no Brasil e as estratégias de controle social e criminalização dos protestos de junho de 2013: a estratégia discursiva, que instaura uma representação estereotipada sobre os protestos e os manifestantes; a estratégia da repressão e violência do Estado, que incide sobre os manifestantes e busca estabelecer o medo de agir da sociedade e a estratégia legislativa e jurídica de controle social com a criação da lei do terrorismo.

Palavras-chave: Protestos; Discurso; Controle social; Congresso Nacional.

ABSTRACT

The dissertation on the protests of June 2013 deals with the demonstrations that took place in this social and historical context of its consequences and developments. The protest and the National Congress are the ethnographic fields of this work , which aims to describe the view from beyond the water surface inside the lawn of the Brazilian National Congress, about the largest protest of the XXI century in Brazil and the strategies for social control and criminalization of the June 2013 protestos: a discursive strategy which introduce a stereotypical representation of the protests and the protesters; the strategy and state violence, which focuses on the protesters and seeks to establish the fear of acting in society and legislative and legal strategy of social control with the creation of the terrorism law.

Key words: Protests; Speech; Social control ; National Congress.

LISTA DE SIGLAS

Abraji Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

ADUFC Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará

AGEFIS Agência de Fiscalização do Distrito Federal

ALERJ Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

ANADEP Agência Nacional dos Defensores Públicos

CBF Confederação Brasileira de Futebol

CEHB-RJ Companhia de Habitação do Estado do Rio de Janeiro

CIAM Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

CPI Comissão Parlamentar de Inquérito

DEIC-SP Departamento Estadual de Investigações Criminais do Estado de São Paulo

DIAP Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

DOPS Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo

FASUBRA Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FIFA Federação Internacional de Futebol

GDF Governo do Distrito Federal

IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

MBL Movimento Brasil Livre

MPL Movimento Passe Livre

Nasa National Aeronautics and Space Administration do Governo Federal dos Estados Unidos

OSs Organizações Sociais

PDC Projeto de Decreto Legislativo

PEC Proposta de Emenda Constitucional

PL Projeto de Lei

PLS Projeto de lei do Senado

SINASEFE Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

UFG Universidade Federal de Goiás

UNB Universidade de Brasília UNB

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP Unidade da Polícia Pacificadora UPP

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 Acessos ao prédio do Congresso Nacional 180

Fotografia 1 Esplanada dos Ministérios imagem clip música Tropicália - Caetano Veloso ft. Orquestra Sinfônica de Heliópolis. 40
Fotografia 2 Matéria do jornal Folha de S. Paulo. Fosso de ACM vira espelho d'água 42
Fotografia 3 Projeto original do gramado em frente ao Congresso Nacional 42
Fotografia 4 Manifestantes no espelho d'agua no protesto de 17 de junho de 2013 42
Fotografia 5 Protesto contra a imposição da ditadura de uma junta militar assumir a Presidência da República 43
Fotografia 6 Comemoração das Diretas Já 43
Fotografia 7 Viaturas da polícia legislativa e da polícia militar e ônibus da polícia militar em frente ao espelho d'água do Congresso Nacional 44
Fotografia 8 Matéria do Jornal Estado de S. Paulo 56
Fotografia 9 Programa Cidade Alerta. Rede Record. Ocupação da sede do Ministério das Relações Exteriores. Palácio do Itamaraty. Brasília 20 de junho de 2013 58
Fotografia 10 Programa Brasil Urgente, Rede Bandeirantes de TV. Primeira pergunta: "Você é a favor deste tipo de protesto?" 59
Fotografia 11 Frame do Programa Brasil Urgente, Rede Bandeirantes de TV. Reformulada a pergunta. "Você é a favor de protesto com baderna?" 60
Fotografia 12 Jornal da Globo, Arnaldo Jabor chama os manifestantes de revoltosos de classe média 61
Fotografia 13 Policial Robocop 76
Fotografia 14 Vídeo publicado no Youtube que registra abordagem policial abusiva durante os protestos em 2013. 80
Fotografia 15 Homem é abordado e detido por policiais quando passava pelo protesto de 11 de junho de 2013 em São Paulo 84
Fotografia 16 Homem é jogado no chão e algemado pelos policiais, quando passava pelos protestos 85
Fotografia 17 Policial Militar sem identificação agride estudante com um murro no rosto que participava de protesto pela redução da tarifa no terminal da Praça A em Goiânia 86
Fotografia 18 Protesto contra a flexibilização das leis trabalhistas 86
Fotografia 19 Protesto contra a flexibilização das leis trabalhistas 86
Fotografia 20 Manifestante Maria Bernadete atingida no rosto por bala de borracha em São Paulo de 13 junho de 2013 98
Fotografia 21 Mulher atingida no rosto por bala de borracha no protesto de 13 de junho de 2013 em São Paulo 99
Fotografia 22 Repórter da Tv Folha atingida no olho no protesto em São Paulo no dia 13 de junho de 2013 100
Fotografia 23 Coronel da Polícia Militar de São Paulo, Reynaldo Rossi, durante entrevista ao repórter da Tv Folha usando identificação 101
Fotografia 24 Policial sem identificação nos protestos 101

Fotografia 25 Policial sem identificação em protesto em frente ao Congresso Nacional Brasília 7 de setembro de 2013..... 102
Fotografia 26 Foto da estudante Liv Oliveira sendo agredida com gás de pimenta por policial militar 103
Fotografia 27 Matéria publicada após um ano de Rafael Braga ser preso nos protestos 105
Fotografia 28 Rafael Braga é punido por postar foto em rede social em pichação com crítica ao Estado 106
Fotografia 29 Comitiva de deputados que acompanhavam o presidente da Câmara dos Deputados em viagem à Rússia durante os protestos de junho de 2013..... 120
Fotografia 30 Ocupação da marquise Congresso Nacional 17 de junho de 2013..... 123
Fotografia 31 Ocupação da marquise Congresso Nacional 17 de junho de 2013..... 123
Fotografia 32 Ocupação do espelho d' água em frente ao Congresso Nacional em 17 de junho de 2013 123
Fotografia 33 Capa do Jornal da Câmara do dia 17 de junho de 2013..... 130
Fotografia 34 Cena do filme Junho desmente afirmação do Presidente do Congresso Nacional 147

Tabela 1 Cronologia resumida dos protestos de junho de 2013..... 33
Tabela 2 Estereótipos e números de repetição por matéria 63
Tabela 3 Câmara dos Deputados 54º Legislatura 2011- 2015 - Perfil socioeconômico..... 118
Tabela 4 Câmara dos Deputados 54º Legislatura 2011- 2015 - Grupos de atividade econômica 118
Tabela 5 O Senado Federal 54ª Legislatura 2011-2015 - Perfil socioeconômico 119
Tabela 6 O Senado Federal 54ª Legislatura 2011-2015 - Grupos de atividade econômica... 119
Tabela 7 Controle e repressão dos protestos no ordenamento jurídico - Poder Executivo.... 155
Tabela 8 Câmara dos Deputados 55ª Legislatura 2015-2019 Perfil socioeconômico 172
Tabela 9 Câmara dos Deputados 55ª Legislatura 2015-2019 Grupos de atividade econômica 173
Tabela 10 Senado Federal 55ª Legislatura 2015/2019 Grupos de atividade econômica 173
Tabela 11 Número de mortos nos protestos 217

SUMÁRIO

Apresentação 16

Protestos de junho de 2013, Estado e controle social 16

1. Protestos de junho de 2013 - Fenômeno social, político e cultural 23

1.1. O novo paradigma da ação coletiva - A multidão, o rizoma e as formas simbólicas 24

1.2. "Mãos para o alto, 3,20 é um assalto!" 34

1.3. Os dois lados do espelho espaço e poder 37

2. Criminalização das manifestações populares - Estratégias de controle social 46

2.1. "Mídia facista sensacionalista!" Estratégia discursiva e intelectual de controle social Construção do discurso - Representação e o estereótipo discriminatório 47

2. 2. "Ô ô ô a repressão chegou!" Estratégia física e psicológica de controle social 65

2.3. A estratégia de controle do protagonismo feminino nos protestos de junho de 2013 - Repressão e gênero 92

2.4. A estratégia psicológica de controle social - As prisões disciplinares e exemplares .. 104

3. Do outro lado do espelho- Os protestos de junho de 2013 e a visão do Congresso Nacional 108

3.1 -"AH HA UH HU O CONGRESSO É NOSSO!" 124

3.2 -"Essa é uma bofetada em nós do tamanho que nós merecemos!" 142

3.3. A ordem do dia- Pautas do Congresso Nacional em junho de 2013 152

3.4. Estratégia jurídica de controle social dos protestos pós-junho de 2013 154

4. O trabalho de campo no Congresso Nacional e a captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013 159

Relato 1 -"Como uma de fora" 28.10.2014: o crachá, os espaços, os atores, uma votação 159

4.1. A Era Cunha – A militarização da Câmara dos Deputados 171

Relato 2 - Dia 26.08. 2015. Observando a Era Cunha 178

Relato 3 -16.09.2015. A militarização da Câmara dos Deputados 191

4.2. Captura das formas e expressões simbólicas das manifestações populares de junho de 2013 – O protesto como espetáculo midiático e a conveniência 201

Relato 4 -16.08.2015. "Jesus Cristo acompanhe a nossa marcha, esse governo vai cair" . 202

Considerações finais 212

Referências 226

Filmografia 234

Anexos 235

Anexo 1 Composição partidária Câmara dos Deputados 54ª Legislatura 2011-2013 235

Anexo 2 Número de Deputados por Estado 235

Anexo 3 Composição partidária do Senado Federal 54ª Legislatura 2011-2015 236
Anexo 4 Bancadas informais no Congresso Nacional - 54ª Legislatura 2011-2015 236
Anexo 5 Matérias em pauta no Congresso Nacional em junho de 2013..... 237
Anexo 6 Lei do Terrorismo inciativas da Câmara dos Deputados..... 238
Anexo 7 Composição partidária Câmara dos Deputados 55ª Legislatura 2015-2019 240
Anexo 8 Bancadas informais na Câmara dos Deputados 55ª Legislatura 2015-2019 240
Anexo 9 Composição partidária do Senado Federal 55ª Legislatura 2015-2019 241
Anexo 10 Bancadas informais no Congresso Nacional 55ª Legislatura 2015-2019..... 242

Apresentação

Protestos de junho de 2013, Estado e controle social

Pausas para refletir. Durante anos tive como rotina uma pausa específica, um olhar, uma observação. A visão do salão negro do Congresso Nacional. A incidência da luz, a amplitude do espaço, as manifestações populares diárias, a mobilização das pessoas, as instalações, as performances, os gritos de guerra, a quietude solitária da Esplanada dos Ministérios esses eram os meus momentos de pausa, de observação, de ver e ouvir o lado de lá, já que muitas vezes o trabalho e as fontes das pautas noticiosas não estavam lá fora do Congresso Nacional, mas o momento de reflexão sim.

A observação do espaço e manifestações populares foram os embriões deste trabalho. Embora ainda não compreendesse o magnetismo e as minhas intenções de contemplação, por mais de uma década estava a fazer do gramado do Congresso Nacional um lugar de referência, abstrações, pensamentos. A luz acolhimento, o espaço possibilidades, as manifestações populares esperança, mudanças e resistência.

Em junho de 2013, cerca 1,2 milhão de pessoas em 388 cidades ocuparam as ruas do Brasil. Naqueles dias, durante algumas semanas o espaço do gramado em frente ao Congresso Nacional fez parte das ocupações que ficaram marcadas na história do país como a maiores manifestações populares do Brasil no Século XXI. Neste contexto, desde junho de 2013, o Estado têm empreendido esforços à repressão das manifestações populares e vem aperfeiçoando técnicas e formas de coerção. As estratégias de controle social, a influência, desdobramentos e consequências dos protestos de junho de 2013 são os principais assuntos abordados neste trabalho.

O título da dissertação “Os dois lados do espelho” surge a partir de minha experiência ao presenciar as manifestações populares que ocorrem semanalmente na Esplanada dos Ministérios em Brasília e acompanhar as modificações e consequências após os protestos de junho de 2013 quando atuava como jornalista no Congresso Nacional. O estudo também parte da observação durante anos do gramado em frente ao Congresso Nacional como espaço de efervescência política e segregação espacial e social entre a sociedade e a elite política do Poder Legislativo Federal. Dessa forma, desde o início, os protestos de junho de 2013 e a ocupação do espaço apresentaram-se como um campo instigante para a pesquisa antropológica.

Esta dissertação busca traçar uma visão do conjunto de elementos pertinentes às estratégias de controle social e traz algumas referências sobre suas consequências. Ao tratar das estratégias de controle social das manifestações abordo a relação de dominação exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em que ocorre a criação de uma imagem, que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do manifestante.

No intuito de descrever as relações de poder que se estabeleceram durante os protestos de junho de 2013, as práticas de repressão e o seu aprimoramento pós- junho de 2013, assim como, suas consequências e desdobramentos no âmbito, social, político e cultural apresento alguns relatos e exemplos que ilustram o contexto das manifestações populares e contribuem para o entendimento das ideias que exponho nesta dissertação.

Esclareço que a abordagem que realizo sobre a atuação da mídia e da imprensa sobre os protestos de junho de 2003 tem como intuito explicar a estratégia discursiva de controle social de instauração de uma representação dos manifestantes e dos protestos de junho de 2013, utilizando estereótipos discriminatórios pejorativos. Portanto, este trabalho não tem como foco a análise de mídia e sim o a construção do discurso como estratégia de controle social.

Ressalto, portanto, que este trabalho é uma experiência de ensaio etnográfico, uma proposta de registro da memória dos protestos de junho de 2013 e deste contexto histórico e seus desdobramentos. Entre eles as estratégias de controle social e criminalização das manifestações populares: 1. A estratégia discursiva e intelectual, representação e o estereótipo discriminatório pejorativo; 2. A estratégia física e psicológica, a repressão e as prisões disciplinares e exemplares; 3. A estratégia jurídica de controle social, a elaboração legislativa pós-junho de 2013. Outro desdobramento que relaciono nesta abordagem é a captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013.

O projeto inicial apresentado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás no processo de seleção do mestrado tinha como tema “Os protestos de junho de 2013, ação política e performances urbanas”. A proposta era analisar as manifestações na Esplanada dos Ministérios em Brasília, no gramado em frente ao Congresso Nacional a partir da concepção teórica da antropologia da performance. Abordagem de pesquisa elaborada após ser aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na disciplina antropologia da performance, ministrada pela professora Isabela Tamazo.

No entanto, durante as disciplinas Teoria antropológica I com a professora Janine Collaço e Teoria antropológica II, com a professora Mônica Pechincha, juntamente com as leituras indicadas pelo orientador professor Roberto Lima, ainda no primeiro semestre, ocorreu a mudança de foco e tema da pesquisa para uma abordagem em relação à dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto social e histórico dos protestos de junho de 2013. A partir daí a pesquisa firmou-se junto a questões de relações de poder, conflito, controle e exclusão social que se estabeleceram durante os protestos de junho de 2013 e as práticas de repressão que ocorreram, assim como, sobre suas consequências e desdobramentos no âmbito, social, político e cultural que foram percebidos no tempo de percurso da pesquisa, trabalho de campo e de coleta de dados.

O interesse em realizar esta pesquisa etnográfica e análise dos protestos de junho de 2013 e sua compreensão como fenômeno social, cultural e político surgiu da constatação da divergência existente entre as narrativas de apreensão dos sujeitos durante as manifestações públicas: 1.Os manifestantes que participaram dos protestos e os registros oportunizados pelas novas tecnologias, filmagens e fotos de milhares de pessoas que com seus celulares registraram as manifestações populares; 2. Registros e relatos das mídias independentes; 3. A construção do discurso da grande mídia; 4. A construção das instituições públicas e do discurso oficial do Congresso Nacional.

Partindo do estudo das manifestações que ocorreram na Esplanada dos Ministérios em Brasília, no gramado em frente ao Congresso Nacional a pesquisa empreendeu a compreensão das manifestações populares que aconteceram em 2013 e do processo de criminalização da ação coletiva e do sujeito manifestante que sucedeu, posteriormente, como instrumento de controle da sociedade e da ação coletiva.

Durante os protestos de junho de 2013 e nas manifestações públicas que se seguiram, foi recorrente o uso da construção discursiva oficial e da mídia, aliada à repressão violência física nas ruas utilizadas como estratégia de controle social e mecanismos que buscavam deslegitimar as manifestações públicas, por meio da criminalização da ação coletiva e do sujeito manifestante, visando a de exclusão social dos atores sociais e negação de autonomia política.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir das disciplinas cursadas durante o mestrado; nas reuniões de orientação com o professor Roberto Lima. Algumas ideias e referências importantes emergiram dos questionamentos da banca de qualificação e outras das palestras, eventos e defesas atividades do PPGAS que participei e que abordavam nuances e temas próximos à pesquisa como: ocupação do espaço; confronto; conflito; a dinâmica e a cir-

culação das expressões e formas simbólicas; ação coletiva, ativismo político, movimentos sociais e relações de poder.

As questões relacionadas às dificuldades da pesquisa ocorreram inicialmente pela percepção que a dissertação aborda temas não consolidados na antropologia como a ação coletiva e as manifestações públicas em espaço urbano. As dificuldades de abordagem foram sendo superadas com as disciplinas e as indicações das referências bibliográficas e esclarecimento nas orientações no decorrer da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização desta dissertação sobre os protestos de junho de 2013 foram relativas a técnicas de pesquisa etnográfica, observação participante e trabalho de campo. Também foi realizada a pesquisa em dados existentes, de base documental, a análise do discurso oficial da mídia e ainda as narrativas e apreensões dos sujeitos durante a ocorrência das manifestações públicas, que apontam para um contraste e uma diferença nas visões desses dois lados, o oficial do Estado, do Congresso Nacional e da mídia e dos manifestantes que participaram da ação coletiva.

Partindo dos protestos de junho de 2013, o levantamento de dados foi iniciado em pesquisa de arquivo em 2013, sendo utilizados como fontes de pesquisas: editorais de jornais, matérias jornalísticas, programas de televisão, o filme documentário *Junho*, produzido pela *Tv Folha*, dirigido por João Wainer; mídias colaborativas e independentes; vídeos publicados no canal You tube em que há inúmeros relatos e registros dos protestos que aconteceram em junho de 2013.

Durante a pesquisa realizei observação participante e trabalho de campo que foi em um total de sete entradas no campo etnográfico, quatro delas nas manifestações e três no Congresso Nacional. Em 2014, foram cinco entradas de campo, sendo três nos protestos: um em Goiânia, uma em Brasília e uma tentativa frustrada de trabalho de campo na manifestação contra a Copa do Mundo, no jogo final da competição, no Rio de Janeiro e uma entrada para a realização de trabalho de campo no Congresso Nacional. A qualificação aconteceu no dia 11 em julho de 2015. No segundo semestre de 2015, realizei trabalho de campo em uma manifestação em Goiânia e dois dias de trabalho de campo no Congresso Nacional.

O trabalho de campo da pesquisa trouxe momentos em que tive que vencer sentimentos de apreensão e ansiedade, por ser o campo das manifestações populares um ambiente de conflito, onde tudo acontece muito rápido e de instabilidade de ânimos e atitudes. Outra dificuldade do trabalho de campo foi durante a realização da pesquisa no Congresso Nacional em decorrência do momento político turbulento enfrentado pelo país.

Um dos objetivos da pesquisa era examinar os protestos de junho de 2013 na perspectiva da antropologia do estado e realizar uma etnografia do Congresso Nacional, ao abordar a visão do Poder Legislativo sobre as manifestações populares suas consequências e desdobramentos. Apesar de conhecer o campo, por ter trabalhado durante anos no Congresso Nacional, o contexto político e as mudanças na dinâmica de funcionamento da instituição dificultaram o acesso aos espaços, aos interlocutores e a este campo.

O processo de escrita foi um rito de passagem, partir da redação dissertativa e da técnica jornalística consolidada em meu estilo de escrita pela prática profissional diária durante anos, o que foi para mim um desafio, para aventurar-me na mudança de estilo e na escrita etnográfica descritiva. Sem dúvida um decurso complexo aprender a conciliar a jornalista por formação e profissão e despertar a antropóloga que eu acho que sempre existiu em mim. Um processo que venho perseguindo por meio da leitura de etnografias e a tentativa constante de buscar um estilo próprio de redação etnográfica.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No capítulo 1 abordo os protestos de junho 2013 como fenômeno, social, político e cultural, o contexto em que surgiram, faço considerações ao referencial teórico e a revisão bibliográfica que incialmente nortearam a dissertação e trouxeram luz aos pensamentos e contribuíram para o desenvolvimento das ideias que trato nos capítulos posteriores.

No capítulo 2 abordo as estratégias de controle social e criminalização exercidas pelo Estado e pela mídia, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013. No subtítulo 1 trato sobre a estratégia discursiva, em que ocorre a criação de uma imagem, que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do manifestante. A abordagem discursiva está focada em uma análise em que apresento exemplos do discurso da grande mídia, programas de tv, editorais de jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e artigos opinativos desses veículos de comunicação e da *Revista Veja*.

Para refletir sobre a construção do discurso sobre os protestos de junho de 2013 tomo como base as considerações teóricas de Homi K. Bhabha sobre o conceito de imagem em que essa construção tem um enfoque crítico. A imagem pejorativa estereotipada, criada no discurso oficial e da mídia instaura uma representação discriminatória do sujeito manifestante e da ação coletiva no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, visando à criminalização das manifestações públicas. A utilização dos estereótipos discriminatórios pejorativos consiste em uma estratégia discursiva de dominação e controle que busca promover a homogeneização da multidão sob termos pejorativos “vândalos, bardeneiros” e criminalizantes “invasores, de-

predadores, terroristas". Tomo ainda como base teórica a discussão de representação de Stuart Hall e a abordagem de ação de dominação e controle do discurso de Michel Foucault.

Também trato no capítulo 2 das estratégias físicas e psicológicas de controle social, as práticas e técnicas corporais da repressão, que têm como base a noção de corpo de Mary Douglas e de técnicas corporais de Marcell Mauss. Apresento relatos e exemplos da repressão aos protestos; violência de gênero; prisões exemplares e disciplinares; militarização e criminalização das manifestações e da ação coletiva. Descrevo a estratégia de controle social física, as práticas de repressão e o seu aprimoramento pós-junho de 2013 que observei no trabalho de campo, relato as dificuldades que tive e minha experiência e as limitações como pesquisadora e a problemática da condição de realizar o trabalho de campo em um ambiente de conflito e insegurança.

No capítulo 3 trato dos Protestos de junho de 2013 e a visão do Congresso Nacional. Como as manifestações públicas foram percebidas pelo Congresso Nacional. Realizo um recorte dos discursos proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal entre os dias 17 e 21 de junho de 2013, ressaltando as marcações, uso de palavras, enunciados, buscando uma análise discursiva sobre as manifestações populares. Talvez esse capítulo seja interpretado como inadequado a uma pesquisa antropológica, mas segue a proposta inicial de fazer a abordagem dos protestos de junho de 2013 "entre os dois lados do espelho" a sociedade e o Congresso Nacional.

No entanto, esclareço que sua edição foi demasiadamente trabalhosa e exigiu-me muita atenção, o levantamento e a leitura de mais de 265 páginas de discursos selecionados a partir das notas taquigráficas da atividade legislativa do Plenário da Câmara e do Senado, disponibilizados em suas respectivas páginas na internet. Consta neste capítulo as proposições legislativas em pauta no Congresso Nacional que foram alvo das reivindicações nos protestos e matérias legislativas de controle social que foram elaboradas e discutidas pós-junho de 2013.

No capítulo 4 trato das consequências e desdobramentos pós-junho de 2013, apresento relatos etnográficos sobre as entradas de campo no Congresso Nacional e as mudanças na dinâmica do Poder Legislativo. Ao final do capítulo em um subtítulo trato da captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013, em um relato do trabalho de campo em uma manifestação pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Esta dissertação prolongou-se. Ao final do trabalho ela havia ampliou-se, o que demandou o corte de várias partes e até um capítulo completo. Parte desse crescimento não programado diz respeito às imprevisibilidades do campo, que não foram poucas, e as especificidades do tema, ao fato de que o campo sobre os protestos de junho vão muito além de 2013 e

daqueles dias. Na verdade, desde o início da pesquisa delimitamos dois campos de pesquisa os protestos e o Congresso Nacional cuja sua compreensão, já complexa, foi agravada pelo momento político em que foi realizado o trabalho de campo desta pesquisa.

O processo de escrita e a finalização deste trabalho foi exaustivo, pois acontecimentos surpreendentes e inesperados relacionados aos protestos e seus desdobramentos, à repressão e ao Congresso Nacional surgiam em cascata e vários assuntos que diziam respeito a esta pesquisa dificultavam a concentração, causavam espanto e até lembravam a clássica questão de Lênin *"Que fazer?"* e que direcionamento dar à pesquisa. Eu costumava dizer que o meu campo não parava, cada dia um novo acontecimento ligado à pesquisa surgia. Mesmo assim, seguimos em frente com coração apertado e em estado de estarrecimento e chegamos até aqui.

Optamos por buscar relatar os acontecimentos de junho de 2013, seus desdobramentos e consequências não por meio de um olhar reducionista, mas por um raciocínio expandido, em que não fossem somente consideradas as categorias que dizem respeito à classe, as relações de trabalho e de mercado, ou ainda as relações de poder, políticas e institucionais. Nesta dissertação relaciono os protestos de junho de 2013 ao espaço, à construção do discurso, ao corpo e à captura de formas e expressões simbólicas.

Considero importante ainda esclarecer que a abordagem à visão do Congresso Nacional sobre os protestos de junho de 2013, que realizo no capítulo 3, não tem como foco os rituais burocráticos ou etnografia de políticas públicas. Esta dissertação não se caracteriza como um trabalho na perspectiva da antropologia da política, focada no ritual burocrático institucional, mas trata-se de uma etnografia que diz respeito a conflito, relações de poder e processo de dominação e exclusão social.

Nossa intenção é que este trabalho possa oferecer uma visão dos protestos de junho de 2013 a partir de relatos e exemplos que descrevam as relações de poder e dominação e de como o Estado brasileiro fez uso de estratégias de controle social: discursivas, físicas, psicológicas e jurídicas como forma de deslegitimar, criminalizar e intimidar as manifestações públicas. Relatos e acontecimentos desconcertantes, pertubadores que retratam o Brasil, um país onde quem reclama de ordens e decisões do Estado é hostilizado, humilhado, discriminado e onde a polícia atira antes até mesmo de verificar e fazer qualquer pergunta às pessoas e, na maioria das vezes, ao contrário das utilizadas nos protestos, as balas não são de borracha.

1. Protestos de junho de 2013 - Fenômeno social, político e cultural

Muitos são os contratempos e dificuldades do antropólogo no trabalho de campo, ainda mais quando iniciante. O campo das manifestações é um momento rápido, único e que não se repete. Não há muito tempo para observar, os protestos tem trajeto definido, mas o tempo é difícil de mensurar. A ação coletiva é única em um momento determinado em um contexto histórico específico. Em cada manifestação um campo diferente, uma chance única de observação. Não é uma atividade, um fenômeno social recorrente na sociedade, como por exemplo, as festividades, o ritual.[1] No campo das manifestações e ação coletiva imperam o imediatismo, a efervescência e o momento instantâneo, imprevisível. O que dificulta a observação, a definição de categorias de abordagem, dos recortes a serem definidos na pesquisa e do que "realmente é importante observar" quando um grande número de pessoas toma as ruas. Os desafios de realizar uma pesquisa antropológica no âmbito urbano é uma constante neste trabalho. Aliado às peculiaridades pertinentes à antropologia urbana, que têm como escopo o estudo de grupos sociais na dinâmica da cidade, soma-se como fator preponderante e contundente a realização da pesquisa em um ambiente de conflito.

Proponho, dessa forma, o entendimento dos protestos de junho a partir de uma concepção que leve em consideração as configurações que insere a política na cultura e o entendimento desse processo de ação coletiva como uma manifestação, um fenômeno cultural, logo político. As dinâmicas e as relações sociais que se estabeleceram excederam as margens das concepções de poder e se tornaram elementos de formas e expressões simbólicas que influenciaram acontecimentos posteriores, a produção audiovisual, a música, o mercado editorial e de um amplo espectro político, social e cultural.

Por este motivo, no contexto de pesquisa e estudo antropológico sobre os protestos de junho de 2013 adoto ainda como referência o conceito e a expressão "política cultural" (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.17), que tem como foco de sua concepção as relações de poder que se estabelecem nas expressões e manifestações culturais, os indivíduos e a sociedade.

[1] Embora seja possível dizer que há uma "forma de manifestação" (com a organização interna refletindo os grupos que liderem e apoiam, o trajeto definido, as palavras-chave e os discursos) a qualidade contestatória dessas e seu crescimento sem precedentes colocam questões novas à "forma".

Aqui utilizamos "política cultural" para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que esta visão implica. Esse lado constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser compreendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter "cultural" ativo, na medida em que se expressam, produzem e comunicam significados. (Idem, 2000, p, 17).

Como consequência e desdobramento dos protestos de junho de 2013 também houve uma marcante captura das formas e expressões simbólicas da dinâmica das ruas para a produção cultural, estética e para uso do mercado e do marketing de pessoas e produtos. Cenas de protesto passam a ser corriqueiras na novela, na minissérie, e até em editorais de moda. A marca Yódice em 2014 fez um ensaio em sua revista em que os modelos estavam em cenário de um protesto de rua.

O protesto, a ocupação do espaço público além da circulação e as manifestações públicas são o meu campo. Por isso, considero que é importante esclarecer que iniciei o meu campo de pesquisa no *lócus* virtual pela percepção do confronto e ambivalência entre o discurso oficial e da mídia e as narrativas dos sujeitos existentes na *internet.* As imagens da transmissão da grande mídia e as imagens publicadas pelos sujeitos no "campo virtual" foram importantes para a sistematização e a definição epistemológica e teórica da pesquisa sobre os protestos de junho de 2013 e seus desdobramentos que estão descritos e elencados no presente trabalho. Para pensar essas imagens enquanto material de campo etnográfico utilizo a noção de Marylyn Stratern (2014) sobre a questão da imagem na antropologia e no trabalho de campo. Para a autora, as imagens não precisam ser necessariamente delimitadas a um contexto histórico específico, porque as imagens tendem a se repetir com frequência em um mesmo campo etnográfico. Essa é uma constatação que pretendo apresentar neste trabalho de interpretação das manifestações públicas de forma a pontuar a repetição de situações, configurações e imagens nos protestos de junho de 2013 suas consequências e desdobramentos.

1.1. O novo paradigma da ação coletiva - A multidão, o rizoma e as formas simbólicas

As relações que se estabelecem entre os atores sociais no âmbito de grupos determinados, o estado, o mercado, a mídia e as instituições religiosas, jurídicas e estatais são significativas para as ciências sociais aplicadas e humanas, sobretudo para a antropologia social em

que o estudo dessas relações é um dos pontos principais de investigação e reflexão. A pesquisa sobre as relações de poder que se estabeleceram no contexto dos protestos de junho de 2013, as experiências práticas, formas e expressões simbólicas que sucederam à maiores manifestações públicas que aconteceram no Brasil no século XXI são tratadas como o foco do recorte empírico desta dissertação de mestrado.

A pesquisa teve um processo complexo de definição do arcabouço teórico, seja por causa da minha inexperiência acadêmica como iniciante nos estudos e pesquisas antropológicas ou até mesmo pela complexidade de encaixar a pesquisa no contexto da Antropologia Social. A perspectiva de quem olha, avalia e busca compreender os protestos de junho de 2013 é que essa ação coletiva é um fenômeno político com fronteiras delimitadas entre os conceitos e categorias nativas pertinentes à sociologia e à ciência política.

No entanto, a partir da bibliografia indicada nas orientações, a observações de trabalho de campo, os debates sobre a bibliografia das disciplinas referentes aos créditos do programa, passei do estudo das performances urbanas para a abordagem de relações de poder; construção de discursos e de identidades; representação; repressão e criminalização das manifestações públicas de junho de 2013. Seguiu-se o desafio de entrar em um espectro profissional e acadêmico desconhecido para mim em que as pessoas estranhavam e me questionavam como abordar os protestos de junho de 2013, a partir das concepções antropológicas. Acostumados aos desafios do trabalho de campo, a afirmação de Geertz sobre a pesquisa antropológica resume o espírito que norteou as perspectivas deste trabalho.

> Examinar dragões; não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teoria, é tudo em que consiste a antropologia /.../ Temos procurado, com sucesso nada desprezível, manter o mundo em desequilíbrio, puxando tapetes, virando mesas e soltando rojões. Tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar. Australopitecus, Malandros, Cliques Fonéticos, Megalitos: apregoamos o anômalo, mascateamos o que é estranho, mercadores que somos do espanto (GEERTZ, 2001, p. 65).

Durante o primeiro ano de dedicação ao Mestrado, as dúvidas e incertezas que eram muitas, foram sendo trabalhadas e aos poucos foram sendo dirimidas, possibilitando um avanço significativo e mais ajustado às minhas propostas em relação à pesquisa e uma compreensão mais ampla dos protestos de junho como fenômeno social. A ação coletiva nas manifestações públicas de junho de 2013 são aqui pensadas em sua complexidade levando-se em consideração um universo extenso de situações e elementos físicos e simbólicos como: a participação dos atores sociais em diferentes campos; as posições dos sujeitos manifestantes e da ação coletiva no contexto histórico; as práticas de controle e "limpeza" e "purificação" das ruas; as estratégias e manobras e a sensibilização para as práticas ocultas de contenção da insurgência popular, que poderiam arranhar uma imagem pretendida do país que ia sediar a Co-

pa do Mundo de futebol e poderiam atrapalhar os planos do mercado, das instituições e do Estado. Nesta perspectiva retomo as concepções de Mary Douglas que definem o corpo como um modelo, para o entendimento das fronteiras impostas para refletir sobre a segregação de espaço, tanto para refletir sobre o processo de segregação e dominação social que se estabeleceu. A ideia de Douglas sobre as questões de limites externos, assepsia, limpeza, pureza e perigo são formulações interessantes para pensar o processo de "purificação" pretendido das ruas no contexto dos protestos de junho de 2013.

> A sociedade é uma imagem poderosa. Ela é potente no seu próprio direito de controlar ou estimular os homens à ação. Esta imagem tem forma, limites externos, margens e estrutura interna. Seus contornos cerram poder de recompensar a conformidade e repelir o ataque (DOUGLAS, 1966, p, 141). Pois, acredito que as ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressores têm como função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada. E somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado. Neste sentido não tenho medo da acusação de ter feito a estrutura social parecer demasiado rígida (Idem, p.15).

Quero enfatizar que a partir da ideia de "purificação" do corpo de Douglas desenvolvi a concepção de "purificação" "limpeza" do espaço urbano. Essas formulações são interessantes para pensar o processo de controle que se estabeleceu para tirar das ruas os manifestantes e limitar o uso do espaço para os protestos considerados impróprios e inoportunos, as quais foram usadas estratégias de controle que abordo no capítulo 2 desta dissertação.

A dissertação busca compreender, nesse contexto, as manifestações públicas nos protestos de junho de 2013 como uma ação coletiva diferente que não se encaixa nas concepções clássicas e tradicionais dos movimentos sociais. Alberto Melucci é um dos autores que contribui para o entendimento da perspectiva proposta pela pesquisa. Em 1999, o autor escreve a respeito das formas de ação coletiva nas últimas três décadas. Suas considerações críticas enfatizam uma certa dificuldade, o que ele chamou de "miopia do presente", que sofrem muitos sociólogos a lidar com esse tema de estudo. Defende em sua concepção que a controvérsia da não aceitação do "novo paradigma" de ação coletiva é fútil, e que é dispensável comparar as formas clássicas de movimentos sociais com as atuais e novas concepções de ação coletiva. Melucci argumenta que há diferenças circunstanciais, pois as novas formas de ação coletiva contemporâneas não podem ser analisadas como um objeto empírico unitário, devido a suas características específicas, por ter em sua unidade empírica uma composição com diversidade de elementos, anteriormente não identificados em contextos históricos diferentes, e por isso não podem ser observadas como um todo.

> Los enfoques recientes con respecto a la acción colectiva, en términos de movilización de recursos, estructura de la oportunidad política o elección racional, tienden a reducir la acción a sus rasgos más evidentes y aquellas dimensiones que son fácil-

> mente mesurables. Pero este tipo de reduccionismo ignora la interrogante relativa a la aparición de un nuevo paradigma de la acción colectiva, sin oferecer ningún tipo de respuesta. Más aún, hace a um lado aquellas dimensiones específicamente culturales de la acción que están arraigadas em la experiencia cotidiana de la gente, y que son tan significativas para los "nuevos movimientos". Esto da lugar a una "míopia de lo visible", que sólo alcanza a ver las características mensurables de la acción colectiva- a saber, sus relaciones con los sistemas políticos y sus efectos sobre las políticas públicas-, a la vez que pasa por alto la producción de códigos culturales y prácticas inovadoras, aun cuando ésta es la principal actividad de las redes de movimientos, ocultas entre la trama de la vida cotidiana, además de ser la base para su acción visible (MELUCCI 1999, p. 15).

Também importante para pensar os protestos de junhos de 2013, as estratégias e os processos de controle social e as consequências e seus desdobramentos os conceitos de Estado, Nação e classe. Em um artigo didático Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2008) utiliza a distinção de Estado e Nação de Weber. Segundo Guimarães, "o Estado é a organização política que tem o domínio sobre o território e monopoliza o uso legítimo da força", a definição weberiana é oportuna para ponderar sobre o uso e a presença da força e da violência legitimada do Estado neste processo e nas relações que se estabeleceram nos protestos de junho de 2013 que abordo no capítulo 2 em que relato a repressão às manifestações. Nação é uma comunidade que possui origem e destino comum. O Estado-nação é outro conceito importante para refletir sobre a ação coletiva em questão, pois como menciona Guimarães é compreendida como uma entidade, comunidades políticas e de destino.

Esclareço que no processo de compreensão dos protestos de junho de 2013 optei por não abordar a ação coletiva do estudo pela perspectiva do conceito de classe. De acordo com Guimarães, a categoria de classe remete não só às questões da posição do sujeito em um processo de produção, mas sugere ser necessário pensar classe enquanto associação, pessoas ligadas por certos interesses, aliada a noção de comunidade, origem e destino político comum. A partir dessa compreensão é que acredito que a categoria classe, assim como a noção de povo, sujeito da comunidade imaginária de origem e de destino que é a nação, não são suficientemente adequados aos questionamentos e abordagens referentes aos protestos de junho de 2013, por suas características específicas de efervescência política em que grupos diversos participaram dos protestos.

Como descrevo neste trabalho, a partir do dia 17 de junho de 2013, um grande número de pessoas vão às ruas, mas não só por vinte centavos e a redução da tarifa do transporte público. O público e as pautas se diversificam e há uma reunião de pessoas que vai além da perspectiva de pertencimento de classe. Muita gente de pensamentos diferentes, reivindicações e anseios diferentes foram para as ruas. No dia 20 de junho de 2013 participei do protesto em Goiânia e vi um contexto onde grupos diversos se misturavam. Donas de casa, estudan-

tes, trabalhadores, segmentos partidários de esquerda, direita, anarquistas, punks. Em São Paulo o protesto do dia 20 de junho, quando já havia sido reduzida a tarifa na cidade, no dia 19 de junho, o MPL anunciou que sua reivindicação tinha sido atendida e por isso não era o movimento que liderava o protesto, como tinha feito até então. Segundo o relato do jornalista Bruno Tortuga do coletivo de imprensa independente Mídia Ninja, concedido a *Tv Folha* para o filme *Junho* a diversidade de grupos que estavam juntos no protesto nas ruas de São Paulo o deixou apreensivo. "Aquele dia quando eu vi muita gente com bandeira do Brasil e os grupos organizados distribuindo bandeira do Brasil. Anarquista, *black bloc*, PSOL, PT, assim incidentalmente, eu pensei, nossa tem muita gente aqui que se detesta e estão juntos".

Acredito que até mesmo por esse precedente de diversidade e por seu caráter inesperado naquele contexto da Copa das Confederações o estudo antropológico dos protestos de junho de 2013 apresenta possibilidades de novas abordagens e campos de investigação. Como por exemplo: as relações de poder; as situações e estratégias de controle e as formas e práticas simbólicas que se estabeleceram e que emergiram das manifestações públicas. A abordagem de contexto social de John B. Thompson e de práticas simbólicas contribuem para pensar os protestos de junho de 2013 como um fenômeno social e cultural. Abaixo, uma figura sintetiza as principais características dos contextos sociais, uma análise em que está em jogo o exercício do "poder", compreendido em sentido geral como "a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses" (THOMPSON, 2007, p. 199). Essa capacidade de agir se estabelece em um contexto e depende da posição do sujeito em um campo ou instituição:

Características típicas dos contextos sociais

Situações espaço –temporais

1-Recursos ou capital

Campos de interação

2- Regras, convenções e esquemas

.

Figura 1: Características típicas dos contextos sociais. Thompson, 2007, p. 199

De acordo com Thompson, um dos recursos ou capital de interação são as práticas simbólicas, que são inseridas em contextos sociais.

> A inserção das formas simbólicas em contextos sociais também implica que além de serem expressões para um sujeito (ou para sujeitos), são, geralmente, recebidas e interpretadas por indivíduos que estão também situados dentro de contextos sócio-históricos específicos e dotados de vários tipos de recursos; o modo como uma forma simbólica particular é compreendida por indivíduos pode depender dos recursos e capacidades que lhes são aptos a empregar no processo de interpretá-la. (Idem, p. 193).

No processo de elaboração dos questionamentos pertinentes à dissertação busco contribuir para a compreensão dos protestos de junho de 2013 como uma nova forma e prática simbólica de ação coletiva que desencadeou uma série de acontecimentos de outra natureza ou vertente social, cultural e política que em minha perspectiva foram influenciados pela ocupação do espaço urbano das ruas em 2013.

A partir da ocupação urbana dos espaços públicos em junho de 2013, se adota a dinâmica de protesto no país de forma mais ampla e não de forma isolada ou regional. As manifestações públicas se tornam nacionais e passam a acontecer em várias cidades ao mesmo tempo. Na verdade, essa é uma perspectiva e uma prática de mobilização social que com certeza, já foi colocada em prática em diversos momentos da história política do país, como por exemplo, lutas em defesas de conquistas trabalhistas realizadas por centrais sindicais, mas foi em junho de 2013, que reivindicações diferenciadas, sem líderes determinadamente identificados por instituições ou partidos políticos específicos levam às ruas milhões de pessoas. As mídias sociais propagavam as informações e as pessoas compareceram aos protestos com a intenção de participar e apresentar os seus questionamentos a respeito de questões políticas e sociais. O que acontece a partir de junho de 2013, apesar de todas as formas de repressão, vai influenciar toda uma série de mobilizações que se seguiram e se torna um formato e uma prática de mobilização social e de ação coletiva de diversos grupos ideológicos e políticos.

Apesar de ter se iniciado pela iniciativa de um movimento social específico o MPL, e ter como reivindicação específica de redução das tarifas do transporte público, os protestos de junho de 2013 também não são aqui compreendidos como um movimento social, mas como uma manifestação popular diversa, devido características peculiares de como se concretizaram enquanto ação coletiva, como por exemplo, a inexistência de estruturas sólidas de comando, poder e hierarquia em sua formação; defesa de uma ideologia determinada; ou de reivindicação específica. A perspectiva que busco adotar é de entendimento de uma ação coletiva diversa, uma nova forma de mobilização social formada por atores sociais múltiplos que dificulta o recorte de identificação; várias formas de expressão e diversas bandeiras que não foram e, pelo o que parece, sequer tiveram a intenção de se apresentarem e de se estabelecerem como bem definidas.

Percebi que muitas das abordagens sobre as manifestações públicas de junho de 2013, inicialmente, a delineavam como quase inexplicáveis para as instituições, ou sequer como tudo aconteceu, de onde surgiram, quem convocou e como se expandiram de tal forma, mas reconheciam que a ampla insurgência popular que ocorreu teve como atores protagonistas os jovens das cidades brasileiras. Uma coletânea de artigos sobre os protestos foi publica-

da ainda em 2013, no livro *#protestos: análise das ciências sociais* em que as manifestações públicas são discutidas e analisadas. Ao mencionar o protagonismo da participação da juventude nos protestos de junho de 2013, José Vicente Tavares e Alex Niche Teixeira afirmam que, da forma como se estabeleceu a ação coletiva de junho de 2013, emergiu uma amplitude inesperada das manifestações populares que, após o Estado e a grande mídia não ter mais como subestimá-la, tamanho o vulto e proporções da indignação e insurgência popular, foram, posteriormente, também reconhecidas pelo o Congresso Nacional.

> Os elos causais entre as manifestações mais focais dos movimentos e grupos relativamente organizados e os acontecimentos com ampla repercussão de junho e julho de 2013 em nível nacional podem remontar a dez anos atrás e são de difícil reconstrução. Talvez por isso a maior parte das cronologias dos meios de comunicação do centro do país iniciem em 6 de junho, com os acontecimentos de São Paulo, quando ficou evidente a grande dose de violência utilizada pela polícia (2014, p.67).

Segundo Tavares e Teixeira, as causas que levaram uma multidão de pessoas a participar dos protestos de junho de 2013: crise institucional e do sistema político, uma ampla crise social "das instituições, formas de representação e de comunicação", deflagrando novas formas de participação social e a manifestação de reivindicações em diversas áreas, que apresentaram uma diversidade de anseios, além das questões de conflito clássicas como raça, gênero, classe, religião em que novos elementos de diferenciação, de complexa identificação e compreensão, assumem o protagonismo das lutas sociais.

Ainda diante das dificuldades conceituais iniciais sobre os protestos de junho de 2013 e os elementos que o compõem como fenômeno social, político e cultural, há de se considerar a amplitude alcançada pela ação coletiva. De acordo com Tavares e Teixeira, no artigo *Atores sociais jovens nos protestos de 2013* foram para as ruas das cidades brasileiras, de 6 a 27 de junho de 2013, cerca de 6 mil pessoas nas manifestações públicas iniciais e posteriormente esse número foi ampliado chegando a participar dessa ação coletiva histórica cerca de um milhão de pessoas em todo o país: nas capitais, nas cidades médias e também nas pequenas. No sentido de compreensão da composição e ampliação dos protestos de junho de 2013 o conceito de multidão se estabelece como oportuno. Antônio Negri (2004) se refere à multidão como um monstro revolucionário. Diferente da perspectiva de povo que constitui uma unidade, um corpo social, a multidão não é representável, é uma multiplicidade, produz singularidades, subjetividades, possui uma auto-organização, um ator social enérgico que age e, por sua característica autônoma de organização, impõe dificuldades de controle e dominação por representar uma entidade sedenta por um "turbilhão de mudanças".

Negri argumenta que as principais características da multidão: 1- Nome de uma imanência, sujeitos que falam por si mesmos; são singularidades não representáveis mais do que indivíduos proprietários. 2- Também é conceito de classe, mas a partir da redefinição do conceito, onde há a cooperação, não de indivíduos, mas de singularidades. 3- É um conceito de potência, porque não deseja apenas se expandir, mas se corporificar no corpo social por meio de três vetores de força: dissolver a forma de disciplina social; constituir modos de expressão produtiva imateriais e intelectuais, e a liberdade e alegria de construção e reconstrução das singularidades, elementos que alimentam essa potência.

Mas ainda em 2013 surgiam ideias que buscavam a explicação do processo de ocupação que tomou as ruas do Brasil. O artigo *Taking to the streets of Brazil* do antropólogo Ruben Oliven faz o questionamento e explica o que os protestos de junho de 2013 têm a nos ensinar. São sete considerações que deveriam ser lidas e assimiladas pelos integrantes da classe política e representativa como uma forma de aprendizado social e político sobre o país onde eles detêm e exercem o poder.

> What do these movements teach us? First, they suggest that a portion of the population represented by young people—members of a group with access to more consumer goods than their parents had—now wants something more. Second, these protests show that these young people do not trust the formal organizations of a representative democracy: government, political parties, mainstream media. Third, the Worker's Party, in power since 2003, is no longer the opposition, but "the government"—a government obliged to make broad-ranging political agreements to achieve a majority in congress. Fourth, mainstream media can no longer control information, in part because social media is highly efficient at divulging what does not appear in newspapers and on television; this media helps to mobilize youth to protest. Fifth, Brazil has become highly diversified, with the increasing emergence of new social players who build new identities and demand recognition and specific rights. Sixth, these movements do not have the organizational framework that we might expect for groups that submit "demands." Seventh, as Brazilians becomes more equal and educated, there is a myriad of young people making claims and, as soon as they have the opportunity, they voice their demands. (RUBEN OLIVEN, 2013.

Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/427-taking-to-the-streets-of-brazil>. Acesso em: agos.2015.

Quem esteve nas ruas, observou a mobilização das pessoas; teve acesso às narrativas dos sujeitos, ou a alguns dos inúmeros registros documentais profissionais ou amadores sobre os protestos de junho de 2013 pode constatar como as características de imanência, potência e pertencimento reuniam os sujeitos. O conceito de multidão se configura, portanto, um elemento chave para entendimento de como as pessoas se integravam a milhares de outras pessoas no contexto político e histórico, ocupando o espaço nas cidades, movidas por uma espécie de afeto, de sentimento de fazer parte e se integrar à multidão, se espalhando por meio de uma evolução dinâmica, provocando um processo rizomático.

O rizoma (Gilles Deleuze e Felix Guatarri, 1995) estabelece uma visão intrínseca e profunda dos processos em que os múltiplos adquirem papel principal. Não existe mais superfície, existem formas diversas; uma ramificação que se estende do superficial e em todos os sentidos. Deleuze e Guatarri explicam o rizoma em *Mil Platôs, volume 1*, afirmando que é pelo rizoma que surgem os desejos e é por eles que se movem e circulam, em uma perspectiva diferente de ordenamento. "O mundo perdeu o seu pivô, o sujeito não pode nem mesmo mais fazer dicotomia, mas acede a uma mais alta unidade, de ambivalência ou de sobredeterminação, numa dimensão sempre suplementar àquela do seu objeto" (DELEUZE; GUATARRI,1995, p.13). O sistema do rizoma tem uma concepção complexa. Para buscar esclarecê-lo eles enumeram suas características aproximadas, em que é possível identificar o sistema do rizoma na ação coletiva dos protestos de junho de 2013.

> 1º e 2º - Princípios de conexão e de heterogeneidade - na dinâmica dos protestos de junho de 2013 se uniram sujeitos diversificados de composições sociais variadas. "Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências e às lutas sociais" (IDEM, p. 14). 3º - Princípio de multiplicidade – houve nos protestos de junho de 2013 uma dinâmica múltipla, não uma unidade definida, mas unidades múltiplas, sejam nas cidades ou nas reivindicações em conexão ou ainda na disseminação entre os grupos e sujeitos manifestantes. "As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito" (IDEM, p. 15). 4º Princípio de ruptura a-significante - contra os cortes demasiado significantes que separam as estruturas, ou que atravessam uma estrutura. "Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc..." (IDEM, p. 17). 5º e 6º- Princípio de cartografia e decalcomania - um rizoma não pode ser justificado por um modelo estrutural e gerativo.

Para refletir sobre os protestos de junho de 2013, tento juntar essas ideias com as considerações de Melucci: é possível identificar um novo paradigma de ação coletiva, adquirindo as características do sistema que pode ser chamado de rizoma por não possuir um "eixo genético" ou uma "estrutura profunda". Como enfatizam Deleuze e Guatarri, o mapa enquanto característica do rizoma é uma construção, assim como a dinâmica inesperada e de ampla propagação que ocorreu na ação coletiva dos protestos de junho de 2013.

> O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (IDEM, p. 21).

No intuito de esclarecer como a pesquisa se utiliza de categorias para compreender os protestos de junho de 2013 como a ocorrência de um "novo paradigma", ative-me até o momento às questões de como conceituei, no âmbito do arcabouço teórico o processo de enten-

dimento da ação coletiva neste contexto histórico. Mais à frente esse assunto voltará a ser abordado, pela ótica de como a ação coletiva dos protestos de junho de 2013 passa a ser percebida pelo imaginário coletivo, pelas instituições, pela dinâmica de poder, a mídia.

Tabela 1 Cronologia resumida dos protestos de junho de 2013

6 junho
-São Paulo -1º ato do Movimento Passe Livre (MPL)
-Rio de Janeiro, Goiânia e Natal – protestos
7 junho
-São Paulo - 2º ato do Movimento Passe Livre (MPL), Largo do Batata
Porto Alegre e Rio de Janeiro – Novos protestos
11 junho
-São Paulo - 3º ato do Movimento Passe Livre (MPL)
13 junho
São Paulo 4º ato do Movimento Passe Livre (MPL) – editorial dos jornais Folha de S. Paulo e do Estado de São Paulo usam a estratégia discursiva do estereótipo, chamam os manifestantes de vândalos, baderneiros, cobram repressão aos protestos. Manifestantes são encurralados, dezenas de pessoas feridas, entre elas vinte jornalistas. Sete repórteres do grupo *Folha de S.Paulo* foram atingidos no protesto, entre eles Giuliana Vallone e Fábio Braga, que levaram tiros de bala de borracha no rosto. O fotógrafo Sérgio Silva que trabalhava como freelancer é atingido no rosto por bala de borracha e fica cego de um olho. O jornalista Piero Locatelli da *Carta Capital* é preso por portar vinagre, mas sob acusação de agressão à tropa de choque.
15 junho
-Editorial do jornal *Folha de S. Paul*o se coloca contra a violência policial.
16 junho
-Rio de Janeiro e Brasília – protesto na abertura da Copa das Confederações
17 junho
São Paulo 5º ato do Movimento Passe Livre (MPL), Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte – Megamanifestações. Violência policial.
Brasília – 10 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios - ocupação da marquise do Congresso Nacional
19 junho
Revogado o aumento das tarifas de ônibus
20 junho
Protestos em 388 cidades – Protestos ocorrem simultaneamente no exterior - Brasília 30 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios – ocupação do Palácio do Itamaraty

Fonte: (#Protestos: análises das ciências sociais, CATTANI, 2014, p.103)

1.2. “Mãos para o alto, 3,20 é um assalto!”

Nas ruas as mobilizações populares pela redução da tarifa e o transporte público de qualidade foram um dos fios condutores que antecederam aqueles dias de efervescência social, cultural e política dos protestos de junho de 2013. “Mãos para o alto, 3,20 é um assalto!” Esse era um dos gritos de guerra, como chamamos as palavras de ordem, faladas em coro pelos integrantes do protesto nas manifestações públicas dos grandes atos pela redução da tarifa em São Paulo. Para entender melhor a ação coletiva das manifestações públicas de junho de 2013 é necessário dimensionar como se constituiu os protestos e, posteriormente como se expandiu em processo rizomático.

Os protestos de junho de 2013 foram uma ação coletiva com um contexto específico, mas têm um passado, uma construção que, apesar de não ter uma conceituação especificada, é possível considerar que têm suas raízes iniciais nas manifestações públicas pela redução da tarifa, pelo passe livre estudantil e a qualidade do transporte coletivo em todo o Brasil. Em junho de 2013, em um momento inicial alguns articulistas, jornalistas, políticos diziam não entender de onde surgiram os protestos e as manifestações públicas que ocuparam as das cidades brasileiras, mas o que aconteceu em junho de 2013 teve início muito antes de reunir toda essa multidão de gente.

Em uma busca constante de compreender os protestos de junho de 2013, ainda sem informações mais ordenadas e impregnada de um turbilhão de imagens que vi e revi inicialmente para relembrar aqueles dias de mobilização intensa da sociedade, já havia percebido de que as demandas públicas pelo transporte público, as manifestações públicas contra o aumento da tarifa em uma sequência praticamente determinada em reação às decisões de aumento acordadas entre gestores públicos e empresários, foram um dos pilares de sustentação das manifestações públicas de junho de 2013 e seu frenesi de reivindicações, ovacionada por uma multidão de vozes, com diferentes causas, demandas e reivindicações.

No entanto, no decorrer da pesquisa a questão das reivindicações e manifestações sobre o transporte público no Brasil apareceu como um dos fios condutores da ação coletiva de junho de 2013 em que milhares de pessoas que ocuparam as cidades do País.

O MPL (Movimento Passe Livre) que ao longo dos últimos dez anos, desde sua criação no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005 protagonizou uma série de confrontos e de enfretamentos junto a governadores, prefeitos e ao poderoso empresariado que geralmente controla e mantêm o monopólio do serviço de transporte público nas cidades brasileiras, é um movimento social que se identifica como apartidário, horizontal e independente que esteve

à frente de várias mobilizações nacionais pela redução da tarifa e qualidade do transporte público e deu início a uma série de atos de protestos em 2013.

Após o avanço desta pesquisa percebi o quanto esse tema é pouco debatido no Poder Legislativo federal. Apesar de acompanhar como jornalista os debates sobre políticas públicas no Congresso Nacional, constatei que são proporcionalmente escassos mediante tamanha problemática que é para a população brasileira as condições degradantes de ir e vir para quem usa o transporte coletivo. Realmente chega a aparentar que esse é um assunto sacralizado naquele ambiente, como se o transporte público não fosse um grande problema social no país, não sendo discutidas, com frequência, políticas públicas nacionais para a regulamentação de propostas de mobilidade urbana.

Uma das únicas exceções onde os debates sobre transporte público ocorrem é no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, onde há a definição de quanto e como serão gastos os recursos públicos, órgão responsável anualmente pela elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União. Neste contexto, se estabelecem a destinação de dinheiro público para obras de infraestrutura urbana que envolvem grandes quantias de recursos, em muitas delas há incontáveis relatos de corrupção e desvio de dinheiro público como por exemplo, o metrô de superfície de Brasília, o metrô de Fortaleza que ficaria pronto até a Copa de 2014 e a expansão do metrô de São Paulo. Casos estes em que há várias denúncias de corrupção e superfaturamento que impedem que as obras sejam entregues à sociedade e possa melhorar o transporte público nas cidades brasileiras.

No trabalho de campo compreendi o significado das rebeliões da tarifa para o contexto da ação coletiva de junho de 2013 e ampliação das manifestações populares. Há anos tinha conhecimento das lutas e as mobilizações dos estudantes pela mobilidade urbana, mas isso em Brasília, perante as mobilizações de caráter nacional ficava bem diluído à minha percepção. Acompanhei as lutas em Goiânia pela qualidade do transporte coletivo que sempre foram constantes e conflituosas. A cidade assim como Brasília também tem um dos piores transportes públicos que eu já conheci, durante anos dependi do transporte público de péssima qualidade que existe, ontem, hoje e sempre. Tenho em minha memória a situação de como estudante secundarista pegar o ônibus no sentido contrário até o ponto final o que levava uns 45 minutos, porque no ponto perto da minha casa não parava ou não era possível entrar no ônibus.

Depois os coletivos se organizaram e foram vários confrontos, dos quais não mais participei. Mas, se em São Paulo, a má gestão do transporte público já levou milhares de pessoas incontáveis vezes para as ruas, em Goiânia não é diferente. Ainda na década de 90, em busca

de alternativas de mercado e verificando a necessidade dos estudantes e a grande demanda, vans e peruas faziam o transporte de estudantes de forma "clandestina" ao Câmpus Samambaia da UFG. O transporte para a universidade sempre foi motivo de conflitos e ainda é, fato que demonstra a falta de investimento em transporte público de qualidade para atender não só estudantes, mas trabalhadores e a população. Em 19 de maio de 1999, aconteceu um protesto dentro do Câmpus Samambaia, que reuniu motoristas de vans e kombis e estudantes pela legalização do transporte alternativo, o perueiro, José Marcos da Silva, 36 anos foi morto por um tiro à queima roupa disparado por policial militar. Segundo matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o vice-reitor da UFG, Paulo Ximenes, declarou à reportagem que a presença da polícia militar dentro câmpus não havia sido autorizada pela reitoria da universidade. No entanto, a reitora da UFG em exercício em 1999, Milca Severino Pereira, não se pronunciou sobre a ação da policial militar.

Os perueiros e proprietários de vans buscavam autorização para fazer o transporte de estudantes, eles organizaram um protesto que iria até à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e foram ao Câmpus Samambaia buscar o apoio dos estudantes. Os relatos dão conta de que em uma das únicas vezes em que a polícia militar entrou no câmpus durante protesto agiu de forma extremamente truculenta, batendo nos motoristas que participavam do movimento, nos estudantes que apoiavam, atirando, colocando em risco a vida das pessoas e culminou na morte de um motorista. O policial não foi identificado e o caso está na memória de alguns poucos que têm conhecimento e ainda recordam do que ocorreu naquele dia 19 de maio de 1999.

Até hoje a entrada e atuação da polícia militar na UFG é controversa. Recentemente em audiência sobre segurança na universidade, realizada em novembro de 2015, o vice-reitor da UFG, Manoel Chaves, afirmou que a restrição à entrada e atuação da polícia militar no campus universitário "é um mito" e que não existe um acordo formal que impeça a entrada da polícia no câmpus. Se a questão da presença da ação da polícia militar na área da universidade gera debates e divide opiniões, o que não muda são as dificuldades de transporte enfrentadas pelos estudantes para chegar aos câmpus universitários, no setor universitário, mas principalmente ao Samambaia na vila Itatiaia mais distante do centro de Goiânia.

As questões sobre a qualidade do transporte público implicam e incitam, portanto, manifestações públicas em todo o país. O serviço é caro, ruim, impróprio à necessidade das pessoas. Pois foi pela redução da tarifa e as manifestações públicas relacionadas ao transporte público que tiveram início os protestos de junho de 2013. O Movimento Passe Livre intensificou os atos pela redução da tarifa de 3,20 para 3,00. No livro *As rebeliões da tarifa e as jor-*

nadas de junho no Brasil artigo dos militantes anarquistas Pablo Pamplona, Thiago Calixto e Felipe Correa *As jornadas de junho e o poder popular* o histórico do movimento Passe Livre é uma referência para entendimento de como surgiram os protestos de junho.

As mobilizações ocorriam em várias cidades, grupos mobilizados de luta pela qualidade do transporte público e a redução dos custos à sociedade estavam em ação muito antes de 2013. A repressão sempre foi violenta e incisiva, seja por ser uma pauta comum da sociedade e não somente de estudantes, mas também porque o serviço de qualidade de transporte público não interessa a estrutura arrecadadora do Estado brasileiro. Consiste que com a melhoria do transporte público, haveria queda na arrecadação de impostos em cascata que incidem sobre a produção de automóveis, o IPVA, Imposto de Veículos Automotores. O Brasil vive um círculo vicioso do propinato que inclui de maneira corporativa as concessões do serviço de atendimento ao público como o transporte. Infelizmente o direito de ir e vir, segrega, enclausura, oprime e detêm as classes populares e as pessoas que necessitam de utilizar o transporte público em situação degradante e humilhante como revelaram relatos do filme *Junho* sobre os protestos de 2013. Isso é o que a gente enfrenta no dia a dia ao utilizar o serviço público de transporte: ônibus lotados, terminais e pontos de ônibus insuficientes, logística opressora que visa o lucro e não atende de forma satisfatória a sociedade.

1.3. Os dois lados do espelho espaço e poder

A ocupação do espaço urbano além da circulação é um dos elementos iniciais da elaboração deste trabalho. Após a pesquisa documental inicial, a questão do espaço urbano surgiu como elemento e prática simbólica expressiva no contexto dos protestos de junho de 2013. A decisão de estabelecer a opção do recorte de espaço como um dos pontos de partida está diretamente ligado ao desconforto e às preocupações que a ocupação dos espaços urbanos, pelas manifestações públicas, ocasionaram às instituições do Estado.

David Harvey aborda a temática do espaço e tempo de forma a realçá-las como fontes de poder social. O domínio do tempo e do espaço são considerados nessa abordagem, pela definição de mensuração de tempo e dos espaços, territórios, mapas e pela própria definição de ocupação, como elementos primordiais de aquisição e manutenção de poder econômico e político. “Essa questão geral envolve uma outra: considerar como práticas e “discursos” temporais e espaciais bem estabelecidos são “usados” e “trabalhados” na ação social (DAVID HARVEY, 1992, p. 207).

A perspectiva de espaço como fonte de poder social ampara a escolha da ocupação da Esplanada dos Ministérios nas manifestações públicas de junho. Especialmente o gramado em

frente ao Congresso Nacional, como um elemento significativo e como uma das questões que foram essenciais no início desta pesquisa. Nesse aspecto do recorte de espaço, há detalhes e configurações que não se limitam às linhas e definições arquitetônicas e urbanísticas. De acordo com Akhil Guptha e James Ferguson, o entendimento da antropologia "é que a experiência do espaço é sempre socialmente construída" (2002, p. 37). Essa categoria se estabelece como ideia bem antiga do trabalho antropológico. No caso desta pesquisa, aparece como um recorte essencial do trabalho, aliando-se a ela a noção de lugar para denominar o gramado em frente ao Congresso Nacional. Percepções que surgem de observações, mediante um olhar mais apurado da paisagem urbana, fazem desse espaço um lugar a partir da vivência do cotidiano. "... a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade e localidade" (Idem, p. 34).

Neste aspecto as barreiras estéticas de contenção, como o espelho d'água em frente ao Congresso Nacional e as reivindicações semanais são elementos que constituem esse lugar onde o espaço está teoricamente, visivelmente aberto para ser ocupado, e que todos podem, pelo menos de forma aparentemente utilizar em Brasília. A capital federal, uma cidade conceituada como modernista, planejada para que os espaços e locais urbanos estivessem ordenados e separados conforme utilidade, ambientes e público determinados. A capital federal, fundada em 21 de abril de 1960, tem como modelo de concepção a cidade proposta pelos manifestos do Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (CIAM), que tem como um dos seus representantes principais o arquiteto francês Le Corbusier. James Holston ao argumentar sobre a concepção de Brasília, no contexto histórico do modernismo vanguardista, afirma que o plano urbanístico da cidade foi concebido a partir de duas cidades ideais elaboradas por Le Corbusier, acrescentando-se na perspectiva de Brasília o "centro público", além das quatro funções das cidades ideais: moradia, trabalho, lazer e circulação.

> Tais comparações não têm o objetivo de diminuir a originalidade de Lúcio Costa ou Oscar Niemeyer ao darem forma final às propostas dos CIAM. Cada projeto arquitetônico tem sua própria história e sua "angústia de influência". Mais ainda, há diferenças entre os projetos de Le Corbusier e Brasília. A arquitetura de Niemeyer, por exemplo, é nitidamente mais leve e mais icônica que de Le Corbusier, e o plano de Lúcio Costa inclui um centro público – a quinta função, que ainda não havia sido definida quando Le Corbusier criou suas cidades ideais (JAMES HOLSTON, 1993, p. 38).

É justamente no elemento que distingue o planejamento urbanístico das cidades ideais de Le Corbusier de Brasília, o "centro público", é que está localizada a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional, projetado por Oscar Niemeyer. De acordo com relatório do

Plano Piloto de Brasília, de autoria de Lúcio Costa, que venceu o concurso nacional realizado em 1957, o centro público é formado por um triângulo e se encerra na Praça dos Três Poderes: "Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais, que são três e autônomos, encontram-se no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar para contê-los" (LÚCIO COSTA, 1991, p. 22). A palavra contenção aparece nessa descrição de forma que abre a possibilidade de interpretação que a divisão do espaço em forma de triângulo visava a ocupação proporcional hierárquica dos poderes e representava no espaço uma busca de equilíbrio de poder.

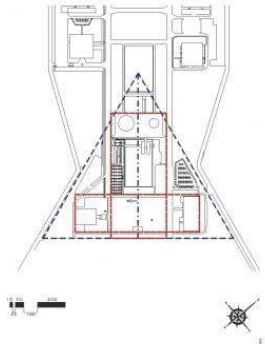


Figura 2: Ordenamento do espaço da Praça dos Três Poderes - Desenho Francisco Lauande. Disponível em : <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3424>- acesso em jun. de 2015

Na perspectiva do "centro público", o gramado assim como o prédio do Congresso Nacional aparece como o ápice deste triângulo, o amplo espaço central, parece representar do ponto de vista do ordenamento um espaço híbrido, sem determinações e regras expressas de ocupação na cidade de Brasília, a capital federal, sede do governo da República Federativa do Brasil, que apresenta uma dinâmica quase obsessiva de ordenamento urbanístico. Para cada atividade pública ou privada, individual ou coletiva existem setores, limites delimitados para as instituições administrativas, bancárias, comerciais, residenciais, de diversão e lazer.

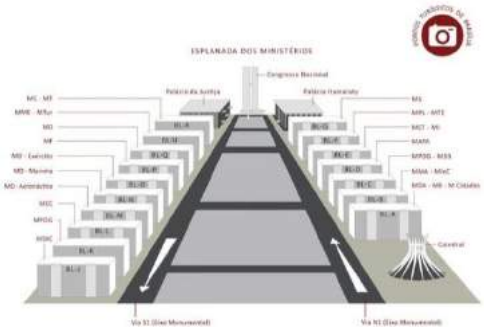


Figura 3 Esplanada dos Ministérios - Fonte: Secretaria de Turismo do Governo do Distrito Federal



Fotografia 1 Esplanada dos Ministérios imagem clip música Tropicália - Caetano Veloso ft. Orquestra Sinfônica de Heliópolis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GCt9aBYCpmY>. Acesso em mai. de 2016

Morei em Brasília por mais de dez anos, em narrativas que ouvi no cotidiano e na convivência com os moradores da cidade sobre a construção de Brasília, as pessoas comentavam que o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa planejaram o gramado em frente ao Congresso Nacional para que justamente a população tomasse posse do espaço para se manifestar em frente a "Casa do Povo". Afirmações e considerações essas que, até o momento e, por mais que eu procurasse, ainda não encontrei em nenhum documento ou registro. Dando a impressão de se tratar de uma convicção e impressão das pessoas. Começo a considerar inclusive essa atribuição dada ao gramado em frente ao Congresso Nacional quase como narrativas que emergem do imaginário coletivo da cidade, e realmente essa pode ser uma constatação real, caso não seja possível encontrar a comprovação dessa destinação democrática e popular em nenhum documento que comprove essa afirmação que atribuem ao arquiteto Oscar Niemeyer e ao urbanista Lúcio Costa, responsáveis pela concepção urbanística e pelo conjunto arquitetônico da Esplanada dos Ministérios.

O gramado em frente ao Congresso Nacional, em que acontecem semanalmente protestos e onde aconteceram as manifestações públicas de junho de 2013, integra o complexo arquitetônico da Esplanada dos Ministérios e faz parte de uma ideia única e peculiar de planejamento urbanístico. Compõe uma concepção urbanística e arquitetônica que evocou para Brasília o título de cidade monumento, Patrimônio Mundial, única cidade e bem contemporâneo a receber essa titulação, tombada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 7 de dezembro de 1987. De forma geral, este é local de concentração final das manifestações públicas que ocorrem na Esplanada dos Ministérios.

A dinâmica das ações coletivas na Esplanada dos Ministérios consiste em um momento inicial de concentração na Rodoviária do Plano Piloto que fica a aproximadamente 2,4 km de distância do Congresso Nacional. A ação coletiva ocupa a faixa de rua à direita, sentido à Praça dos Três Poderes, passando pela Catedral e o Palácio do Itamaraty que ficam também à direita do extenso gramado. Os manifestantes ao chegarem à frente do Congresso se colocam diante ao espelho d'água que, inclusive é um elemento espacial e simbólico que inspirou o tí-

tulo desta dissertação, e que é uma barreira "estética" e física que separa "os de dentro" os congressistas e "os de fora" os sujeitos e os grupos sociais. Os dois lados do espelho separam e unem a multidão e os seus representantes constitucionais e institucionais em que é possível refletir sobre a significação simbólica de hegemonia e hierarquia social política.

Cabe esclarecer que, se no Relatório do Plano Piloto de Brasília a ideia de contenção se estabelecia na ocupação do espaço, por meio da figura do triângulo com a provável intenção de promover no espaço a representação do equilíbrio entre os principais poderes autônomos. O espelho d'água em frente ao Congresso Nacional, por sua vez, é realmente uma barreira de contenção, com aparência estética inocente, mas que tem como propósito principal a contenção, o controle e também demonstração de poder e disciplina, que não visa o equilíbrio e sim estabelecer uma barreira entre "os de dentro" congressistas e os "de fora" a sociedade, a ação coletiva e seus atores sociais. Como já mencionei, a ocupação do espaço é nesta pesquisa compreendida também como relação de poder que se manifesta no âmbito urbano. "A cidade é estrutura e relações sociais, economia e mercado; é política, estética e poesia. A cidade é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência" (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 1).

Foi com essa opção de estabelecer um bloqueio, no intuito de impedir e barrar "manifestações agressivas" que em agosto de 1998, o então Presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), após protesto durante a Jornada Nacional por Emprego e Direitos Sociais, encomendou ao serviço de arquitetura e engenharia da Câmara dos Deputados o projeto de um fosso de 6 metros de largura e 1,92 metros de profundidade, em formato de um lago estilizado, para separar o gramado do prédio do Congresso Nacional. O arquiteto Oscar Niemeyer aceitou isolar o Congresso, mas modificou a proposta, a profundidade do fosso encomendado pelo Senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) foi alterada para 60 centímetros de profundidade e denominado de espelho d'água, substituindo uma cerca móvel de arame, que até então era o bloqueio existente. Segundo matéria publicada na época, sob o título "Fosso de ACM vira espelho d'água", o presidente do Congresso Nacional, senador baiano alegou que a intervenção e modificação do projeto arquitetônico do prédio era uma medida necessária "o objetivo não é impedir a entrada da população, mas "proteger um prédio público de manifestações agressivas e baderneiras" (MAGALHÃES, 1998).



São Paulo, quinta, 20 de agosto de 1998 FOLHA DE S.PAULO brasil

Texto Anterior | Próximo Texto | Índice

CONGRESSO

Oscar Niemeyer aceita idéia de isolar Congresso, mas muda projeto original do senador

Fosso de ACM vira espelho d"água

Reprodução Folha Imagem

Esboço do arquiteto Oscar Niemeyer para o lago que irá isolar o Congresso Nacional de manifestantes, segundo idéia do senador ACM

RAQUEL ULHÔA
da Sucursal de Brasília

O arquiteto Oscar Niemeyer deu aval à idéia do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de cercar o Congresso com um fosso cheio de água para impedir invasões ou "manifestações agressivas".
Mas é uma versão mais branda do fosso de 6 metros de largura planejado por ACM.

Fotografia 2 Matéria do jornal Folha de S. Paulo. Fosso de ACM vira espelho d'água, 20 de agosto de 1998. Disponível em: http: <//www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc20089803.htm#>. Acesso em: jun. 2015



Fotografia 3 Projeto original do gramado em frente ao Congresso Nacional - Thomaz Farkas- 1960- Dia da inauguração de Brasília. Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/joao-alexandre-peschanski/->. Acesso em: jun. 2015.



Fotografia 4 Manifestantes no espelho d'agua no protesto de 17 de junho de 2013. Portal UOL**.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/apos-cinco-horas-manifestantes-desocupam-congresso-nacional-em-brasilia.htm>. Acesso em: novem. 2013



Fotografia 5 Orlando Brito – 1969. Protesto contra a imposição da ditadura de uma junta militar assumir a Presidência da República



Fotografia 6 Orlando Brito- 1988 – Comemoração das Diretas Já

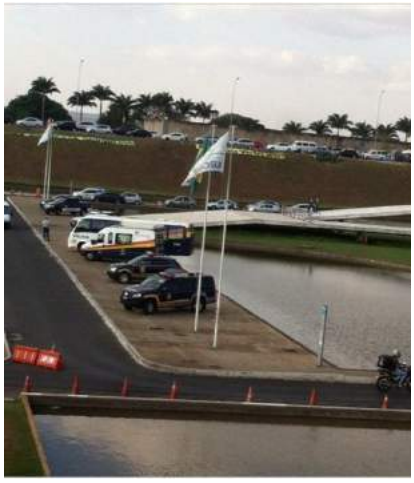
A opção pelo recorte do gramado em frente ao Congresso Nacional não se trata de uma fixação sobre a ideia de utilização do espaço, mas a verificação de como significativa e simbólica se apresenta a sua ocupação por ações coletivas e de ativismo político. A questão do espaço, segundo Ferguson e Guptha, tem recebido pouca atenção na teoria antropológica e que essa nuance sobre a localização e o uso de espaço deveria ser mais valorizada pela disciplina que se estabelece principalmente a partir do trabalho de campo. Ancorada nessa perspectiva é que busquei considerar a complexidade do recorte antropológico do espaço como elemento simbólico. "Uma antropologia cujos objetos não são mais concebidos como automática e naturalmente ancorados no espaço precisará dar atenção especial ao modo como espaços e as questões de espaço e lugares são construídos, imaginados, contestados e impostos" (2000, p. 44).

Para ponderar sobre os entrelaçamentos dos protestos de junho de 2013 e as ocupações do gramado em frente ao congresso nacional, os momentos e as situações relacionadas a essas manifestações públicas, utilizo as noções relativas a espaço na pós-modernidade de Guptha e Ferguson de vigilância, panopticismo, desterritorialização, em que ocorrem processos de perda de acesso ou controle a territórios econômicos e simbólicos e ainda de marginalização e exclusão social, quando o controle de espaços passa a legitimar a repressão, a militarização e

a criminalização do direito coletivo de acesso e uso de um determinado espaço por parte da sociedade.

Essas categorias de análise teórica são importantes para refletir sobre os conceitos de espaço na antropologia. No caso específico do gramado em frente ao Congresso Nacional, emergem questões pertinentes às relações de poder, e de "diferença cultural" (2000). Nesse sentido, considero ainda como adequadas e oportunas as considerações sobre as noções foucaultianas de panopticismo e vigilância. Os dois conceitos são utilizados por Foucault para elaborar a análise do sistema disciplinar e dizem respeito ao poder disciplinador e de vigilância que é exercido sobre os sujeitos. "O Panóptico (...) permite aperfeiçoar o exercício do poder. (...) Sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído (...) Vigiar todas as dependências onde se quer manter o domínio e o controle" (FOUCAULT, 1997, p. 170).

As ações de repressão e controle durante as manifestações e protestos no gramado do Congresso Nacional são marcações e exemplos nítidos desse processo de vigilância que inclusive foi aperfeiçoado após os protestos de junho de 2013. Durante o trabalho de campo, além do espelho d'água como contenção, observei em 2015 que viaturas eram colocadas como forma de marcação de espaço e intimidação em frente ao prédio.



Fotografia 7 Acervo da autora. Trabalho de campo: Viaturas da polícia legislativa e da polícia militar e ônibus da polícia militar em frente ao espelho d'água do Congresso Nacional. Outubro de 2015

Do ponto de vista do panóptico que se estabelece neste mesmo espaço do gramado em frente ao Congresso Nacional é possível considerar que sua própria concepção seja inspirada nessa perspectiva. A esplanada dos ministérios que é ampla e sem recortes de ruas, a não ser os anexos, podendo ser facilmente monitorada. Neste espaço as ações de repressão contra manifestantes durante os protestos ficam até difíceis de identificar, diluídas na amplitude do espaço. No entanto, nos protestos de ocupação da marquise em 17 de junho e de 20 de junho de

2013, a ocupação do Itamaraty, o que pode notar é que não houve o encurralamento dos manifestantes, como por exemplo, há em São Paulo e outras cidades. A impressão é que houve a contenção e dispersão para a lateral do prédio. Considero, portanto, que essa alteração se dá em parte pelo amplo campo de visão para cobertura jornalística e captação de imagens. Sem dúvida a esplanada dos ministérios pode ser considerada como concebida para a vigilância e controle como um exemplo do espaço como ferramenta de dominação.

2. Criminalização das manifestações populares - Estratégias de controle social

Neste capítulo abordo as três estratégias que busco definir neste trabalho como de controle social e limpeza das ruas que ocorreram durante junho de 2013 e posteriormente como suas consequências e desdobramentos. A primeira é a estratégia discursiva, que tem o efeito intelectual e de criação de imagem que promove a instauração de uma representação, por meio do uso do estereótipo pejorativo discriminatório dos manifestantes e dos protestos no imaginário coletivo da sociedade. Na verdade, buscava-se com essa estratégia mudar o padrão de comportamento da sociedade que além de aprovar os protestos, em um determinado momento foi tomada por uma identificação de pertencimento que levaram às pessoas a participar das manifestações em todo o país.

A estratégia discursiva visava estabelecer uma representação negativa dos protestos, apontá-los como ilegítimos, injustificáveis, inexpressivos e criminosos para evitar a adesão de pessoas, a aprovação da sociedade e justificar a segunda estratégia de controle social que trato neste capítulo, a repressão. Relato alguns exemplos que me parecem chaves para compreender a elaboração discursiva durante os protestos de junho de 2013, construída no intuito de instaurar uma representação pejorativa, negativa e criminosa dos protestos. São alguns acontecimentos que utilizo para apontar marcações discursivas exacerbadas da grande mídia com o objetivo de reverter o processo rizomático de ocupação das ruas em junho de 2013. Essas marcações discursivas têm como fonte a pesquisa documental que realizei antes do trabalho de campo.

No subtítulo 2.2 e 2.3 trato da segunda estratégia de controle social: a da repressão que inclui a violência que incide sobre o corpo dos manifestantes, a intimidação, a humilhação e prepotência exercidas pelo Estado. No subtítulo 2.4 abordo as prisões disciplinares e exemplares que têm efeito físico e psicológico, essas estratégias de controle social são colocadas em prática para promover e instaurar o medo à ação e participação da sociedade nos protestos. Relato nestes subtítulos os desdobramentos e sofisticação da repressão após os protestos de junho de 2013, verificadas durante observação no trabalho de campo nos protestos de 2014. Ainda tenho como referência os registros sobre a estratégia de repressão de controle social dos relatos e narrativas dos manifestantes presentes em vídeos compartilhados no Youtube, que quebraram o curso da abordagem noticiosa e informativa da grande mídia mostrando as técnicas da repressão e ação da polícia nas ruas de forma violenta e arbitrária, Outra fonte de

referência sobre a violência policial e a repressão que bate de frente e é diversamente diferente da versão da grande mídia sobre os protestos, como já mencionei, são os relatos contidos no filme *Junho*, dirigido pelo João Wainer, produzido pela *Tv Folha* e o filme *Com vandalismo*, produzido pela Nigéria Audiovisual, dos jornalistas Roger Pires, Bruno Xavier, Pedro Rocha e Yargo Gurjão que registra os protestos que ocorreram em Fortaleza durante a Copa das Confederações em junho de 2013.

A terceira estratégia de controle social: a jurídica trata da elaboração legislativa e contenção dos protestos, será tratada no capítulo 3, em que abordo a construção legislativa do manifestante como terrorista que foi discutido no Congresso Nacional em 2013, 2014 e 2015 entre outras propostas de vigilância e monitoramento do Estado.

Esclareço que devido a amplitude do tema e as proporções que os protestos de junho de 2013 e suas consequências e desdobramentos tomaram, esses relatos exemplificam as observações destas três estratégias que defini como de controle social, limpeza e purificação das ruas no decorrer da pesquisa. Muitos outros relatos existem, foram inúmeras as ocorrências do uso dessas estratégias de controle social. No entanto, esta dissertação aborda as estratégias de controle, utilizando alguns exemplos emblemáticos que contribuem para o seu entendimento e de como elas incidiram sobre a sociedade em junho de 2013. Pelo andamento da própria pesquisa e trabalho de campo onde surgiram outras questões pertinentes à antropologia social, não há a intenção neste trabalho de realizar um levantamento e uma análise específica sobre a mídia e os protestos de junho de 2013. Nesta dissertação a abordagem que realizo sobre a atuação da mídia e da imprensa tem como intuito explicar a estratégia discursiva de controle social de instauração de uma representação dos manifestantes e dos protestos de junho de 2013, utilizando estereótipos discriminatórios pejorativos. Posteriormente, tendo como base somente alguns relatos e observações de trabalho de campo onde as dinâmicas de criminalização e controle se apresentam como mais elucidativas, busco demonstrar em que consiste a estratégia física e psicológica de controle social e como as ações de repressão e as prisões exemplares e disciplinares ocorridas durante os protestos de junho de 2013 foram aperfeiçoadas e incidiram sobre os manifestantes e a sociedade.

2.1. “Mídia facista sensacionalista!” Estratégia discursiva e intelectual de controle social Construção do discurso - Representação e o estereótipo discriminatório

O grito de guerra nos protestos de junho de 2013 “Mídia facista sensacionalista” dá nome a este subtítulo em que trago exemplos do discurso da mídia sobre as manifestações populares de 2013. A estratégia de construção discursiva e de representação é utilizada como

mecanismo de dominação e de controle social. Nessa perspectiva, são válidas as considerações de Foucault sobre o sujeito, que segundo Stuart Hall, na visão focaultiana, não é o sujeito que fala e sim o discurso que se constrói sobre ele. "En verdade, esta es uma de lás más radicales proposiones de Foucault: el "sujeto" es *producido dentro del discurso*. Este sujeto del discurso no puede estar fuera del discurso, porque debe estar *sujeitado al* discurso" (HALL,2010, p. 477, grifos do original).

A pesquisa também utiliza como referência e ferramenta de trabalho a teoria crítica pós-colonial de Homi K. Bhabha sobre a construção do discurso como estratégia de dominação em que o estereótipo discriminatório é utilizado repetido e disseminado como forma de deslegitimar, desqualificar e dominar os indivíduos produzindo uma imagem que favoreça os processos de dominação.

Slavoj Zizek argumenta que ao se tratar de ideologia ou de questões ideológicas há sempre uma relação de dominação não sendo necessária qualifica-la de "falsa" ou "verdadeira", mas buscar entendimento de como opera essa ideologia enquanto elemento de dominação observar [...] "como o conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação**.** Para ser eficaz a lógica de legitimação da relação de dominação e controle tem que permanecer oculta" (ZIZEK, 1996, 13, 14). No caso da ideologia hegemônica do Estado para o controle dos protestos houve a criação de uma estratégia do processo de enunciação, subjetivando a ação coletiva e o sujeito manifestante com o objetivo de controle da manifestação das massas nas ruas. A assepssia e purificação limpeza do espaço público para a execução do planejamento de exploração econômica, midiática e social do megaevento esportivo.

A investigação sobre a compreensão do processo da construção da representação do sujeito manifestante e da ação coletiva sobre os protestos de junho de 2013 no discurso oficial do Congresso Nacional e da mídia, aqui compreendida como abordagens de programas de Tv, matérias de jornais, editoriais e blog de opinião, sobre os protestos de junho de contribui para o entendimento de como foi reportado esse fenômeno social, cultural e político pela mídia brasileira. Nesta abordagem é possível constatar a divergência explícita existente entre as narrativas de apreensão do sujeito, imagens e relatos que os indivíduos produziam com seus celulares e compartilhavam na internet e ainda que integravam iniciativas de mídia colaborativa e independente, como o Mídia Ninja e Mariachi entre outros inúmeros registros de manifestantes documentando os protestos de junho de 2013, que contrapõe o discurso da grande mídia.

A abordagem dessas duas mídias, a da grande mídia e da imprensa e da mídia independente e colaborativa e dos registros dos indivíduos nas manifestações tem teor bastante di-

ferente. Outro elemento considerado é que em pesquisas exploratórias documentais foram verificadas alterações e adequações estratégicas do discurso oficial e da mídia no decorrer dos protestos, principalmente quando houve ampla adesão e aprovação da sociedade aos protestos de junho de 2013.

Com o intuito de realizar a análise dos protestos de junho de 2013 e o processo de construção do discurso de poder sobre as manifestações públicas e os indivíduos que delas participaram como atores sociais, defini três fases distintas: 1- Condenação e criminalização, uso da instauração da representação e do estereótipo discriminatório pejorativo. 2- Apoio às manifestações. 3- deslegitimação dos protestos por ser um movimento sem líderes e sem uma pauta definida.

Ressalto, no entanto, um elemento de grande importância é que, nas abordagens informativas de apoio aos protestos de junho de 2013 da grande mídia de apoio aos protestos de junho de 2013, o que ocorre é a impossibilidade de negá-las enquanto mobilização social e pela condição de pressão popular, porque em determinado momento ser contra os protestos era ir contra a audiência, a multidão e a sociedade. A mudança do discurso da mídia e da imprensa em reconhecer as manifestações populares de junho de 2013 vem do fato que se torna insustentável a posição de dar continuidade a abordagem de reduzi-las a inciativas insignificantes e restritas e somente criminalizar os protestos.

É nítida a utilização da representação e do estereótipo pejorativo discriminatório utilizado por alguns jornalistas e formadores de opinião, durante todo o contexto das manifestações públicas de junho de 2013. A abordagem criminalizadora e de condenação dos protestos de junho de 2013 por alguns jornalistas será exemplificada de forma detalhada mais à frente. Importante observar que essas três fases de construção de discurso de poder também são verificadas no capítulo 3 desta dissertação, quando abordo os protestos de junho de 2013 na visão do Congresso Nacional.

As fases de análise da construção do discurso foram delineadas no decorrer do estudo e seguem as considerações teóricas de Foucault e seu esforço crítico de estabelecer o discurso como forma de exercício de poder, visando organização, dominação e instrução das forças e dos atores sociais. Partindo da hipótese repressiva, Foucault estabelece que manter o equilíbrio social e o controle não é papel da virtude, mas da força. O processo de construção discursiva sobre o manifestante e da ação coletiva de junho de 2013 está calcado na força e pode ser compreendido da seguinte forma: 1-pragmática da força da polícia, 2-da tecnologia disciplinar de vigiar e punir e 3- do discurso. Esses três elementos são pontos referenciais que utilizei para conceber no arcabouço da pesquisa, o que compreendo e argumento como as estratégias de

controle social. Segundo Foucault, a polícia é o instrumento que possibilita aumentar o controle do Estado sobre os sujeitos e que articula as técnicas de controle. A tecnologia disciplinar, como a criminalização e as prisões são táticas para disciplinar os sujeitos e as populações; e o discurso pretende se estabelecer na categoria das leis, é o poder que pretende tomar posse, controlar.

> [...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. [...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2013. P. 8,9,10).

Nesta perspectiva, o discurso se apresenta como ferramenta para esconder operações antiéticas, violentas e estratégicas que promovem interpretações convenientes aos processos de dominação e no caso dos protestos de junho de 2013 de controle social, como definem Hubert Dreyfus e Paul Rabinow.

> Estas interpretações foram criadas e impostas por outra pessoa, não pela natureza das coisas. Nesta descoberta da ausência de fundamento, a inerente arbitrariedade da interpretação é revelada. Pois, se não há nada a interpretar, então tudo é passível de interpretação; os únicos limites são as arbitrariedades impostas. Esta opinião se elucida à medida que o trabalho de Foucault procede" (2012, p.120).

Todas essas estratégias discursivas, da repressão da polícia e da criação de leis foram utilizadas para tirar a qualquer custo as pessoas das ruas, evitar que as manifestações públicas acontecessem e que a população continuasse a participar da ação coletiva. Como no dia 17 de junho de 2013 onde protestos aconteceram em 40 cidades e 11 capitais, e houve a tentativa de ocupação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e do Congresso Nacional.

No primeiro momento, o que eu chamo de fase 1 de construção discursiva dos protestos, está em ênfase a condenação e criminalização, uso da instauração da representação e do estereótipo discriminatório pejorativo. A mídia condena os protestos de junho de 2013 em busca de se atingir e manter o cenário social pretendido de passividade, promover a formação da opinião pública do "senso comum" de desaprovação.

Os veículos de comunicação da grande mídia se colocam de forma enfática contra os protestos e promovem a realização de um processo discriminatório, criminalizador, de fixidez pejorativa exacerbada para estabelecer como verdade a construção da imagem do sujeito manifestante e da ação coletiva como potencialmente ofensiva e como ameaça à segurança da sociedade. O protesto não é notificado como fato social, político, cultural e a aceitação livre manifestação da insatisfação popular, mas como caso de polícia e de segurança nacional. Alguns dos mais ferozes e determinados criminalizadores e condenadores dos protestos de junho

de 2013, que utilizaram amplamente a estratégia discursiva do estereótipo foram os editoriais dos jornais como o Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo e o jornalista Reinaldo Azevedo em seu blog na revista Veja, que escrevia diariamente, nomeando os manifestantes de forma pejorativa como vândalos, baderneiros e criminosos. Utilizo o texto opinativo de Reinaldo Azevedo publicado em seu blog na *Revista Veja*, no dia 12 de junho, e o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 13 de junho de 2013, que se seguem para ilustrar a operação da estratégia discursiva do estereótipo:

> Alckmin: manifestantes são **baderneiros** e **vândalos**
>
> O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou nesta quarta-feira que os manifestantes que depredaram novamente a capital paulista são **"baderneiros** e **vândalos"** e serão responsabilizados pelos danos ao patrimônio público. Nesta terça, dezenove pessoas foram detidas no terceiro dia de protestos em menos de uma semana em São Paulo. "É intolerável a ação de baderneiros e vândalos", disse o governador.
> Os protestos em São Paulo são organizados pelo Movimento Passe Livre, formado por **radicais** de movimentos e partidos de esquerda, que reclamam do reajuste das tarifas de ônibus e metrô na cidade de 3 reais para 3,20 reais. Nas três manifestações, o grupo reuniu em média cerca de 5.000 pessoas, travou o trânsito das principais vias da capital e deixou um rastro de **destruição** e **vandalismo** – nesta terça, além de **pichações** e estações de metrô **depredadas**, ônibus foram queimados.
> "A polícia vai responsabilizar e exigir o ressarcimento do patrimônio, seja público, seja privado, que foi destruído", afirmou Alckmin. "Isso extrapola o direito de expressão. É absoluta **violência**, **vandalismo**, **baderna**, e é inaceitável", completou. As declarações foram feitas em Paris, onde uma delegação brasileira, que inclui o vice-presidente da República, Michel Temer, e o prefeito da capital, Fernando Haddad, defende a candidatura de São Paulo à sede da Exposição Universal de 2020 (Expo 2020).
> Haddad também criticou os protestos: "A liberdade de expressão está sendo garantida, mas as pessoas não estão fazendo uso adequado dessa liberdade de expressão. Os métodos não são aprovados pela própria sociedade", disse. "São pessoas inconformadas com o estado democrático de direito que passam a adotar outro tipo de postura de **provocação, intimidação, agressão e depredação"**, completou.
> **Vandalismo**
> Entre os dezenove manifestantes detidos na noite desta terça-feira durante o protesto contra o reajuste no valor das passagens de ônibus e metrô em São Paulo, treze seguem sob custódia da Polícia Civil e aguardam transferência para um Centro de Detenção Provisória da capital. Segundo a polícia, dez pessoas foram presas por **formação de quadrilha e vandalismo**, sem direito a fiança, e duas por **lesão corporal** – com fiança estipulada em 3 000 reais. (AZEVEDO, 12 jun. 2013, 13:55, grifos meus).

Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/alckmin-manifestantes-sao-baderneiros-e-vandalos/>. Acesso em: jan.2015.

> Chegou a hora do basta
>
> O **vandalismo**, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de **grupos radicais** os mais diversos, só tem feito aumentar. Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um **rastro de destruição** - pontos de ônibus, lojas, nove agências bancárias e ônibus depredados ou pichados. Uma **bomba** foi jogada na Estação Brigadeiro do Metrô e a Estação Trianon teve os vidros quebrados. Em algumas das ruas e avenidas por onde circularam, principalmente a Paulista, **puseram fogo** em sacos de lixo espalhados para impedir o trânsito e dificultar a ação da Polícia Militar (PM). Atacada com paus e pe-

> dras sempre que tentava conter a fúria dos **baderneiros**, a PM reagiu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. O saldo foi de 20 pessoas detidas e de dezenas com ferimentos leves, entre elas policiais. A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. (Opinião, 13 jun.2013, grifos meus).

Jornal O Estado de São Paulo, Opinião. Disponível: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>. Acesso em: jan.2015.

Na perspectiva da construção do discurso como representação e de entendimento do processo de criação de uma imagem discriminatória estereotipada do sujeito manifestante e da ação coletiva no contexto histórico de junho de 2013, utilizo ainda o conceito de representação de Stuart Hall entendido como o processo em que os membros de uma cultura produzem, compartilham sentidos e interpretam o mundo. Para Hall, a teoria de representação de Foucault, de enfoque discursivo, foi significativa para os estudos culturais por sua vertente crítica e sua aplicação, que vai além da percepção semiótica de Saussare, engessada na linguagem, no signo e na apresentação simbólica.

A proposta de Foucault de representação de enfoque discursivo amplia a concepção semiótica e linguística e alcança uma abordagem dinâmica. A representação foucaultiana, portanto, é percebida como um processo construído no discurso, em um contexto histórico determinado, com enfoque mais nas relações de poder do que nas relações de sentido. No processo de construção discursiva sobre o sujeito manifestante e os protestos de junho de 2013 verifica-se a utilização de estratégias para transformar a representação da livre expressão da opinião, indignação e resignação em atitude transgressora e a identidade do sujeito em uma ameaça pública e criminosa.

A abordagem da teoria de representação com enfoque discursivo de Foucault é fundamentada em um conceito de discurso que reúne linguagem e práticas que são em sua essência disciplinares, de poder e estratégicas. Stuart Hall contribui com esse raciocínio quando determina de forma específica os elementos importantes para o estudo do discurso, no caso específico da pesquisa sobre os protestos de junho, chama a atenção e são úteis os seguintes elementos: 1- personificação; 2- aceitação dos sujeitos construídos 3- poder disciplinador do discurso como conhecimento e verdade no contexto histórico.

> El reconocimento de que un discurso o *espisteme* diferente va a surgir en un momento histórico posterior, que suplantará el existente, abriendo una nueva formación discursiva, y produciendo, a su vez, nuevas concepciones de "locura", "castigo", o "sexualidad", nuevos discursos con el poder y autoridade, de la "verdad", para regular las prácticas sociales de modo nuevo (2010, p. 471).

Para entender esta proposta de análise é válido refletir sobre a questão da representação imposta e apresentada como verdade que o discurso assume nos projetos de poder. Stuart

Hall faz um recorte sobre o racismo, que pode ser ampliado para pensar os processos discriminatórios de posições sociais ambivalentes. Segundo Hall, essas representações do *outro* são estabelecidas para manter uma política que determina os posicionamentos do sujeito na realidade social pretendida.

> La representación es possible sólo porque la enunciación siempre está producida dentro de códigos que tienen una historia, una posición dentro de las formaciones discursivas de un espacio y tempo particular. El desplazamiento de los discursos "centrados" de Occidente supone cuestionar su carácter universalista y sus reclamos transcendentales para hablar por todos, mientras que el discurso está en todas las partes y en ninguna (2010, p. 310).

Os exemplos do direcionamento, o foco da informação e da construção discursiva produzida pela grande mídia em junho de 2013 é bastante elucidativo para o entendimento do processo ao qual se refere Stuart Hall. Os conteúdos desses pronunciamentos evidenciavam a utilização do mecanismo de personificação dos sujeitos construídos, homogeneizados como "vândalos", "bardeneiros", "criminosos" e depredadores do bem público e privado de forma amplificada.

Soma-se a esta linha de raciocínio sobre personificação dos sujeitos visando a criminalização e controle das manifestações públicas as considerações teóricas de Homi K. Bhabha sobre a estratégia discursiva do estereótipo. Durante os protestos de junho de 2013 ela foi colocada em prática em resposta ao aumento e expansão das manifestações públicas e tinha como fundamento principal a instauração de um discurso oficial e da mídia criminalizador no processo de representação e construção da imagem da ação coletiva e do sujeito manifestante.

Em junho de 2013, ao que parece, de forma contrária do que queria a mídia, a imagem do manifestante era de enfrentamento e de rejeição ao que estava colocado nos aspectos de condição social e política, uma tomada de posição. A imagem da ação coletiva se propaga além do programado e se expande. Em reação, neste primeiro momento emerge como estratégia e manobra de controle da efervescência popular um mecanismo de construção discursiva estereotipada discriminatória.

Essa abordagem de construção da imagem a partir da estratégia discursiva apresentada por Bhabha vai além do enfoque da linguagem, e oferece aparatos teóricos para pensar como ocorreu o processo de representação do sujeito manifestante no momento histórico dos protestos de junho no Brasil.

No cenário festivo da Copa das Confederações em 2013 foi "necessário" o uso da repressão para atender as expectativas e o papel programado para a população. Os atores sociais deviam retomar as posições no planejamento oficial. Exercer a ação esperada de efervescência

comemorativa: de se preparar para receber os estrangeiros, trabalhar, agradecer, torcer e comemorar.

Portanto, a estratégia discursiva da teoria pós-colonialista de Homi K. Bhabha é válida para refletir sobre o discurso oficial e da mídia construído no contexto dos protestos de junho de 2013. Imputar ao sujeito manifestante uma imagem e a representação da ação coletiva como "criminosa" foi uma forma e estratégia de controle das manifestações públicas. A dinâmica desta estratégia discursiva consistia em colocar em prática a instauração de uma representação estereotipada e discriminatória que tinha a determinação de construir uma subjetividade depreciativa no imaginário coletivo. Naquele momento específico constata-se em seu uso objetivos determinados de deslegitimar reprimir e condenar a ocupação dos espaços urbanos no Brasil pelos indivíduos e grupos coletivos em manifestações não programadas e delineadas por instituições, partidos políticos e que não serviriam a grupos de poder tradicionais e identificáveis.

A partir desse processo de criminalização do sujeito manifestante e da ação coletiva, pode-se empreender uma reflexão sobre o que Bhabha sugere como sendo a construção da imagem sob uma situação ambígua. Nesse contexto questiona-se a imagem e a representação dos protestos de junho de 2013, assim como o sujeito manifestante, como uma imagem construída no processo relacional da narrativa oficial e dos manifestantes como algo "agonístico e antagonístico. Mecanismo em que a grande mídia argumenta, sem cessar, de forma intensa e combativa contra a legitimidade dos protestos e dos manifestantes, criminalizando-os. A grande mídia e o Estado como uma oposição forte aos protestos estabelecendo-se como uma força contrária às manifestações populares.

A pesquisa proposta se trilha nessas concepções para empreender análise da construção do discurso de poder diante do contexto social e histórico dos protestos de junho buscando uma compreensão crítica e apurada. Os acontecimentos das grandes manifestações públicas de junho nos levam a pensar quem são os criminosos e os vândalos. As considerações de Homi K. Bhabha em seu esforço e contribuição crítica também reforçam essa reflexão. "Finalmente, a questão da identificação nunca é a afirmação de uma imagem pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora- é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem" (1998, p. 76).

Bhabha argumenta que o estereótipo é uma estratégia discursiva do discurso colonial de dominação que se utiliza do conceito de fixidez para estabelecer uma representação. A característica de fixidez da estratégia discursiva do estereótipo pode ser verificada no contexto de controle social dos protestos de junho de 2013, no texto de Azevedo e no editorial publica-

do pelo jornal *O Estado de S. Paulo* citados acima. Os exemplos de fixidez utilizando denominações pejorativas buscavam e insistiam em colocar os indivíduos "no lugar", nas posições sociais pretendidas pelas instituições públicas e políticas. Como explica Bhabha, a estratégia discursiva é amplamente e ansiosamente repetida e consiste em promover um processo de individuação e marginalização que pode ser percebido nos estereótipos utilizados para o controle social dos protestos de junho de 2013. "Reconhecer o estereótipo como modo ambivalente de conhecimento e poder exige uma reação teórica e política que desafia os modos deterministas ou funcionalistas de conceber a relação entre discurso e política" (BHABHA, 1998, p. 104). O estereótipo como estratégia discursiva foi utilizado como ferramenta que serviu à conveniência política e como venho sustentando, como mecanismo de controle social.

Um dos exemplos emblemáticos da estratégia discursiva do estereótipo são textos publicados na imprensa no período dos protestos de junho de 2013 e comentários veiculados em programas de TV. Esses exemplos foram inúmeros, o que apresento é apenas um pequeno recorte já que, como já argumentei este trabalho não tem como foco a análise de mídia e sim o a construção do discurso como estratégia de controle social, como exemplo de que trata Homi K. Bhabha.

A representação do manifestante e da ação coletiva no discurso da mídia sobre os protestos de junho de 2013 era marcada por alguns elementos que relato a seguir: 1- unidades de análise, 2 -narrações, 3- afirmações, 4- grupos de imagens e 5-discursos completos (HALL, 2010) que propagavam enfoques a- deslegitimadores e b- condenação em operações de controle e intimidação do ativismo político no decorrer do período da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de futebol da FIFA, com o propósito de fazer a limpeza das ruas e impedir a qualquer custo que as grandes manifestações públicas acontecessem. Imagens e narrativas incansavelmente repetidas compunham o mecanismo do discurso de poder da mídia e da imprensa. Utilizo essas categorias definidas por Stuart Hall para explicar como a estratégia discursiva do estereótipo atuou no contexto dos protestos de junho de 2013. Optei, dessa forma, por citar alguns exemplos exponenciais que utilizam os elementos deslegitimadores mencionados por Stuart Hall.

O discurso oficial e da mídia se referia em várias de suas abordagens informativas de forma pejorativa aos protestos como a "um grupinho de vândalos", "meia dúzia". Aqui é possível é possível verificar o elemento deslegitimador e de controle da "afirmação" como caracteriza Stuart Hall. A afirmação deslegitima e enfatiza a imagem do manifestante como de uma minoria desqualificada e não representativa, criminaliza e deslegitima as manifestações popu-

lares. No dia 12 de junho, de Paris, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin declarou em entrevista.

> Geraldo Alckmin: É um movimento organizado.
> Repórter: Por quem?
> Geraldo Alckmin : Por um **grupinho, um grupinho** é de, de, de **vândalo**s, com uma ação evidentemente **criminosa** (grifos meus).

Filme *Junho*- 21:38. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vhAPWD8hXk8>. Acesso em: set. 2014.

Além do editorial do dia 13 de junho de 2013 *Chegou a hora do basta*, no dia 12 de junho de 2013, o jornal O Estado de S. Paulo, reverberava as afirmações de Geraldo Alckmin declaradas em Paris a respeitos dos protestos de junho de 2013.


ESTADÃO

São Paulo

Alckmin chama manifestantes de 'baderneiros' e 'vândalos'

Também em Paris, Haddad disse que quem depreda 'são pessoas inconformadas com o Estado democrático de Direito'

PARIS - O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e o prefeito da capital, Fernando Haddad (PT), criticaram nesta quarta-feira, 12, em Paris os

Fotografia 8 Matéria do Jornal Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-chama-manifestantes-de-baderneiros-e-vandalos,1041542>. Acesso em: jan. 2014.

A mobilização popular no discurso oficial do Governo do Estado de São Paulo e da grande mídia, nas palavras de um dos maiores e mais influentes jornais e de um colunista de uma das maiores revistas do país, era resumida a uma denominação depreciativa e discriminatória. Já se denotava desde o início, que o "grupinho" causava incômodo, necessitava ser desqualificado imediatamente, no âmbito simbólico, referencial e pragmático. Apesar dos vários elementos de interesse da antropologia social que podem ser observados nos protestos de junho, busco ater a pesquisa as estratégias de controle social entre elas a estratégia discursiva do estereótipo como mecanismo de poder e dominação, como busquei demonstrar com os exemplos acima. Uma prática comum que se repete no Brasil como estratégia de controle social e dominação como enfatiza o texto de 1978 de Darcy Ribeiro:

> O vínculo entre as formas de extermínio e estas ondas de repressão se torna evidente quando se sabe que os torturadores de presos políticos são, em grande parte, os mesmo policiais e militares que procuram erradicar o problema da delinquência através de chachinas e que promoveram as matanças de mendigos, isto é, membros do sinistro "esquadrão da morte". Como se vê, o mesmo aparelho repressivo criado para aniquilar os marginalizados se lança agora, com igual fúria, contra a categoria de pessoas definidas pela ditadura brasileira como "marginais", ou seja, todos os que se opõem à ordem política vigente (RIBEIRO, 1978, p.84).

Os protestos de junho de 2013, só vêm confirmar que esse mecanismo perdura e ainda é utilizado no Brasil. Qualquer um que se manifeste contra a ordem política vigente é construído no discurso em um processo cuja imagem é estereotipada discriminatória e pejorativa. Ribeiro aborda a repercussão na imprensa internacional de inúmeros casos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro em que milícias assassinavam moradores de rua, numa estratégia de "limpeza social". Em seu argumento ele aponta que, assim os opositores ao regime militar, os moradores de rua também eram indesejáveis, estavam sendo chamados de "marginais" e estariam sendo vítimas de violência e expostos à aniquilação.

No caso do manifestante, em 2013, a posição discursiva determinada era "olhe um manifestante", "olhe um vândalo", "olhe um baderneiro" e que, posteriormente, avançaria para- "Olha o criminoso"! Mesmo com as operações discursivas estereotipadas exacerbadas, ocorre uma ampliação da ação coletiva, a população vai às ruas e surpreende o Estado, as instituições e a própria sociedade. Nessa fase inicial, a representação simbólica da ação coletiva como atividade geradora de significado, de contestação foi inicialmente diminuída, desconsiderada e deslegitimada, sendo tratada pelas narrativas oficiais e institucionais como uma ação isolada. No entanto, o "grupinho", multiplica-se e expande a sua ação em várias cidades do país.

Outro exemplo do uso de elementos de construção discursiva deslegitimadora e de controle como o da "narração" e de "grupos de imagens" foi a transmissão ao vivo do programa Cidade Alerta, da Rede Record de Televisão, apresentado por Marcelo Rezende. Ao longo da cobertura ao vivo dos protestos o apresentador narrava os protestos ovacionando as manifestações pacíficas, mas ao longo da transmissão o apresentador repetia, a todo instante, que haviam "ladrões" e "crackeiros" infiltrados que quebravam o patrimônio público durante as manifestações populares, utilizando a característica de fixidez da estratégia discursiva do estereótipo, enfatizando e exacerbando em sua narração e mediante a utilização de grupos de imagens a separação de manifestantes pacíficos e vândalos nos protestos.

No momento da ocupação do Palácio do Itamaraty, no dia 20 de junho de 2013, o apresentador dizia "aí é que o choque tem que entrar e mandar bala", numa afirmação que mostrava o tratamento criminalizador do discurso da mídia, homogeneizando transformando a ação coletiva reivindicadora em um caso de polícia, crime e de segurança pública eminente.



Fotografia 9 Frame Programa Cidade Alerta. Rede Record. Ocupação da sede do Ministério das Relações Exteriores. Palácio do Itamaraty. Brasília 20 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=loxzRqO5vCg>. Acesso jun.2014

O segundo momento do processo de construção de discurso sobre os protestos de junho de 2013 e que proponho considerar e refletir é quando de forma nítida a mídia modifica a abordagem informativa sobre as manifestações de rua. A identificação da população com os protestos se amplia e milhares de pessoas ocupam as ruas exigindo melhores condições de vida, seja nas reivindicações iniciais de qualidade de transporte público, ou posteriormente por saúde, educação, contra a corrupção, democracia e outras demandas. Sem poder ignorar as manifestações populares que tinham aprovação da sociedade a mídia teve que readequar o seu discurso e apoiar as manifestações.

O discurso oficial e da grande mídia que antes era de diminuir e tratar a ação coletiva como um ato isolado é reformulado. Nesse segundo momento de apoio às manifestações populares, momentaneamente passa-se a uma situação de reconhecimento da mobilização e da ação coletiva que estava reunindo milhares de pessoas nos espaços urbanos, pelo o que parece, por ainda não contar com uma estratégia imediata de controle. Dessa forma, o discurso oficial e da grande mídia que antes era inquisidor muda completamente e passa a apoiar os protestos.

Exemplo emblemático e surpreendente desta construção e reorientação discursiva estratégica é transmissão ao vivo do programa sensacionalista Brasil Urgente, diariamente na grade de programação da rede Bandeirantes de televisão, às 16h30, apresentado por Luiz Datena. Durante a cobertura dos protestos no dia 17 de junho de 2013, o discurso propagado era o já estabelecido, de deslegitimar os protestos, fixar com palavras pejorativas e enunciativos apelativos a criminalização da ação coletiva. Porém, a confiança do comando da "sociedade do espetáculo" é abalada. O programa Brasil Urgente é um exemplo clássico da sociedade do espetáculo, em que há uma disputa por audiência e que reúne oque, segundo Guy Debord, são os cinco aspectos combinados principais da sociedade do espetáculo: "a incessante renovação tecnológica, a fusão econômica-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo". (DEBORD, 1992, p. 175).

Na transmissão ao vivo, é perceptível e evidente a reorientação discursiva quando a estratégia discursiva do estereótipo não é suficiente para deslegitimar e criminalizar os protestos de junho de 2013, mostrando um episódio, esse sim, espetacular e histórico de tentativa de manipulação do público e da sociedade pela grande mídia. O fato ocorre quando Luiz Datena resolve fazer, ao vivo, uma pesquisa de opinião pública sobre os protestos, em que a votação era feita por telefone. Naquele momento exato diante de um resultado inesperado o discurso foi reconstruído, remendado para que pudesse atingir os objetivos, a reprovação ao vivo dos protestos. Mas, mesmo assim, apesar da mudança do enunciado, com direito a um constrangimento visível e a gagueira do apresentador, diante de um resultado imprevisível, e um improviso quase desesperado, foi confirmada a aprovação popular aos protestos, sejam lá como acontecessem.

Neste exemplo é possível identificar o elemento discursivo delegitimador de "discursos completos" referido por Stuart Hall. Transcrevo a formulação discursiva como aparato reflexivo e exemplo emblemático da estratégia discursiva do estereótipo de que trata esta pesquisa.

> Eu acho que o protesto tem que ser pacífico, não pode ter **depredação**, não pode **impedir via pública** e joga esses caras contra a população. Tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto **violento**. Então vou fazer uma pesquisa sobre isso aqui (imagens dos protestos no mosaico do estúdio) Você é a favor desse tipo de protesto? (DATENA, 17 jun. 2013, grifos meus).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jqRVKAiEVbI>. Acesso em agos. 2013.

As afirmações depreciativas continuavam durante toda a votação, quando a diferença atinge quase mil votos, e 2.811 eram favoráveis e 1.851 pessoas não eram favoráveis aos protestos, a produção e a direção do programa resolvem reformular, de forma desconcertante, a pergunta.



Fotografia 10 Frame do Programa Brasil Urgente, Rede Bandeirantes de TV. Primeira pergunta: "Você é a favor deste tipo de protesto?"

> Será que formulamos mal a pergunta? Você é a favor de protesto com **baderna**? Eu acho que essa seria a pergunta. 2.839 pessoas disseram que são a favor e 1871 não são a favor desse tipo de protesto. O cara que liga está vendo ali tudo calmo, tranquilo pode até achar que a pergunta é essa. Faça a pergunta da, da forma que, que eu, eu

> pedi para formular. Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, da do protesto com **baderna**? **Tem que ficar claro se não o cara não entende.** Cadê a outra pesquisa que eu pedi para fazer aí. Você é a favor do protesto com **baderna**? (zeram o contador e reinicia a votação). 899 pessoas votaram não e 2.149 pessoas votaram sim. O povo está tão "p" da vida que apoia qualquer tipo de protesto (grifos meus). (Idem)



Fotografia 11 Frame do Programa Brasil Urgente, Rede Bandeirantes de TV. Reformulada a pergunta. "Você é a favor de protesto com baderna?"

Diante da situação de apoio e aprovação popular sobre a legitimidade dos protestos, impossível de não ser considerada, e sem uma estratégia de controle imediata, não há apoio explícito, mas foi possível verificar o reconhecimento das manifestações. Outra marcação discursiva pejorativa relevante sobre a representação e a construção da identidade do sujeito e da ação coletiva nos protestos de junho foram as ambivalências presentes nos enunciados do comentarista Arnaldo Jabor, o que como elemento de deslegitimação discursiva e operação de controle pode ser compreendido como "unidades de análise". No Jornal Nacional noticiário da Rede Globo de televisão, do dia 13 de junho em suas considerações sobre os protestos Arnaldo Jabor igualava as manifestações populares a ações de organizações criminosas:

> O que provoca um ódio tão violento contra a cidade. Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus, não pode ser por causa de vinte centavos. Realmente esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos. (JABOR, 13 jun.2013).

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Acesso em agos. 2013.



Fotografia 12 Frame do Jornal da Globo, transmitido pela rede Globo de televisão em que o comentarista Arnaldo Jabor chama os manifestantes de revoltosos de classe média, burros ignorantes políticos e compara os protestos a ações de organizações criminosas em São Paulo

Pouco mais de uma semana depois, no dia 22 de junho de 2013, a posição discursiva sobre o manifestante foi modificada na fala de Arnaldo Jabor em horário nobre da televisão nacional. Ela aparece com uma unidade de análise e enunciados bem diferentes que também caracterizam a segunda fase de construção discursiva sobre os protestos em que a mídia reconhece e começa a apoiar a manifestação popular. Nessa segunda fase, além de retirar a comparação às organizações criminosas, o comentarista se refere aos protestos de forma suavizada e até poética. "De repente reapareceu o povo, de repente o Brasil virou um mar" (JABOR, 22 jun.2013). Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=yKpxMJxfrsg>. Acesso em: agos. 2013.

Na segunda feira, dia 17 de junho, as cidades brasileiras foram ocupadas, as pessoas interromperam suas atividades cotidianas e se integraram à ação coletiva. Comércios, escolas, instituições, órgãos públicos alteraram a sua rotina, toda a dinâmica e a "trama das cidades" do país foram modificadas. No entanto, o que defino como segunda fase de construção discursiva sobre os protestos, o tratamento heroico atribuído pela mídia às manifestações públicas de junho de 2013, tinha naquele momento específico uma estratégia definida, promover a diluição das pautas e reivindicações como argumenta Raquel Weis "[...] as forças que antes lutavam contra as manifestações conseguiram exatamente o que queriam: minar as reivindicações políticas claras e estabelecidas trazendo à tona todo o tipo de insatisfação contra tudo. E o que é contra tudo, na verdade, é contra nada". (2014, p. 98).

O grupo Anonymous, conjunto ativista que reúne usuários de comunidades e redes sociais, cujos integrantes usam a máscara do personagem, Guy Fawkes, soldado inglês que participou da Conspiração da pólvora, em 1605, e que foi popularizado pelas histórias em quadrinhos e no filme *V de Vingança*, de 2008, gravaram vídeo no dia 18 de junho de 2013 e utilizou as redes sociais e o canal de vídeo na internet Youtube para rebater as afirmações que se disseminavam e as críticas relativas às manifestações de que ação coletiva não possuía reivindicações concretas. A mensagem negava essas afirmações e buscava fortalecer as manifestações públicas. "As mídias de rádio e TV dizem que não temos uma causa específica, isso pode enfraquecer o movimento. Só a diminuição das passagens não nos satisfazem".

O narrador, personagem mascarado anunciava as 5 pautas e reivindicações dos protestos que iriam ocorrer em 20 de junho de 2013: 1- Não à PEC 37, que estava em análise no Congresso Nacional e tirava poder do Ministério Público e a prerrogativa de investigar casos de corrupção. 2- Saída imediata de Renan Calheiros da Presidência do Congresso Nacional. 3- Imediata investigação e punição das irregularidades das obras da Copa, pela Polícia Federal e

o Ministério Público Federal. 4-Queremos uma lei que torne corrupção crime hediondo. 5-Fim do foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao artigo 5º da Constituição Federal.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xs> Acesso em: nov. 2013.

A mensagem do Anonymous era uma tentativa de enfrentamento à estratégia discursiva das grandes mídias, no que considero como a terceira fase de abordagem discursiva de deslegitimar os protestos de junho de 2013, por não terem uma única reivindicação definida, por ser um movimento apartidário e sem liderança claramente determinada. Com a insistência inicial de criminalizar a ação coletiva, por meio de criação de um estereótipo discriminatório pejorativo dos protestos e dos manifestantes, aliada a mais uma categoria e elemento ao discurso de inexistência de pautas e reivindicações concretas o que se buscava era testar e fazer com que mecanismos de controle funcionassem e provocassem que a mobilização coletiva fosse contida. A teoria da representação de enfoque discursivo de Foucault se encaixa nas reflexões que tomam forma na pesquisa sobre os protestos de junho de 2013. A percepção e a verificação de que a estratégia discursiva do estereótipo buscava instaurar uma representação do manifestante e dos protestos de junho de 2013 como ações de "vandalismo", "criminosa" ou "baderneira" é uma manobra, uma prática de controle social, uma verdade oportuna construída no discurso.

Para pensar a respeito das práticas de controle social do Estado no contexto dos protestos de junho de 2013, Guy Debord faz considerações oportunas sobre como a articulação de forças, como as da polícia e da mídia, podem se apoderar de verdades e imputar aos sujeitos valores e ações no contexto da sociedade do espetáculo. "Boatos da mídia e da polícia adquirem de imediato, ou, na pior hipótese, depois de terem sido repetidos três ou quatro vezes, o peso indiscutível de provas históricas seculares" (1992, p. 210). Chama atenção essa crítica que se encaixa de forma ajustada à proposta de ponderações e de raciocínio que busco sobre os protestos de junho de 2013. A repetição e fixidez compunham a estratégia discursiva de dominação e controle social do uso do estereótipo. A mídia se referia aos protestos utilizando esses enunciados e palavras cujos significados, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa não deixam dúvidas:

> 1-Baderna – 1-súcia, corja, matula, 2. pândega, patuscada, estroinice,3. desordem, confusão, bagunça, bagunçada.
> 2-Badernar – transformar em baderna, confusão, anarquizar.
>
> 3- Vandalismo – 1.Ação própria de vândalo. 2- Destruição daquilo que, por sua importância tradicional, pela antiguidade ou pela beleza, merece respeito.
>
> 4-Vândalo – 2. Aquele que destrói monumentos ou objetos respeitáveis. 3. Inimigo das artes e das ciências. 4. Indivíduo que tudo destrói, quebra, rebenta.

Abaixo tabela que ilustra e dá exemplos de textos de jornalistas e enunciados de apresentadores de televisão que fizeram uso da estratégia discursiva do estereótipo, por meio do mecanismo de fixidez e repetição.

Tabela 2 Estereótipos e números de repetição por matéria

Matérias em junho de 2013	Estereótipos e números de repetição por matéria		
Autores das matérias e comentários	Vândalos, vandalismo	Baderna, baderneiros,	Terroristas, black blocks,delinquentes, bandos, incendiários, depredadores, anarquistas, punks
Azevedo, Reinaldo. Alckmin: manifestantes são baderneiros e vândalos. Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 12 jun. 2013, às 13h55.	Vandalos -2 Vandalismo -7	Baderna -1 Baderneiros- 2	
Editorial Jornal Folha de S. Paulo. Retomar a paulista. Jornal Folha de S. Paulo. Opinião. 13 jun. 2013.	Vandalizar- 1 Vandalismo-1		
Editorial Jornal O Estado de S. Paulo. Chegou a hora do basta. 13 jun. 2013.	Vandalismo-2 Vândalos- 1	Baderneiros-3 Baderna-1	
Azevedo, Reinaldo. Desistam! Neste blog, vândalos e baderneiros não se criam! Param no mata-burro. Vão procurar a sua turma! Ou: Um pouco de memória a um veterano e venerando. Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 14 jun. 2013, às 15h40.		Baderna - 1	Terroristas – 3
Azevedo, Reinaldo. Vândalos do Rio obrigam a GloboNews a admitir que, de vez em quando, a PM precisa agir — no Rio, é claro, onde existe "patrimônio de todos os brasileiros. Já em São Paulo, o negócio é dar pau na Polícia! Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 14 jun. 2013, às 20:37.		Baderna -1	Terroristas -3
Azevedo, Reinaldo. Manifestantes derrubam um portão do Palácio dos Bandeirantes; polícia repele vândalos com bombas de gás. Eles querem mortos e feridos. Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 17 jun. 2013, às 23:40			Bandos- 2
Datena, Luiz. Brasil Urgente, Rede Bandeirantes de Televisão, transmissão ao vivo dos protestos. Pesquisa você a favor de protesto com baderna? 17 jun.2013.		Baderna -3	
Azevedo, Reinaldo. Novo Jornalismo – Vândalos tentam invadir a Prefeitura de SP, agridem guardas, depredam fachada do prédio, e âncora da GloboNews e seus dois convidados culpam o prefeito: quem mandou não reduzir a tarifa? Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 18 jun. 2013, às 19:33,	Vândalos -1		Delinquente- 1

Azevedo, Reinaldo. Fascistas destrambelhados, brincando de democracia direta, usam os vândalos a serviço de sua causa. Ou: Quem saqueia loja incide no Código Penal; quem impede o direito de ir e vir viola a Constituição! A imprensa não pode queimar a Carta como os vândalos queimam o lixo! Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 19 jun 2013, às 5:40.	Vândalos	Baderneiros-2	Fascistas, Destrambelhados, saqueadores
Rezende, Marcelo. Rede Record de Televisão. Programa Cidade Alerta. Transmissão ao vivo dos protestos. 20 de jun. 2013	Vândalos -2		
Magnoli, Demetrio. Protesto. Jornal O Globo, Opinião.20 jun.2013.			Depredadores-3 Anarquistas -1 Punks-1
Azevedo, Reinaldo. Democracia plebiscitária é coisa de vândalos da democracia: de gente que joga pedra na Constituição, que põe fogo no estado de direito e que anda mascarado para ignorar as leis. Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 26 de jun. 2013, às 8:03.	Vândalos -2		Mascarado
Azevedo, Reinaldo. Coxinhas extremistas do Passe Livre e assemelhados se negam a condenar a violência e os vândalos. Um grupo acusa a imprensa de criar uma divisão que não existe entre pacíficos e violentos. Não é que, nesse particular, eles estão certos? Revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo. 28 jun. 2013, às 14:01.	Vândalos -4 Vandalismo-1 Vandalismos-1	Baderneiros-1	

Seguindo o raciocínio sobre as fases que ocorreram na construção discursiva sobre os protestos de junho de 2013, a terceira fase em que proponho observação nesta pesquisa é a de elaboração de operações, manobras estratégicas e de um discurso oficial para estancar o processo do rizoma descrito por Gilles Deleuze e Félix Guatarri em que milhares de vozes, ideias, personas, reivindicações se propagam sem controle.

> O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 32).

A dinâmica da propagação rizomática da ação coletiva e a mobilização popular em âmbito nacional apontavam no discurso oficial para a necessidade de uma intervenção imediata do Estado, todas as operações até então pareciam ter sido insuficientes. A força precisava ser mostrada para que o controle do Estado fosse reestabelecido. O contexto social e histórico

era imprevisto. Manobras e estratégias de vigilância, tecnologia repressiva e a construção discursiva sobre a ação coletiva foram usadas, visando instruir os atores sociais aos seus posicionamentos planejados e estabelecidos. As estratégias de controle necessitavam operar de forma mais coordenada e efetiva com urgência. Uma nova forma operatória tinha que ser elaborada, para fazer a limpeza, a assepsia das ruas, uma vez que o país em menos de um ano se tornaria a vitrine do mundo, o palco de um dos mais lucrativos espetáculos da terra, a Copa do mundo de Futebol da FIFA, com suas redes de mercado, suas estrelas publicitárias, ganhos e gastos astronômicos.

2. 2. "Ô ô ô a repressão chegou!" Estratégia física e psicológica de controle social

A frase que dá nome a este subtítulo era um grito de guerra nos protestos de junho de 2013 que os manifestantes repetiam em coro em vários protestos. Situação de repressão que no trabalho de campo vi, senti, e observei como realmente ela havia chegado e marcava presença não só em 2013, mas também em 2014 e como ela operava entre nós, os manifestantes e em mim como pesquisadora no campo dos protestos.

Havia chegado o primeiro dia de trabalho de campo em Brasília, após uma inesperada entrada, em que participei de um protesto pela liberdade de dois alunos da UFG e um estudante do movimento secundarista, presos de forma arbitrária na operação policial 2,80 em Goiânia, por participação em protestos pela melhoria da qualidade do transporte e redução da tarifa. Fui neste protesto acompanhada de colegas e onde também estavam professores da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Na manifestação pela libertação dos estudantes em maio de 2014 a repressão mostrou a sua cara. Era um exemplo intimidador do que ia encontrar em minha pesquisa durante o trabalho de campo: a organização da dinâmica de controle, a partir da estratégia física e psicológica que buscava instaurar o medo de agir e de participar de protestos nas pessoas. Naquele dia fomos acuados, encurralados por corredores de policiais em posições intimidadoras com as mãos em pistolas e cassetetes. Em uma espécie de corredor "polonês", os policiais militares caminharam enfileirados de forma contínua ao nosso lado da praça universitária até o Fórum. Uma quantidade absurda de policiais e mais de 11 viaturas até onde consegui contar acompanhavam o protesto e escoltava a multidão.

Durante a concentração, na Avenida Assis Chateubriand, em frente ao Fórum percebi um "P2" policial à paisana infiltrado no protesto que observei durante horas, circulava entre os manifestantes com um disfarce pouco convincente que me fez rir. O homem infiltrado era

um estudante muito estilizado, até demais. Usava um gorro e óculos escuros, mais parecia mesmo um policial participando de uma operação, calça preta, camiseta azul e sapato muito sofisticado, não sendo muito utilizado pelo perfil de estudantes que participavam do protesto. Outra diferença era o comportamento do homem, isolado, visivelmente deslocado, ficava encostado nas árvores circulando, não trocou uma palavra com ninguém, ele era um "de fora com certeza".

Ele observava as pessoas e eu o observava, a um dado momento ele percebeu que também estava sendo observado, ele não se sentiu muito à vontade, eu queria mostrar a ele que seu disfarce havia sido percebido e não parei de olhar, até que ele foi embora. Naquele dia também voltamos até a praça cívica e à praça universitária escoltados pela polícia. Na caminhada de volta, um policial militar à paisana, em uma moto também da polícia militar, maquiada com o tanque coberto com uma capa preta, e sem placa, parava e tirava fotos das pessoas que voltavam do protesto. As fotos iriam para o arquivo de controle de protestos da polícia goiana e era também mais uma postura intimidadora.

Como se não bastasse, todo o cenário de repressão durante o dia ao final daquela noite vi um jovem negro com o cabelo descolorido, que desceu do ônibus no ponto em frente ao museu antropológico, na praça universitária, por volta das 21h 40, ser abordado por 8 policiais militares, eles estavam em dupla em quatro motos. O jovem levava um "baculejo", nome popular para a revista policial, assim que desceu do ônibus sem um motivo aparente. Quando os policiais perceberam que nós, um grupo de 4 pessoas, íamos presenciar a abordagem, mandaram o jovem ir pra dentro da praça universitária. São nesses momentos que dá vontade de perguntar a autoridade policial, o que ele fez? Porque são oito policiais para revistar uma única pessoa, porque ele não pode levar o "baculejo" aqui na frente da rua, porque tem que ser no escuro da praça? Outras perguntas da abordagem policial surgiram no trabalho de campo.

Nesse dia eu refleti muito sobre o meu trabalho de campo. Lembranças vieram à tona e com minhas memórias como estudante secundarista que participou do movimento caras-pintadas fiz uma pequena comparação com as manifestações de 1992 pelo impeachment do presidente Fernando Collor, não havia essa postura repressora e violenta da polícia. Certamente é porque Collor já era um derrotado, sua manutenção como Presidente da República insustentável e o protesto pelo seu impeachment era praticamente unânime e atendia a interesse de grupos de poder determinados. Os protestos vinham à minha memória e as diferenças da ação da polícia antes de fazer o trabalho de campo. Lembrei-me do protesto do dia 20 de junho de 2013, em Goiânia, em que a polícia militar distribui rosas brancas em uma postura de-

sesperada de estratégia de controle social. Eu interpreto a ação como uma estratégia para conter a multidão inesperada que apareceu nas ruas.

No dia 20 de junho de 2013, em Goiânia o número de pessoas que participavam do protesto excedeu qualquer previsão das forças de controle do Estado, que subestimou a participação popular, com uma tropa de contenção bem menor do que a multidão que ocupou as ruas e saiu do centro da cidade com direção ao viaduto do chafariz na Av. T-63. Restou à polícia distribuir rosas para acalmar os ânimos e desta vez devido à situação de fragilidade não se impor pela postura intimidadora e a força.

Achava-me preparada para o trabalho de campo na manifestação de Brasília. Saí de Goiânia no dia 23 de junho de 2014, logo cedo. Era jogo entre a seleção do Brasil e de Camarões na Copa de Mundo de Futebol no grande e monumental estádio Nacional Mané Garrincha. O Brasil era um alvoroço só e Goiânia não era diferente, depois de horas de trânsito pesado, consigo sair da cidade. Antes de Alexânia passo pela primeira revista policial do dia. Eu sempre tive muito medo da polícia, nunca fui presa, nunca levei um "baculejo", uma revista corporal intimidadora, mas o fato é que só de ser parada pela polícia, mesmo com todos os documentos atrapalha meu equilíbrio emocional. Tremores e repostas curtas "sim senhor", "não senhor", eu me sinto refém de um julgamento arbitrário que não me inspira confiança.

Pois bem, esta problemática com os homens de farda já começava a ser colocada à prova ainda na estrada. Eu vinha em baixa velocidade, a permitida no perímetro urbano, pouco mais de 40 km/h, quando avistei um policial rodoviário federal no acostamento fazendo sinal para que eu parasse. Em mais de 10 anos andando por essa estrada isso nunca me aconteceu. Pensei "Vixe, começou cedo, era só o que me faltava". O policial começa então a clássica abordagem e ocorre o seguinte diálogo e abordagem:

> Policial: Bom dia, documento do veículo e habilitação.
> Cláudia: Bom dia. (respondo e entrego os documentos).
> Policial: A senhora está indo pra onde?
> Cláudia: Estou indo a Brasília.
> Policial: Por favor, a senhora desce do veículo e abre o porta-malas.
> Cláudia: Sim senhor.

Como de costume saio do carro com as pernas trêmulas. A minha sensação de insegurança, quase um pânico, é grande em uma abordagem policial, sempre penso em formulações de juízo, questionamentos aleatórios inadequados. Mas parece que a insegurança diante de abordagem policial parece ser um sentimento amplo na sociedade brasileira. Pesquisa Datafolha, divulgada em julho de 2015 mostrou que 62% dos moradores de cidades com mais de 100 mil habitantes têm medo de sofrer agressão da polícia militar. A manchete da matéria da

Folha de S. Paulo, divulgada no dia 31 de julho de 2015, enfatizava que esse temor é senso comum: "Maioria da população da população diz ter medo da polícia militar".

As considerações sobre a insegurança que gera uma abordagem policial parece ser uma questão presente no imaginário coletivo no Brasil. Se em 2015 a pesquisa do Datafolha mostrou que a maioria da população teme a polícia, em 2000 não era diferente, como relata Teresa Pires do Rio Caldeira no livro *Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo* no subtítulo "A polícia vista pelos cidadãos".

> As camadas trabalhadoras brasileiras experienciam a violência diariamente, tanto por parte dos criminosos como da polícia, que as transformou em seu alvo principal. Em consequência, os membros das camadas trabalhadoras não confiam na polícia e dificilmente têm uma visão positiva dela. Na maior parte dos casos, eles têm medo da polícia e com razão (CALDEIRA, 2011, p. 181).

Caldeira mostra em narrativas não identificadas como as pessoas se sentem ao passarem por uma abordagem policial, eu devo dizer que sou mais uma dessas pessoas que ao ser parada pela polícia sou acometida de um sentimento de fragilidade e insegurança e pelo visto não sou a minoria, mas eis que segue o meu relato de trabalho de campo. Abro essa discussão a partir da minha experiência, pois a questão foi preponderante e incisiva para mim como pesquisadora durante o trabalho de campo. Nos protestos tive que lidar e encarar com o sentimento de insegurança e de medo que me causa a presença da polícia. Eu estava indo para um campo minado de polícia e já na estrada o meu equilíbrio e coragem começava a ser testado naquela que seria a primeira de algumas abordagens.

Abro o porta-malas, há brinquedos e malas de roupa. Ele olha e depois diz:

> Policial: Entra no carro e liga o farol, agora o farol alto, o pisca alerta. (Tudo certo então, pensei, olhando no relógio, deixa eu ir seu moço. Mas, ele parecia disposto a me interceptar. Isso já tinha acontecido comigo, não era a primeira vez). Senhora esse carro é seu?
> Cláudia: Sim senhor.
> Policial: A senhora viu que a placa da frente está um pouco apagada, o que atrapalha a identificação do veículo. Eu vou ter que emitir uma multa e o veículo não pode seguir viagem assim.

Depois da abordagem inusitada, conferir porta-malas, luzes do carro, a autoridade policial me alega defeito e apagamento de uma das placas. O policial parecia determinado a interromper o meu planejado dia de trabalho de campo, depois de todas as luzes e verificações ele interpretava que as condições da minha placa eram tais que eu não podia andar mais 100 km com ela naquele estado. Mas na intenção de salvar o meu dia de trabalho de campo, porque sem o carro ia me atrasar e perder o dia, ter que esperar, pegar ônibus em Alexânia, pegar transporte e Brasília saio em minha defesa, até porque nunca tinha percebido nada na placa e,

no meu desespero só de pensar na situação, consigo pronunciar algo a mais do que “sim senhor”:

> Cláudia: O senhor me desculpa a distração, nunca tinha percebido o problema da placa. Eu estou indo a trabalho em Brasília, eu sou pesquisadora, bolsista, tenho uma carta do meu orientador, não tenho ingresso, não vou ao jogo, tenho horário pra chegar, é muito importante senhor.

Eu argumentava e o homem olhava pra mim, eu estava com uma camiseta laranja, nenhuma bandeira ou elemento festivo. Tirei a carta do meu orientador que estava na minha carteira, diante do meu desespero que manifestei com a impossibilidade de seguir viagem, o policial olhou a carta e disse: “Pode seguir viagem, mas manda trocar essa placa”.

Saí de Alexânia e só parei novamente já em Brasília, na estação de metrô da 208 Sul em frente a Casa d’Itália, estacionei e desci para pegar o metrô. Assim era mais fácil porque eu não sabia como estava o movimento perto da rodoviária, se estava interditado e como estava sozinha era melhor eu fazer esse trajeto do que ficar andando nas imediações da rodoviária. A estação da quadra 208 sul parecia um lugar fantasma, só vi gente quando cheguei ao embarque, pouca gente mesmo, 3 a 4 pessoas.

Achei estranho, pensei quem vai para o jogo vai de que? Alguns minutos depois eu estava na rodoviária do plano piloto. O prédio que fica bem no meio da Esplanada dos Ministérios divide o setor de autarquias e o setor hoteleiro. Pensado para ser um ponto elegante da cidade, na concepção de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, com livrarias e cafés, a cidade o transformou em um espaço popular, pastelarias, lojas de produtos populares, bancas de revistas, farmácias.

A rodoviária do plano piloto com certeza é um dos lugares mais populares da capital federal, com movimento intenso. É de lá que saem todos os ônibus que fazem o percurso na cidade e para as cidades satélites que circundam Brasília. O trânsito de pessoas é intenso pelas duas plataformas do prédio projetadas e construídas em grandes proporções. Construída em concreto e mármore branco a rodoviária do plano piloto que foi pensada para ser quase como um cartão postal da cidade é um prédio degradado, o lugar é mal cuidado e o projeto arquitetônico monumental como eixo arquitetônico, do qual faz parte para quem não conhece pode parecer bem estranho.

As informações sobre as linhas dos ônibus que param nas plataformas são escassas, não há placas que informam o número das linhas nas paradas. Também é complicado entender qual o ônibus que faz o trajeto pela plataforma de cima e a plataforma de baixo. Assim como em outras capitais o transporte público da capital federal é de péssima qualidade com um ingrediente a mais: entender o funcionamento das linhas dos ônibus não é tarefa fácil e é mais

complicado do que parece, pois se você não encontrar uma pessoa disposta a te ajudar a encontrar a plataforma certa, pode ficar esperando do outro lado e bem distante da linha que você precisa embarcar.

A rodoviária do plano piloto tem ao seu lado esquerdo de quem chega à Brasília pela Esplanada dos Ministérios um dos maiores shoppings e centro de compras da cidade o conjunto nacional e do lado direito o Conic, um centro comercial popular que abriga desde uma série de igrejas, barbeiros, sex shop, cinema erótico, livrarias, loja de disco, de skates e patins, de rock, lojas que vendem cabelos, o teatro e faculdade de artes Dulcina de Moraes. Frequentado por intelectuais no início de Brasília, o Conic é um espaço controverso da cidade, é frequentado por um público com perfil alternativo, teve também sua fase como espaço do mercado do sexo, mas foi projetado para ser o centro de diversões sul, ainda hoje é um ponto de encontro que reúne a diversidade cultural de Brasília, sobretudo o público alternativo. Bem diferente do uso planejado para o espaço no relatório da construção de Brasília de Lúcio Costa.

> [...] o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de *Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées*). (...) As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (árcades) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e 'loggias' na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão (COSTA, 1991, p. 24 **).**

O terminal rodoviário do plano piloto além de integrar a capital federal às cidades satélites também foi elaborada nesta perspectiva de ser um centro cultural, o que pressinto que nunca ocorreu. Atualmente os espaços estão bem degradados e chegam a formar um conjunto arquitetônico bem diferente do planejado e não muito acolhedor. São rampas, espaços vazios, plataformas que dificultam a locomoção dos pedestres.

O espaço desgastado pelo tempo e o descaso do poder público é a moradia de muitas pessoas. A dois quilômetros do imponente e suntuoso Congresso Nacional e a três quilômetros do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo Federal muitas pessoas se abrigam nas calçadas da rodoviária do plano piloto em situação de miséria e abandono e usam caixas de papelão para dormir. O gramado e os estacionamentos que circundam a rodoviária do plano piloto não são espaços muito seguros, convivem simultaneamente neste ambiente a qualquer hora do dia, passantes, traficantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social onde ocorre o tráfico, o consumo de drogas e a prostituição a qualquer hora do dia.

As estatísticas econômicas que apontam Brasília como uma das cidades como mais alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país, que por sua vez contabiliza somente as regiões do Plano Piloto, ou seja, as Asas e os Lago Sul e Norte, mesmo não inserindo no índice as regiões das cidades satélites onde se concentram grandes bolsões de pobreza como a fa-

vela da estrutural uma das maiores do país, parece também ignorar os andarilhos que moram nas ruas do plano piloto da capital federal e ainda as ocupações em barracos de lona em situação de extrema miséria atrás da garagem do Senado, entre a Universidade de Brasília (UNB) e o Setor de Clubes Norte e nas imediações da 912 Norte, entre outros espaços que eventualmente eu desconheço que com certeza existem.

Mas, para os índices econômicos do centro administrativo e do poder, essas pessoas não contam, são invisíveis, não aparecem e não existem. Naquele dia de jogo da Copa do Mundo, apesar de não haver grande movimento de pessoas na estação que embarquei na estação da quadra 208 da Asa Sul, o perfil das pessoas que circulavam pela rodoviária do Plano Piloto era o mesmo de sempre, trabalhadores em trânsito, a única diferença era a ausência dos invisíveis e a concentração dos participantes do protesto. Na volta que dei por lá essas foram as únicas mudanças que percebi. Esperava ver gente que descia lá para ir ao jogo, o que não vi, mas achei também estranho a ausência dos costumeiros habitantes das marquises e calçadas empoeiradas pela fuligem cinzenta do asfalto da pista interior que circunda a plataforma inferior da rodoviária do plano piloto na Esplanada dos Ministérios, em que se acomodam e moram em caixas de papelão muitas pessoas, elas não estavam lá.

Uma tia de uma amiga com quem conversei neste dia depois comentou, mediante o meu questionamento da ausência dos moradores de rua, que o poder público do Distrito Federal havia recolhido todos os pobres e andarilhos que estavam alojados no Plano Piloto à época da Copa do Mundo. Verdadeiro ou não, é certo que o comentário da mulher se comprovava na rodoviária do plano piloto. A maquiagem feita na cidade para o megaevento esportivo ia, portanto, além do terminal rodoviário interestadual e aeroportuário, incluía também a "limpeza" das ruas de pessoas que não combinavam com o conjunto arquitetônico palaciano da Esplanada dos Ministérios, do Eixo Monumental e a majestosa Arena Nacional, antes Estádio Mané Garrincha, esta também monumental.

O antigo estádio Mané Garrincha mudou de nome foi totalmente demolido e reconstruído, estima-se que foram investidos estimados R$ 1,2 bilhões. Outra estratégia de segregação e exclusão social, característica muito própria à capital federal, foi o local escolhido para que as pessoas que não tinham condições de pagar entre R$ 500,00 e até mais de R$ 1.000,00 por uma cadeira para assistir a um dos jogos da Copa do Mundo, pudessem ver o jogo e se divertir.

A estratégia para abrigar os que não tinham os privilégios financeiros de assistir o espetáculo, mas pudessem se sentir no Estádio, participar da festa e entrar no espírito da comemoração era o espaço *FIFA Fun Fest* equipado de telões, que transmitiam os jogos ao vivo e

onde aconteciam vários shows após os jogos. Instalado em todas as capitais brasileiras onde ocorreram os jogos, o *FIFA Fun Fest*, ficava em locais de fácil acesso e pontos turísticos e famosos da cidade, mas sempre distantes dos estádios, com certeza para não misturar o público dos estádios e o público que não podia pagar.

Por exemplo, no Rio de Janeiro era na praia de Copacabana, em Fortaleza no aterro da praia de Iracema, em São Paulo no Vale da Anhangabaú. Em Brasília ao invés da *FIFA Fun Fest* estar instalada na Esplanada dos Ministérios, onde acontecem as festas populares, por exemplo, o *réveillon* da cidade, a estrutura festiva da FIFA foi instalada em Taguatinga há 25 quilômetros do Plano Piloto e da Arena Nacional. Uma estratégia de controle social, a ideia era tornar invisíveis e colocar bem longe dos estádios todos os que não tinham ingresso para os jogos, mas mantendo a estratégia festiva de comemoração.

Em todo o país os protestos contra a Copa do Mundo também eram invisíveis para o público dos jogos. Conversei com uma interlocutora que foi a maioria dos jogos da Copa do Mundo.

> Cláudia: Em alguma cidade você viu algum protesto contra a Copa do Mundo?
> P1: Teve protesto? Não vi absolutamente nada, por onde eu passava os locais de acesso aos jogos não tinha nada, estava tudo muito tranquilo e organizado. Para chegar a vários locais nas imediações dos estádios você só passava com a apresentação do ingresso.
> Cláudia: Teve protesto em todas as cidades, mas parece que o controle era muito grande sobre isso. Em São Paulo no dia da abertura da Copa do Mundo a tropa de choque fez bloqueio e encurralou os manifestantes. Você não viu e nem ouviu falar disso, nenhum comentário durante o acesso ao estádio?
> P1: Nada, além de não ver nada, nem rastro de protesto, não tenho nenhum comentário para fazer a esse respeito, deviam estar muito longe.
> Cláudia: Se tudo era só festa para quem ia para o estádio, então não teve conflito e nenhum acontecimento perturbador para quem ia para os jogos da Copa de Mundo?
> P1: Não vi nada de conflito. Mas em Fortaleza teve sim. Eu fiquei impressionada, porque muita gente foi para os acessos do estádio, muita gente mesmo. Era quem morava lá, gente muito simples, torcedores vestidos de verde amarelo, crianças, jovens, adultos e idosos, batiam palmas quando a gente passava, pediam para tirar foto, como se a gente fosse celebridade. Foi muito triste ver aquele tanto de gente que queria e não podia assistir ao jogo, eu me senti muito mal, chorei. Eles foram lá pra ver quem era que ia ao jogo, isso é foda, o Brasil é muito desigual.
> (Advogada, 38 anos, Goiânia, jun. 2014, entrevista com a autora).

Se a minha interlocutora não viu nenhum sinal de protesto, é porque houve um controle social estratégico de repressão aos protestos pós-junho de 2013 na Copa das Confederações que foi aperfeiçoado na Copa do Mundo de 2014. O aumento e a sofisticação de equipamentos de controle social e repressão foram uma das consequências dos protestos de junho de 2013. No dia da abertura dos jogos, em São Paulo, houve protesto. Eu acompanhava da televisão no canal fechado de televisão Globo News a cobertura jornalística. Nas imagens a tropa de choque avançava contra os manifestantes que queimavam lixo e faziam barreiras, para ten-

tar se proteger, seguir com o protesto e fugir do cerco policial, por incontáveis vezes eram chamados pelo apresentador Luciano Cabral de vândalos e baderneiros.

O uso da estratégia discursiva do estereótipo discriminatório pejorativo continuava, enquanto eu via em uma TV a tropa de choque avançando, usando bombas de gás e balas de borracha, com um grande número de policiais, a tropa de choque encurrulava os manifestantes contra a Copa do Mundo. Bem longe dali o jogo começava. Meu filho assistia da outra Tv e me chamava pra ver o jogo. Os jogadores cantavam o hino nacional, explosão de alegria e euforia no estádio, bombas e balas de borracha na rua em São Paulo. A partir desse dia percebi que a Copa do Mundo de futebol havia perdido todo o significado para mim, acho que minha experiência como pesquisadora no campo do conflito, controle e exclusão social fez com que isso se tornasse irreversível.

As imagens da cobertura do protesto em São Paulo e da abertura da Copa do Mundo eram diferentemente gritantes, parecia que era outra cidade, outro país, outro continente. Para mim não existia festa, comemoração, ou futebol. A Copa do Mundo de futebol no Brasil se tornou sinônimo de hipocrisia, dominação, cinismo, contratos publicitários milionários, repressão, corrupção, desocupação, remoção e exclusão social latente. Como diz uma das frases centrais dos protestos em 2014, "Copa pra quem?" Para poucos, muito poucos.

Eu chegava à rodoviária para acompanhar os protestos do Comitê Popular da Copa no Distrito Federal, havia falado sobre a minha pesquisa pelo Facebook com um dos coordenadores dos protestos na cidade. Tínhamos combinado uma conversa para ele falar um pouco como estava sendo os protestos e a repressão aos manifestantes. Eu estava nervosa e com medo, acompanhava o calendário e os protestos que tinham se intensificado desde o final de maio, quando houve um confronto entre policiais e manifestantes em que participavam integrantes de etnias indígenas pela demarcação de terras no dia 29 de maio de 2014. O calendário das manifestações se mantinha durante todo o megaevento esportivo.

Em Brasília o Comitê Popular da Copa realizava os protestos em todos os dias de jogos, alguns próximos à *FIFA Fun Fest* em Taguatinga, outros, a maior parte deles na rodoviária do Plano Piloto próximo à Arena Nacional, mais conhecida como Estádio Mané Garrincha. No momento do megaevento esportivo, eram duas as categorias de invisíveis que deveriam desaparecer do cenário comemorativo da Copa do Mundo de Futebol, os pobres, andarilhos, moradores de rua, catadores de material reciclável, os que vivem em situação extrema de exclusão social e, é lógico, os manifestantes contra a Copa do Mundo de futebol. A repressão continuava, física, psicológica, discursiva e intimidadora como atesta o relato do militante no perfil do Comitê Popular contra a Copa no Distrito Federal, postado no Facebook no dia 10 de

junho de 2014. O militante relata alguns elementos de repressão que incluem intimidação, detenção sem provas, desrespeito aos direitos constitucionais e aos direitos humanos, segregação de espaços públicos, e privados como no caso do Balaio Café em Brasília. Alguns espaços são fechados na capital federal por reunir diversidades, intelectuais e estudantes. Enfim, o relato do militante é bem esclarecedor sobre o clima de repressão que pairava sobre Brasília durante os jogos da Copa do Mundo de 2014.

> Hoje a repressão deu um passo adiante no DF, realizando uma série de ações que mostram o quão anti-democrático é este governo. Está cada dia mais claro que o principal exercício de democracia durante esta copa é ir às ruas.
> 1- A polícia foi me visitar em casa. Como não encontraram, foram no trabalho. Poderia ser coincidência, não fosse o fato de que foram também na casa de outros 5 companheiros do Comitê Comite Popular da Copa - DF. Querem nos intimidar e impedir a população de ir às ruas exercer seu direito democrático de manifestação. Apesar da grave violação da liberdade de expressão, organização e manifestação, não deixaremos que isto abale em nenhum momento nossa vontade de lutar e de contribuir para que nós, povo brasileiro, façamos durante este próximo mês a COPA DAS MANIFESTAÇÕES que transformará para sempre nosso país! #NÃOvãoNOSintimidar!
> http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/integrantes-de-movimentos-sociais-contra-copa-denunciam-perseguicao-policial
> https://www.facebook.com/rafa.madeira.9/posts/299894336852826
> 2- Hoje foi a audiência de uma companheira nossa do Mtst Trabalhadores Sem Teto que foi presa ano passado durante a Copa das Confederações. Ela foi presa ano passado durante a noite, em casa, de forma completamente ilegal, sem mandado, alegando flagrante. Felizmente, ela e todas as pessoas que lutam por moradia digna não se intimidaram e esta semana conquistaram, na marra, uma vitória histórica contra os governos e a especulação imobiliária. #MTST:aLUTAéPRAvaler!
> 3- Hoje também o governo ampliou sua ofensiva contra o Balaio Café, local de resistência cultural e política que recebe eventos feministas, de Direitos Humanos, entre outros. O Balaio foi fechado pela AGEFIS (a mesma que persegue ambulantes para lucro da FIFA), alegando flagrante de poluição sonora (em pleno final de tarde), além de uma multa de R$ 20 mil reais. Hoje, inclusive, estava marcado para acontecer o lançamento de um livro do companheiro Jean Wyllys no local. Felizmente, a galera ocupou a praça ao lado e fez a atividade lá mesmo, denunciando a perseguição e a repressão do GDF à cultura de resistência. #BALAIOresiste!
> https://www.facebook.com/jean.wyllys/photos/a.201340996580582.48122.163566147024734/700397820008228/?type=1
> https://www.facebook.com/balaiocafe/posts/681081728593768
> 4- Hoje também, coincidentemente, vi a Presidenta Dilma ir à TV defender a COPA e divulgar números absolutamente falsos sobre o "legado da Copa" os quais terei o maior prazer em desmentí-los um a um em breve. Ela também disse que garantirá o direito à manifestação e que estas são expressão de uma sociedade democrática. Talvez por isso que ela tenha gasto R$ 1,3 bilhão em bombas e equipamentos de repressão a manifestações e deslocado 157 mil membros da Força Púlbica (57 mil são das Forças Armadas). Mentiu para evitar que a população faça o óbvio: vá para as ruas conquistar seus direitos! #DILMA,escuta!NAcopaVAIterLUTA!
> https://www.facebook.com/photo.php?fbid=792897860744257&set=a.554497541250958.126582.100000721508655&type=1
> (Hoje também estive na greve nacional do SINASEFE e FASUBRA que, infelizmente, sofrem com baixos salários pois a prioridade do governo é apenas garantir o lucro das grandes empresas e da FIFA)
> Acredito que já falei o suficiente sobre o dia de hoje.... agora vamos falar do AMANHÃ, pois AMANHÃ VAI SER BEM MAIOR!
> Quinta-feira está cada dia mais consolidada como um dia Mundial de Lutas! Além das principais cidades do Brasil, Zurique, Berlim e Munique também já

> confirmaram manifestações!
> Olhem só o calendário!!
> #VEMpraRUA! (10 jun. 2014).

Neste dia 26 de junho de 2014, quando cheguei a Brasília começava a concentração de pessoas para o protesto na plataforma inferior da rodoviária do Plano Piloto. Depois da volta de reconhecimento para observar os transeuntes, passantes e verificar a ausência dos moradores do espaço, voltei à concentração. Os gritos de guerra ecoavam no concreto cinza da rodoviária do plano piloto "Ei Fifa volta pra Suíça!". Um cartaz extenso em amarelo de letras pretas estava escrito a frase "Copa das Manifestações". Ainda na rodoviária os manifestantes montaram uma trave de campo de futebol e simulavam uma equipe de futebol. Na frente da camiseta dos integrantes do time estava escrito "Copa pra quem?" E atrás haviam números e as palavras "Remoções" "Violações". Algumas pessoas passavam sem ver e nem olhar para nós. Outras, na correria do trânsito para ver o jogo, a caminho do trabalho ou de casa acenavam em forma de apoio ao protesto.

Buscava com os olhos o meu contato da organização do protesto, mas não o encontrei. Por volta das 14 horas, o protesto saiu da rodoviária do plano piloto pela pista à direita em direção ao shopping conjunto nacional e ao Estádio Mané Garrincha. Não sei precisar a quantidade de gente que estava lá, não falei com ninguém só observava e seguia junto com os manifestantes. Depois dos relatos dos protestos de junho de 2013 e minha própria experiência em 2013 e 2014 achei que seria mais seguro não levar máquina ou outros equipamentos, eu podia ficar sem o equipamento, tanto por uma ação de confisco ou qualquer outra situação. Filmar ou fotografar sozinha no meio de desconhecidos não era muito seguro e não tinha muita certeza do que podia acontecer, optei também em seguir as instruções do meu orientador e ser discreta e somente concentrar-me na observação, andar e ver.

Antes da entrada do conjunto nacional, mais de dois quilômetros de distância da entrada do estádio havia um bloqueio policial. Barreiras de plástico e um cordão humano de policiais armados e equipados de soldado *Robocop*, cuja indumentária descrevo ainda neste parágrafo, sinalizavam a restrição de passagem a partir daquele trecho do Eixo Monumental. Além dos gastos com os investimentos dos megaeventos esportivos, em todas as capitais onde houveram os jogos da Copa de Mundo, os Estados e o Distrito Federal ampliaram os investimentos em equipamentos de repressão.

Um exemplo da sofisticação deste aparato repressivo por parte do Estado investido nos equipamentos da polícia militar pós-junho de 2013 é o soldado *Robocop*. Além de armadura de proteção em todo o corpo, proteção de pé, de joelho, perna e ombros e do tradicional colete

a prova de balas, colocado por cima de um uniforme camuflado azul, os policiais usavam capacete azul com ampla viseira transparente, máscara de gás lacrimogêneo, escudo transparente e uma arma de aparência letal, pistola, também portavam um cassete maior do que o convencional. Todos eles, os *Robocops* montados, assim como todos os outros policiais que vi em todos os protestos que observei estavam sem identificação, o que não é permitido. A ilustração abaixo foi publicada no facebook do Jornal Correio Braziliense também menciona a aquisição de um caminhão equipado com um canhão de água para dispersar multidões.



Fotografia 13 Policial Robocop. Fonte: Reprodução Facebook Correio Braziliense

Desde o mês de maio muitos protestos tinham acontecido próximos ao Estádio Mané Garrincha em Brasília e haviam sido reprimidos de forma violenta pela polícia militar do Distrito Federal. O aparato repressivo estava bem equipado e a estratégia bem definida: dali para frente do bloqueio feito por um cercado e pela barreira humana da polícia só era permitida a passagem de profissionais de imprensa ou pessoas com ingresso. Não vi entrar ninguém pelo bloqueio, os manifestantes montaram a trave, simularam um jogo com o time do Copa pra quem? O sol estava forte, mas o clima estava ameno, o vento fresco de junho ajudava a refrescar o dia. Vários helicópteros sobrevoavam o protesto, havia polícia espalhada por todo gramado interno do bloqueio, muitos carros de polícia, ônibus, caminhão, cavalaria. Parecia que a polícia do Brasil inteiro tinha vindo segurar aquela gente que estava por ali.

As horas passavam e o jogo se aproximava, os manifestantes surgem com uma enorme taça da FIFA de isopor e a colocam bem em frente ao bloqueio policial. A taça pintada de dourado, tinha uma faixa verde e amarela simulando a faixa presidencial brasileira. Um pouco antes das quatro horas da tarde, os manifestantes colocam fogo na taça da FIFA, houve o

início de um tumulto a polícia vem pra cima para dispersar a multidão, como a taça de isopor era muito grande ela entrou em combustão e virou uma enorme chama em frente ao bloqueio. Uma corporação militar saiu da parte que estava bloqueada e afastavam as pessoas que estavam próximas às chamas com golpes de cassetes e sprays de pimenta. Corri em direção à rodoviária como um monte de gente. Fiquei de longe observando, as pessoas que participavam do protesto começaram a dispersar, resolvi voltar ao bloqueio policial e ver o que tinha acontecido.

Subo novamente a Esplanada, a taça da FIFA tinha virado cinzas e pequenas chamas terminaram de ser apagadas pela polícia. Estava olhando as cinzas ali parada como uma estátua, imersa nos acontecimentos do campo, clima tenso e de apreensão, abduzida em meus pensamentos olhando o cenário e a movimentação policial. Uma mulher surgiu ao meu lado de não sei onde e me disse: "Que absurdo, eles não podem fazer isso com o nosso país". A senhora que aparentava ter uns cinquenta anos era uma curiosa provavelmente, uma mulher simples, ou uma andarilha das imediações da rodoviária que havia escapado da limpeza das ruas. Ela como muitos brasileiros devido ao bombardeamento midiático, naquele contexto de Copa do Mundo de futebol, "o maior espetáculo da terra", confundia a simbologia da FIFA a taça da Copa do mundo em ferro e no tom dourado, como um símbolo do Brasil.

A FIFA era Brasil e o Brasil era a FIFA para aquela mulher que, como eu, era mais um dos excluídos da Copa do Mundo por não ter um ingresso para assistir ao jogo. Quando recordo desse momento do meu trabalho de campo percebo que perdi a oportunidade de conversar sobre e porque ela percebia que a taça da Copa do Mundo da FIFA simbolizava o Brasil? Como ela havia chegado a essa constatação? Mas naquele momento, possivelmente pela sequência inesperada de acontecimentos só acenei com a cabeça em um sinal de concordância. No meu trabalho de campo o inesperado era um elemento preponderante que roubava-me as palavras e as ações, a única coisa que eu consegui fazer depois era anotar as impressões dos dinâmicos e precipitados fatos e situações.

Após o incêndio da "Taça do Mundo" voltei à rodoviária do plano piloto para ver como estavam as coisas por lá, acompanhar o final do protesto, o grupo de manifestantes já tinham dispersado, o jogo estava quase começando, dei uma volta, fui ao banheiro e troquei a camiseta laranja por uma branca, estava intrigada e disposta em passar pelo bloqueio policial e ir até o estádio. Saber por onde o público de privilegiados que iam ao estádio chegavam. Uma coisa eu tinha certeza pela rodoviária que não era. Enfim, minha intenção era sondar o espaço, porque era um dia de trabalho de campo que não podia ser desperdiçado e acabar por ali.

Volto ao bloqueio policial poucas pessoas estão por lá e vou passando assim como quem não vê a polícia, sou parada por um *Robocop*. Não falo nenhuma palavra. Uma policial feminina vem ao meu socorro e diz ao *Robocop*: "Pode deixar que eu revisto". Ela pede para eu abrir a mochila, na parte grande a camiseta laranja, o caderno de campo, capa dura pequeno vermelho, uma blusa de frio com capuz, uma garrafa de água. A policial ordena que eu levante a blusa na altura da cintura, a calça até altura dos joelhos. A revista inclui a verificação se há objetos entre os seis e embaixo dos cabelos e dos braços. Passada a inspeção ela diz: pode ir. A policial não tinha visto o vinagre e o pacote de gases que eu tinha levado por precaução. Havia colocado em um bolso muito disfarçado, lembrando que em junho vinagre era motivo de detenção, algema e visita à delegacia, mesmo com medo levei, para usar em caso de necessidade. O término da revista é um alívio e dou início à caminhada na esplanada vazia de gente e cheia de polícia. Helicópteros sobrevoam baixo com policiais que exibem armas de prontidão, o que mais parece uma simulação de operação de guerra.

A repressão e a estratégia de controle das instituições da ordem tinham sido muito eficientes a ponto de ser quase impossível passar qualquer manifestante pela revista e pelo bloqueio policial. O vento seco do Distrito Federal agora é uma brisa fria, venta muito. Caminho solitária pela esplanada, tem mais um caminhante aqui e outro ali também em direção ao estádio. Quando tomo as anotações vem à minha mente as lembranças de como a condição de ser mulher deixou-me apreensiva durante o trabalho de campo. A Sensação de insegurança era a minha companheira. No Eixo Monumental, oito pistas, quatro de cada lado, um gramado extenso que as separam, espaços amplos vazios. Apreensão pela grande quantidade de polícia e dos homens que andavam próximos a mim. Uma sensação de fragilidade e insegurança. Após o hotel Kubitschek Plaza na altura do Mc Donalds comecei a correr para chegar até o gramado próximo ao estacionamento do estádio, embaixo das árvores uma tropa da cavalaria, medo ou alívio? Realmente não sei. Passo sem olhar para o lado, vou em frente.

Quando chego ao estádio o jogo está começando, algumas pessoas tentam conseguir ingresso. Estrangeiros de vários países. Gente atrasada correndo para não perder o jogo. Helicópteros sobrevoam o estádio monumento, do lado de fora dá pra escutar um furor festivo. Um grande contingente policial posicionava-se próximo às entradas as filas separadas e organizadas com grades de ferro. Permaneço na porta do Estádio para observar, faço algumas anotações. Evangélicos fazem uma mobilização evangelizadora, seguram um cartaz com a bandeira de Israel. Ambulantes vendem bonés, bandeiras, bonecos do "Fuleco", mascote da Copa do Mundo de 2014, um tatu bola estilizado que nos cartazes do comitê

popular da copa aparece dando cartão vermelho pra FIFA e para o megaevento.

Após meia hora resolvo sair e dar uma volta e observar as imediações próximas ao estádio, estrangeiros e algumas pessoas assistem o jogo em uma estrutura improvisada de atendimento ao turista. Euforia e clima de festa, paquera, muitos homens e algumas mulheres assistem o jogo. Paro e pergunto ao funcionário que estava no posto de atendimento, por onde chegavam as pessoas que iam aos jogos, qual era a logística de transporte para chegar ao estádio. Ele me explica que as pessoas deixavam o carro, ou vinham de taxi pelo parque da cidade, havia também ônibus para transportar as pessoas do parque da cidade até o estádio, que fica do outro lado das oito pistas da Esplanada dos Ministérios.

A tarde vai indo embora e acho melhor voltar rodoviária antes que escureça. Começo a voltar no espaço vazio da esplanada o sentimento de insegurança é o mesmo da ida, sozinha, no meio do gramado, um homem anda atrás de mim, aperto o passo sempre olhando para trás. Ao chegar ao setor hoteleiro ando devagar e outro solitário perdido na esplanada passa por mim, alívio. Vou mais devagar, já vejo o bloqueio dos *Robocops* que continua no mesmo lugar. Passo pela barreira e no meio da grama da esplanada, vejo o cenário da repressão intimidadora da polícia militar do Distrito Federal. Observo quatro jovens deitados de costas com as mãos algemadas para trás cercados de policiais e duas caminhonetes, viaturas da polícia.

Nos dias anteriores, nas manifestações ainda em maio de 2014, havia percebido que essa era uma forma de abordagem policial no Distrito Federal. Colocar a pessoa de costas, mas não em pé e sim deitado, e assim a pessoa permanecia algemado e no chão imobilizado numa visível postura de humilhação, coação e intimidação. Eles estavam imobilizados na postura do homem da foto abaixo, que é do registro em vídeo publicado no Youtube de uma abordagem e imobilização e revista policial que aconteceu em um protesto de junho de 2013 durante a Copa das Confederações em Brasília.



Fotografia 14 Frame de vídeo publicado no Youtube que registra abordagem policial abusiva durante os protestos em 2013. Brasília, 26 jun. 2013. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=wPI64IkjSwE>. Acesso em: set.2014.

Sentei embaixo de uma árvore, para ver o que iria acontecer, se eles iam ser retirados dali e em quanto tempo. Minha vontade era ir até e perguntar aos policiais qual era o motivo da abordagem policial, e porque eram mantidos por tanto tempo daquela forma, mas meu medo era maior do que a minha coragem, senti falta do meu crachá de imprensa, mas mesmo com ele, sozinha, acho que não teria coragem de ir até o grupo de mais ou menos 10 policiais que cercavam os quatro homens já imobilizados.

Permaneci por 40 minutos no mesmo local, sentada embaixo de uma árvore ressequida do cerrado observando o procedimento policial. A impressão era que eles falavam com os homens já imobilizados, faziam ameaças, segurando as armas em posição intimidadora. Parecia que a intenção era fazer daquela uma cena permanente e exemplar de intimidação, instaurar o medo de ação. Eu não entendia porque mesmo após a imobilização, eles tinham que ficar expostos naquela condição humilhante, algemados deitados de costas, em um círculo de policiais armados. Estava curiosa para saber sob qual alegação os homens eram mantidos naquela posição vexaminosa e violenta. Achei melhor não, a possibilidade de me juntar aquele cenário de intimidação me fez ficar ali. Vencendo apreensão fui até ao bloqueio policial e perguntei a um policial, sob qual a alegação que os quatro homens era mantidos há mais de 40 minutos algemados e deitados de costas sem ser encaminhados à delegacia. Ele me disse em tom nada amigável: "Porque você está perguntando, isso não te diz respeito, melhor você desocupar aqui".

Não consegui dizer mais nada, sob a observação do carrancudo e comportamento ameaçador do servidor público sem identificação, volto para meu ponto de observação, decidida a ficar e ver o que ia acontecer. De onde eu estava vi um fotojornalista que estava com o crachá de imprensa se aproximar e questionar os policiais porque os quatro homens eram mantidos rodeados de policiais fortemente armados. Ele se afasta e vem descendo em direção à rodoviária, me aproximo e pergunto a ele, qual era o motivo da abordagem e daquele cenário de detenção policial humilhante. Ele responde: "Não entendi muito bem, parece que foram abordados e são acusados de roubos de celulares".

Agradeci a informação. Fiquei observado o cenário de intimidação. Sabe-se lá por quantas horas os detidos eram mantidos deitados de costas, com as mãos algemadas às costas e até a hora que escureceu eles continuaram no mesmo lugar, do mesmo jeito. Os detidos naquele dia de jogo do Brasil da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, como já mencionei, não eram os únicos que foram submetidos à abordagem invasiva ao corpo, de ficarem de

costas deitados no chão ao serem submetidos a abordagem policial, o que parece ser uma tática da polícia militar do Distrito Federal. O abuso de autoridade como estou mencionando também foi gravado em vídeo nos protestos do dia 26 de junho de 2013. Em 2015, o mesmo procedimento abusivo também foi registrado na greve dos professores em que essa abordagem também ocorreu. Sabe-se lá por quantas incontáveis vezes essa abordagem e revista policial se repetiu.

Fazia frio, volto à rodoviária do plano piloto e doze pessoas se manifestam nas escadas da rodoviária contra a Copa. Já passa das sete horas da noite e o movimento ainda é grande. Não como os dias comuns, neste dia do jogo da Copa do Mundo de futebol da FIFA a cidade tem uma atmosfera de feriado. Algumas pessoas passam e olham o pequeno grupo, alguns punks com roupas pretas e cabelos armados coloridos seguram cartazes. Repetiam o grito de guerra: "Ei FIFA volta pra Suíça!" Estava exausta tinha caminhado bastante e fazia um vento frio, resolvo fazer o caminho de volta. Metrô tranquilo, desço na 208 sul vazia.

Tomo a decisão de passar pelo Parque da Cidade na intenção de ver o movimento e se realmente os torcedores chegavam por lá como havia me informado o funcionário do posto de atendimento ao turista próximo ao estádio. Os estacionamentos e as pistas internas do Parque da cidade estão cheias de carros e ônibus totalmente adesivados com a logomarca da Copa do Mundo FIFA 2014. Torcedores frenéticos e agitados trafegam por lá. O Brasil ganhou o jogo e a euforia é geral.

No entanto, volto para a casa da minha amiga pensando o que terá acontecido com os quatro homens feitos de exemplo de intimidação para demonstração da repressão policial. A cena nunca saiu da minha cabeça foi a partir desse momento e desta observação do trabalho de campo que a questão da repressão que incide sobre o corpo surgiu como elemento a ser levado em consideração nesta pesquisa. Alguns autores podem contribuir para refletir sobre como a repressão e o abuso de autoridade policial incide sobre o corpo dos indivíduos de forma violenta e humilhante. Neste capítulo que abordo a estratégia de controle social física e psicológica, esse recorte emergiu a partir da observação do trabalho de campo e na verificação das formas e o padrão de comportamento intimidador dos policiais durante os protestos de 2013 e 2014.

Neste aspecto as considerações sobre o corpo de Marcel Mauss e Mary Douglas contribuem para pensar porque mesmo portando tantos equipamentos e armas, não satisfeitos em conter a multidão a repressão incide sobre corpos aleatórios, muitas vezes desprovidos de qualquer equipamento que possa auxiliar em uma reação que ameace o corpo ou o equipamento de um policial. Para Marcel Mauss, o corpo é uma construção social e simbólica.

É a partir dessa concepção que ele desenvolveu o conceito de técnicas do corpo que compreende como sendo em suas próprias palavras "[...] as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo" (MAUSS, 2005, 401).

Dessa forma, concebi mediante a observação no trabalho de campo e a coleta de dados, o aspecto abusivo e prepotente de abordagem policial que objetiva o controle social como uma técnica corporal da repressão, criada, desenvolvida, assimilada e colocada em prática incide diretamente sobre o corpo, o indivíduo de forma a controlá-lo, e, mais ainda, estabelecê-lo como um exemplo de intimidação à ação de outros indivíduos e instaurar o medo de agir como ação de controle social e repressão. A concepção de corpo de Mauss vem ao encontro a esse entendimento porque as ações de repressão e intimidação têm como um dos seus principais focos incidir sobre o corpo dos sujeitos como estratégia de dominação e controle.

> O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é o seu corpo. Imediatamente, toda a imensa categoria daquilo que, em sociologia descritiva, eu classificava como "diversos" desaparece dessa rubrica e ganha forma e corpo: sabemos onde colocá-la.
> Antes das técnicas de instrumentos, há o conjunto das técnicas de corpo (Idem, p. 407).

Pois o fato que busco aqui atentar no contexto dos protestos de junho de 2013 suas consequências e desdobramentos é a sofisticação e aperfeiçoamento das técnicas da repressão do corpo, a forma abusiva de abordagem e detenção policial nos protestos. Quero deixar claro que não afirmo que essa abordagem é uma inovação no contexto geral da atuação da polícia no cotidiano. São utilizadas nas abordagens nos espaços urbanos, sobretudo quando os policiais não são vistos, mas em protestos, nas abordagens aleatórias em que há observadores e há a expressiva determinação de incidir sobre o corpo, essa prática funciona como um elemento intimidador de controle para quem participa das manifestações públicas ou para as quem observa.

Ao imobilizar o corpo do indivíduo deitado de costas, com o rosto no chão e as mãos algemadas para trás, os instrumentos e agentes da repressão, a polícia, mostra a este corpo e aos demais que circulam pelo o espaço que detêm o total controle sobre este e os outros indivíduos, se assim o que quiser, seja por reação de qualquer um deles, ou por sua interpretação aleatória de que algum sujeito esteja a ameaçar o ordenamento jurídico, a ordem ou controle estabelecido em um contexto determinado.

O corpo é, além do primeiro objeto técnico do homem em que ele próprio tem controle

e o único que o resta em sua defesa, como não dispõe de equipamentos técnicos como os dispõe a polícia, como no caso, os capacetes, cassetetes, sprays de pimenta, escudos, armas letais e não letais. Detêm ainda, como afirma Mary Douglas, uma simbologia da estrutura social.

Na concepção de Douglas, a sociedade pode ser compreendida como uma extensão do corpo. Em sua abordagem a autora trabalha esse conceito em rituais de sociedades africanas que ela classifica como primitivas, como no caso os Dinkas. No entanto, considero que na análise em que proponho a incidência da repressão, violência e o controle do corpo nos protestos suas ideias são válidas para compreender essas técnicas corporais que incidem sobre os manifestantes no contexto de nossa sociedade complexa urbana e contemporânea. Nesta perspectiva o controle do corpo em sua instância mais incisiva e humilhante, diz respeito ao controle ampliado em que a repressão policial se propõe ao controle social de um todo, da sociedade e do contexto. No caso dos protestos o controle de quem estiver nas ruas e ameaçar adentrar fronteiras em espaços segregados e delimitados e limites determinados, aleatórios ou não.

> O corpo é um modelo que pode significar qualquer sistema limitado. Seus limites podem representar quaisquer limites que estejam precários ou ameaçados. O corpo é uma estrutura complexa. As funções de suas diferentes partes e suas relações proporcionam uma fonte de símbolos para outras estruturas complexas. Não podemos, possivelmente, interpretar rituais concernentes a excrementos, leite de peito, saliva e tudo o mais, a menos que estejamos preparados para ver no corpo um símbolo da sociedade, e os poderes e perigos creditados à estrutura social reproduzidos em miniatura no corpo humano (DOUGLAS, 1966, p.142).

Imagens dos protestos ilustram como abordagens e as práticas das técnicas corporais da repressão e controle social incidem sobre os corpos dos indivíduos. Há uma discussão que essa é prática muito própria da polícia brasileira em que a tradição dos castigos corporais é secular e remetem ao colonialismo. O uso da violência sobre os corpos pode ser considerada, de certa forma, banalizada, arbitrária e abusiva em nossa sociedade. Mas, além disso, é importante a observar como mesmo em situação de total controle e subordinação dos corpos, como ocorreu nos protestos como os de junho de 2013, em que em um primeiro momento, não haviam grupos de poder determinados se apropriando das manifestações públicas, as instituições da ordem, neste caso a polícia, incidem sobre o corpo dos indivíduos de forma abusiva, violenta e humilhante. Utilizo as fotos abaixo para exemplificar o meu argumento.

Em junho de 2013 a repressão policial foi intensa principalmente nas maiores capitais do Brasil, a polícia militar fez abordagens policiais aleatórias, atirou em manifestantes, fez prisões arbitrárias, bateu e xingou várias pessoas. Manifestantes e jornalistas eram os focos dos disparos policiais. Ainda neste capítulo relato a “preferência”, digamos assim, pela polícia

em atingir os corpos das mulheres nos protestos em São Paulo. Na foto abaixo, em um frame de cena do filme *Junho* está o registro de como a polícia e as técnicas corporais da repressão agiam sobre os corpos dos manifestantes.

Segundo o relato da jornalista Giuliana Vallone, que também foi atingida no rosto por uma bala de borracha, o rapaz que foi abordado de forma violenta pela polícia só passava pelo protesto no dia 11 de junho de 2013, durante o 3º grande ato pela redução da tarifa em São Paulo, sem máscara ou bandeira, sem estar realizando nenhum ato de agressão ou que ameaçasse a segurança dos policiais e das pessoas que participavam dos protestos, ele foi detido pelos policiais de forma truculenta e abusiva. Na sequência ele é imobilizado de forma agressiva sem portar mochila, coquetel molotov ou máscara.

> A primeira prisão que foi feita no protesto de terça-feira aconteceu do meu lado foi um ciclista que nem estava na manifestação, jogaram ele na grama com a cara, ele gritava socorro, eu não consigo respirar, ele entrou na faixa que a polícia tava tentando liberar para os carros e ele foi jogado no canteiro central por cerca de seis policiais. Boa parte dos manifestantes não agrediu a polícia em nenhum momento. (Vallone, Filme Junho, 07:13).

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TYgBuZvzB0k. Acesso em jun.2013.



Fotografia 15 Homem é abordado e detido por policiais quando passava pelo protesto de 11 de junho de 2013 em São Paulo.
Fonte : Filme Junho 07: 20

A cena do filme *Junho* mostra uma imagem do homem já imobilizado por vários policiais sendo algemado gritando compulsivamente e sem parar: Ai meu Deus! As duas fotos abaixo mostram a sequência da abordagem.



Fotografia 16 Homem é jogado no chão e algemado pelos policiais, quando passava pelos protestos. Fonte: Filme Junho, 07:36

Outro exemplo da prepotência e violência da polícia e como ela incide sobre o corpo dos indivíduos foi transmitida em reportagem da Tv Anhaguera, retransmissora da Tv Globo de televisão, em Goiânia. Durante protesto pela qualidade do transporte público, antes dos protestos de junho de 2013, em 16 de maio de 2013, estudantes e manifestantes fecharam e ocuparam o terminal da Praça A, no bairro de Campinas. A tropa de choque chegou cercando os estudantes e eles foram dispersados para as ruas que circudam o terminal com bombas de gás lacrimogêneo. Um policial militar abordou um estudante de forma violenta e ao tomar sua bandeira deu um soco no rosto do manifestante. A matéria temina com o relato do protesto sem que houvesse nenhum questionamento a atuação do policial militar que agrediu o estudante.



Fotografia 17 Policial Militar sem identificação agride estudante com um murro no rosto que participava de protesto pela redução da tarifa no terminal da Praça A em Goiânia. 16 mai.2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7lFi_dqHngI>. Acesso em: set. 2014.

Além dos registros já mencionados em 2013 e 2014, em 2015 na Esplanada dos Ministérios no gramado em frente ao espelho d'água do Congresso Nacional no protesto contra a flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas pode-se observar outro exemplo de como as técnicas corporais da repressão incidem sobre o corpo dos indíviduos de forma incisiva, violenta e abusiva. O homem de camisa vermelha está no chão sendo segurado por um policial e outro vem em direção ao manifestante para bater com o cassetete. A segunda foto (20) mostra o mesmo homem negro no chão, completamente dominado, cercado por vários policiais, sendo que um deles pisa com o coturno, que faz parte da indumentária destes servidores públicos, no rosto do manifestante.



Fotografia 18 Protesto contra a flexibilização das leis trabalhistas. Fonte UOL. 07 abr.2015



Fotografia 19 Protesto contra a flexibilização das leis trabalhistas. Fonte UOL. 07 abr.

Para Teresa Pires do Rio Caldeira, essa forma que chamo técnica corporal da repressão que incide sobre o corpo dos indivíduos, neste caso específico dos protestos de junho de 2013 sobre o dos manifestantes e jornalistas, é inclusive um padrão de comportamento.

> Minha intenção não é "desculpar" o padrão brasileiro de abuso e injustiça, mas demonstrar que a violência e o abuso são constitutivos das instituições da ordem brasi-

> leiras, da dominação de classe, do padrão de expansão dos direitos do cidadão, e, portanto, da democracia atual (2000, p. 137).

A autora argumenta que esse padrão de abuso sofrido pela população pela ação da polícia incide de forma invasiva sobre as classes trabalhadoras. Em sua concepção Caldeira cria uma ideia de corpo ao qual ela chama de "corpo circunscrito" que está relacionado diretamente ao que ela se refere ao desrespeito aos direitos humanos, no caso específico do corpo de detentos do sistema prisional. No entanto, cito essa concepção da autora somente como um exemplo de como elemento corpo é importante para a etnografia e as questões pertinentes à antropologia, deixando claro que a concepção que sigo se resume a concepção do corpo como instrumento e primeiro equipamento dos indivíduos de Marcel Mauss.

No contexto específico da repressão e controle social dos protestos, mesmo a polícia possuindo todo o aparato instrumental e estando o corpo do indivíduo sem esboçar reação ou apresentar ameaça ou perigo, e mesmo já imobilizando é prática da polícia que técnicas corporais de repressão, intimidação e controle violentas e abusivas incidam sobre o corpo do indivíduo.

Entretanto a abordagem de Caldeira sobre o padrão de comportamento da polícia brasileira é, sobretudo, válida para a abordagem que faço sobre a repressão neste capítulo: "A polícia brasileira tem usado a violência como seu padrão regular e cotidiano de controle da população, não como uma exceção, e frequentemente o tem feito sob a proteção da lei (IDEM, p. 139)".

Outro relato das ações e as técnicas corporais de repressão abusivas que incidem sobre o corpo dos indivíduos é o de um poeta morador da periferia de São Paulo ao comentar sobre os protestos de junho de 2013.

> Lógico que algumas coisas eu não gostei, esse negócio de "o Brasil acordou". Eu faço parte de um Brasil que nunca dormiu. E tem mais um porém, as balas aqui não são de borracha né. Porque eu acho que muita mãe quando viu aquilo de bala de borracha no centro pensou, puta podia ter aqui também. Meu filho estaria vivo se aqui tivesse bala de borracha. A periferia sempre vai pra rua, antes disso quase toda a semana, quase todo o mês tem manifestação por causa do transporte, moradia, sempre vai pra rua. É que na verdade o destaque é muito menor do que você chegar à Paulista. Se fosse uma manifestação da periferia na Paulista, tenho certeza que as balas não seriam de borracha. Na periferia é complicado, vai aí na porta do hospital, vai aí no Campo Limpo, vai aí numa consulta. Uma criança no 2º colegial está analfabeta não sabe ler e escrever. Porque às vezes pode falar assim o cara está exagerando. Nós somos um país que morreram 55 mil pessoas no ano passado, é muita gente morrer 55 mil pessoas assassinadas. (Vaz, Filme Junho, 48:40)

A repressão pós-junho de 2013 qualificou-se, equipou-se, ficou mais incisiva e sofisticada o controle social da insurgência popular e dos protestos. Além da estratégia discursiva

intelectual da estratégia de repressão de efeito psicológico e físico veio a se somar a estas duas a estratégia legislativa e jurídica visando o controle social e a criminalização dos protestos. O relato de um estudante de direito reúne e descreve essas três estratégias de controle social a que foi submetido durante um protesto em 2014 e ilustra como as estratégias de controle social, repressão e criminalização dos protestos atuaram na sociedade brasileira. Durante os protestos da greve dos metroviários, no dia 8 de junho de 2014, em São Paulo, o estudante foi detido por policiais militares, ele foi preso, sofreu tortura física e psicológica e antes mesmo de ser aprovada no Congresso Nacional a lei do terrorismo que abordo no capítulo 3, os policiais já usavam a futura lei como forma de intimidação e coação.

Os policiais militares, antes de chegarem com ele à delegacia, ainda na viatura, disseram ao estudante que ele seria enquadrado na Lei do terrorismo da FIFA, que ainda estava em análise no Congresso Nacional, e ainda não existia, não havia ainda se tornado lei. Esta proposta legislativa que os policiais utilizaram para ameaçar o estudante posteriormente, ainda em 2014 foi arquivada.

Somente em 2015, a lei do terrorismo foi enviada na forma de projeto de lei 2016/2015, pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, tramitou em regime de análise de urgência e foi sancionada em março de 2016. Mas, a construção discursiva de criminalização e de ameaça aos indivíduos manifestantes, a partir da tipificação do terrorismo no código penal brasileiro já acontecia quase dois anos antes da lei ser sancionada e entrar em vigor. Abro um parêntese sobre a ameaça relatada pelo estudante de ser enquadrado na lei do terrorismo só para descrever o avanço da repressão pós-junho de 2013 e também porque o relato do estudante ilustra o arcabouço perverso, cruel e violento das técnicas corporais da repressão sobre o corpo do indivíduo manifestante e as estratégias discursivas da repressão.

Apesar de parecer, o cenário descrito por ele não é ambientado no antigo prédio do DOPS-Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo, atual museu da resistência, e sim é o atual prédio da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – e o ano não é 1968, pós AI-5, é 2014. O depoimento foi concedido ao C.O.P.A 412, publicado no dia 12 de junho de 2014.

> No dia 8 teve uma assembleia dos metroviários que foi bastante cheia e aprovou a continuidade da greve e ali era uma assembleia em que os metroviários todos eles unidos gritaram a seguinte palavra de ordem: Não tem arrego! Se demitir um vai ter que demitir todos. Só que essa greve tomou proporções além da greve, além da categoria, tinha um amplo apoio da população, dos movimentos sociais e foi marcado no dia seguinte de manhã uma greve em apoio a greve dos metroviários no metrô Ana Rosa. E porque no metrô Ana Rosa? Porque no dia anterior o governador tinha utilizado a tropa de choque para reprimir o piquete ali de uma maneira totalmente truculenta. A gente decidiu fazer uma manifestação simbólica né, pacífica que vários mo-

vimentos sociais já fizeram. Muitos inclusive já fizeram e ninguém soube, que foi ir para a secretaria de segurança pública e se acorrentar na frente da porta de um prédio público. E o que aconteceu foi o seguinte, eu me aproximei do prédio da secretaria de segurança pública. A polícia veio me impedir, eles vieram pra cima de mim, me imobilizaram, me jogaram no chão, me algemaram e deram voz de prisão. Agora o que eu não imaginava aconteceu. Eles me levantaram e me puxaram pra dentro do prédio da secretaria de segurança pública.

Dentro do prédio

Eles me levaram para um corredor escuro mandaram eu ficar o tempo todo de cabeça abaixada e ali dentro eles mandaram eu ficar agachado de cócoras num canto, numa parede. Ali começou uma tortura psicológica, usavam de uma autoridade burocrática dizendo que eu nunca ia conseguir me formar, que eu nunca ia tirar o meu título da OAB, que a minha vida ia acabar. Com essa tortura psicológica eles começaram a me agredir, então me deram socos na cabeça, várias vezes ficaram torcendo o meu braço e ali eu comecei a entender que tudo poderia acontecer comigo porque ninguém sabia que eu estava ali, os meus amigos não sabiam, a minha família não sabia. É como se eu tivesse num local em que o tempo tivesse parado e que o tempo poderia voltar e eu poderia ser encontrado morto em algum lugar e ninguém saberia quem foi. Isso piorou inclusive quando ali no meio daquele corredor escuro um dos policiais perguntou se tinha alguma sala no prédio sem câmera.

Sala sem câmera

E aí eles disseram que lá nessa sala sem câmera eles iam fazer um pelado comigo. Abriram a minha calça, abaixaram a minha calça, soltaram a minha algema e ordenaram que eu tirasse a roupa o mais rápido possível. Eles pegaram o meu celular e começaram a exigir que eu falasse quem era quem na minha agenda telefônica, perguntaram quem era a pessoa, como ela era fisicamente, onde ela morava, o que ela fazia da vida. Perguntaram tudo sobre a minha família, tudo sobre mim e se eu não falasse ameaçavam me bater e eu pelado ali na frente deles, mandaram também eu fazer o procedimento da revista vexatória que é ficar agachando, né, pelado. Me xingando, me chamando de veado, tudo o que eles podiam ali fazer. Foi um momento muito difícil assim pra mim, em que eu comecei a desligar a minha cabeça. Ah, eu não (começa a chorar) eu nem raciocinava mais, assim estava totalmente entregue, me sentindo uma coisa assim... Nem pensava mais o que podia vir. Eu fiquei pensando na minha vida, nas pessoas que eu conhecia, na minha família, você começar a apagar assim... apagar, se preparar para morrer. Daí depois eles permitiram que eu vestisse a minha roupa, me tiraram da sala, daquela sala pequena e sem câmera e me voltaram para o corredor escuro. Me deitaram na horizontal olhando pro teto. Um policial ficava cara a cara assim comigo, na minha cara assim, botando o dedo na minha cara e aí depois eles me levantaram e aí eles me levaram para fora do prédio.

Fora do prédio

Fora do prédio tinha um carro de polícia me esperando, eles me colocaram no porta malas, pediram pra eu ligar pra última pessoa que tinha me ligado, que era uma amiga minha, ligaram pra ela, eles ligaram do meu celular. Eles colocaram o celular no meu rosto e obrigaram pra eu dizer pra ela que era pra ela me encontrar. Felizmente ela não veio. Veio no lugar dela um advogado. O advogado quando me viu perguntou porque eu estava sendo preso, para onde eu ia ser levado. Os policiais que estavam no carro disseram o seguinte para ele: -não te interessa, se vira- . E me levaram. No meio do caminho, indo pra DP, os policiais disseram que eu ia ficar preso e que eu ia ser enquadrado na lei da FIFA como terrorista.

Delegacia

Eu nunca tinha sido detido na minha vida, então o delegado disse que eu ia ter que assinar somente um termo e ia ser liberado. Mas, o delegado uma hora ele saiu, foi falar com alguém no telefone e voltou e disse que não ia ser só um termo, que eu ia ser sim acusado por dois crimes: de invasão e de resistência, algo que eu não fiz. No meu depoimento na delegacia eu falei pro delegado o que tinha acontecido comigo no prédio da secretaria de segurança pública e ele perguntou pra mim: -Porque você não falou pra mim isso quando você chegou?- E aí eu falei pra ele que eu não falei porque os policiais que tinham me agredido estavam ali do meu lado e eu tinha medo de sair na rua e ser assassinado por esses policiais. E aí ele me perguntou – Por-

> que você tem medo de ser assassinado? – Aí eu respondi pra ele – Porque essa é a realidade do país - . Essa é a realidade que acontece todos os dias. As pessoas que tentam denunciar o que de fato é a polícia militar no país elas desaparecem. A contradição de versões dos fatos da polícia e a minha era tamanha que o próprio delegado teve a iniciativa, para tentar se livrar de qualquer problema pra ele, de já encaminhar o caso para a corregedoria. Eu paguei a fiança de R$ 1.000,00, só fui liberado após o pagamento e depois eu fui pro IML, fiz corpo de delito e estou aguardando o laudo pra tentar adiante a denúncia desse abuso que eu sofri. Eu quero que as pessoas vejam na minha disposição de continuar lutando força para também lutar. Eu tenho falado muito isso para as pessoas, quando vocês olharem pra mim não fiquem com medo. Não parem de lutar, não diminuam aquilo que vocês estavam fazendo, pelo contrário continuem. Quando eu estava preso na delegacia, depois que eu encontrei os advogados, quando eu estava começando a me recompor, teve um momento que eu comecei a chorar muito, assim na delegacia, porque eu entendi ali, realmente, o que os negros, as mulheres e os pobres deste país passam todos os dias. É uma realidade cruel indigna em que eles não têm direitos a nada. Não têm direito à moradia, direito a serviços básicos, eles só têm o direito de ficar calado, de baixar a cabeça, porque senão eles morrem e ninguém fica sabendo.
> (Estudante,12 de jun, de 2014).

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EUutmUF8zc4>. Acesso em: Jun. 2014.

Outra situação comum também no que tange a repressão foram as emboscadas realizadas pela polícia tanto em Junho de 2013, quanto nos protestos contra a Copa em 2014. O que eu chamei de encurralar as pessoas durante os protestos no filme *Junho* é chamado de emboscada pelos manifestantes no Filme Junho como descreveram em algumas entrevistas. Eu acompanhei muitos desses relatos e emboscadas em transmissão pela cobertura jornalística dos protestos pelo rádio.

Durante os protestos de junho de 2013, a emissora de rádio CBN pedia aos ouvintes para ligar e informar como estavam os protestos na área onde moravam. Havia uma certa dificuldade de uma transmissão de rádio ao vivo. Era praticamente um repórter ter condições de passar um boletim do meio de um protesto em que o clima era de conflito armado. O barulho era muito grande e correria também, e os relatos de emboscada para as pessoas que participavam dos protestos eram a maioria na participação dos ouvintes. Bem parecidos como relataram os manifestantes onde existia um ambiente de pavor.

Mais de 30 anos de abertura política, após o fim da ditadura militar em 1985, não contribuíram para mudar o padrão de comportamento da polícia em relação à sociedade, ao contrário, o que as técnicas corporais da repressão nos apresentam é que há um processo em curso de militarização da política como forma de controle social. Os investimentos em segurança pública são altos, mas não há uma diminuição da criminalidade. Chegando-se a observação de que os investimentos do Estado na área da segurança pública têm como objetivo o controle e vigilância da população com vistas à arrecadação do Estado e impedir que ocorra uma insur-

gência popular que ameace a "ordem" e o poder constituído, ao invés de garantir a melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública prestados à sociedade.

Nem mesmo a exigência de curso superior para os profissionais da segurança pública, o que deveria ter contribuído para a melhoria dos serviços prestados à sociedade e o tratamento para com as pessoas, ajudou a melhorar o que Teresa Pires do Rio Caldeira Caldeira chama de "padrão brasileiro de abuso e injustiça", que seria como ela enfatiza um padrão cultural que identifica ordem e autoridade ao uso da violência praticado pela a polícia brasileira. O jornalista Gilberto Dimenstain em entrevista no filme *Junho* qualifica a polícia brasileira como o reflexo da má qualidade dos serviços públicos prestados à população como um todo, agravado de forma incisiva às camadas populares da sociedade.

> No Brasil o sistema público é despreparado num todo, despreparado a escola, despreparado o hospital, a polícia não podia ser diferente disso. (No filme mostra a polícia gritando com os jornalistas que trabalham na cobertura dos protestos. – Para trás, fica aí, fica aí, caralho, espera. Enquanto isso ameaça a jogar uma bomba de gás). Quando você está vendo a reação das pessoas ali, você vê que eles não foram treinados adequadamente, porque não tem sentido. A forma como as pessoas reagem nervosamente é de quem não teve preparo. Talvez eles tenham preparo, entre aspas, "preparo", entre aspas, quando não estão sendo vistos. Então, está na periferia você não vê. E isso que você vê aqui é o que acontece cotidianamente com grupos que não são da classe média. É isto. Só que dessa vez a classe média estava filmando. (Dimenstain, filme Junho 20:09)

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TYgBuZvzB0k>. Acesso em: jun. 2014.

No filme, após esta entrevista segue uma cena deste diálogo entre os policiais, falando das pessoas que filmavam a atuação da polícia durante o protesto: "Estão seguindo a gente aí. Esses porras aí, caralho".

No entanto, essa não é a mesma opinião proveniente da experiência de quem já atuou em ações de repressão policial. Quando o entrevistado no filme *Junho* foi o ex-capitão da Rota da Polícia Militar e vereador de São Paulo, Roberval Conte Lopes (PTB) ele afirmou que a policia era treinada para praticar agir de forma violenta. Ao comentar sobre os protestos de junho de 2013 ele afirma que o choque não foi feito para dialogar, que nesse caso tem que chamar sociólogos e psicólogos. Defende que o que aconteceu em junho de 2013 em São Paulo é o procedimento adequado de controle social pela polícia. "Primeiro você tem que colocar a tropa ideal para essas ações, que é a tropa de choque, o que governo nem de PT e PSDB gosta de falar, mas, é real, nós fomos treinados pra isso".

Espalhar o terror e o cenário de pânico é uma estratégia da repressão equipada com equipamentos e armamentos. O terror é uma estratégia antiga e secularmente utilizada para controle e dominação. A concepção da violência que incide sobre o corpo dos indivíduos se-

gundo Teresa Pires do Rio Caldeira, pode ser comparado ao terror da dominação colonial. A argumentação da autora vem ao encontro do que pretendo ilustrar e relatar neste capítulo, que mesmo no século XXI a violência, o terror são estratégias que buscam impor aos sujeitos controle social e instaurar o sentimento de pânico por meio da dominação e incidência sobre seus corpos, uma prática clássica dos processos de dominação e exclusão social.

2.3. A estratégia de controle do protagonismo feminino nos protestos de junho de 2013 - Repressão e gênero

Em junho de 2013 as estratégias de controle social discursivas, repressivas e violentas foram utilizadas para tirar a qualquer custo as pessoas das ruas, evitar que as manifestações públicas acontecessem e que a população continuasse a participar dos protestos. A ação coletiva deveria ser dissipada e controlada, A efervescência social imprevista reuniu vários segmentos da sociedade, faixas etárias de idade, gêneros e etnias juntavam-se e ocupavam o espaço urbano em forma de protesto. As mulheres também foram às ruas, muitas, várias, estudantes, jovens, adultas, idosas, brancas, negras, indígenas. Apesar de entender que as estratégias de controle das manifestações de rua física e de repressão do Estado vitimavam um espectro diversificado de manifestantes. Foi durante o levantamento e a análise de dados da pesquisa que a questão de gênero e a violência policial emergiu de forma significativa.

A ocupação do espaço urbano além da circulação diária e seu apoderamento como mecanismo de participação política, insurgência e contestação desdobramentos e a questão das estratégias de controle social tem neste subtítulo um recorte específico de gênero. A sensação de insegurança como pesquisadora durante o trabalho de campo, os relatos e a observação do que aconteceu em junho de 2013, fez-me perceber que a presença das mulheres na rua era um incômodo para as instituições da ordem e para a polícia, principalmente.

Nos protestos de junho de 2013 e em outras manifestações contra a Copa em 2014 percebi que as mulheres foram alvos de tiros de borracha, spray de pimenta simplesmente por elas estarem nas ruas o que me instigou a apresentar alguns relatos que evidenciam uma certa preferência da repressão por atingir as mulheres o que incita uma questão de gênero.

Não consegui ter acesso a dados específicos sobre o número de mulheres feridas nos protestos de junho de 2013 e sinceramente tenho a impressão de que eles não existam de forma sistemática para comprovar a afirmação que faço de que as mulheres em determinado momento dos protestos de junho de 2013, especialmente no dia 13 de junho em São Paulo, fo-

ram alvos preferenciais da polícia militar sendo atingidas por balas de borracha no rosto. Existe uma dificuldade em contabilizar de forma geral as agressões, porque as estimativas oficiais, tanto do número de participantes nos protestos quanto de feridos, são feitos pelas instituições da ordem, em contraponto há relatórios também realizados por organizações não governamentais. No entanto, busquei e não encontrei esse recorte específico sobre o número de mulheres atingidas por balas de borrracha, feridas ou vítimas de agressão e intimidação e abuso durante as manifestações. Em nenhum dos levantamentos e relatórios a que tive acesso há registro de feridos ou vítimas determinadas segundo o gênero. É ainda pertinente considerar a dificuldade de estimar dados sobre as agressões nos protestos. Com certeza são mais casos do que se tem conhecimento.

Em meio ao conflito as pessoas que são feridas por agressões da polícia militar não têm um canal específico para relatá-las e sequer como identificar o agressor pela falta de identificação dos policiais nos protestos, fato que dificulta o acesso a dados quantitativos específicos sobre a agressão às mulheres nos protestos de junho de 2013 e que comprovem a preferência das mulheres como alvo de tiros de borracha e de outras agressões por parte da polícia militar do Estado de São Paulo. Mesmo sem dados específicos e precisos optei em fazer esse recorte de gênero que abordo nesse subtítulo da pesquisa a título de pontuar a existência dessas agressões, não como mero acidente ou erro de atuação, mas pela quantidade de casos e relatos como uma estratégia de repressão. Na pesquisa documental em depoimentos e registros no youtube e matérias jornalísticas verifiquei que muitos dos registros de pessoas atingidas com tiros de borracha no rosto eram mulheres. Durante o percurso de investigação e do trabalho de campo a minha condição de gênero aliada a essa constatação surgiu como elemento que apontavam para a necessidade de uma reflexão sobre gênero e repressão.

A repressão e suas técnicas continuam dessa forma relacionadas às estratégias de controle social, instaurando a sensação de insegurança, pavor e terror que são o fio condutor dos relatos sobre a violência que incidem sobre o corpo feminino neste capítulo. Pretendo também fazer uma breve reflexão sobre como a minha condição de gênero, após os relatos de violência policial que apontavam as mulheres como alvos aleatórios preferenciais de tiros de borracha nos protestos em junho de 2013 e depois de acompanhar os protestos em 2014 influenciaram o meu percurso no trabalho de campo. Relato alguns exemplos que mostram o que considero uma violência de gênero são alguns casos de mulheres atingidas com balas de borracha no rosto, sem manifestarem uma mínima reação durante os protestos. Portanto, de forma específica a participação feminina nos protestos de junho de 2013 se apresenta nesta reflexão como parte importante deste trabalho.

Relatei no subtítulo anterior a minha experiência no trabalho de campo do protesto em Brasília na manifestação contra a Copa do Mundo de futebol da FIFA em 2014, a sensação de insegurança e apreensão que senti. A experiência mais apreensiva no trabalho de campo não foi, portanto, em Brasília e sim no Rio de Janeiro durante a tentativa de acompanhar a manifestação contra a Copa do Mundo no jogo final entre Argentina e Alemanha. Coincidentemente amigos haviam me oferecido hospedagem solidária na cidade. Na verdade, não me encontrava disposta e em condições de ir ao Rio de Janeiro, tudo que eu queria era realizar o trabalho de campo e adiantar o meu trabalho. Mas fiquei tentada pela possibilidade de ir a campo em um protesto durante a final da Copa FIFA de futebol no Brasil 2014. A repressão policial, o controle social e seus requintes pós-junho de 2013 era um dos elementos que eu queria observar. Cheguei ao Rio de Janeiro na terça-feira 8 de julho de 2014, antes do jogo Brasil e Alemanha.

A cidade era um alvoroço só o trânsito muito movimentado. Quando entro no ônibus ligo meu telefone e começo a busca das emissoras de notícias para saber se há informações de protestos na cidade, Tupi, CBN, Bandeirantes em todas as emissoras de rádio a cidade era só festa, nenhum boletim de notícias que não fizesse menção ao jogo do Brasil se reproduziu. Começa o jogo, desligo o rádio o ônibus segue, chego ao meu destino.

O Brasil perde para a Alemanha, no Estádio Mineirão em Belo Horizonte, o povo está triste e indignado. Ligo o rádio pra ver se acontece alguma coisa de diferente, só a transmissão do jogo. Há apenas uma televisão na casa, as pessoas assistem as repercussões do jogo em que o Brasil não foi bem sucedido. Não tenho como procurar pelos "invisíveis" protestos. Pergunto a minha amiga se ela tinha visto algum protesto e ela disse que tinha ouvido falar que alguns manifestantes se reuniram mais cedo em Copacabana em frente a *FIFA Fun Fest*. Espero o jogo terminar, o Brasil perdeu o jogo, Alemanha 7, Brasil 1, resolvo dar uma volta e ir até Copacabana ver o que acontece. Por todo o caminho muitos Argentinos felizes, eles estão na final com a Alemanha. Chego em frente ao espaço festivo da FIFA, um amplo cercado na praia, muita gente, festa, confusão e euforia.

No dia da final da Copa do Mundo compro os jornais, tudo o que se diz em todos eles é sobre a derrota do Brasil para a Alemanha, fico sabendo que tem protesto próximo ao Maracanã na Praça Saens Peña. A concentração é às 14 horas, estou decidida a ir, minha amiga me deixa apreensiva. Conversamos sobre a polícia militar do Rio de Janeiro e suas práticas, ela conta alguns casos e eu outros dos protestos de junho de 2013. Aflição, conheço pouco a cidade nunca fui a essa praça não fazia a menor ideia como era, só sei que iria de metrô até a es-

tação com o mesmo nome. Toma conta de mim uma sensação de apreensão, vou ou não vou? Sozinha na cidade que não conheço bem, só sei que a estação é a penúltima da linha 1.

Vencendo minhas preocupações busco coragem, caminho até a estação ainda sem certeza que vou mesmo, nada de protesto na transmissão do rádio, só a euforia festiva da Copa do Mundo de futebol da FIFA. Penso que não vou mais, melhor voltar, não é seguro. Muitos temores fervilham na minha cabeça.

Obstinada pelo trabalho de campo, entro na estação, compro o bilhete, as estações passam e eu a cada uma delas, revejo a minha convicção de chegar à Saens Peña. A voz automática anuncia Uruguaiana, desço nessa estação que eu conheço, achei melhor descer ali e tentar saber notícias ou então pensar melhor antes de chegar ao protesto, dar um tempo, ver o movimento. Tentava justificar a minha covardia de ir a um protesto sozinha no Rio de Janeiro. Às vezes me enchia de coragem. Mas, sozinha no meio de um monte de gente e a polícia do Rio de Janeiro? Não, melhor esperar. Desço na Uruguaiana e vou até a praça, passo para a plataforma de quem vem da Central para ter notícias. Pergunto para as pessoas como está lá para os lados do Maracanã, na Saens Peña. Escutava o rádio e não tinha notícia de nenhum conflito, as informações se limitavam a grande final. No entanto, não foi isso que escutei das pessoas que passaram pela Saens Peña:

"Quem desce na estação está encurralado pela polícia, ninguém entra, ninguém sai", me diz uma mulher.

Uma outra me diz - "Está tudo fechado inclusive as ruas e o pau está quebrando, tem gente apanhando de mais, tem bomba, choque e cavalaria, é o que falam dentro do trem".

Sensação de insegurança, fico por ali mais um tempo, as pessoas andam apressadas, e sem ação de ir adiante, pego o metrô de volta. Depois da pesquisa documental, da experiência do trabalho de campo, o sentimento de insegurança e apreensão em fazer trabalho de campo sozinha em um protesto no Rio de Janeiro na final da Copa do Mundo de Futebol da FIFA tomou conta da minha coragem. Ao observar gente que chegava à estação Uruguaiana apavorada com medo do cerco policial e depois ver as imagens e ter notícias do que aconteceu na praça e na estação Saens Peña a minha coragem de seguir sozinha para um campo de protesto havia diminuído consideravelmente. Percebi que pesquisa seria mais tranquila e proveitosa se estivesse inserida em um grupo de pesquisadores ou de integrantes da militância, pois tive a sensação de estar susceptível e desprotegida nas entradas de trabalho de campo nos protestos.

Por outro lado, a questão da situação de militarização das manifestações públicas e as questões de fronteiras impostas para a ocupação do espaço urbano, assim como a marcação da diferença da participação das mulheres nas manifestações populares foram contratempos

constantes durante o trabalho de campo. A realização da pesquisa em um campo de conflito e confronto em que se mesclam a solidão do trabalho de investigação e apreensão em uma dinâmica em que circulam expressões e formas simbólicas de força bruta e violência; policiais com armaduras e escudos; cavalaria; cassetetes; armas; prisões; assédio moral e físico, inclusive presenciado no campo, fez com que como pesquisadora eu sentisse medo e tivesse dificuldades de estar no campo.

Na verdade, a impressão é que a questão de gênero me colocava em uma posição de fragilidade, assim como outras mulheres que foram alvo de agressões gratuitas e inusitadas, eu poderia ser mais um ponto de mira aleatório da repressão.

A pesquisa documental já havia trazido essa percepção, os relatos do filme Junho de 2013, as fotos que tive acesso, mostrou que repressão incidiu de forma violenta e aleatória sobre o corpo feminino, me ajudando a ser prudente. Foi durante a qualificação que questão de gênero e das mulheres como alvo preferencial da violência policial surgiu de forma determinante como recorte da pesquisa. Em junho de 2013 as mulheres nas manifestações públicas deslegitimavam o discurso homogeneizador oficial e da mídia de que os manifestantes que participavam da ação coletiva de 2013 eram "vândalos", "baderneiros" e depredadores do bem público e privado.

A presença das mulheres de diferentes faixas etárias nos protestos trazia mais força, credibilidade e aumentava a probabilidade de que mais pessoas viessem a participar. Se a criminalização e a deslegitimação das manifestações de rua de junho de 2013 pelo Estado e a mídia se apoiavam na estratégia discursiva do estereótipo pejorativo discriminatório, que criava uma imagem violenta dos integrantes do protesto, a presença massiva de mulheres nas manifestações de rua de 2013 fazia com que esse argumento fosse apenas e de forma nítida uma construção discursiva como estratégia de controle, que não se confirmava. O argumento dos autores de Feminismo e Política é que as relações de gênero são sempre reguladoras dos processos sociais e no contexto das manifestações de rua de 2013 esse pensamento se concretiza, uma vez que a maioria dos policiais que atuavam nas ruas eram homens, principalmente os que integram a tropa de choque e que portam armas não letais nos protestos.

> As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos à mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. (LUIS FELIPE MIGUEL; FLÁVIA BIROLI. 2014, p.8).

A ocupação do espaço urbano além da circulação e a insurgência popular fez com que após a pesquisa documental e a qualificação percebesse que houve uma estratégia de limpeza durante os protestos de junho de 2013 que incidiu preferencialmente, em um momento deter-

minado, sobre as mulheres. Suponho, portanto, que na concepção das instituições de vigilância e controle, seria mais difícil instaurar o discurso da imagem estereotipada pejorativa da ação coletiva e do manifestante como "vândalo", "baderneiro" e "criminoso" e criminalizar os protestos com a presença das mulheres nas manifestações de rua. A presença das mulheres nos protestos era dissonante com a criminalização dos protestos e contrário aos argumentos de que os protestos eram criminosos e que manifestantes eram todos "vândalos", e que participavam dos que realizam ações diretas e integrantes da tática *Black Bloc*. A impressão que chego é que a ideia do Estado e que a tática *Black Bloc* demanda força física que grande parte das mulheres não possui.

Nesse aspecto além da questão do corpo que emerge como significativa e várias correntes de reflexão sobre gênero poderiam ser elencadas para o debate sobre a participação das mulheres nos protestos, também há a questão entre violência e não violência. "No início dos anos 1990, a expressão "flufy vs. spiky" (fofos vs. espinhosos) era como os ativistas de língua inglesa caracterizavam o debate". (FRANCIS DUPUIS-DÉRI, 2014, p.103), mas esse é um assunto demasiado complexo que em si somente gera contendas e conjecturas diversas.

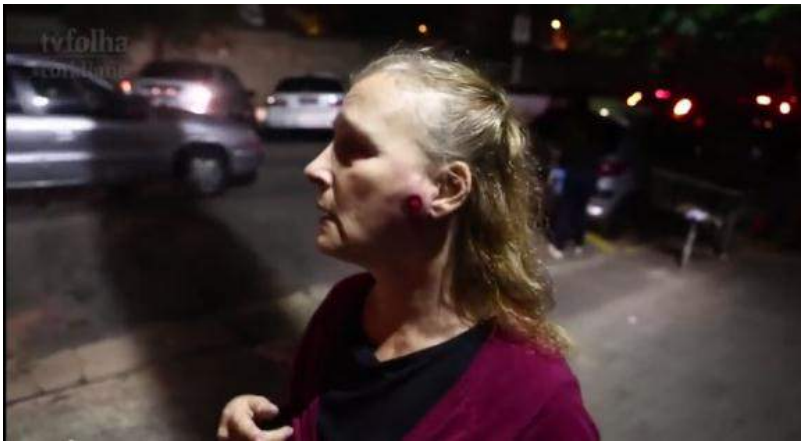
No entanto, não se trata aqui de discutir a diferença e as teorias de construção de gênero, mas sim como esse corpo, a presença das mulheres foi percebida nas relações sociais que se estabeleceram nos protestos de junho de 2013 e neste contexto histórico específico das manifestações de rua e de ocupação do espaço urbano. A opressão masculina exercida em nome do Estado que descrevo, no caso específico dos protestos de junho de 2013, é mais uma evidência dos processos de exclusão, dominação e de controle da participação feminina nas esferas pública e política e vai além da violência simbólica e da representação mental (PIERRE BORDIEU, 1995). Especificamente no dia 13 de junho de 2013 em São Paulo, a ação da polícia e a repressão pareceu não se importar com as repercussões negativas de atirar no rosto de várias mulheres como comprovado em vários registros realizados naquele dia.

As mulheres que participavam das manifestações de rua em junho de 2013 deveriam ser retiradas, intimidadas e vitimadas para que o discurso criminalizador pudesse ser legitimado. Como acusar e homogeneizar uma ação coletiva de criminosa e de vândala e baderneira se nela há várias segmentos, faixas etárias e gêneros? A ordem das instituições de vigilância e controle era limpar, higienizar as ruas do que era inconveniente, mesmo que fosse pela execução de formas violentas. Qualquer um que estivesse na rua era considerado alvo, mas chama a atenção o número de mulheres escolhidas como um ponto a que se mira. A impressão que chego ao refletir sobre os exemplos de mulheres atingidas por balas de borracha no rosto é que elas representavam um alvo simbólico de demonstração de força, violência e brutalidade,

de como a polícia estava orientada a se impor e a agir. Neste momento de ocupação do espaço urbano é que a questão da diferença e da participação das mulheres chama atenção e toma vulto devido à violência sofrida pelas manifestantes nas ruas em junho de 2013.

Neste contexto da repressão surgem, portanto, tanto a diferença imposta de ocupação do espaço, quanto a marcação de diferença de gênero que geram estratégias de vigilância, repressão e controle.

Entre os relatos da repressão está o de Maria Bernadete, aposentada, 67 anos, que participava dos protestos em São Paulo. No dia 13 de junho de 2013, ela foi alvo de um tiro de borracha durante o protesto. Ao falar sobre o que aconteceu, mostrou estar extremamente abalada. "Eu levei um tiro de borracha, vou fazer uma ocorrência". O relato está no filme *Junho*, produzido pela *Tv Folha*, enquanto ela falava sobre oque tinha acontecido, ouve-se barulho de helicópteros e no meio do tumulto um manifestante grita "Eles vão atirar pra cá". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FxGm02YwPKA>. Acesso em: jun. 2014.



Fotografia 20 Manifestante Maria Bernadete atingida no rosto por bala de borracha em São Paulo de 13 jun. 2013. Fonte : Filme *Junho*

Outro registro sobre as manifestações públicas de junho de 2013 mostra outra mulher não identificada que foi ponto de mira, atingida por bala de borracha da Polícia Militar do Estado de São Paulo enquanto participava do protesto do dia 13 de junho de 2013 em São Paulo.



Fotografia 21 Mulher atingida no rosto por bala de borracha no protesto de 13 de junho de 2013 em São Paulo Fonte: Uol. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsBff36o-Nk>. Acesso em :15 jun.2013.

Entre os dois exemplos já mencionados de mulheres atingidas no rosto por bala de borracha, outra situação comprova a preferência dos policiais que participavam das ações de repressão em intimidar, mirar e fazer das mulheres alvos não tão "aleatórios" de armas de tiros de borracha, qualificada como não letal. Também no dia 13 de julho de 2013, durante a manifestação, a repórter da *Tv Folha*, Giuliana Vallone, foi atingida no olho por uma bala de borracha. Não perdeu a visão, conseguiu se recuperar, mas levou vários pontos no olho. O comando da Polícia Militar identificou o atirador e disse que ele se defendia de manifestantes que jogavam rojões e pedras no momento que os integrantes do choque entravam no ônibus da corporação.

O policial, autor do disparo, disse que atirou no chão para dispersar os manifestantes e afirmou que a bala bateu no chão e atingiu a repórter. A versão do policial militar que mirou e atirou no rosto da jornalista foi contestada por Giuliana Vallone que descreve a situação em que levou o tiro na cara e afirma ter sido atingida propositalmente.

> A quinta-feira foi selvageria, assim, o trânsito parou os manifestantes começaram a correr pro meio dos carros. A polícia estava atirando bomba e bala de borracha no meio dos carros, com o gás lacrimogêneo gerou um clima de pânico. Tinha muita gente que não tinha a ver com o protesto que tava ali no meio cheirando gás lacrimogêneo. Na quinta eles foram mais armados. Na quinta você tem fotos, vídeos dos policiais jogando spray de pimenta na cara de fotógrafos que estavam trabalhando. Qualquer jornalista que se aproximasse um pouco deles, eles gritavam e diziam: sai daí, sai daí, vai para o outro lado da rua. E eu cheguei perto com o meu celular, o policial apontou a arma de bala de borracha pra mim e falou: você vai ficar aí mesmo? Você vai ficar aí? Eu saí. Quando a gente estava subindo a Augusta, a gente deu de cara com o choque. Bem, nessa hora que eu dei de cara com o choque apareceu uma senhora me pedindo ajuda porque ela precisava chegar até à Paulista. Eu falei: moça está perigoso agora o choque está na rua, você pode acabar se machucando entra aqui no estacionamento. Ela entrou e eu fiquei olhando para ver o que o choque ia fazer, porque não tinha mais manifestante na rua, ninguém estava jogando pedra neles. Foi quando um desses policiais do choque veio um pouco mais pra frente de onde estavam as pessoas com o escudo e ele apontou a arma pra mim. Eu fiquei parada, com o crachá da Folha no pescoço, sem o celular, pois já tinha acabado a bateria e sem falar uma palavra para qualquer um deles. Aquilo tinha acontecido

> algumas vezes aquele dia, então eu não imaginei que ele fosse atirar em mim, mas ele disparou. Eu vi ele mirando em mim, mas jamais achei que ele fosse atirar, já tinham mirado em mim outras vezes naquela noite, mas ninguém tinha atirado. Eu tava fazendo o meu trabalho, eu sou mulher, enfim. Você não imagina que um cara fardado com uma arma vai atirar na sua cara. Mas, ele disparou. Disponível em 14:38 <https://www.youtube.com/watch?v=vhAPWD8hXk8>. Acesso em: agos. 2014.



Fotografia 22 Repórter da Tv Folha atingida no olho no protesto em São Paulo no dia 13 de junho de 2013 Fonte: Filme *Junho*

Quando a repórter Giulianna Vallone levou um tiro de bala de borracha no olho de um policial militar o jornal a *Folha de S. Paulo* mudou sua linha editorial. Quem antes propagava "Retomar a paulista", produziu o documentário *Junho*, onde há registros da repressão e a truculência da polícia militar aos manifestantes. Repórter da *Tv Folha* entrevistou o coronel da polícia militar do Estado de São Paulo, Reynaldo Rossi sobre os abusos cometidos durante os protestos. Também questionou o Coronel Rossi sobre a prática corriqueira e que eu vi em todos os protestos que acompanhei no trabalho de campo de os policiais não estarem com uma identificação, assim como a sua na foto abaixo.

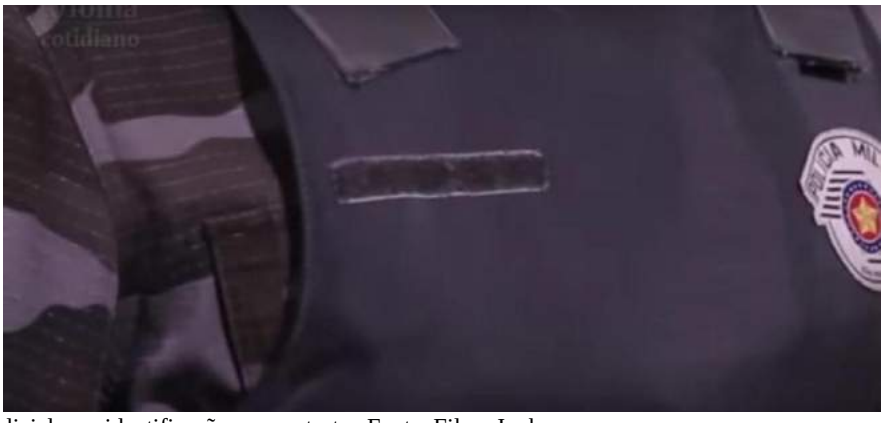
O Coronel Rossi, além de em suas declarações dar outra versão ao que contou a repórter ao ser atingida, negou que os policiais militares não usam identificação. No entanto no trabalho de campo, em nenhum dos protestos em que estive os policiais usavam uma identificação, em todos sem exceção ela era retirada como na foto 26. Segue a entrevista com o Coronel Reynaldo Rossi.

Repórter – Coronel Reynaldo o senhor admitiria que houve algum excesso dos policiais durante as manifestações porque a mídia, televisões e nós mesmos da Tv Folha temos várias dezenas de imagens de manifestantes e jornalistas que não estavam agredindo ou xingando a polícia e que foram objeto de tiros de bala de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, o que o senhor tem a dizer sobre isso?

Coronel – Bom, a polícia militar não admite excesso de conduta, a polícia militar está acostumada a cortar na própria carne. Pra você ter ideia nós excluímos aí de 200 a 300 policiais ano por desvio de conduta perpetrados.
Repórter – O comandante Benedito Meira afirmou que o policial que atingiu o olho da repórter Giuliana Vallone atirou pro chão e que a bala ricocheteou e acertou o olho, o senhor confirma essa informação?
Coronel – Eu só ratifico essa informação porque acompanhava meu comandante no momento em que ele deu essa informação.
Repórter- Nós temos várias imagens que foram registradas de policiais militares nas manifestações que não estão com uma identificação como essa que o senhor está usando, (quando que o repórter pergunta e aponta para a identificação do coronel, ele demonstra nervosismo, olha para o lado e morde os lábios), isso é normal? É normal que isso ocorra?
Coronel- Não, (cortando o repórter antes de continuar a falar). Não.
Repórter - Várias imagens, os policiais estão sem identificação.
Coronel – Na verdade não, essas imagens podem ser encaminhadas pro inquérito policial pra que o policial seja responsabilizado. O anonimato na polícia militar, assim como nós gostaríamos que o fosse entre os manifestantes, haja vista, que são inúmeros os manifestantes que cobrem os seus rostos e usaram máscaras e procuraram se omitir, não é benéfica pra nenhuma das partes.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYgBuZvzB0k> Acesso: Agos. 2014.



Fotografia 23 Coronel da Polícia Militar de São Paulo, Reynaldo Rossi, durante entrevista ao repórter da Tv Folha usando identificação Fonte: Filme *Junho*



Fotografia 24 Policial sem identificação nos protestos Fonte: Filme Junho



Fotografia 25 Policial sem identificação em protesto em frente ao Congresso Nacional Brasília 7 de setembro de 2013. Foto Orlando Brito

Não encontrei registro de que o policial militar tenha sofrido nenhuma advertência ou punição. O coronel da polícia militar de São Paulo, Reynaldo Simões Rossi, disse que, apesar de vários relatos e registros dos manifestantes mostrando policiais atingindo com spray de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha pessoas que estavam nos carros, ônibus e que participavam pacificamente dos protestos, gerando um clima de pânico, não havia interesse e nem orientação para impedir a cobertura jornalística do protesto e afirmou ainda que a repórter que está em cobertura de confronto é que deveria estar preparada para sofrer esse tipo de ferimento.

A agressão a uma estudante, de forma aleatória, como relatada na experiência de Guliana Vallone foi capa do jornal norte-americano News York Times. Se a mídia interna não fez da repressão capas e manchetes repercutindo o tratamento dado aos manifestantes pelo Estado, a foto da estudante Liv Oliveira sendo agredida com gás de pimenta por um policial militar no protesto pela redução da tarifa em 17 de junho de 2013 ultrapassou as fronteiras do país.



Fotografia 26 Foto da estudante Liv Oliveira sendo agredida com gás de pimenta por policial militar que foi capa do jornal norte americano New York Times. Victor R. Caivano A/P. Disponível em: <http://www.rsvlts.com/2013/06/21/brazil-protests/>. Acesso em: agos. 2013

Contudo, há entre os relatos semelhanças o que apontam para a preferência dos policiais escolherem como ponto de mira e se empenharem em atingir o rosto de mulheres de diversas faixas etárias. Essas são as que temos conhecimento, mas sabe-se lá quantas mulheres pelo Brasil afora não foram alvo preferencial dos integrantes das instituições de vigilância e controle.

Para finalizar este subtítulo descrevo a ocorrência de outro fato que mostra o desrespeito em relação à participação das mulheres nas manifestações de rua e ao direito de ocupação do espaço público, os casos de assédio moral e violência verbal relatados por mulheres que participavam dos protestos. Em São Paulo em uma manifestação contra a Copa do Mundo em 2014, um policial agride verbalmente uma mulher que passava em frente a um cordão de isolamento com as seguintes palavras "vai dar sua puta". Em outro relato que ocorreu no Rio de Janeiro, o policial chama a manifestante de "gostosa", a mulher reclama da atitude do funcionário público e é imobilizada por dois policiais que vieram defender o colega, é algemada, presa por desacato à autoridade e levada para a 17ª Delegacia Policial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CmqVNUDlUXM>. Acesso em: 8 out.2013

"Eles gritavam: Putas! Vadias!" Os gritos eram de policiais que invadiram, em 1968, o local onde cerca de 150 mulheres estavam reunidas para preparar o XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes). A lembrança é de Beatriz Abramides, militante feminista e integrante do movimento estudantil. Na publicação Revoltas Populares no Brasil (2015:43), ela que era delegada do congresso, conta que durante a abordagem policial todas as mulheres que estavam na reunião foram revistadas e que ao encontrar pílulas anticoncepcionais, que

aquela época eram consideradas sinônimos de promiscuidade, os policiais deram início ao constrangimento verbal.

No entanto, atualmente o substantivo depreciativo "vadia" que constrangeu as mulheres no século XX, e constrange até hoje, possivelmente, por ser tão utilizado em agressões verbais às mulheres, deu nome a uma das maiores ações coletivas feministas que ocorre no Brasil, a Marcha das Vadias, como uma resposta sarcástica, audaciosa e de luta contra a opressão de gênero. Fica uma pergunta, até quando ocupar espaços impostos e determinados como não autorizados para as manifestações públicas e a ação coletiva ou participação nas esferas pública e política será motivo para mais uma ocorrência de violência simbólica, moral ou física contra as mulheres? Chamar as mulheres de putas ou vadias parece ser uma prática antiga da polícia. Lamentavelmente, a história se repete.

2.4. A estratégia psicológica de controle social - As prisões disciplinares e exemplares

A força repressiva policial que abordo no capítulo 2, com a descrição de trabalho de observação em campo de acompanhamento de manifestações pós-junho de 2013 e relatos de intimidação da multidão, relacionadas a castigo, repressão e corpo e técnicas corporais da repressão soma-se a esses dois exemplos desse subtítulo sobre a criminalização dos protestos. As prisões disciplinares e exemplares que também exercem controle social por intermédio do medo e da apreensão de ser confundido com um manifestante, criminoso, terrorista. Nesta perspectiva, retomo as considerações a respeito da militarização da política em que os protestos não são encarados pelo Estado como manifestação da sociedade, mas como caso de polícia, sendo necessária a realização de punições que eu chamo prisões exemplares e disciplinares.

Ao falar sobre a questão da repressão à ação coletiva, na entrevista que concedeu em visita ao Brasil, David Harvey aborda o assunto do uso da força bruta para o controle social, o que ele chama de militarizar as manifestações públicas.

> O que acontece é que há uma intenção crescente de militarizar o descontentamento popular. E receber o descontentamento popular com repressão. Isso é legitimado, cada vez mais, por essa retórica antiterrorismo, essa mentalidade antiterrorista de que todos que não estão agindo em conformidade com o sistema são potencialmente terroristas. Há essa mentalidade e a tendência de usar a força policial, e usá-la instantaneamente, para conter o descontentamento (2015).

As prisões disciplinares integram as estratégias de controle social e o processo de criminalização dos protestos de junho de 2013. Prisões arbitrárias em que a categoria o do cinismo categoria é elemento das operações de controle, dominação e opressão desponta. Slavov Zizek faz uma consideração crítica sobre as relações de poder que se estabelecem visando

o controle dos atores e da realidade social. No âmbito dos conflitos o cinismo surge como atitude pós-moderna do Estado e emerge como uma característica relevante a se considerar quando se busca analisar questões críticas relacionadas às diferenças ideológicas e políticas.

> O ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade. O modo mais destacado dessa "mentira sob o disfarce da verdade" é o cinismo. "eles sabem muito bem o que estão fazendo e fazem mesmo" (ZIZEK, 1996, p.14).

Um exemplo emblemático que vimos acontecer no país e que os protestos de junhos de 2013 fizeram aparecer como exemplos de cinismo de destaque preponderantemente lamentável é o de Rafael Braga Vieira, detido no dia 20 de junho de 2013, no Rio de Janeiro. Ele é a única pessoa que foi condenada e julgada por participar dos protestos. Morador de rua, negro e apontado como usuário de drogas foi acusado de portar explosivos coquetéis molotov pela polícia. Segundo Rafael, ele carregava duas embalagens de produtos de limpeza (uma de água sanitária e outra de pinho sol), que foram consideradas artefatos explosivos e incendiários pelo aparato judicial, por isso foi condenado a cumprir cinco anos de pena em regime fechado. Em seu depoimento ele afirmou que não ia aos protestos, e não tinha ligação com os manifestantes e relatou a truculência e a arrogância e o racismo da abordagem policial.

"Vêm cá, ô moleque" "Aí neguinho… ô moleque. O que você tem aí?" "Ah, cara, você tá com coquetel molotov?" "Você tá ferrado, neguinho". (BBC Brasil, 20 de junho de 2014, "Sala Social: Prisão de morador de rua nos protestos completa um ano").



#SalaSocial: Prisão de morador de rua nos protestos completa um ano

Ricardo Senra
Da BBC Brasil em São Paulo

20 junho 2014

Compartilhar

Rafael Braga Vieira, de 25 anos, completa nesta sexta-feira um ano de prisão. Até hoje, ele é a única pessoa julgada e condenada por crime relacionado a protestos no Brasil. Vieira é negro, morava na rua e usava crack.

Sua detenção ocorreu após a manifestação do dia 20 de junho de 2013, quando milhares de pessoas tomaram o centro do Rio de Janeiro no embalo dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus.

Rafael Vieira, de 25 anos, foi condenado a cinco anos de prisão e cumpre sua sentença em Bangu 5

Ele levava consigo duas garrafas de produtos de limpeza - água sanitária e desinfetante Pinho Sol - consideradas "artefato explosivo ou incendiário" pela

Fotografia 27 Matéria publicada após um ano de Rafael Braga ser preso. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140620_salasocial_morador_rua_preso_produtos_limpeza_um_ano_rs>. Acesso em: jun. 2014

Rafael apesar de afirmar não saber o que era um coquetel molotov, foi condenado e cumpriu 1 ano e 3 meses de prisão em regime fechado, conseguiu passar para o regime semiaberto. Mas em novembro de 2014 foi punido pela direção do presídio por tirar foto ao lado de pichação, localizada na unidade prisional e postar em rede social com a seguinte frase

"Você só olha para a esquerda e para a direita e o estado te esmaga de cima para baixo". Como punição Rafael foi condenado a passar 10 dias preso em uma solitária, por comportamento arbitrário e por estimular críticas ao Estado. Jornal O Dia, 22 de novembro de 2014, "Morador de rua preso por protesto é punido após foto com crítica ao Estado". Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-22/morador-de-rua-preso-por-protestos-e-punido-apos-foto-com-critica-ao-estado.html> Acesso em: novem. 2014



Fotografia 28 Rafael Braga foi preso em solitária como punição por postar foto em rede social em pichação com crítica ao Estado

Em dezembro de 2015 Rafael passou para o regime semiaberto usando tornozeleira eletrônica. No dia 12 de janeiro de 2016, foi preso na Vila Cruzeiro, na zona norte do Rio, ao sair da casa da sua mãe para comprar pão com três reais no bolso da bermuda e uma tornozeleira eletrônica visível, foi abordado por policiais da Unidade da Polícia Pacificadora (UPP) que afirmam ter encontrado com Rafael uma sacola de mercado com 0,6 gramas maconha, nove gramas de cocaína e um morteiro, um tipo de foguete usado entre os narcotraficantes para alertar da presença de policiais. As apreensões constam no laudo policial, embora as assessorias da UPP e da Polícia Civil excluam a cocaína da lista. A defesa de Rafael Braga alega que este foi um flagrante forjado e que ele não portava nenhuma droga, mesmo assim ele continua preso.

Os integrantes do Movimento Passe Livre respondem a inquéritos no Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) e estão sendo intimados a prestar depoimento desde 2013. Constam nas informações do relatório *"As ruas sob ataque - 2014- 2015"*, publicado pelo Article 19, Ford Foundation, que as pessoas que respondem a estes inquéritos, cujo número determinado não foi mencionado, foram detidas de forma aleatória arbitrária, sem comprovação de que realizavam práticas ato ilegais nos protestos de junho de 2013 em São Paulo e passaram a ser intimadas para depor entre dezembro de 2013 e o início de 2014. Alguns intimados relataram que os inquéritos foram instaurados com o álibi de identificar adep-

tos da tática *Black Bloc*, mas, segundo as pessoas que já prestaram depoimento, o objetivo dos inquéritos policiais é o de mapear e intimidar manifestantes a participar de novos protestos e manifestações populares.

Muitas outras incontáveis prisões exemplares disciplinares que buscavam por meio de uma estratégia psicológica de controle intimidar e impor o medo aos manifestantes foram realizadas, inclusive como a prisão anteriormente relatada pelo estudante de direito em 2014. No entanto, trago mais alguns relatos para exemplificar essa estratégia de controle social.

Como outra referência de estratégia psicológica de controle social o exemplo do fenômeno narrativo midiático decorrente da fatalidade caso da morte do cinegrafista Santiago Andrade e a construção do sujeito manifestante como criminoso

Durante o trabalho de cobertura jornalística de protesto no Rio de Janeiro, no dia 6 de fevereiro de 2014, o cinegrafista foi atingido por um morteiro e veio a falecer 4 dias depois. No processo de cobertura jornalística sobre sua morte foi construído o que podemos chamar de fenômeno noticioso, foram horas seguidas de conteúdo midiático de condenação da ação coletiva e dos manifestantes. Os acusados de acender e jogar o morteiro que teria causado a morte do cinegrafista Santiago Andrade, foram Caio de Souza e Fábio Raposo, ambos de 23 anos, foram presos em fevereiro de 2014, respondiam por homicídio triplamente qualificado: por motivo torpe, com uso de explosivo e mediante recurso que tornou impossível a defesa da vítima, quando há a intenção de matar e aguardavam julgamento em reclusão. A punição poderia ser de 12 a 30 anos de prisão.

Em 18 de março da 8ª Câmara Criminal do Rio de Janeiro decidiu pela libertação e pela mudança na condenação, eles passariam a responder somente por explosão seguida de morte em que pena varia entre 2 e 8 anos e poderiam responder o processo em liberdade. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a decisão para anulá-la. Realizei pesquisas, mas a última notícia que tive acesso ao andamento do processo é do recurso do Ministério Público em 06 de maio de 2015. Desde então e não tive mais informações sobre o andamento do processo. Há a possibilidade que estejam aguardando o julgamento em liberdade.

3. Do outro lado do espelho- Os protestos de junho de 2013 e a visão do Congresso Nacional

O horizonte sem fim, uma impressão de céu onde o mundo acaba. Espaços vazios, o gramado verde ou nem tanto assim, vidro, mármore, o mármore branco que realça formas do Congresso Nacional, as torres do prédio principal, as cúpulas em cimento armado, pintadas de branco: uma para cima, a maior, que figura o "povo" a Câmara dos Deputados, uma representação espacial como que se essa instância do Poder Legislativo Federal estive aberta, receptiva para a sociedade; e uma cúpula menor para baixo, mais fechada representando os Estados, o Senado da República. No sistema bicameral do Poder Legislativo Federal brasileiro, formado por essas duas câmaras a organização discursiva do funcionamento do Congresso Nacional é bem elaborada e emparelhada a preceitos democráticos.

A Câmara dos deputados reúne 513 deputados federais, eleitos pelo voto proporcional, que são os representantes da população, da sociedade, por essa definição a quantidade de deputados por Estado é determinada a partir do número de habitantes de cada Estado. 21 anos é a idade mínima para candidaturas à Câmara Federal. Devido à questão constitucional os projetos de autoria do Poder Executivo têm a tramitação, o processo de análise iniciado na Câmara dos Deputados, sendo votado depois no Senado da República, a casa revisora. Se houver uma única alteração no texto sobre a proposição legislativa, chamada do ponto de vista técnico e do processo legislativo, ela retorna a Câmara dos Deputados.

O Senado Federal têm 81 senadores sendo três representantes para cada um dos 26 Estados brasileiros e mais o Distrito Federal, eleitos pelo voto majoritário, sendo 35 anos a idade mínima para uma candidatura.

A concepção retórica do parlamento brasileiro é que a população, através de seus representantes têm sempre a última palavra. Na teoria é bem estruturado o Poder Legislativo brasileiro, democrático e funcional, e, caso o sistema partidário e eleitoral funcionasse de forma diferenciada de como é, desde o fim da ditadura militar, era possível haver precedentes mais otimistas e menos obscuridade circulando nas tramas do poder e nos corredores do Congresso Nacional, cujo prédio tem o maior significado arquitetônico, simbólico e imponência de todo o conjunto do Eixo Monumental. Contudo, na prática esse idealismo do texto constitucional de 1988, que parecia estar impregnado de um certo otimismo, permanece comprometido. A concepção da chamada "Constituição Cidadã" de 1988 está influenciada pelas esperanças e correntes de pensamento daquele momento político específico em que, enfim, se fin-

dava da ditadura militar e que esperava-se o fim da política baseada na ameaça e do medo em que não eram toleradas ideias adversas ao comando dos oficiais batedores de continência de fardas e condecorações. E assim como no Artigo 1º parágrafo único da Constituição Federal "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição", ou ainda o Artigo 5º "Todos são iguais perante a lei", regras da "Constituição Cidadã", como é chamada nos bastidores do Congresso Nacional a Carta Constitucional de 1988. Mas como é possível perceber no contexto social brasileiro ou no relato desta dissertação sobre os protestos de junho de 2013, ainda há uma enorme distância entre o significado dessas frases e seu efeito prático seja no Poder Judiciário, nas instituições de vigilância e controle e até mesmo a Câmara dos Deputados para que ela seja realmente um dia um retrato que represente a sociedade brasileira.

O funcionamento do Poder Legislativo Federal, em sua concepção constitucional de elaboração de leis e de fiscalização financeira e orçamentária, é regido por um calendário próprio chamado de Legislatura, que tem duração de quatro anos cada uma. Neste trabalho, especificamente neste capítulo trato da 54ª Legislatura 2011- 2014, quando ocorreram os protestos de junho em 2013 e da 55ª Legislatura 2015-2019, quando de realização do trabalho de campo no Congresso Nacional. Neste período pós-junho de 2013, adianto que foram verificadas uma série de modificações que relatarei mais à frente no contexto de vigilância e controle das casas legislativas, ocorridas, seja como uma possível consequência dos protestos de junho de 2013, pela mudança de perfil do próprio Congresso Nacional apontado como mais conservador se comparado a legislaturas anteriores, ou pelo arrefecimento dos conflitos e insatisfações de categorias de servidores públicos e trabalhadores, votação de matérias polêmicas, sem consenso e debate e pelo agravamento de uma ampla crise política e institucional.

Também de forma autônoma o Congresso Nacional possuem de forma separada, como já mencionei antes, uma legislação infraconstitucional, ou seja, submetida hierarquicamente à Constituição. O Regimento Interno regulamenta o processo legislativo e a elaboração das leis e estabelece a estrutura, organização e o funcionamento do Poder Legislativo Federal. As atividades que integram as duas casas, como Sessão do Congresso, Comissões Mistas Parlamentares são também regidas pelo Regimento Comum do Congresso Nacional.

O processo legislativo de elaboração de leis ocorre em duas instâncias: nas Comissões onde as matérias legislativas são analisadas por grupos menores de parlamentares, indicados pelos líderes partidários, que as preparam para votação em Plenário, a segunda instância o órgão máximo de decisão do Poder Legislativo Federal onde as propostas de leis finalizam sua tramitação.

Todas essas explicações são necessárias para o entendimento da dinâmica do Congresso Nacional e o acompanhamento do relato que realizo sobre a visão dos protestos de junho de 2013, a partir dos discursos e pronunciamentos dos sujeitos que integram o Poder Legislativo Federal assim como as consequências e desdobramentos das manifestações públicas sejam no controle da ocupação dos espaços próximos e dentro do prédio do Congresso Nacional assim como na elaboração de propostas legislativas em vistas à transformação de normas jurídica de repressão, vigilância e controle da sociedade.

No âmbito da dinâmica do poder no Congresso Nacional é interessante atentar para o fato de que, considerar que os atos e procedimentos legislativos que acontecem no Congresso Nacional seguem o rito constitucional e obedecem de forma uníssona às regras do Regimento Interno pode ser compreendido, como a convicção e a interpretação de um "antropólogo inocente" (NIGEL BARLEY) do Congresso Nacional como campo antropológico. O conceito de antropólogo inocente dá nome ao livro de Nigel Barley em que ele faz um relato irônico de sua primeira experiência no trabalho de campo.

Essa concepção de observação da dinâmica do Congresso Nacional, que privilegia as regras regimentais e que tem como resultado uma abordagem metodológica focada no próprio ritual institucional ou burocrático, enquanto prática de poder, deixa lacunas que abrem precedentes interpretativos, os quais são nomeados e muito conhecidos como "manobras regimentais". O espaço da fogueira das vaidades e de "vossas excelências" também pode influenciar o pesquisador, em que em momento de estranhamento pode ser tomado pelo uma espécie de deslumbramento, pelo aparente ordenamento, polido e comedido dos trâmites regimentais, com os ares de suntuosidade, de vaidade intelectual e política que paira sobre o Congresso Nacional e que profissionais de todas as áreas estão suscetíveis e podem ser acometidos como já testemunhei ocorrer.

Neste capítulo busco descrever o Congresso Nacional de forma sucinta, no momento específico da ação coletiva de 2013 e os desdobramentos que ocorreram. O que aconteceu do outro lado do espelho d'água que separa sociedade e seus representantes, funcionários públicos que conseguem assumir os cargos por meio da disputa eleitoral do voto que ascende a privilégios e que em sua maioria são dotados de uma soberba e vaidade que remonta a época da nobreza com seus mitos e ritos. Muitos, a maioria dos meus sujeitos nesta etnografia do Congresso Nacional que abordo neste capítulo parece esquecer-se que esse cargo é deliberado e conquistado nas ruas, pelo voto popular, e que depois e em especial, posteriormente, a junho de 2013 muitos desses sujeitos integrantes do grupo da elite do poder se empenharam em sufocar com regras jurídicas de impacto social e democrático.

A antropologia das práticas de poder e instituições burocráticas é uma vertente recente. Há trabalhos no Poder Judiciário em que etnografias são realizadas sobre os rituais de processos judiciais. Este capítulo é, portanto, uma abordagem da antropologia da elite e uma breve etnografia da dinâmica do Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado Federal, nos dias específicos de 17 a 20 de junho de 2013, da elite política e do Poder Legislativo Federal. E o registro do trabalho de campo em 2014 e 2015. É o resultado de minha entrada como antropóloga neste campo que por anos estive, agora não mais, com a identificação e o crachá de imprensa que me permitia transitar nos amplos espaços do poder. Agora como uma "de fora" do espelho, como indivíduo comum, mas que sabe onde anda e como chegar a alguns lugares quase comparáveis a labirintos, o espaço e seus segredos no prédio do Congresso Nacional.

Dois anos separam o meu tempo do eu como uma "de dentro" e o meu eu como "uma de fora" e antropóloga. Ao decidir que iria participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás e por problemas pessoais tomei por certo deixar o trabalho e naquele momento final de 2013, sair de Brasília e voltar para Goiânia. Retorno ao campo do Congresso Nacional no final do ano de 2014 e 2015. Em 2015, como uma "de fora", e diante das diretrizes de um Congresso Nacional conservador, tive um amplo estranhamento, a dinâmica do Congresso Nacional estava bem diferente de todos os anos em que lá estive.

Esclareço que não há a intenção de discutir de forma enfática os ritos e da instituição como um todo. Neste capítulo busco falar do meu estranhamento como pesquisadora e também das pessoas que há anos trabalham no Congresso Nacional e que relataram em conversas informais as mudanças ocorridas nos procedimentos de vigilância e segurança após junho de 2013. É uma proposta de realizar uma etnografia do Congresso Nacional, que trata o Poder Legislativo de forma ampliada, no momento específico de junho de 2013 e pós-junho. O relato de desdobramentos, consequências e reflexos da ação coletiva e das manifestações de rua no Poder Legislativo Federal, após uma eleição em âmbito nacional em 2014, que exigiu amplas coalizações e alianças partidárias e pessoais que há alguns anos poderiam ser consideradas improváveis e que resultaram em um Congresso Nacional conservador em que há uma clara ampliação das bancadas evangélica e ruralista.

No Congresso Nacional especificamente foram quatro entradas no campo, buscando material de arquivo e solicitar entrevistas com parlamentares que se pronunciaram sobre as manifestações de rua em junho de 2013, sobre as proposições que tratavam de ações de vigilância e controle da ação coletiva e ainda seus relatores. Entretanto, o momento em que chego

para realizar o trabalho de campo é de confronto, uma agenda legislativa complexa e votações tensas que dificultaram a realização de entrevistas formais. Restou a esta antropóloga algumas poucas conversas ocasionais com interlocutores e o recurso da etnografia para relatar os desdobramentos pós-junho de 2013 no Congresso Nacional e na elite política do Poder Legislativo.

Este trabalho de coleta de depoimentos e entrevistas poderia ser feito em um amplo espaço de tempo e acredito em um momento em que as peças do tabuleiro não estejam o tempo todo sobre ameaça e ataque. No entanto, o conflito e processos de dominação e disputa política instalada após a eleição de 2014; votações de projetos polêmicos que retiram garantias e direitos constitucionais; servidores em busca de reajuste salarial e a eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) como presidente da Câmara dos Deputados foram alguns entraves significativos à realização do trabalho de campo, assim como estava no planejamento, que devem ser considerados.

O diferencial deste capítulo que tem como tema a proposta de descrever o Congresso Nacional no contexto dos protestos de junho de 2013, em relação a abordagens e etnografias sobre a elite de poder legislativo federal ou outros grupos é que não tenho como foco os rituais burocráticos ou etnografia de políticas públicas, a abordagem desta dissertação não se caracteriza como um trabalho na perspectiva da antropologia da política, mas trata-se de uma etnografia que diz respeito a conflito, relações de poder e processo de dominação e exclusão social.

O trabalho de Carla Teixeira Costa (1998) *A Honra na política*, resultado de sua tese de doutorado, talvez seja uma das únicas etnografias realizadas no congresso Nacional em que analisa processos de quebra de decoro parlamentar e perda de mandato e os ritos na CPI. Tive acesso ao trabalho da autora durante realização da disciplina Antropologia da Política que fiz como aluna ouvinte com as professoras Irlys Barreira e Geysa Mattos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

Não tenho a intenção de aprofundar esse debate, mas talvez por ter um conhecimento do Regimento Comum do Congresso Nacional, ter acompanhado Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito inclusive relacionadas à perda de mandato por quebra de decoro parlamentar, entre elas a que cassou o mandato do deputado federal José Dirceu (PT- SP) em 2005, e ter observado em diversas ocasiões como as relações se estabelecem nos ritos do poder e principalmente em momentos de tensão, a impressão que tenho é que o trabalho da autora demonstra a compreensão um tanto inocente, talvez por sua opção metodológica de apreender o ritual. Essa impressão é evidenciada principalmente quando Teixeira relata as votações na

CPMI. Ela descreve uma relação equilibrada e fixa da escolha dos integrantes das Comissões, afirmando somente que os parlamentares integrantes são indicados "segundo o critério de proporcionalidade partidária" (TEIXEIRA, 1998:48), deixando de mencionar uma especificidade importante, o aspecto político dessas indicações. Os integrantes titulares e suplentes são indicados aos presidentes das Comissões parlamentares - sejam elas temporárias, permanentes e mistas que reúnem integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal - pelos líderes partidários, de forma geral pela afinidade do parlamentar com o enfoque temático, mas também em defesa de fins específicos e determinados.

Neste aspecto, considero que fogem à observação do trabalho de Teixeira as manobras para substituição de integrantes titulares cujos votos não atendem às prerrogativas e interesses do partido e da orientação da liderança em Comissões e votações de proposições específicas. Nesses casos, só a título de esclarecimento, mediante o envio de um ofício encaminhado pela liderança do partido ao presidente da Comissão, mesmo sendo momentos antes da votação o integrante titular é imediatamente substituído por outro representante do partido que tenha voto favorável à orientação do líder e defenda os interesses das coligações e das relações de poder que favorecem a legenda no âmbito do Congresso Nacional.

Cabe esclarecer, portanto, que minha intenção ao fazer considerações ao trabalho de Carla Costa Teixeira como referência de revisão bibliográfica ao tratar neste capítulo sobre conflito, relações de poder, representação e processos de exclusão social no Congresso Nacional não é essencialmente no intuito de fazer críticas, mas apontar as dificuldades de entendimento do funcionamento da dinâmica de poder e sua rede de influência na instituição e os obstáculos que surgem ao realizar uma etnografia no âmbito do Poder Legislativo Federal.

O livro *A Honra na política* de Carla Teixeira Costa é uma pesquisa bem fundamentada, de relevante teor de relato etnográfico e uma referência importante para o campo recente da antropologia das práticas de poder e das pesquisas em instituições burocráticas das sociedades complexas. As observações apresentadas buscam pontuar sobre as dificuldades, contratempos e complicações enfrentadas pelos antropólogos nesse campo, da antropologia da elite, que, como outros grupos sociais, têm seus próprios códigos. Dificilmente revelados por interlocutores ou entrevistados a pesquisadores que são "de fora" e que para os nativos do Poder Legislativo revelá-los é pouco interessante e até repreensível, pois são práticas de bastidores do jogo político, de ascensão, domínio e disputa de poder. Os conhecimentos sobre o funcionamento do Poder Legislativo podem ser considerados muito íntimos e segredos valiosos para circular e tornar uma informação aos olhos do senso comum ou até mesmo acadêmico.

Por mais que seja realizada uma observação participante cuidadosa, essas manobras de dominação e o "trânsito" de influência na esfera da trama política em defesa de interesses determinados são realizadas de forma quase imperceptível e silenciosa, sendo necessário um convívio e conhecimento que permita conhecer cada integrante da Comissão, até mesmo visualmente, e saber dessas ocorrências, por que caso contrário, uma mudança de integrante titular, que pode alterar de forma significativa o resultado de uma votação, passa completamente despercebida, pois o procedimento é realizado via ofício do gabinete do líder partidário encaminhado diretamente ao presidente da Comissão por meio da secretaria da Comissão parlamentar.

Outra publicação lançada recentemente *Antropologias das práticas de poder – reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações* (SÉRGIO RICARDO RODRIGUES CASTILHO, ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA, CARLA COSTA TEIXEIRA, 2014) também trata dos desafios e especificidades do campo da antropologia da elite e reúne uma série de artigos que tratam de etnografias e pesquisas antropológicas sobre elites e instituições burocráticas. No artigo "Pesquisando as instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira" ao tecer considerações sobre a realização de pesquisas antropológicas em campos da elite e segmentos institucionais Teixeira fala ainda de outras dificuldades nesse contexto: a dificuldade de acesso e circulação aos espaços; portas fechadas; os "mediadores" no caso os assessores. A eles acrescento ainda a falta de tempo hábil necessário para se realizar uma entrevista, pois no caso específico desta pesquisa percebi que havia o interesse do parlamentar e conceder à sua contribuição à pesquisa, mas a agenda legislativa que se instaurou e a sucessão de acontecimentos no Congresso Nacional não forneceram condições necessárias para colocar em prática o organograma planejado do trabalho de campo e da pesquisa.

No entanto, relato que minha experiência depois do trabalho de campo é que para conseguir uma entrevista para cinco perguntas, sem o passe do "crachá" que dá acesso às dependências dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pode demandar semanas e meses, prazo inadequado a uma pesquisa de mestrado. Mesmo assim, até mesmo com o crachá de imprensa que dá acesso aos espaços, pode ser que haja uma dificuldade para falar com um interlocutor da elite do Poder Legislativo Federal, o que demanda mais tempo para a realização de entrevistas e da pesquisa.

Há nesse âmbito diferenças consideráveis entre a gravação de um breve depoimento e entrevista jornalística e uma entrevista acadêmica semi-estruturada. Quando se trata de uma pauta jornalística as perguntas geralmente dizem respeito a temas da agenda legislativa sem muitas conexões específicas a outros assuntos e contextos específicos, a entrevista pode ser

gravada em conjunto com outros profissionais de imprensa, nos corredores e de forma mais sucinta e rápida. Entretanto, no caso de uma pesquisa acadêmica, a minha experiência como antropóloga durante o campo no Congresso Nacional e como repórter me confirmou a impressão que já tinha quando era assessora parlamentar, quando se trata de pesquisa acadêmica os parlamentares que têm interesse em participar da pesquisa a encaram como abordagem mais complexa.

O momento vivido pelo parlamento brasileiro, no entanto, não colaborou com a pretensão de falar com os interlocutores integrantes da elite do poder legislativo, foram quatro entradas no campo do Congresso Nacional, três delas na tentativa de realizar as entrevistas que não ocorreram pela dificuldade de circulação que enfrentei sem o crachá como descrevo em seguida.

Apesar de ter uma entrada mais fácil, por conhecer o "caminho das pedras", por ter sido uma "de dentro", como assim me apresentava no contato com os gabinetes à procura dos parlamentares, em que relatava e apresentava referências do meu trabalho como repórter e assessora parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que na minha concepção facilitaria o meu acesso consideravelmente, no entanto, acontecimentos imprevistos ocorreram no período destinado ao trabalho de campo no Congresso Nacional influenciados por uma agenda legislativa tumultuada e ainda devido a tensões específicas do momento político do Poder Legislativo Federal em 2015.

É sobre essa dificuldade de circulação e de acesso que descrevo neste capítulo que trata o artigo de Carla Teixeira e que tece considerações ainda a outro desafio da pesquisa antropológica em campos burocráticos e institucionais. A autora considera que a observação participante nesse campo rende pouco material etnográfico e que há uma espécie de estacionamento de acontecimentos, pois o campo burocrático e institucional prescreve e segue uma rotina, o que consiste uma dificuldade dos *"pesquisadores do mundo up"*.

> Numa disciplina que se fundou cruzando oceanos e investigando mundos desconhecidos, com frequência apreciar a rotina, ouvir o não dito, atribuir sentido às repetições e lacunas é um aprendizado doloroso que requer do pesquisador perseverança e criatividade na inserção nos espaços em que lhe é permitido permanecer (TEIXEIRA, 2014: 34).

Destarte, diante destas considerações surgem em minha concepção duas observações necessárias que dizem respeito ao campo específico do Congresso Nacional e a pesquisa antropológica sobre a elite política do Poder Legislativo Federal que abordo nesse capítulo: As regras que compõem o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e

manobras as regimentais são de difícil compreensão e o acesso aos espaços e aos integrantes do Poder Legislativo também.

O campo do Congresso Nacional, suas leis específicas, sua dinâmica, é assim, digamos um mundo desconhecido para os "de fora", com suas especificidades e segredos que passam, como a exemplo do trabalho de doutorado da autora, despercebidos ao um pesquisador mesmo que atento, mas com um prazo de trabalho de campo de alguns anos e meses. Não ser um "de dentro" do Congresso Nacional, ou já não ter sido, na abordagem antropológica clássica, um nativo, dificulta a observação participante e a coleta do material etnográfico, porque de forma geral, a dinâmica do Poder Legislativo Federal, a movimentação dos corredores, o tumulto das votações e o pouco tempo e disponibilidade para ser atendido, para ter acesso aos interlocutores não contribuem para a realização de uma pesquisa antropológica e são dificuldades consideráveis enfrentadas no trabalho de campo. Ademais quando logra acesso aos interlocutores, as repostas a questionamentos, mesmo que precisos e bem fundamentadas, tendem a repetir a formalidade e a placidez de documentos legislativos, que vale apontar como notáveis características das práticas de poder.

No entanto, no caso específico do Congresso Nacional não há rotina. São raros os dias que são iguais aos outros. Há uma grande diversidade de pessoas que circulam pelos ambientes públicos, sobretudo da Câmara dos Deputados. Estima-se que nos dias de sessões deliberativas às terças e quartas passam pelos corredores do Congresso Nacional cerca de 20 mil pessoas, o que corresponde a população de uma cidade de pequeno porte. Mesmo atualmente nesta Legislatura, em houve um aumento expressivo no controle que modificou as possibilidades de acesso aos prédios, a circulação de pessoas ainda é expressiva.

Mesmo assim, de qualquer forma, diferentemente de outras instituições burocráticas e até do Senado Federal, seja "de dentro" ou "de fora do espelho", apesar de todas as tentativas de se fazer calar e impor um consenso e um comportamento homogêneo, a Câmara dos Deputados não é nada monótona e rotineira, manifestações étnicas, de trabalhadores estudantes, gritarias, pancadaria e até "bundalelê" nas Comissões e no Plenário; agressões entre os deputados, bate boca, trocas de ofensas, ameaças e até socos e pontapés fazem da Câmara dos Deputados um local agitado, confuso, onde tensões e conflitos acontecem. A estratégia do espetáculo também pode ser percebida, principalmente em votações polêmicas em Plenário e nas Comissões quando são transmitidas ao vivo pela Tv e Rádio Câmara.

Quem vê de fora a impressão de calma que causa o equilíbrio dos traços arquitetônicos do Congresso Nacional e o horizonte infinito e bucólico do Planalto Central do Brasil, mal pode imaginar que está diante de um lugar que não para. Gente apressada; bufante; andando

rápido; levando documentos. Pessoas acompanhando reuniões; fazendo *lobby*, prática de compra e venda de benefícios em defesa de empresas e segmentos empresarias determinados que prestam serviços a órgãos públicos ou ainda para apressar a votação de matérias legislativas de interesse de grupos de poder e econômicos. Gente correndo atrás de uma notícia. Prefeitos em busca de recursos destinados por meio de emendas parlamentares. Prática que faz com que semanalmente os prefeitos venham ao Congresso Nacional com o cortejo de vereadores, levar as demandas "das bases", como se denomina de forma corriqueira em política o âmbito municipal que é decisivo na disputa eleitoral. Há ainda pessoas que, de forma sutil, mas não imperceptível, anda de forma elegante e tranquila pelos corredores em busca de clientes interessados em serviços profissionais do segmento de divertimento e entretenimento adulto, ou seja, prostituição.

Sem muita rotina e tranquilidade, seja numa época em que há uma estabilidade política institucional, seja agora em 2016, em que pese que o Congresso Nacional enfrenta uma crise de grandes proporções, uma coisa é certa: os conflitos e disputas têm ali o seu lugar. O aperto de mão, a batidinha nas costas, e a atitude plácida, polida e simpática, pode durar só até a próxima reunião do colégio de líderes, até a próxima votação em Plenário e nas Comissões, ou até que seja de interesse próprio, político ou determinado à tramitação de uma proposta legislativa.

Disputa; rotatividade de poder; alianças; conchavos; conversas secretas; rumores; fofocas de arrepiar os ouvidos; apelidos e codinomes e um parâmetro ético contestável e reprovável a qualquer cidadão comum são alguns dos elementos que compõem o cenário do Congresso Nacional e que considero como material etnográfico desta pesquisa a respeito dos protestos de junho de 2013 e a construção do discurso de poder no Congresso Nacional.

Em junho de 2013, o perfil do Congresso Nacional era considerado como sendo de maioria governista, partidos de centro à esquerda, apesar de expressiva maioria de empresários entre os deputados federais e de profissionais liberais entre os senadores.

A norma constitucional e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados dá inclusive ênfase a esse caráter plural e representativo. No entanto, o perfil dos representantes da sociedade brasileira em 2013 era masculina, branca e empresarial, bem diversa do que realmente é o perfil da população do país. O que leva a crer que capital intelectual e financeiro é determinante na aquisição e pertencimento aos círculos do capital político (BORDIEU) e esse conjunto de capital tem cor, gênero e renda específicos. Para Bourdieu, o capital econômico e o capital intelectual são fundamentais para definir as posições no espaço social. Mas um elemento determinante no princípio de diferenciação dessas posições advém do capital político, que as-

segura aos seus detentores uma certa apropriação de bens e serviços públicos, tornando-se uma categoria importante para pensar as distinções e as posições sociais.

> Enquanto as outras formas de acumulação são mais ou menos completamente controladas, o capital político torna-se o princípio de diferenciação principal e os membros da *Nomenklatura* política não têm outros adversários na luta pelo princípio de dominação dominantes que acontece no campo do poder... (BOURDIEU,1994, p.31).

Para possibilitar um esboço da composição do Poder Legislativo, elaborei tabelas que buscam dar uma visão geral do perfil do Congresso Nacional na 54ª Legislatura 2011-2015 com as informações de perfil sócio-econômico e grupos de atividade econômica da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que seguem no corpo do texto abaixo. As tabelas que detalham a profissão, composição partidária, de representação dos Estados e as bancadas informais constam respectivamente nos anexos 1, 2 e 3 desta dissertação, respectivamente composição partidária da Câmara dos Deputados e Senado Federal e no anexo 3 a composição das bancadas informais na 54ª Legislatura 2001- 2015. As tabelas têm como base os dados preliminares, após o resultado das eleições de 2010, do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), instituição que desde a década de 80 atua junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional.

Tabela 3 Câmara dos Deputados 54º Legislatura 2011- 2015 - Perfil socioeconômico

Renovação - 225 novos e 288 reeleitos
Fonte de renda não-assalariada, porque são empresários e profissionais liberais
Formação educacional - maioria com formação superior
Idade - média de 47 anos, com experiência política anterior,
Filiação partidária -pertencem a partidos de médio porte -forças ideológicas situadas ao centro e à esquerda do espectro político -majoritariamente governistas.

Tabela 4 Câmara dos Deputados 54º Legislatura 2011- 2015 - Grupos de atividade econômica

1º Grupo empresários – 252 deputados 228 urbanos e 24 rurais.
*2º Grupo profissionais liberais -139 deputados - advogados 47; engenheiros 20; médicos 18; médicos veterinários 2; economistas 13; administradores 11 e jornalistas 9
3º grupo assalariados - 99 deputados - professores 35; servidores públicos 27, metalúrgicos 5; bancários/ economiários 5; trabalhadores com formação técnica 5, entre outros.
4º grupo natureza diversa - 17 representantes, que inclui sacerdotes, pastores e bispos

evangélicos, estudantes, atores, voluntários sociais etc.
5º grupo agricultores - 6 deputados.

*Estes, apesar de viverem de seu trabalho direto, em geral não possuem vínculo empregatício nem subordinação a quem prestam serviço.
Tabela : Fonte -DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

Tabela 5 O Senado Federal 54ª Legislatura 2011-2015 - Perfil socioeconômico

Renovação de dois terços dos senadores dos mandatos terminam em 2011 – 54 Vagas 45,67% em relação à composição total do Senado Federal.
Filiação partidária - governista, também estará mais à esquerda do espectro político - foi menos liberal e menos conservador

Tabela 6 O Senado Federal 54ª Legislatura 2011-2015 - Grupos de atividade econômica

1º Grupo profissionais liberais – 37 senadores - advogados 12, economistas 5, engenheiros 4, médicos 4 e 3 administradores,,
2º Grupo empresários – 27 senadores
3º Grupo Assalariados -16 senadores - professores 7, servidores públicos 5, bancário 1, metalúrgico 1 e técnico em telecomunicações 1.
4º Grupo Natureza diversa - 2 bispos evangélicos e 1 estudante.

Tabela : Fonte -DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

Com o intuito de empreender a pesquisa no que concerne à visão do Congresso Nacional sobre os protestos de junho de 2013 escolhi como recorte os discursos feitos no Plenário da Câmara dos deputados e no Senado Federal, concomitantemente as publicações da imprensa oficial das duas casas legislativas o Jornal da Câmara e o Jornal do Senado, editadas diariamente que relatam a agenda, os principais destaques e acontecimentos que ocorrem nas instituições. Desta forma, foi possível verificar como as manifestações de rua eram percebidas e a visão do Poder Legislativo sobre a maior ação coletiva do século XXI até aquele momento e a maior desde a Campanha pelas "Diretas já" no Brasil.

Em junho de 2013 transcorria na Câmara dos Deputados o acordo informal de revezamento partidário que sempre ocorre e é costumeiro. A presidência desta casa legislativa é eleita por voto direto do conjunto dos parlamentares, secreto, pelo sistema eletrônico para um mandato de dois anos. Estava à frente da presidência da Câmara o deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB- RN). Um dos parlamentares com maior número de mandatos na instituição, são 11 ao todo, cerca de 40 anos como integrante do parlamento brasileiro. "Henriquinho" como é chamado nos bastidores do poder foi eleito pela primeira vez com 21 anos e vem de tradicional família política do Estado que representa, seu pai foi um dos governadores cassados pela ditadura militar em 1969. É dono de extenso patrimônio financeiro que inclui emissoras de rádio, televisão e jornal, sendo um dos integrantes da bancada da comunicação no Congresso Nacional.

No entanto, quando as manifestações de rua se espalharam pelo o país e o gramado em frente ao Congresso Nacional reuniu mais de 10 mil pessoas cobrando ações e trabalho dos integrantes do Poder Legislativo, como funcionários públicos a serviço do país, eleitos pelo voto direto e representantes dos anseios e necessidades da sociedade brasileira, Henrique Eduardo Alves não se encontrava no exercício da presidência da Câmara e da mesa diretora. O parlamentar estava em missão oficial na Rússia acompanhado de uma comitiva composta pelos seguintes deputados: o presidente da Câmara eleito para o período 2014-2015 e líder do PMDB à época, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ); o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP); Ronaldo Caiado que era líder do Democratas; o líder do PPS, Rubens Bueno (PR); Felipe Maia (RN) filho do senador Agripino Maia e tido como adversário político de Henrique Eduardo Alves no Rio Grande do Norte; o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) e o deputado Fábio Ramalho (PV-MG).

Em matéria do Jornal da Câmara, do dia 18 de junho de 2013, durante visita ao parlamento russo, o deputado Ronaldo Caiado, hoje senador aparece ao lado e em posição amistosa e de amizade com um de seus maiores desafetos em plenário, o líder do governo Arlindo Chinaglia. As adversidades ficaram no plenário e no Brasil. Na foto Chinaglia é o segundo da esquerda para direita, Caiado o terceiro, Henrique Eduardo Alves o quarto e o último é o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. (O Supremo Tribunal Federal, em 5 de maio de 2016, suspendeu o mandato de deputado federal de Eduardo Cunha e o afastou da presidência da Câmara dos Deputados por entender que o parlamentar estava prejudicando as investigações de seu envolvimento em denúncias de corrupção e de lavagem de dinheiro da Operação Lavajato da Polícia Federal, teve mandato cassado por quebra de decoro parlamentar no dia 12 de setembro de 2016).



RELAÇÕES EXTERIORES | Ontem, fois assinado protocolo de cooperação entre os dois Parlamentos

Henrique Alves visita Parlamento russo

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e da Duma Estatal da Assembleia Federal da Rússia, Sergey Naryshkin, assinaram ontem, em Moscou, protocolo de cooperação entre as duas instituições. Ao longo do dia, a delegação de parlamentares brasileiros participou de várias reuniões de trabalho com deputados da Duma sobre as relações bilaterais, discutindo temas como cooperação agrícola, defesa e segurança.

O protocolo prevê a troca de informações sobre legislações, sistema eleitoral e melhores práticas e possibilita a realização de encontros periódicos entre parlamentares dos dois Legislativos. Segundo Henrique Alves, a iniciativa deve estimular o intercâmbio entre as duas casas, inclusive no aprimoramento da técnica legislativa. "Os legislativos dos dois países buscam elevar suas relações ao mesmo nível já alcançado pelos respectivos Executivos", observou. "Desde a formalização do Brics (bloco integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os Executivos do Brasil e da Rússia vêm ampliando suas relações bilaterais na economia, política e cultura."

Henrique Eduardo Alves e delegação de deputados que está na Rússia

Florestas e mineração - Os parlamentares russos demonstraram interesse sobre temas aprovados recentemente, como o novo Código Florestal, e outros que devem entrar em discussão em breve, caso do novo marco regulatório para a mineração.

A troca de experiências na organização e segurança de grandes eventos também foi objeto de discussão, uma vez que o Brasil será sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. A Rússia sediará a Copa de 2018 e as Olimpíadas de Inverno de 2014, na cidade de Sóchi.

Há 13 anos uma delegação de deputados brasileiros não visitava a Duma. Os dirigentes russos destacaram a importância da presença do presidente Henrique Eduardo Alves na missão, ressaltando o fato de o Brasil ser um parceiro estratégico dentro do Brics. Ao fim do encontro, Henrique Eduardo Alves convidou o presidente da Duma Estatal para participar da semana de comemorações dos 25 anos da Constituição Federal de 1988, em outubro.

Programação - Amanhã, os parlamentares se encontram com os dirigentes da Corte Constitucional da Federação da Rússia. No último dia da visita, quinta-feira (20), reúnem-se com o vice-governador, Markov, e com o presidente da Assembleia Legislativa de São Petersburgo, Makarov. A missão termina com uma visita ao Hermitage Estatal.

Comitiva - Também integram a delegação o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), os líderes do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), do DEM, Ronaldo Caiado (GO), do PPS, Rubens Bueno (PR); e Felipe Maia (DEM-RN), Bruno Araújo (PSDB-PE) e Fábio Ramalho (PV-MG).

Fotografia 29 Comitiva de deputados que acompanhavam o presidente da Câmara dos Deputados em viagem à Rússia durante os protestos de junho de 2013. Fábio Ramalho (PV), Arlindo Chinaglia (PT), Ronaldo Caiado (DEM), Henrique Eduar-

do Alves, (PMDB), Felipe Maia (DEM), Rubens Bueno (PPS); Bruno Araújo (PSDB) e Eduardo Cunha (PMDB). Jornal da Câmara, p.218 de junho de 2013

Consta no perfil do presidente da Câmara dos Deputados em 2013, Henrique Eduardo Alves, além de uma sólida carreira empresarial e política herdada por tradição familiar, denúncias de movimentação de grandes cifras em dólares em paraísos fiscais e até o uso de avião da Força Aérea Brasileira para assistir a Copa das Confederações em 2013 no Rio de Janeiro. Enquanto a comitiva se abraçava na Rússia, no dia 17 de junho de 2013, uma segunda-feira, a Câmara dos Deputados abria seus trabalhos. Como presidente em exercício da instituição, no momento do ápice dos protestos e da ocupação da marquise do Congresso Nacional, estava o vice-presidente da Câmara o deputado federal André Vargas (PT-PR).[2]

No dia 17 de junho de 2013, nem mesmo o presidente do Congresso Nacional e presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, estava em Brasília, discursos dão conta que Calheiros estava em São Paulo de onde acompanhou a manifestação. As orientações da segurança e os trabalhos da Casa eram, na segunda-feira, dia 17 de junho de 2013, coordenados por André Vargas o vice-presidente da Câmara dos Deputados, cujo perfil considerei importante descrever.

"Todos de pé, sob a proteção e em nome de Deus e em defesa do povo brasileiro, declaro que estão abertos os trabalhos". Regimentalmente pelo Art. 79 do Regimento Interno da instituição essas são as frases ritualmente e juridicamente pronunciadas em todas as sessões da Câmara. Ainda neste artigo do Regimento Interno a descrição de outro detalhe ritual, de caráter religioso e cristão: "A Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso".

As sessões ordinárias da Câmara podem ser não deliberativas e deliberativas; têm duração de cinco horas e são divididas em momentos que obedecem ao regimento interno na seguinte ordem: pequeno expediente; grande expediente; ordem do dia, quando são colocadas em votação as matérias legislativas que estão na pauta do plenário e são definidas pelo presidente da casa e o colégio de líderes que reúne deputados representantes de todos os partidos políticos ou blocos partidários com parlamentares eleitos; e por último o período das comunicações parlamentares. Há ainda as sessões solenes, propostas pela apresentação de requerimento parlamentar e as sessões extraordinárias que são realizadas para a discussão e votação

[2] Atualmente ex-deputado, preso em abril de 2015 na operação Lava jato da polícia federal que investiga denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro. Foi condenado a 14 anos e 4 meses de prisão por recebimento de propinas em contrato de publicidade da Caixa Econômica Federal. Antes das eleições, em 25 de abril de 2014, pediu desfiliação do PT, sem partido, teve seu mandato cassado em votação nominal aberta na Câmara dos Deputados no dia 10 de dezembro de 2014, por 359 votos a favor, 1 contra e 6 abstenções. Uma das provas para a sua cassação foi o envolvimento com o doleiro Alberto Youssef também preso pela Operação Lavajato.

de matérias na ordem do dia podem ser convocadas pelo presidente da Câmara, pelo colégio de líderes ou por requerimento de qualquer deputado.

O desfecho daquela segunda-feira iria mudar de forma enfática a relação entre a sociedade e o Poder Legislativo brasileiro. Depois do recado mandado pela multidão à frente do Congresso que disse em alto e bom som, que exigia compromisso e transparência com o uso do dinheiro público e anunciava uma mobilização ainda maior nos próximos dias durante e a ocupação da marquise do Congresso Nacional. Foi um momento histórico, pois ao contrário de outras ocupações já ocorridas na maior parte das vezes em momentos festivos como a aprovação das diretas já em 1989, o recado em tom de cobrança e a ação dos manifestantes em tomar o espaço público do Congresso Nacional era uma mensagem que mostrava a insatisfação da sociedade brasileira não só com o aumento de 20 centavos da tarifa do transporte coletivo em várias capitais e cidades do país, com a realização da Copa das Confederações e a Copa do Mundo, mas também com a dinâmica do Poder Legislativo Federal.

É certo que grupos e movimentos sociais ocupam semanalmente e permanecem durante votações em frente ao Congresso para exigir mudanças ou a permanência de direitos adquiridos que constam da agenda legislativa, mas essa foi a primeira vez que uma multidão, uma grande massa popular, voltou-se contra e manifestou sua insatisfação e demonstrou a falta de credibilidade do Congresso Nacional como senso comum da sociedade brasileira. Esse foi o recado da multidão de 10 mil pessoas que ocupou a marquise do Congresso Nacional. As pessoas do gramado, da marquise e do espelho d'água gritaram em coro para os deputados federais e senadores integrantes do Poder Legislativo:

> Galera muita atenção! O nosso ato foi vitorioso, mas o movimento apenas começou. Nós fazemos parte de uma luta nacional, de uma luta mundial. Não podemos parar por aqui. Por isso é importante que todo mundo que está aqui, esteja às 6 horas na quinta-feira em frente a escadaria do metrô na rodoviária. Vamos seguir o movimento porque a nossa luta é muito maior que isto. Só vamos parar quando gente colocar, 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões, 20 milhões aqui, para falar para eles que não tá certo o que eles fazem com o nosso dinheiro, com a nossa saúde, com a nossa educação. "Amanha vai ser maior!"

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tYfxgCHUIbE>. Acesso em: 21 jun.2013.



Fotografia 30 Ocupação da marquise Congresso Nacional 17 de junho de 2013. Autor desconhecido. Fonte livro Cidades Rebeldes



Fotografia 31 Ocupação da marquise Congresso Nacional 17 de junho de 2013 Marcello Casal Jr. Agência Brasil



Fotografia 32 Ocupação do espelho d' água em frente ao Congresso Nacional em 17 de junho de 2013 Fonte: UOL

3.1 -“AH HA UH HU O CONGRESSO É NOSSO!”

O título desta seção era o grito de guerra que ecoava entre os 10 mil manifestantes, segundo estimativa oficial divulgada pela polícia militar do Distrito Federal, que integravam a manifestação popular que ocupou a marquise do Congresso Nacional no dia 17 de junho de 2013. Essas estimativas oficiais do número de manifestantes realizadas pela polícia militar são sempre alvo de questionamentos, sendo que normalmente os números dos organizadores, principalmente de movimentos sociais populares são divergentes aos divulgados pela polícia, chegando a ser quatro vezes maior do que a estimativa oficial e institucional divulgada pela polícia militar.

Esclareço que neste capítulo também abordo a retórica dos discursos no plenário da Câmara dos Deputados e no Senado Federal nos dias 17, 18, 20 e 21 de junho de 2013 e a abordagem de matérias veiculadas no jornal oficial das duas instituições do Poder Legislativo Federal. O recorte dos discursos tem como palavras chaves específicas: polícia; vandalismo; vândalos; violência Congresso Nacional; Copa das Confederações; Copa do Mundo e manifestações. Essa parte do trabalho que busca observar e mapear o discurso oficial do Congresso Nacional foi bastante exaustiva e houve momentos que tive dúvidas de como fazer esses recortes e se eles eram necessários neste trabalho e ainda quanto ao recorte e abordagem, pois são horas de falas e discursos, mais de duzentas páginas de textos decorrentes de pronunciamentos. Desta forma, depois de várias edições defini as palavras chave que listei como recorte básico desse trabalho de rastreamento da visão e da construção oficial do Congresso Nacional sobre os protestos de junho de 2013.

Às segundas-feiras não há votações no plenário da Câmara dos Deputados, a não ser que sejam convocadas sessões deliberativas pelo presidente. Como já expliquei antes, as sessões ordinárias deliberativas, quando ocorrem as votações das matérias legislativas em plenário, ocorrem sempre às terças e quartas- feiras e raramente às quintas-feiras, quando há a inclusão da fase ordem do dia em uma sessão do plenário.

Na segunda-feira dia 17 de junho de 2013, a sessão ordinária não deliberativa de debates teve início às 14h 07’, dividida em três fases: pequeno expediente, grande expediente e breves comunicações. As sessões ordinárias têm duração de cinco horas e são realizadas caso haja quórum regimental estabelecido de pelo menos 53 deputados na Casa o que corresponde à décima parte do número total de 513 deputados (Art. 79 do Regimento Interno da CD). Não só parece, mas é realmente confuso o ordenamento do funcionamento do Poder Legislativo:

os Regimentos Internos, tanto da Câmara dos Deputados, quanto do Senado Federal, como já mencionei são cheios de detalhes e brechas, que permitem manobras regimentais e políticas. O conhecimento e assimilação dessas normas são objeto de cobiça não só para jornalistas que buscam compreender o funcionamento das Casas Legislativas, mas também para funcionários de carreira da instituição e os próprios parlamentares.

Como ocorre em todas as segundas-feiras, no dia 17 de junho de 2013 houve um amplo revezamento na presidência da Mesa durante a sessão não deliberativa, fato que é comum e regimentalmente permitido. Seis deputados se revezaram na presidência da sessão entre eles: Mauro Benevides (PMDB-CE), o deputado é um dos mais velhos da Câmara, já foi presidente eleito da Casa e exibe uma conhecida e antiga obsessão por presidir a Mesa e ocupar a cadeira de presidente da Câmara dos Deputados, nem que for durante as sessões não deliberativas de segunda-feira, em que também é comum usar os microfones para amplos discursos e saudações, Gonzaga Patriota (PSB-SE); Luiz Couto (PT-SC); Onofre Santo Agostini (DEM-SC), Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Izalci (PSDB-DF), também presidiram esta sessão não deliberativa da Câmara dos Deputados.

Parecia uma segunda-feira comum, como qualquer outra, como de costume os pronunciamentos, os discursos parlamentares, tratavam dos temas triviais sobre questões de recursos; relato de dificuldades enfrentadas nos Estado; nos municípios, ou seja, na linguagem parlamentar de problemas de forma geral nas "bases", que é como os políticos nomeiam as localidades onde têm voto e que se nomeiam como representantes; além das homenagens póstumas, alguns parlamentares se pronunciaram a respeito das manifestações de rua registrando a violência policial e ainda sobre a PEC 37, Proposta de Emenda Constitucional que tirava o poder de investigação do Ministério Público de investigar denúncias de corrupção e estava para ser colocada na pauta para ser votada. Esses foram assuntos dos discursos dos deputados no plenário nesse dia, mas apesar de duros embates entre manifestantes e policiais pouco se falou sobre a agressiva repressão policial aos protestos em São Paulo.

Entre outros assuntos ainda surgiram os benefícios da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. Como em discurso do deputado Décio Lima (PT-SC) que saudou o início da Copa das Confederações e exaltou que com a realização dos eventos esportivos iriam ser investidos no Brasil cerca de R$ 142 bilhões em recursos.

> Sr. Presidente, solicito à Mesa que receba como lido o pronunciamento que faço sobre o início da Copa das Confederações, momento singular para o nosso País e porta de entrada para a Copa do Mundo. O Brasil vai ser sede desses dois eventos. Presume-se, Sr. Presidente, Mauro Benevides, que o investimento será da ordem de 142 bilhões em nosso País, em razão desses eventos, em que nós, com muita honra, passaremos a receber os olhares do mundo inteiro. (LIMA, 17 jun.2013).

O grande expediente, período da sessão em que há um revezamento para a realização de discursos no plenário, em ordem mediante sorteio e em que são reservados até 25 minutos para que o parlamentar faça uso da palavra, teve início às 15h 47'. Nesse período da sessão os discursos são elaborados com antecedência. Em sua maioria diz respeito às demandas e defesa de interesses específicos e a agenda legislativa de cada carreira parlamentar e política em particular. Em seguida às 17h40'começou o período das breves comunicações, em que os deputados têm 3 minutos para fazer uso da palavra, neste momento, alguns parlamentares trouxeram o assunto das manifestações de rua ao plenário e simbolicamente à ordem do dia.

A deputada Luiza Erundina (atualmente no PSOL- SP, em junho de 2013 estava no PPS, mudando de partido no início de 2016) falou sobre a mobilização da juventude, manifestou seu apoio e criticou a política tarifária em São Paulo; a deputada Erika Kokay (PT-DF) se manifestou contra a aprovação da PEC 37 e apoio às manifestações de rua; Izalci (PSDB-DF) se solidarizou com os movimentos dos jovens; Renan Filho (PMDB-AL) como o próprio nome já diz, integrante da bancada de parentes, filho do presidente do Senado Federal e Congresso em exercício em 2013 e também reeleito para os dois primeiros anos da atual 55ª legislatura 2015-2019, Renan Calheiros (PMDB-AL), somente mencionou a ocorrência dos protestos.

Neste horário a esplanada já estava tomada pela multidão, alguns manifestantes se aglomeravam em frente ao espelho d´agua, outros entravam dentro do espelho d'água e eram imobilizados pelos policiais militares, que usavam spray de pimenta e faziam um cordão de isolamento. Enquanto isso no plenário os discursos corriam sem mencionar de forma clara que a multidão que se concentrava inicialmente na plataforma da rodoviária caminhava em direção ao Congresso em um contingente de quase 5 mil pessoas já estavam em frente ao gramado do prédio e mais gente chegava à Esplanada. A deputada Luiza Erundina falou sobre a repressão às mobilizações contra o aumento da tarifa em São Paulo e sobre a violência policial.

> Daí essa manifestação, essa mobilização muito forte, expressiva, que vem ocupando as cidades, as ruas, as praças das grandes cidades brasileiras, em protesto contra o aumento da tarifa dos ônibus e dos coletivos — trens, metrôs, além da frota de ônibus —, e não só por conta desse reajuste, que, por sinal, em São Paulo está abaixo do índice de inflação, mas exatamente denunciando a política de transporte, porque não existe uma política moderna, justa e equilibrada, do ponto de vista da força de trabalho e do capital, sobretudo do capital, que se reproduz progressivamente, em escala insuportável para o trabalhador, com as elevadas taxas de juros, sem nenhum controle da sociedade sobre a planilha de custos, para se aferir o quanto o empresário se beneficia dessa atividade pública e o quanto o trabalhador, o assalariado, a força de trabalho é onerada em relação a isso. Por isso, Sr. Presidente, nós queremos não só apoiar e nos solidarizarmos com os jovens, que estão enfrentando inclusive uma **violenta repressão policial**; temos de agradecer a eles a sua generosidade, por

> estarem denunciando e chamando a atenção do País para o grave problema que é, como já dissemos, a política do transporte, a política tarifária, que realmente não é justa, muito menos adequada aos novos tempos.(ERUNDINA, 17 jun. 2013, grifo meu).

Erika Kokay fez denúncia de violência policial em Brasília na repressão e controle dos protestos na abertura da Copa das Confederações. A deputada critica a ênfase no tratamento dado aos protestos pela imprensa os nomeando deliberadamente como vandalismo e defende as manifestações populares.

> Portanto, a participação desses jovens lutando contra a corrupção, lutando para que tenhamos mais saúde, mais educação, mais políticas públicas, é absolutamente fundamental nessa marcha, que, de forma espirituosa, tem sido chamada de Marcha do Vinagre, numa reação a uma **violência policial** que se abateu sobre Brasília, no último sábado, na abertura da Copa das Confederações. Eu tive a oportunidade de estar na delegacia para avaliar as condições daqueles jovens que ali estavam encarcerados e vi que é preciso uma investigação com muito rigor sobre todas as denúncias ali feitas. Vi jovens de 16 anos, 17 anos, com balas de borracha, que provocaram vários pontos, com camisetas encharcadas de sangue. Fico pensando muitas vezes que este País não tem de encarar as manifestações como se fossem para atentar contra a estrutura desta Nação. As manifestações alimentam a democracia. Nós não podemos apenas olhar os atos que têm de ser condenados, atos de **vandalismo** contra o patrimônio público, contra a propriedade pública. É preciso também considerar que o Estado está em conflito com a lei, o Estado que não valoriza a educação, o Estado que não valoriza a dignidade humana. O Estado que não se pauta a partir da dignidade humana é um Estado que está também em conflito com a lei. Por isso, Sr. Presidente, venho aqui dizer que há milhares de jovens que protestam no Brasil inteiro, que protestam aqui em Brasília e que a voz deles têm de ser escutada. É preciso que se abra um canal de discussão, um canal de negociação para que possamos avançar. (KOKAY, 17 jun. 2013, grifos meus).

Por volta das 18h44’ o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) relatou a manifestação em frente ao Congresso Nacional, disse que suas filhas de 19 anos e 15 anos participavam e que tinha orgulho delas; o parlamentar criticou a violência policial e a *mea culpa* da imprensa, citando o comentarista da rede globo, Arnaldo Jabor. Como já relatei no capítulo 2, Jabor emparelhava seus comentários à reação e ao discurso do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e à primeira reação da grande mídia, no sentido de estereotipar pejorativamente os protestos que ocorriam em São Paulo, deslegitimando e criminalizando as manifestações públicas com os adjetivos de vândalas, baderneiras e criminosas.

> Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, por que protestam os jovens brasileiros? Seria mais cômodo, Sr. Presidente, numa análise ligeira, condenar as cenas de **vandalismo,** de depredações que aconteceram, certamente puxadas por quem estava **infiltrado** em movimento legítimo de protesto de jovens de todas as camadas sociais, que hoje, aqui em Brasília, neste exato momento estão na frente do Congresso Nacional, externando a sua contrariedade em relação a certas questões aqui do Brasil. Seriam esses jovens os responsáveis pelas depredações, pelas cenas de **violência**? Aliás, até aqueles mais ligeiros nos seus comentários — e cito o cronista Arnaldo Jabor — hoje fazem o seu mea-culpa e dizem que são mais profundas as razões que levam esses jovens, aos milhares, às ruas. (CARVALHO, 17 de jun. de 2013, grifos meus).

O deputado Izalci (PSDB-DF), integrante da polícia militar do Distrito Federal, um dos autores do projeto de lei escola sem partido, aproveitando o discurso do orador anterior, deputado Augusto Carvalho, se solidarizou aos manifestantes sem mencionar que já havia um conflito para ocupação do prédio entre manifestantes e policiais e soma o seu discurso para questionar pelo o que lutam e o que sentem os jovens que ocupavam a esplanada.

Neste dia, 17 de junho de 2013, o presidente em exercício, vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, não presidiu a sessão não deliberativa e não há registro de sua presença, nem sequer momentânea, no plenário. Depois de vários revezamentos na presidência da sessão não deliberativa daquela segunda-feira a reunião foi encerrada pelo deputado Izalci, às 19 horas que naquele momento presidia a sessão. Enquanto os parlamentares voltavam aos seus gabinetes e assistiam a transmissão ao vivo das manifestações pelo país, naquele momento, havia uma confusão de ânimos.

A multidão já ocupava o espelho d'água do gramado em frente ao Congresso Nacional dentro do prédio, uma surpresa por não cessar de juntar gente, forçando a barreira e troando gritos de guerra em direção ao Poder Legislativo. A polícia legislativa da Câmara dos Deputados se colocou em frente aos vidros do salão branco do Congresso Nacional, onde são recebidas autoridades de Estado e por onde entra o Presidente da República na cerimônia de posse no Congresso Nacional. Esse é o lugar em que se chega ao Congresso Nacional pela rampa e em se estende o tapete vermelho para as autoridades de Estado. A polícia militar fazia um cordão de isolamento em frente ao espelho d'água.

Mas nesse dia 17 de junho de 2013, em especial, a multidão tomou para si a autoridade. Eu estava no comitê de imprensa da Câmara dos deputados e via pelo imenso vidro em frente ao espelho d'água toda a movimentação. Uma imagem de um dia histórico, marcante que não vou esquecer. Era muita gente como nunca tinha visto durante todos aqueles anos. A multidão a perder de vista, que estava dispersa, foi chegando cada vez mais perto. Do comitê de imprensa que fica do lado direito de quem entra no plenário da Câmara dos Deputados e que tem uma ampla visão de toda a esplanada, eu vi a multidão chegar, se aproximar, se manifestar com força, coragem, insatisfação e forçar a barreira policial.

A agitação era grande, os jornalistas corriam de um lado pro outro, sentavam para escrever e atualizar as informações, os fotógrafos estavam lá fora e falavam para quem estava dentro, "eles vão entrar", "vão subir a marquise". Gente no espelho d'água, muita gente na frente, de repente a contenção na subida da marquise reforçada por spray de pimentas, bomba de gás lacrimogêneo já não funcionava mais e a barreira de contenção de policiais militares e policiais legislativos estava concentrada em frente às vidraças do salão branco, porque a mul-

tidão avançava determinada. Era nítida que a intenção era sim ocupar o prédio do Congresso Nacional. Um tanto de gente sai correndo e sobe a marquise, e de repente o que se vê é toda ela, a marquise e a plataforma das cúpulas tomadas pela multidão. Quando vi a manifestação eu queria ir lá fora, mas nem tinha jeito de sair, a confusão era grande, e nem sabia como fazer pra chegar lá, a polícia ia pra cima segurando e imobilizando quem tentava passar. Eu também queria gritar "Ah uh hu o Congresso é nosso!" Mas eu estava do outro lado do lado, "de dentro" espelho d'água e só pude observar a maior manifestação popular em frente ao Congresso Nacional do século XXI até então, com a promessa de que "amanhã vai ser maior", cobrando eficiência e decência do Congresso Nacional.

Nesse momento o enfrentamento simbólico se transforma em verbo e a multidão de 10 mil pessoas, segundo estimativas divulgadas pela polícia militar, entoa em coro o seu recado. A imagem era impressionante, a determinação de ocupação da manifestação popular de 17 de junho de 2013 ignorou o cordão de isolamento, as bombas de gás lacrimogêneo, o gás de pimenta e pouco depois de encerrada a sessão no plenário da Câmara dos Deputados, os manifestantes tomam conta da rampa e da marquise. Da sala do comitê de imprensa era visível a movimentação da polícia e se percebia uma atuação um pouco diferente da polícia militar de São Paulo: uma contenção corporal, abordagem, imobilização, uso de cassetetes, de spray de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, mas sem uso de bala de borracha. As ações de contenção, no entanto, não foram suficientes para controlar a multidão que forçava a barreira policial, depois de ocupar todas as faixas do Eixo Monumental. Assim como alguns deputados a imprensa dizia que a intenção da manifestação não era clara, no entanto, para quem estava dentro do prédio era nítido que se tratava de uma estratégia de ocupação do prédio do Congresso Nacional.

Com certeza o dia 17 de junho de 2013 foi um dia de revolta popular contra as instituições políticas, públicas e partidárias, motivada em parte pela suntuosidade e investimentos na estrutura dos megaeventos esportivos e em reação a ineficiência e paralisia do Estado brasileiro nas esferas federativas e instâncias de poder quando se trata de agir e atender as reivindicações da sociedade. O Jornalista Bruno Tortuga, do mídia Ninja (coletivo de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), rede de jornalismo colaborativo, em depoimento ao filme *Junho* relata as impressões desse dia em que a multidão subiu e ocupou a rampa que dá acesso as autoridades ao Congresso Nacional.

> Aí ligam pra gente e dizem: estão invadindo o Congresso Nacional. Eu falei assim: fudeu! Naquele dia deu uma adrenalina muito grande como se tivesse uma bastilha que ia cair naquele dia mesmo. Por isso que eu fui para o Palácio dos Bandeirantes. Eu falei assim: bom se vão tirar o Alckmin à força eu quero pelo menos ver isso, eu quero ver! (Filme Junho 30:47)

Nesse dia 17 de junho de 2013, integrantes da manifestação popular, mesmo diante da repressão violenta aos protestos pela polícia militar, também tentaram ocupar o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado de São Paulo gritando “Ih fudeu o povo apareceu!” “Ei Geraldo seu governo vai cair!” Manifestantes também tentaram ocupar a sede do Poder Legislativo estadual, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Atos que naquele contexto apresentavam uma deliberação popular e da sociedade de mostrar que não se sentia representada nas instâncias de poder e pelos representantes das instituições públicas e políticas.

Em todo o Brasil os protestos se espalhavam. Mesmo com toda a mobilização popular em que o país estava envolvido, no entanto, a Câmara dos Deputados parecia, até o dia 17 de junho de 2013, estar imune a essa movimentação. A capa do Jornal da Câmara do dia 17 não menciona qualquer ocorrência de protestos. Muito pelo contrário estampa na capa a tramitação do projeto de lei do terrorismo, entre outras pautas. Até aquele momento nenhum deputado havia se pronunciado de forma enfática sobre os protestos, ou se o tivesse feito, sequer foi realizada alguma divulgação. A capa do dia 17 mostra uma Câmara dos Deputados ascética às manifestações populares, quem olha a capa, vê o reflexo de um parlamento em que os destaques do dia tratam da preparação para os grandes eventos esportivos: o projeto de tipificação do crime do terrorismo, seguindo parâmetros internacionais; obras em aeroportos; obras sociais e até exposição patriótica, ignorando a mobilização da sociedade que a instituição e seus integrantes representam.


JORNAL DA CÂMARA

Câmara pode votar até agosto projeto que define terrorismo

Finanças aprova cursos para menores aprendizes

Exposição Terra Brasileira

Obras em aeroportos regionais

Fotografia 33 Capa do Jornal da Câmara do dia 17 de junho de 2013

Se no dia 17 de junho de 2013 os protestos estavam invisíveis para a imprensa oficial da Câmara e foram citados em poucos discursos, no dia 18 de junho de 2013 na Câmara dos Deputados as manifestações públicas tomaram conta do plenário. Naquela data eram raros os

discursos dos parlamentares que não ovacionavam as manifestações que ocuparam as ruas das cidades brasileiras.

Na terça-feira, 18 de junho de 2013, o contexto dos discursos percebia-se de forma implícita o uso retórico e político dos protestos. Os governistas propagavam as palavras da presidente Dilma Rousseff sobre a ação coletiva, os oposicionistas faziam menções a insatisfação generalizada da população.

Na segunda-feira, dia 17 de junho, alguns parlamentares se perguntavam o que querem os jovens? Chegando a dizer que a multidão nas ruas parecia uma manifestação contra alguma coisa que, talvez esses jovens não conseguiam precisar exatamente o que era, na terça-feira, 18 de junho de 2013, um dia após a ocupação da marquise do Congresso Nacional, do recado falado em coro e alto e bom tom por 10 mil pessoas e a manifestação de grande indignação e revolta, que foi em direção e contra o Congresso Nacional, os parlamentares que falaram sobre os protestos em seus pronunciamentos, sem exceção, não mencionaram a tentativa de ocupação do prédio, ou sobre o recado pronunciado em coro pela multidão e nem a ocupação da rampa, da marquise e da cúpula do Congresso Nacional.

Quem ouviu o recado da multidão do lado "de fora" da Câmara dos Deputados, guardou para si. Muitos ovacionaram a participação popular, a crise de representação e institucional generalizada, a falta de credibilidade dos três poderes da República, sobretudo o legislativo e o executivo.

Alguns parlamentares falaram que apoiavam as manifestações, que as pessoas queriam mais educação, saúde, segurança; sobre a agenda legislativa; que em cartazes e gritos de guerra os manifestantes se posicionavam contra o projeto de lei da "cura gay" de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), contra a aprovação da PEC 37, que tirava a prerrogativa do Ministério Público investigar denúncias de corrupção e que exigiam a votação do projeto que destinava 100% dos royalties do petróleo para a educação.

Mas, em meio à retórica elaborada que alguns têm devido ao "carisma" weberiano, polido durante anos de palanques e "falação", adjetivo cearense interessante e emblemático para os discursos políticos, em nenhum dos discursos os deputados federais se relatava com clareza a que a multidão avançava contra o Congresso Nacional no sentido de uma indignação e revolta direcionada naquele dia ao Poder Legislativo.

As palavras e o teor do recado da multidão falado em coro sequer foi mencionado, também não foi relatado por nenhum veículo da grande mídia ou pelo Jornal da Câmara. O registro do recado em coro das 10 mil pessoas ao Poder Legislativo foi registrado por um ma-

nifestante e disponibilizado de forma independente no canal de vídeos Youtube na internet em um link que já mencionei.

Muitos parlamentares em seus discursos fizeram uso da palavra para tecer elogios à condução de contenção da ocupação do prédio da Câmara dos Deputados, ao trabalho da segurança a polícia legislativa e à polícia militar do Distrito Federal. A concentração de elogios era focada na condução de todo processo pelo presidente em exercício da Câmara dos Deputados, André Vargas; do Senado Federal, Renan Calheiros, e da parceria com o governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PC do B-DF). Os discursos do dia 18 de junho de 2013 que versavam sobre os protestos em São Paulo, em Brasília, assim como a violência policial também foram tema de matéria no Jornal da Câmara, que também destacava a viagem da comitiva de deputados e de Henrique Eduardo Alves, o presidente ausente da Câmara dos Deputados à Rússia.

Foram horas de debates, comunicações parlamentares, elogios à sociedade brasileira pelas manifestações de rua. Na pesquisa de arquivo que realizei em horas de discursos de plenário, alguns chamam a atenção, seja pelo uso e captura das manifestações públicas para fins e interesses políticos específicos, seja pela retórica em defesa das manifestações ou de determinadas questões relacionadas à agenda legislativa que as ruas exigiam votação.

No caso do uso político das manifestações de rua o destaque emblemático é para o discurso do deputado José Genoíno (PT-SP) condenado pelo mensalão, que solicitou a reprodução na íntegra nos anais da casa do discurso da presidente Dilma Rousseff sobre as manifestações.

> Sr. Presidente, é com alegria, entusiasmo e concordância que solicito a V.Exa. a transcrição das palavras da Presidenta Dilma Rousseff sobre as manifestações de ontem, com a seguinte manchete: "O Brasil, hoje, acordou mais forte. A grandeza das manifestações de ontem comprovam a energia da nossa democracia, a força da voz da rua, e o civismo da nossa população. É bom ver tantos jovens e adultos, juntos, com a bandeira do Brasil, cantando o Hino Nacional, dizendo com orgulho 'sou brasileiro' e defendendo um país melhor. O Brasil tem orgulho deles." E ela se refere à nossa geração, da qual me orgulho. (GENUÍNO, 18 jun. 2013, grifo meu).

Também foi à tribuna durante o período das comunicações parlamentares, fazendo uso da palavra por cinco minutos o líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP), congratulando-se com os protestos e as manifestações de indignação da população contra a ineficiência do Estado e do governo, perfilando críticas vorazes contra a presidência da República e o Partido dos Trabalhadores, a copa das confederações e a copa do mundo.

Sampaio fez questão de deixar e manter em total esquecimento durante o seu discurso o Estado e o partido que representa, sem mencionar em nenhum instante que em São Paulo, ou a exemplo de Goiás, que também é governado pelo PSDB, a multidão estava na rua e a re-

pressão e controle dos protestos eram feitas com grande contingente de policiais, sendo utilizada a força bruta e onde eram registrados ações violentas da polícia militar que atingiam manifestantes aleatórios, como no caso mulheres que participavam dos protestos, como relato no capítulo 2 e a todos que estivessem nas ruas participando ou não da ação coletiva. A fala do parlamentar peessedebista do Estado de São Paulo e líder tucano dá a impressão que ele é um defensor sincero da legitimidade dos protestos em todo o território nacional, e São Paulo e seu partido uma ilha de democracia e de respeito aos anseios da sociedade brasileira.

> Indignação com o quê? Indignação com a corrupção? Sem dúvida. Indignação com o mensalão? Sem dúvida. Indignação com uma educação e uma saúde precárias? Sem dúvida. Indignação generalizada, dispersa, difusa? Sem dúvida. Srs. Deputados, cabe-nos neste momento talvez mais do que falar, saber ouvir. Existe um sentimento da Nação, e este sentimento da Nação cabe a nós como Parlamentares percebê-lo. Já que o PSDB está fazendo 25 anos, no seu nascedouro, Franco Montoro afirmou: "Estamos criando um novo partido, longe das benesses do poder e próximo do pulsar das ruas." Eu penso que é hora de o Parlamento saber escutar este pulsar das ruas, esses movimentos que acontecem não sem uma razão de ser. Ninguém tem o direito de se apoderar deste movimento. Ninguém tem o direito de assenhorar-se deste movimento senão aqueles que dele fazem parte. São esses jovens — aliás, jovens de muitas idades, como dizia um companheiro do PSDB — que estão à frente deste movimento. Não existe lugar para oportunismo num movimento nacional dessa dimensão. Nenhum partido está lá representado. O movimento é de indignação geral contra todos e contra toda a classe política. Façamos uma análise nós mesmos. Façamos uma análise de onde está o erro deste Congresso para gerar indignação. (SAMPAIO, 18 jun. 2013).

Se no dia antes a "falação" para defender a copa das confederações coube ao deputado Décio Lima (PT- SC), no dia 18 de junho de 2013, foi a vez do deputado Sibá Machado (PT-AC). Enquanto a rua gritava saúde, educação, segurança padrão Fifa o Palácio do Planalto sede do Poder Executivo enviava seus mensageiros para relatar e descrever benefícios e bilhões de investimentos no país devido a realização dos mega eventos esportivos.

> Sr. Presidente, um dos temas importantes da economia brasileira hoje são os investimentos na **Copa do Mundo de 2014** — boa parte deles já visando às Olimpíadas de 2016. Estas foram duas conquistas muito importantes do Presidente Lula, dois grandes eventos de alcance mundial que serão sediados em nosso País. É importante saber que a **Copa do Mundo de 2014** desencadeará um efeito multiplicador capaz de quintuplicar os investimentos diretos realizados em nosso País para viabilizar o evento. Falo de recursos da ordem de 150 bilhões de reais, Sr. Presidente! Além do investimento direto, de cerca de 25 bilhões, para garantir tanto a infraestrutura como a capacidade organizativa, a realização da competição deverá arrecadar cerca de 120 bilhões de reais, considerando-se os impactos provocados em inúmeros setores interligados em efeito dominó, com uma série de desdobramentos econômicos e sociais, a exemplo da geração de cerca de 3,6 milhões de novos postos de trabalho. Os setores mais beneficiados pela **Copa do Mundo** serão a construção civil, o setor de alimentos e bebidas, o de serviços prestados às empresas e o de serviços de utilidade pública — gás, a água, energia, esgoto, limpeza urbana —, além do setor de serviços de informação. O investimento feito para equacionar os principais gargalos estruturais que havia no País, como a limitação dos aeroportos, deve favorecer também o fluxo turístico em nosso País, o que é muito importante, porque muitas pessoas têm se reportado de forma crítica aos eventos da **Copa do Mundo**. (MACHADO, 18 jun. 2013, grifos meus).

Os protestos eram mencionados de forma aleatória: falavam sobre as manifestações nos seus estados de origem, sobre os protestos de forma ampla como um resultado da falta de credibilidade das instituições e da má qualidade dos serviços públicos voltados para o atendimento à sociedade.

Os deputados calaram-se quanto à ação de ocupação do Congresso Nacional, apesar de reconhecerem a fragilidade do parlamento enquanto instituição representativa da sociedade. Um dos únicos a mencionar a ocupação do prédio do Congresso Nacional de forma determinada foi o presidente em exercício, André Vargas. Mesmo depois de procurar, lendo as notas taquigráficas dos discursos e ouvindo os registros sonoros dos discursos em plenário, disponibilizadas na página da internet da Câmara dos Deputados, do dia 18 de junho de 2013, um dia após a ocupação da marquise do Congresso Nacional, não ouvi nenhum parlamentar dizer que a manifestação se voltava e era também contra o Congresso Nacional.

As abordagens dos discursos eram mais amplas e não tratavam da tentativa de ocupação do prédio. Além dos benefícios da Copa, a violência policial e a inércia do Poder Legislativo foram assuntos abordados nos discursos. A deputada Fátima Bezerra (PT-RN), eleita senadora em 2014, fez o registro da violência policial em Natal, em uma referência de como eram tratados os manifestantes, só pelo fato de estarem nas ruas do país. O Estado e a polícia utilizava a estratégia da repressão e controle pela força e intimidação, fazia prisões aleatórias e arbitrárias, hostilizava, homogeneizava, aterrorizava e agredia quem estivesse nas manifestações públicas, enquanto a mídia utilizava a estratégia intelectual e psicológica da construção do discurso instaurando uma representação e uma imagem do manifestante a partir da repetição do estereotipo discriminatório pejorativo de vândalo e baderneiro que, em todos os casos justificariam as ações repressivas truculentas e arbitrárias.

> Alguns foram detidos pelo simples fato de portar vinagre, substância utilizada por manifestantes e profissionais da imprensa para amenizar os efeitos das bombas de efeito moral utilizadas pela polícia. Em Natal/RN, os manifestantes também já enfrentaram as consequências da concepção de segurança pública vigente. Diversos manifestantes foram **agredidos, atingidos por balas de borracha e detidos.** É inadmissível que estudantes, trabalhadores e profissionais da imprensa sejam tratados como **criminosos**, mesmo que um número reduzido de manifestantes encontre em atitudes mais radicais uma forma de expressar sua indignação diante da tortura a que são submetidos diariamente nos centros urbanos do Brasil, seja para ter acesso ao transporte público, seja para acessar educação, trabalho, saúde, cultura, esporte e lazer. (BEZERRA,18 jun. 2013, grifos meus).

A pauta e as características difusas das manifestações públicas de junho de 2013 eram também mencionadas nos discursos, deixando transparecer um efeito de estranhamento que a mobilização causava, não só no poder Executivo, a imprensa, analistas políticos e cientistas sociais, o movimento sem partidos, sem identificação de líderes que aumentava mesmo diante

de grande repressão policial. O deputado Francisco Chagas (PT-SP) também fez denúncia da repressão aos protestos na cidade de São Paulo.

> Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna para falar sobre as manifestações que estão ocorrendo em todo o Brasil. Segundo o Datafolha, delas participam, em sua maioria, jovens universitários de classe média, com uma pauta ainda bastante difusa. Sras. e Srs. Deputados, a primeira coisa a que deveríamos nos ater é que, na democracia, as manifestações são absolutamente necessárias e saudáveis. Não há política democrática sem dissenso. Não é possível que instituições se aperfeiçoem e instituições governamentais melhorem sem a manifestação da população, especialmente quando ela não foi captada pelas instituições, sejam partidárias ou não. Então, quero aqui manifestar meu apoio às manifestações. Acho fundamental que a população se manifeste e se expresse livremente. Mas não é razoável o que aconteceu na cidade, no Estado de São Paulo, na semana passada, no momento em que a Polícia Militar teve uma atitude extremamente agressiva, tratando manifestações livres, democráticas, como se fossem **badernas**. Isso não é razoável! Aqui deixo nosso protesto! Defendemos a legitimidade das manifestações que vem ocorrendo em nosso País, e em especial aquelas realizadas de maneira ordeira e sem destruir o patrimônio público e privado. Repudiamos a maneira violenta e sem diálogo como a Polícia Militar do Estado de São Paulo tratou os manifestantes. Não é a primeira vez que isso acontece, pois em outras manifestações, como a dos professores da rede estadual de ensino, assim como dos movimentos populares em geral, foi também reprimida com truculência. (CHAGAS, 18 jun. 2013, grifo meu).

O deputado Domingos Dutra que era do PT-MA em 2013, depois sem partido e depois foi para o REDE, mas não se reelegeu, fez um discurso sobre o Congresso Nacional em que deu ênfase a falência do sistema político partidário e a ineficiência representativa das instituições públicas e políticas nacionais. Em seu discurso, Dutra, se posiciona contra a PEC 37; uma das reivindicações mais fortes nas ruas em junho de 2013 e foi o único a falar contra a PEC 215, que transfere para o Congresso Nacional o poder de demarcar e rever a demarcação de terras indígenas e quilombolas e que era uma das reivindicações dos manifestantes de etnias indígenas que participavam dos protestos em frente ao Congresso Nacional.

> Sr. Presidente, as manifestações que estão acontecendo no País, na minha opinião, indicam algo muito importante. Primeira indicação, os partidos atuais não representam boa parte da população brasileira — a maior parte deles tem donos — e a população está ausente. Portanto, essas manifestações também são uma reação às provocações deste Parlamento. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados tem um desumano na Presidência que, em vez de tratar das questões sérias, quer pautar a cura gay;[3] a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal tem um gafanhoto na Presidência[4] defendendo aquele que destrói o meio ambiente. Estas manifestações querem dizer que não aceitam que este Parlamento tire o poder do Ministério Público de proceder às investigações contra a corrupção e o crime organizado; estas manifestações querem dizer que este Parlamento não pode matar os índios brasileiros, os quilombolas, com a PEC nº 215, de 2000; estas manifestações querem dizer que acabou o cinismo. (DUTRA, 18 jun. 2013).

[3] A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em junho de 2013 era presidida pelo deputado evangélico pastor Marco Feliciano (PSC-SP).

[4] A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal era presidida pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), conhecido como o "rei da soja mato-grossense".

O deputado Edson Santos (PT-RJ) também foi um parlamentar que criticou a postura mídia brasileira.

> Eu fico feliz em ver instituições que se achavam donas da vontade e do pensamento do povo brasileiro sendo escurraçadas nestas manifestações. Basta ver, nos eventos em São Paulo, como as grandes emissoras de televisão foram tratadas pela nossa juventude. (BRAGA, 18 jun. de 2013).

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) se uniu o deputado Augusto Carvalho que já tinha feito a mesma crítica ao articulista Arnaldo Jabor ao utilizar da estratégia discursiva da imprensa de instauração do estereótipo discriminatório pejorativo do manifestante como vândalo e baderneiro.

> O movimento vive um momento importante. Alguns, inclusive, num primeiro momento, **criminalizaram-no** ou tentaram desmerecê-lo. E para mim foi simbólico demais o posicionamento do **jornalista Arnaldo Jabor**, que se adiantou rapidamente a dizer que aquele movimento tinha caráter **criminoso**, dizendo para os vários cidadãos brasileiros que o ouviam que aquele movimento se comparava inclusive ao movimento do **crime organizado**, e agora, sentindo a repercussão de uma fala que eu não digo que foi infeliz, porque ele a fez propositadamente, ele não a fez enganado, ele fez sabendo o que estava dizendo e o que estava defendendo, volta atrás. E volta atrás por um motivo simples: porque acena com as suas bandeiras conservadoras tentando fazer com que o movimento as traga para o centro do debate. Sr. **Arnaldo Jabor**, a sua posição não é a que vai fazer com que esse movimento, que é um movimento das ruas, transforme-se em um movimento do conservadorismo. (BRAGA, 18 jun. 2013, grifos meus).

Alguns parlamentares, que nunca se mostraram alinhados às reivindicações dos movimentos e às demandas sociais de qualquer tipo de manifestação pública ou protesto faziam o que eu chamo nesta dissertação de discurso de uso político, ovacionando a participação democrática nos protestos de 2013, certamente pelo contexto do clamor popular e em busca de conquista de simpatizantes e novos eleitores, pois 2014 era ano de disputa eleitoral. Em vários trechos deste capítulo utilizo a expressão uso político e considero oportuno esclarecer essa ideia.

O que caracteriza o discurso de uso político é que não é um discurso de convicção, é um discurso de conveniência, em busca de interesses imediatos e contextuais para agradar e se alinhar à sociedade e acompanhar o sentimento de êxtase coletivo das manifestações naquele momento, sem estar necessariamente comprometido com suas reivindicações. Digamos que o Plenário do Poder Legislativo, nesses dias dos protestos de junho de 2013 foi palco disputado em que muito se pode observar o discurso de uso político. Nesta mesma linha de atuação alguns defendiam os investimentos nos eventos esportivos, mas também surgiram denúncias além da repressão policial violenta contra os manifestantes que participavam dos protestos, como a do deputado Francisco Floriano (PR-RJ) que relatou que o Estado brasileiro estava a serviço da FIFA em detrimento do atendimento à população.

> Agora, veio a resposta, com essas manifestações nas grandes capitais. De norte a sul, de leste a oeste, o povo não aceita mais o abuso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque mais de 7 bilhões de reais foram gastos com arenas para a prática de esportes. É preciso que os Governos Federal, Estaduais e Municipais tenham consciência. Será que essas autoridades chegam a ter bom sono sabendo que, nos corredores dos hospitais, pessoas estão morrendo, sabendo que, aqui mesmo em Brasília, tiveram que dar alta a pacientes, porque a **FIFA** queria ter hospitais à sua disposição? Deram alta nos hospitais e cessaram as cirurgias por causa de futebol. (FLORIANO, 18 jun. 2013, grifo meu).

Na sessão deliberativa extraordinária, no início da noite do dia 18 de junho de 2013, às 19 horas, abrindo a fase da ordem do dia para votação de matérias legislativas, o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, André Vargas, assume a presidência da sessão, além de ser ovacionado e elogiado pelos seus "pares" com grande fluência verbal por cerca de duas horas, ele também saudou as manifestações, e também fez uso várias vezes da palavra vandalismo ao se referir aos protestos e à ocupação do gramado e da marquise do prédio do Congresso Nacional. Destacou a presença do secretario geral da mesa Mozart Vianna e do diretor geral da Câmara dos Deputados Sérgio Sampaio que, segundo seu relato, havia sido agredido por uma manifestante, o seu discurso foi longo e foi comentado por vários deputados.

Chama atenção que Vargas não relata que a manifestação era, tal como ocorreu no Rio de Janeiro, como a tentativa de ocupação do prédio da sede do Poder Legislativo estadual, Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), contra o parlamento e disse que não havia ocorrência de violência contra os protestos, sendo que relatos da imprensa afirmaram que a contenção demandou o disparo de bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta para conter a ocupação. Vargas elogiou a atuação da Polícia Militar do Distrito Federal afirmando que seus integrantes foram várias vezes provocados, mas contiveram a multidão no protesto em que não houve cenas de violência, defendeu a livre manifestação sem depredação, falou sobre o estranhamento pelas características difusas da manifestação e que não ia admitir vandalismo na "casa do povo".

> E ao mesmo tempo, é claro, saudamos o movimento democrático, cuja liderança nós ainda não fomos capazes de identificar, porque não está centrada numa pessoa, numa agenda apenas. Nós não podemos estigmatizar esse movimento, um movimento que começa, em alguma medida, pela questão da tarifa, mas passa também pela questão da participação, pela questão das demais políticas públicas, pelos questionamentos sobre matérias e comportamentos do Parlamento, mas também do Governo, do Executivo, e certamente poderia haver foco no Judiciário. Inclusive houve no Rio de Janeiro, manifestação contra veículos de comunicação que têm liderança do nosso País. Portanto, nenhum segmento da sociedade pode querer atribuir ao eventual desgaste do Parlamento brasileiro o fato de essas mobilizações terem ocorrido nesta Casa. Nós não vemos bandeiras, não vemos sindicatos, não vemos partidos políticos. Não se trata de manifestação contra o PT, porque ela acontece também em Estados governados pelo PSDB, pelo PSD, pelo PMDB. Mas é claro que nós temos de fazer um alerta, ao final da sessão, utilizando a audiência da TV Câmara neste horário nobre, no sentido de que precisamos preocupar-nos com os atos de **vandalismo**. Façamos então este alerta: que não haja manipulações e excessos como estão

> ocorrendo agora em São Paulo, forçando a Polícia a usar qualquer tipo de medida de força. No final, nós tivemos um saldo positivo, comparativamente àquilo que vivenciaram outras Capitais nas manifestações (VARGAS, 18 jun. 2013, grifo meu).

Brigas e bate boca pelo projeto da cura gay, críticas à imprensa, críticas à violência policial esse era o teor dos discursos no plenário no dia 18 de junho de 2013. A Câmara dos deputados fazia um *mea culpa*, parecia uma sessão de terapia onde expunha suas falhas: a votação excessiva de medidas provisórias que trancavam a pauta e o adiamento da votação de projetos como o do fim do voto secreto para a perda de mandato parlamentar, os royalties entre outras demandas das ruas.

O dia 19 de junho de 2013 foi de tranquilidade. A sessão ocorre, mas houve jogo, havia uma disposição de alguns parlamentares para prosseguir e que pediam a convocação da ordem do dia, e votação de matérias que estavam na pauta para votação em plenário, no entanto, mesmo no olho do furacão, com a multidão nas ruas cobrando eficiência do Congresso Nacional, nada ocorreu. Durante a semana de 17 a 21 de junho de 2013, não houve sessão deliberativa e ordem do dia na Câmara dos Deputados. Naquela quarta-feira 19 de junho de 2013, acontecia o jogo entre Brasil e México na Copa das Confederações em Fortaleza, Brasil. Alguns parlamentares foram à tribuna criticar a ação policial que reprimiu com violência a manifestação que ocorria na capital cearense durante o jogo da Copa das Confederações.

No dia 20 de junho de 2013, quinta-feira, havia a previsão de mais uma manifestação no Congresso Nacional, a insatisfação da sociedade era um dos temas mais abordados. Os discursos buscavam fazer um *mea culpa* da razão das manifestações e a falta da credibilidade das instituições públicas e políticas, o debate sobre a questão do vandalismo nos protestos continua a se fazer presente nos debates assim como os benefícios da Copa das Confederações e dos megaeventos esportivos.

Era notória a existência de várias linhas discursivas nos pronunciamentos em plenário: contra a repressão policial, a favor das manifestações "pacíficas", contra o vandalismo e de apoio às manifestações.

A sessão havia se iniciado às 14hs e se encerrou na Câmara dos Deputados às 16h42, enquanto as pessoas ainda se concentravam para seguir em direção ao Congresso Nacional. Como havia adiantado o meu trabalho consegui chegar a Goiânia no final da tarde para participar do protesto conforme havia combinado com as amigas, as encontrei assim que cheguei no mercado municipal. Por este motivo, não vi a manifestação do dia 20 em Brasília. As concentrações haviam sido marcadas de forma quase cronometrada às 16 horas em todas as cidades. Antes mesmo da multidão se concentrar em frente ao prédio, o deputado Chico Lopes

(PC do B- CE) foi à tribuna se manifestar contra a repressão policial e pela compreensão das manifestações.

> Não é com polícia, não é com repressão que vamos ter a solução. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de certo modo, quero dizer o que o meu partido pensa de uma maneira geral. E nós aqui começamos com a afirmação: A voz do povo deve ser atentamente escutada e respondida. As manifestações juvenis e populares que se ampliam e se estendem por todo o País têm um motivo — uma causa social. (LOPES, 20 jun. 2013).

No plenário o deputado Chico Alencar criticou a imprensa por estar citando os manifestantes como vândalos e a estratégia inicial de deslegitimar e criminalizar as manifestações, falou ainda do clima em que estava o plenário naquele dia e defendeu a realização de uma ampla Reforma Política. Solicitou a divulgação nos Anais da Câmara dos Deputados do texto do filósofo Wladimir Safatle, cujos trechos o parlamentar leu em plenário sobre a estratégia da Rede Globo de televisão durante a campanha das "Diretas já" no Brasil, que ainda na ditadura militar, fez uma manobra para omitir o real motivo da manifestação e noticiou a manifestação pelas "Diretas já" em sua grade de programação jornalística como a comemoração do aniversário da cidade de São Paulo.

> Diante dessas manifestações todas, considero que o número que está se excedendo é pequeno. **E a imprensa está citando muito as pessoas que agem dessa forma. Acredito que a tendência é que essas pessoas deixem de se infiltrar e ter essa atitude, porque o povo brasileiro, a sociedade brasileira não aceita esse tipo de manifestação**. Imprensa está citando muito o vandalismo e é pequeno perto do número de gente na rua - Agradeço muito ao Presidente, ao Deputado Paulão, e parabenizo os Deputados que estão aqui, neste dia em que alguns estavam temerosos, ou estão ainda, por fazermos normalmente uma Sessão Ordinária de Debates, a despeito de estarmos em sintonia com o que as ruas clamam. **As marchas dos mil desejos, uma garotada inclusive vindo pela primeira vez às ruas, tudo isso é muito alvissareiro. Questiona a nós, do Legislativo, a estrutura de sistema de poder da qual fazemos parte, que tem que ser repensada com muita profundidade, para não ser mais o espaço da negociata, da demagogia, da mentira, do irrealizável, que acaba se realizando, e do irrevogável, como o novo preço das passagens, que acaba de ser revogado pela pressão das ruas. A mídia grande, inicialmente, apoiou a criminalização dos movimentos, mas agora, ao perceber que essa estratégia não vinha sendo capaz de contê-lo, aposta em outra linha de ação: manifesta alguma simpatia pelos atos de massa, enquanto busca orientá-los, cindi-los e pautar sua agenda. Sua preocupação parece ser evitar que assumam uma feição radical ou fortaleçam referências de esquerda. Nada garante, porém, que ela terá sucesso nisso; a situação está em aberto, e a instauração dessa reabertura do espaço público à participação popular questionadora é o que há de mais positivo nas manifestações.** Sr. Presidente, **aproveito para registrar nos Anais da Casa texto publicado pelo Prof. Vladimir Safatle na Folha de S.Paulo (18/06/2013), na última terça-feira: "Proposta Concreta Há várias maneiras de esconder uma grande manifestação. Você pode fazer como a Rede Globo e esconder uma passeata a favor das Diretas-Já, afirmando que a população nas ruas está lá para, na verdade, comemorar o aniversário da cidade de São Paulo. Mas você pode transformar manifestações em uma sucessão de belas fotos de jovens que querem simplesmente o "direito de se manifestar".** (ALENCAR, 20 jun. 2013, grifos meus).

Ainda na sessão do dia 20 de junho de 2013 o deputado Lincoln Portela (Bloco da Minoria /PR-MG) anunciou que o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves chegaria diretamente da Rússia para Brasília para acompanhar a manifestação.

> O Presidente Henrique Eduardo Alves estava em missão oficial na Rússia e está voltando agora, está pousando às 17 horas no aeroporto de Brasília, e está vindo para esta Casa para dizer aos manifestantes, à imprensa, ao Brasil: nós estamos abertos ao debate, nós estamos abertos para ouvir, e queremos mudança. Precisamos de mudança, sim. Já não aguentamos mais viver da forma como estamos vivendo. E precisamos ouvir as manifestações, o grito das ruas, o grito do coração do povo brasileiro, que vive neste estado, neste estado de desrespeito, neste estado de crise. Precisamos mudar! (PORTELA, 20 jun. de 2013).

Os deputados pararam os seus trabalhos antes mesmo da manifestação se concentrar na porta do prédio do Congresso Nacional. O conflito entre a repressão e os manifestantes durante a tentativa de ocupação do prédio do Congresso Nacional deixaram 137 pessoas feridas e três em estado grave. Houve a detenção de três pessoas pela ocupação do Palácio do Itamaraty.

No dia 21 de junho de 2013, sexta-feira, os deputados falaram sobre as manifestações no Plenário, mas não mencionam de forma direta que a multidão buscava ocupar o prédio do Congresso Nacional e que foi desviada para a lateral quando ocorreu a ocupação do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações internacionais. Nos discursos surge a questão do vandalismo. O deputado Domingos Dutra (PT-MA) criticou que o plenário da Câmara dos Deputados estivesse encerrado suas atividades e faz uma proposta da agenda que os protestos exigiam do Poder Legislativo, principalmente nas manifestações que aconteceram em frente ao Congresso Nacional.

> Sr. Presidente, Deputado Izalci, Deputado Onofre Santo Agostini, eu venho a esta tribuna, nesta manhã de sexta-feira, após as gigantescas manifestações de ontem, oferecer algumas sugestões, embora não seja líder de nada aqui — e V.Exas. sabem que este Parlamento funciona em um esquema de líderes. Infelizmente, enquanto o Brasil pegava fogo lá fora, a Câmara Federal estava fechada. Eu tive que me agasalhar no Senado Federal, assistindo ali aos Senadores Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim se revezarem na tribuna. Eu queria sugerir aqui algumas ideias que acho fundamentais para a gente salvar a Nação. Não é hora de pensar em eleição. É hora de a gente pensar na Nação brasileira. Em primeiro lugar, acho que o Presidente Henrique Eduardo Alves, se não voltou da Rússia, deveria pegar o jato mais veloz possível e voltar para cá, para tomar atitudes. Chega de lero-lero! As ruas estão falando! As ruas estão dizendo o que a população brasileira quer. Portanto, eu acho que o Presidente Henrique Eduardo Alves deveria anunciar o sepultamento da PEC 37. A população está dizendo: "Não queremos a PEC 37. Nós queremos que o Ministério Público funcione". O Presidente Henrique Eduardo Alves deveria dizer: "Vamos retirar de pauta, de uma vez por todas, a Emenda Constitucional nº 215". Afinal de contas, esse movimento começou quando os indígenas ocuparam este plenário. O Presidente Henrique Eduardo Alves deveria anunciar a reformulação da Comissão de Direitos Humanos. Mais de 1 milhão de pessoas disseram: "Não queremos o Feliciano na Presidência da Comissão de Direitos Humanos". E ficou por isso mesmo. O Presidente Henrique Eduardo Alves deveria dizer: "Vou botar na pauta os projetos mais importantes de combate à corrupção". Acho que essas quatro medidas já seriam um alento para a população. (DUTRA, 21 jun. 2013).

Os deputados de oposição se aproveitaram para fazer uso político, ou seja, utilizar os protestos como ferramenta conveniente de munição política contra o governo da presidente Dilma Rousseff, como nos outros dias e como relatei em outros exemplos, propondo a exemplo do deputado Izalci (PSDB-DF) a criação de uma CPI pra investigar a aplicação dos investimentos da Copa do Mundo.

> Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero pedir o apoio de todos os Parlamentares, pois estou começando agora a coletar as assinaturas para a criação da CPI da Copa. Tenho certeza de que a adesão será maciça, em função do que está acontecendo, das denúncias que estamos fazendo aqui há muito tempo. No jornal de hoje está o relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu, por diversas vezes, questionei aqui a incompetência — no primeiro momento, achei que era questão de incompetência — do Governo local por não ter recorrido ao BNDES para utilizar os 400 milhões que foram disponibilizados para todas as cidades-sede da Copa. (IZALCI, 21 de jun. de 2013).

O deputado Ronaldo Fonseca (Bloco da Minoria/PR-DF) falou em plenário sobre a satisfação das pessoas em participar das manifestações, que a Câmara dos Deputados já sabia o que era reivindicado pela sociedade e que não adiantava mais só falar que apoiava as manifestações era necessário que o apoio não se restringisse apenas ao apoio verbal e de forma ativa o Congresso Nacional atendesse e entendesse a frustação da população com as instituições públicas e políticas que incluía também a Câmara dos Deputados.

> Embora haja muitos jovens, o que é bom, há também pessoas de idade ali, idosas, que estão indo para as ruas de forma satisfeita. Dá para ver nos olhos dessas pessoas a satisfação de estar na rua, com liberdade, para gritar, para reivindicar, para desabafar as suas frustrações no que diz respeito ao nosso País. A frustração do povo nas ruas está voltada também para esta Casa, para o Congresso Nacional, para nós políticos. Não adianta ficarmos com esta conversinha: "Precisamos ouvir a voz das ruas. É isso aí. Eu apoio a manifestação". Tudo bem. Qual político, hoje, que tenha juízo, vai dizer que não apoia as manifestações? Há algum político aí, com juízo, que vai dizer que não as apoia? É claro que apoia. Agora, não basta dizer que apoia. Vamos fazer o dever de casa, minha gente! Nós temos que fazer o dever de casa! Os governantes, o Poder Executivo e o Poder Legislativo precisam fazer o dever de casa! Nós não podemos ficar legislando aqui apenas para agradar ao Palácio do Planalto. É o que acontece nesta Casa. Medidas provisórias, uma atrás da outra, uma atrás da outra, uma atrás da outra. E eu já disse desta tribuna que não me sinto representante do povo, lamentavelmente. Sinto-me representante de um partido político. É o que acontece nesta Casa. (FONSECA, 21 de jun. de 2013).

A deputada Erika Kokay (PT-DF) deu ênfase à utilização da palavra bardeneiro e vândalo utilizada pela mídia para estereotipar de forma discriminatória e pejorativa os manifestantes, mencionou a ocupação do Palácio do Itamaraty sem mencionar que a ocupação desejada era a do prédio do Congresso Nacional em seu discurso, repudiou a ocupação forçada dos manifestantes dos prédios públicos, mas disse que as ruas traziam um recado claro repetindo por várias vezes a frase "não me representa", assim era a interpretação que ela fazia dos protestos.

> A Constituição brasileira diz "que todo poder emana do povo e em nome dele deverá ser exercido." Portanto, o que vemos neste movimento, num primeiro aspecto, é o sentimento de que as instituições não representam o povo brasileiro. É um movimento que se consolida nesta frase: "Não me representa", que ouvimos tantas vezes aqui na luta contra o arrancar do povo brasileiro da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. "Não me representa". Como se as instituições não representassem o povo brasileiro. Esse movimento de depredar significa, dentre outras coisas, que não há diálogo, que não há um processo de pautas concretas, para que possamos colocá-las à mesa de negociação e para que possamos transformar este País ou mudar o cotidiano ainda tão sofrido. Um movimento, que é belíssimo, um movimento que não é de vândalos, porque não temos 300 mil vândalos, não temos mais de 1 milhão de pessoas nas ruas e dizemos que esse movimento é de vândalos. Mas é preciso coibir as expressões que desqualificam as próprias reivindicações. (KOKAY, 21 jun. 2013).

3.2 -"Essa é uma bofetada em nós do tamanho que nós merecemos!"

O Senado Federal dentro da estrutura do Poder Legislativo Federal é considerada a esfera mais conservadora, os parlamentares eleitos têm uma maior idade mais de 35 anos e uma experiência institucional anterior e são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário e não proporcional como a Câmara dos Deputados. O que significa dizer de forma resumida que na disputa a uma vaga para o Senado Federal o voto é computado diretamente ao candidato, não incidindo sobre a disputa a proporcionalidade partidária ou da coligação (ou seja o coeficiente eleitoral) na determinação da ocupação das vagas parlamentares.

Cumpre necessário ressaltar, que, se diante da pressão das manifestações populares, a Câmara dos Deputados apresentou-se de forma ambígua, ora com *mea culpa*, ora reconhecendo a sua fragilidade democrática, criticando as falhas do Poder Legislativo ao debater os projetos de interesse da sociedade manifestados nos anseios das ruas e muitos deputados inclusive preferiram se abster deste reconhecimento e optaram pela opção de fazer críticas ao Poder Executivo. Contudo mesmo sendo o alvo preferido da ocupação, até pela sua posição estratégica no plano do prédio do Congresso Nacional, os integrantes não mencionaram de forma direta a tentativa de ocupação Câmara dos Deputados.

No Senado os parlamentares agiram de forma mais crítica, foram mais enfáticos, reconhecendo a inoperância das instituições e do parlamento. A frase que dá nome a este capítulo é trecho de um discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fez críticas ao engessamento e inoperância do Congresso Nacional e a falta credibilidade das instituições do Estado. Também Cristovam Buarque (PDT em 2013- atual PPS- DF) que deu ênfase em seus discursos que a manifestação era uma das únicas que se tem registro na história da República

brasileira contra o Poder Legislativo e atuou como advogado das manifestações populares e suas ações de revolta popular contra o poder e o Estado.

Em junho de 2013, o presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional era o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) foi reconduzido ao cargo em 2015, por eleição direta pelos senadores. A trajetória política de Renan Calheiros tem mais de duas décadas, foi deputado estadual, deputado federal por dois mandatos; assessor de Fernando Collor; Ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso e estava em seu terceiro mandato no Senado Federal. Renan Calheiros renunciou a presidência do senado em 2007, por denúncia de que um lobista pagava pensão de uma filha fora do casamento com a jornalista Mônica Veloso com recursos de propina. Com trânsito nos circulos do poder, apesar das denúncias não perdeu o mandato por quebra de decoro parlamentar, as ocorrências que ligavam o senador à prática de corrupção e os processos foram arquivados.

Em 21 de março de 2016, o Supremo Tribunal Federal instalou 3 novos inquéritos contra Renan Calheiros para apurar denúncias em envolvimento na Operação Lavajato. Dono de um capital político e de grande influência e domínio em sua terra natal, no Congresso Nacional vem se revezando no cargo da presidência do Senado e também elegeu o filho Renan Filho a deputado federal.

No dia da ocupação da marquise do Congresso Nacional o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, também estava ausente, se encontrava em São Paulo. Entre os dias 17 a 21 de junho de 2013, houve sessões todos os dias, foram votadas 13 matérias legislativas e no dia 20 de junho, em que a multidão se encaminhava para o Congresso Nacional a sessão no plenário do Senado Federal só terminou a 00:14, enquanto na Câmara dos Deputados a semana foi somente de debates não havendo ordem do dia e votações deliberativas. Algumas ausências significativas serão discutidas adiante.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) que não se reelegeu e era um dos parlamentares mais antigos do Poder Legislativo fez um extenso discurso, dando o início a um longo debate sobre as manifestações no plenário no dia 20 de junho de 2013.

> Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje, está prevista uma nova reunião do povo na rua. Faz anos, Sr. Presidente, que a gente vem dizendo e repetindo: desta Casa não sai nada; ali do lado, ali do Executivo, menos ainda; e até ontem, do Supremo Tribunal, menos ainda. Dizíamos sempre que era fundamental que o povo saísse às ruas. Eu confio na hora em que nós estamos vivendo. Em primeiro lugar, é uma bofetada em nós todos, do tamanho que merecemos. Aprovamos a Ficha Limpa. A Ficha Limpa deu características completamente novas à eleição que passou. (Aplausos generalizados). Reúne-se a Câmara dos Deputados, e querem derrubar a Ficha Limpa – querem acabar com a Ficha Limpa! Mas o que é isso? Mas como se pode entender a tão fraca reação, o tão fraco sentimento de responsabilidade de um Parlamento que,

> com base numa tese que foi aprovada e que deu resultados, que já provou resultados, em vez de partir para melhorar, para avançar... Não, a emenda que vai para o Congresso é para acabar com a Ficha Limpa. Repeti aqui, muitas vezes, que a aliança de partidos, com o troca-troca, era a desgraça do Governo e do povo. As artimanhas de aliar os partidos em troca de ministérios, em troca de favores, de se identificar com o Congresso Nacional em troca de emendas – "Eu te dou essa emenda e tu votas esse projeto" – não iam dar bem, iam terminar mal. Mas o que o Governo fez foi isso. Esse movimento, eu digo, meus irmãos, eu há muito esperava. Eu esperava que isso acontecesse, e como está acontecendo: sem partido, sem bandeira, sem ninguém. São eles, os jovens. (SIMON, 20 jun. 2013).

O senador Pedro Taques (PDT em 2013, atual PSDB-MT, eleito governador do Estado do Mato Grosso) fez duas intervenções uma questionando o presidente da sessão sobre como o Senado ia proceder durante as manifestações, atitude que nenhum parlamentar fez na Câmara dos Deputados. "Só uma pergunta, as manifestações vão começar daqui a 30 a 40 minutos aí fora. Nós vamos fechar esta casa? Vamos encerrar esta sessão?" (TAQUES, 20 de jun. de 2013).

O questionamento foi respondido pelo presidente em exercício da sessão Paulo Paim (PT-RS): "Eu posso responder no exercício da presidência que nós ficaremos aqui durante toda a noite se necessário for enquanto houver manifestação". (PAIM 20 de jun. de 2013).

A característica apartidária, em que os protestos rejeitavam a identificação com os partidos eleitorais, foi relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que foi até a rampa ver o protesto e queria falar com os manifestantes, mas foi aconselhado a não se aproximar.

> Mas esse movimento tem uma repercussão, hoje, formidável. Nós ainda não sabemos inteiramente como será o nosso diálogo com essas pessoas. Na segunda-feira, quando fizeram o primeiro cerco ao Congresso Nacional, estávamos aqui eu, Paulo Paim e Inácio Arruda. Depois, chegou aqui Rodrigo Rollemberg. E nós até nos dirigimos à Chapelaria, diante da rampa, que estava inteiramente tomada, e a direção do Senado e os responsáveis pela segurança nos recomendaram: É melhor não sair lá fora, porque não sabemos o que é que vai acontecer com qualquer Senador, por mais querido que ele seja ou que pareça ter afinidade com eles, porque, de repente, pode surgir um incidente. (SUPLICY, 20 jun. 2013).

O senador Cristovam Buarque fez vários discursos nesse período disse: "Eu estou aqui protegido pela polícia, isso é muito contrangedor. Mesmo nos piores momentos das revoluções pelo mundo fazia-se manifestações contra o Poder Executivo nunca contra o Poder Legislativo nem judiciário. Onde é que nós erramos?"

Cristovam Buarque durante o uso palavra na sessão rebateu críticas sobre como os protestos eram nomeados de vandalismo, o fato é que sem criticar a imprensa ou nenhuma personalidade política diretamente ele fez de suas as palavras a de muitas pessoas que naqueles dias de junho de 2013 procuravam participar de uma mobilização apartidária que

tinha como objetivo questionar a eficiência das instituições e o sistema político e partidário. O senador tipifica vandalismo como a violência do Estado pela sua ineficiência de atender as demandas da sociedade e oferecer serviços de qualidade à população e até chama de vandalismo o descaso da classe política com as manifestações populares.

> Eu tenho escutado muito, Senador Paim, a ideia do vandalismo. Como eu disse aqui mais cedo, queimar um ônibus é um vandalismo de pessoas. Mas o sistema público de transporte no Brasil é um vandalismo ainda maior contra milhões de pessoas, milhões de pessoas que são vandalizadas no tempo roubado numa parada de ônibus desconfortável, no tempo perdido dentro de um ônibus apertado. Isso é vandalismo. Nós somos vândalos neste País. Os hospitais públicos do Brasil vandalizam os doentes, vandalizam os recém-nascidos pobres. Nossos hospitais são administrados pelo vandalismo que tomou conta do País. E aí nós descobrimos o vandalismo de alguns que quebram a vidraça de um prédio, mas não percebemos o vandalismo de prioridades da política que condenam milhões a um sistema de transporte depredado, a uma saúde que não é satisfatória, a uma educação sem qualidade. Vamos, sim, criticar os meninos que quebram vidros, mas vamos nos perguntar onde nós erramos para que eles quebrem vidros. E a resposta a isso é porque não demos a eles aquilo de que precisam, aquilo que querem. Quantos brasileiros veem o Congresso como uma coisa deles? Quantos brasileiros veem o prédio do Itamaraty como uma coisa deles? Não veem. E aí eles cometem esses atos que, não há dúvida, têm um lado de barbarismo. Mas que menos dúvida ainda que haja, tem que haver uma causa da barbaridade deles. E essa causa vem de nós, vem dos nossos erros. Perguntemo-nos onde nós erramos, senão a gente não vai conseguir parar o vandalismo desses vândalos menores e o vandalismo maior de toda a política social brasileira. Eu quero começar dizendo um grande nome do País que pudesse, neste momento, encarnar. Senador Paim, nós hoje estamos tão carentes que só tem um nome, no Brasil, que poderia fazer este papel: Joseph Blatter, o Presidente da FIFA. Ele é o único que tem autoridade hoje para chegar e mandar na Presidenta Dilma, controlar o Brasil e pôr ordem nas coisas. A FIFA manda na gente hoje. Tudo é feito em função da Copa. Fala-se em violência dessa meninada lá fora. Gente, violência é aquilo contra o que eles lutam. Violência é o transporte público do Brasil, que deixa um pai de família, uma mãe de família, uma hora esperando um ônibus; três horas no trajeto para casa todos os dias. Isso que é violência! Violência é uma escola onde a criança não tem uma cadeira para sentar, ou tem uma cadeira desconfortável, e estuda num quadro-negro, o que ninguém mais aceita hoje. Violência é uma mãe com uma criança num colo numa fila para ser atendida, porque a criança está doente. Isso é violência! Nós não temos jovens violentos, nós temos um sistema violento. E quando se fala em vandalismo, o vandalismo de quebrar uma vidraça, que não devemos recomendar nem aceitar, é muito menor do que o que se faz contra a vida dos brasileiros, morrendo criança por falta de UTI. Isso é vandalismo! Estão morrendo, até na Capital da República, crianças por falta de UTI, porque o dinheiro foi para construir um estádio de R$1,6 bilhão, onde só vai entrar quem pagar R$300,00, R$150,00, na menor tarifa. A violência não é da meninada na rua, a violência é do sistema que temos há 500 anos neste Brasil e que os últimos 20 não romperam. Se concluir mais, eu diria que violência é o Senado vazio numa hora como esta. (BUARQUE, 20 jun. 2013).

No capítulo 1 relatei as cinco causas dos protestos publicadas pelo grupo Anonimous em reação às críticas da mídia às pautas difusas das manifestações públicas de junho de 2013. O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) em discurso no plenário menciona as cinco causas e relata suas impressões sobre as manifestações em frente ao Congresso Nacional.

> Presidente, acabei de vir de lá, do outro lado. Fui acompanhar a manifestação. O que eu vi foi essa geração dos últimos 20 anos, uma meninada – a média de idade é abaixo de 20 anos –, todos empunhando bandeiras. Enganam-se aqueles que pensam não há manifestação politizada ali do lado de fora. Há bandeiras, inclusive que nós

> não temos escutado aqui dentro. Eu vi vários cartazes da juventude, faixas contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 37. Eu vi uma identidade com as causas que anunciaram publicamente hoje, as chamadas cinco causas. (RODRIGUES, 20 jun. 2013).

Cabe ressaltar que o senador Randolfe Rodrigues menciona em sua fala "acabei de vir de lá do outro lado", há de se notar que o argumento que intitula essa pesquisa não é só uma percepção antropológica e minha como pesquisadora, que dá título a esta dissertação: é também uma percepção reconhecida da separação pelos dois grupos sociais que ocupam tanto o lado de dentro quanto o lado de fora do prédio do Congresso Nacional. Segregação de espaço realçada pelo espelho d'água do Congresso Nacional que além de barreira de contenção, simula o estético e se apresenta como elemento da organização simbólica do prédio do Congresso Nacional e que separa o espaço do exercício do poder e o espaço da sociedade, dois grupos de padrões de comportamento e aspirações distintas.

O senador Paulo Paim (PT-RS) que presidiu a sessão desde às 14 horas da tarde, pediu para ser substituído e falou sobre os protestos.

> Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta sessão, Senador Pedro Taques, Senador Pedro Simon, comecei presidindo a sessão às 14 horas e tive a felicidade de ouvir todos durante este dia. Para mim, Senador Rollemberg, o mais produtivo que fica deste momento histórico que nós estamos vivendo é que esse movimento não é contra ninguém, esse movimento é a favor de ideias, é a favor de causas. Esse movimento, Senador Pedro Simon, não é contra o seu PMDB, não é contra o PT, não é contra o PSB, não é contra o PDT. Ele pode ser contra os políticos, mas não personaliza esse ou aquele partido. Esse movimento nasce principalmente da juventude brasileira. E se enganam quando dizem que ele não tem pauta nem proposta. Há pauta, sim; há proposta. Quando falam dos R$0,20 do transporte, é claro que eles querem é qualidade no transporte. Todos nós sabemos disso.É claro que, quando se diz que não há pauta, eles querem mais investimento na saúde. E nós, aqui, acabamos não votando. Quando dizem que eles não têm pauta, eles querem mais investimento na educação. Quando dizem que eles não têm pauta, todo mundo sabe que, em qualquer pesquisa, a violência entra entre os três: saúde, educação e violência. (PAIM, 20 de jun. de 2013).

O cinismo como categoria de análise, "mentira disfarçada de verdade", como conceitua Slavoj Zizek, assim como o uso político das manifestações de junho de 2013, também estive presente no conteúdo dos discursos no plenário do senado, sendo manifestado de forma mais marcante no discurso do ex-Presidente da República e ex-presidente do Congresso Nacional José Sarney (PMDB-AP) que chegou a perguntar qual seria o motivo de tanta revolta, considerando que a sociedade não teria motivos para se manifestar contra nada e ninguém. "Que a população responde que está feliz com o país, então eu pergunto a nós, porque então essa grande insatisfação tão grande que explode no momento atual". (SARNEY, em filme *Junho*).

Outro exemplo do comportamento dissimulado e cínico dos representantes das instituições públicas foi a atuação do presidente do senado, Renan Calheiros que durante o período mais tenso das manifestações de junho de 2013, presidiu a sessão poucas vezes e quase não se pronunciou sobre o assunto, lendo de forma automática uma nota escrita talvez por algum assessor, com as seguintes considerações. "O Congresso Nacional reconhece a legitimidade das manifestações democráticas como as havidas hoje. Pessoalmente dei ordens à polícia legislativa para não reprimir a manifestação popular". (Calheiros, em filme *Junho*).

No filme *Junho* sobre os protestos de 2013, uma das fontes de material audiovisual que utilizei na pesquisa, após a cena de Renan Calheiros dizendo essas palavras no plenário do senado, surgem cenas da ação policial contra os manifestantes que queriam ocupar o prédio do Congresso Nacional, que terminou na ocupação do Palácio do Itamaraty e como já mencionei várias pessoas ficaram feridas. Talvez faltou a Calheiros esclarecer que a repressão e determinação de não deixar a multidão ocupar a marquise do Congresso Nacional caberia não à polícia legislativa, mas a polícia militar do Distrito Federal.



Fotografia 34 Cena do filme Junho desmente afirmação do Presidente do Congresso Nacional, 20 de junho de 2013 Fonte: Filme *Junho*, 54:44

O filósofo Wladimir Safatle em depoimento à *Tv Folha*, que foi inserido no filme *Junho* (51':51"), afirma que durante os protestos de junho de 2013 aconteceu um momento único e sem precedentes na história política do Brasil, ao qual também que já me referi, em que há uma ampla manifestação popular que é nitidamente contra o Poder Legislativo. Os manifestantes tinham como objetivo ocupar o Congresso Nacional, o que é um ato simbólico significativo, que já havia ocorrido no dia 17 de junho de 2013, de enfretamento e de relação de poder contra a instituição do Poder Legislativo. No dia 20 de junho de 2013, no entanto, as ações de controle para não permitir que os manifestantes passassem do espelho d'água do

gramado em frente ao Congresso Nacional e não ocupassem novamente a marquise do prédio, fez com que a manifestação fosse dispersada para a lateral do prédio.

> "Eu não lembro em nenhuma situação da história brasileira onde você tem uma grande massa de pessoas que vão em direção ao Congresso Nacional para quebrar o Congresso Nacional e a polícia não consegue fazer mais nada a não ser desviar a massa pro outro lado para que elas taquem fogo em outra coisa, então tacaram fogo no Palácio do Itaramaty". (Filme *Junho*, 51:51).

O senado federal teve seus dias influenciados pela ação coletiva, é possível considerar que o reflexo dos protestos de junho de 2013 no senado foi momentaneamente amplo. Nesse momento de eferscência social, o fato de algumas personalidades políticas se ausentarem do debate por sua característica peculiar de militância em protesto ou por seu posicionamento e aspiração política não pode deixar de ser relatado nesta pesquisa.

Chama atenção quando ao buscar os pronunciamentos em plenário sobre os protestos de junho, com o objetivo de conhecer o discurso oficial da instituição, percebi a ausência de figuras emblemáticas da política nacional. Como por exemplo, o silêncio do ex-presidente da UNE e líder carapintada dos protestos pelo impeachmeant de Fernando Collor de Melo em 1992, senador Lindbergh Farias. Se em 1992 era um líder de protesto, em 2013, o parlamentar sequer foi a tribuna mencionar a ocorrência das manifestações de rua. Farias fez um encaminhamento de votação no dia 05 de junho e somente fez outra fala em plenário quase um mês depois no dia 2 de julho em um pronunciamento sobre um projeto de lei complementar. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/parlamentar/3695/2013/2>. Acesso em: jun.2014.

Outra ausência em plenário e nos debates sobre as manifestações públicas que causa estranhamento e deve ser considerada é a do senador Aécio Neves (PSDB-MG) cuja candidatura à presidência da República em 2014 já era dada como certa e que se confirmou. O pré-candidato peessedebista não realizou nenhum pronunciamento sobre as manifestações populares, sua ausência e silêncio no plenário foram de exatos vinte dias.

O candidato que foi derrotado nas urnas em 2014, não fez nenhum pronunciamento durante a semana em que os protestos se intensificaram. Para Neves, a impressão é que as manifestações populares sequer ocorreram, porque foram totalmente ignoradas por um pré-candidato que, supostamente, estaria em pré-campanha. Nem foi de seu interesse usar a palavra para fazer uso político do protesto em favor de sua candidatura, atuação seria de se esperar de um oponente político, aparentando total desinteresse do senador Aécio Neves sobre o que acontece no âmbito social e político no país, sendo somente como se somente fosse de seu interesse a disputa do cargo eletivo e o poder. O seu último pronunciamento em plenário foi no

dia 26 de maio de 2013. No dia 5 de junho de 2013 o senador fez uma fala em que apresentou um encaminhamento de votação. Só voltou a realizar pronunciamento em plenário no dia 25 de junho de 2013, intitulado "Apresentação ao Governo Federal de diversas propostas para lidar com as questões enfrentadas pelo país".

Pronunciamentos de Aécio Neves em 2013

Ver outro ano

Data do Pronunciamento	Tipo do Pronunciamento	Casa	Partido/UF	Resumo do Pronunciamento
25/06/2013	Pronunciamento	Senado Federal	PSDB/MG	Apresentação ao Governo Federal de diversas propostas para lidar com as questões enfrentadas pelo País.
05/06/2013	Encaminhamento de Votação	Senado Federal	PSDB/MG	Referente ao Parecer n. 463, de 2013, da CCJ, sobre a Mensagem n. 42, de 2013.
28/05/2013	Pela Ordem	Senado Federal	PSDB/MG	
28/05/2013	Pronunciamento	Senado Federal	PSDB/MG	
16/05/2013	Pronunciamento	Senado Federal	PSDB/MG	Considerações sobre a tramitação de medidas provisórias no Congresso Nacional; e outro assunto.
14/05/2013	Pela Ordem	Senado Federal	PSDB/MG	Defende a necessidade de aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC referente à regulamentação da tramitação das medidas provisórias, e outro assunto.
24/04/2013	Pela Ordem	Senado Federal	PSDB/MG	Crítica ao projeto de lei que impõe regras à criação de novos partidos políticos.
24/04/2013	Pela Ordem	Senado Federal	PSDB/MG	Crítica à aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei

Fonte: Senado Federal

O senador Aluísio Nunes Ferreira (PSDB-SP), vice-presidente na candidatura de Aécio Neves em 2014, foi a voz dos peessedebistas em 2013 durante os protestos no senado, foi à tribuna no dia 26 de junho e fazendo uso político dos protestos, utilizando as manifestações públicas apartidárias como munição política da oposição contra o governo criticando a presidente da república, tendo em vista a disputa eleitoral de 2014.

> Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, creio que nunca nenhuma expressão foi repetida com mais frequência na história deste País do que "a voz das ruas", que tenho ouvido no Senado nos últimos dias. Presidência da República parece que ouviu outra linguagem. Ela entendeu que aquilo que os manifestantes pediam era um plebiscito sobre reforma política e que é disso que a Nação necessita hoje. É claro que ela entendeu aquilo que era objeto das manifestações, apenas ela quis, ao lançar o tema do plebiscito, desviar a atenção da opinião pública, do povo, do mundo político para o fracasso do seu Governo e resolver a maior parte dessas questões. Apenas isso. Ela reuniu governadores e prefeitos de capitais e, ao final dessa reunião, fez uma espécie de homilia em favor de pactos: Pacto da Mobilidade, Pacto da Transparência, Pacto da Educação, Pacto da Saúde. (NUNES, 27 de jun. 2013).

A leitura destes trechos de discursos parlamentares é monótona, e sua utilização como material de uma pesquisa etnográfica e antropológica pode até ser questionada. No entanto, esse foi o recorte escolhido juntamente com meu orientador Roberto Lima para que pudéssemos empreender a visão do Congresso Nacional sobre os protestos de junho de 2013. A intenção é observar, por meio da construção dos discursos, as relações de poder, os conflitos, a in-

teração e os processos de diferenciação entre os dois lados do espelho: a sociedade e seus representantes no Congresso Nacional.

O conceito de cismogênese desenvolvido pelo antropólogo Gregory Bateson, a partir de estudo do ritual do Naven do povo Iatmul, e que foi inicialmente construído a partir de fatos observados em comunidades europeias, é interessante para refletir sobre as relações entre os dois grupos sociais: manifestantes e parlamentares; e sobre a própria dinâmica do poder Legislativo Federal no contexto dos protestos de junho de 2013. "Definirei cismogênese como um processo de diferenciação nas normas de comportamento individual, resultante da interação cumulativa dos indivíduos" (BATESON, 2008, p. 223).

No caso dos protestos de junho de 2013, a cismogênse, ou seja, o processo de diferenciação, intensifica-se e pode ser observado a partir do momento que 10 mil pessoas vão ao Congresso Nacional e tentam ocupar o prédio da instituição. A cismogênese deriva, portanto, da interação que ocorre entre os padrões de comportamento dos atores sociais. No âmbito da cismogênese, segundo teoriza Bateson, ocorrem dois processos de relações sociais, duas categorias de cismogênese, que derivam das diferenças de comportamento de indivíduos nos grupos sociais, a partir do tipo de interação, que ele classifica como processos de relações simétricas e complementares. As relações se estabelecem a partir do processo de interação em que há uma reação à ação do outro, ou seja, a cismogênese, dessa forma, pode ser compreendida pela cadeia de reações decorrentes da interação em que ocorrem sequências de relações e diferenças do comportamento dos sujeitos envolvidos.

As relações e diferenças entre o Congresso Nacional e a sociedade, entre os dois lados do espelho, como propõe o título desta pesquisa, podem ser compreendidas, no contexto dos protestos de junho de 2013, como uma cismogênese complementar, pois as ações tanto do Congresso Nacional no processo de interação em reação as manifestações públicas, é uma relação entre grupos de indivíduos de padrões de comportamentos diferentes, com opiniões e objetivos ambivalentes, onde há um posicionamento hierárquico e uma relação de submissão entre os indivíduos, ou seja, uma diferenciação de extratos sociais ou classes.

O espelho d'água do gramado do Congresso Nacional, demarca uma segregação de espaço e separa dois grupos de padrões de comportamento distintos, mas um, não existe sem o outro. Os representantes legislativos só existem e se legitimam pelos atores sociais que participam da política representativa e aprovam seu discurso de poder, por meio do voto popular. No contexto da relação de poder e de interação que se estabelece é que ocorre a cismogênese, que tento fazer visível a partir dos discursos apresentados, resgatando o argumento de Gregory Bateson que o conceito pode ser aplicado ao contexto das relações políticas.

> Essas vastas e confusas cismogêneses são exercitadas em circunstâncias tão complicadas que dificilmente será possível estudá-las. Mas talvez valha a pena observar em que medida os políticos, em suas políticas, estão reagindo às reações de seus oponentes e em que medida estão prestando atenção à condições que supostamente estão tentando ajustar. Pode ser que, quando os processos de cismogênese tiverem sido estudados em outros campos, mais simples, as conclusões desse estudo se mostrem aplicáveis no âmbito da política (IDEM, 231).

Em sua argumentação elaborada em 1936, o antropólogo analisa um momento de conflito político na Europa para sugerir a utilização do conceito de cismogênse em estudos sobre as relações de poder e política. Esses processos complementares ou simétricos que são a reação à ação de sujeitos de grupos hierarquizados ou similares têm grande significado psicológico e social, fato que faz com que a cismogênese atue diretamente na moldagem, condicionamento e instrução dos sujeitos. No âmbito de análise da cismogênese está a reação dos indivíduos frente a outros. Portanto, ocorrem na abordagem, teor e construção retórica dos discursos parlamentares processos e reações aos protestos de junho de 2013 que podem ser descritos como cismogênese.

Dessa forma, o conceito de cismogênese complementar contribui tanto para a compreensão das relações de poder que se estabeleceram entre a ação de repressão e da construção discriminatória da representação do sujeito manifestante e da ação coletiva no discurso oficial e da mídia em reação aos padrões de comportamento dos sujeitos que participavam dos protestos Assim como também é possível pensar a ocorrência também de cismogênese complementar na relação que decorre da interação entre o Congresso Nacional e a sociedade em que os discursos parlamentares são uma reação à ação dos manifestantes nas ruas.

Na perspectiva dos protestos de junho de 2013, ocorre também a cismogênese simétrica em que há um processo de interação tipificada pela relação entre os parlamentares, entre grupos de indivíduos com padrões de comportamentos similares com os mesmos objetivos e intenções, como por exemplo, o poder, o mandato legislativo. A partir dessa reflexão, é, portanto, possível afirmar que a cismogênese, enquanto processo de interação, concebido por Gregory Bateson, ocorre na interação que se estabelece no contexto dos protestos de junho de 2013 tanto na perspectiva das relações complementares, quanto nas relações simétricas. A cismogênese pode ser percebida a partir dos discursos parlamentares em dois sentidos: 1 – complementar em que se estabelece a relação da sociedade e o Congresso Nacional, promovendo um processo de diferenciação e reação entre grupos distintos, 2- simétrica em que há relações que se estabelecem no Congresso Nacional entre sujeitos de um mesmo grupo social,

mas em que se instaura e é perceptível também um processo de diferenciação como resultado da interação desses indivíduos na construção da retórica discursiva dos parlamentares.

Esclareço que defendo essa perspectiva, no intuito de compreender as relações de poder que se estabeleceram entre a ação de repressão e da construção discriminatória do sujeito manifestante e da ação coletiva no discurso oficial e da mídia. Sendo o processo de instauração do estereótipo discriminatório pejorativo uma reação do Estado e da mídia às ações do sujeito que participavam dos protestos. Essa cismogênese complementar entre grupos com aspirações e padrões de comportamento diferentes, em que ocorre a repressão e a criminalização das manifestações públicas, ocasionou a reação dos sujeitos, de saída das ruas seja, por medo de ser preso, criminalizado e discriminado, sendo uma operação estratégica programada que foi colocada em prática e mediante a força atingiu os seus objetivos.

A cismogênese que se estabeleceu no processo de interação complementar em reação aos sujeitos que integravam os grupos que participavam dos protestos visava retirar, a qualquer custo, os manifestantes das ruas e realizou-se como "ajuste necessário" do Estado para a ocorrência dos megaeventos esportivos mercadológicos e as disputas aos cargos eleitorais logo em seguida.

3.3. A ordem do dia- Pautas do Congresso Nacional em junho de 2013

Para o entendimento do cenário político do Congresso Nacional quando ocorreram os protestos de junho de 2013 e da retórica discursiva do poder legislativo em reação às manifestações públicas, considero importante apresentar um breve resumo de algumas proposições legislativas que estavam na ordem do dia, na pauta das comissões e do plenário sendo analisadas pelo parlamento brasileiro. E que sua aprovação, rejeição e arquivamento eram reivindicados pelos manifestantes que foram as ruas nos protestos de junho de 2013, após o dia 17 de junho, quando houve uma ampliação das pautas da manifestação popular, além da melhoria do transporte público e a revogação do aumento da tarifa de vinte centavos.

O projeto da cura gay, PDC 234/2011 (Projeto de Decreto Legislativo) de autoria do deputado federal da bancada evangélica e da bala João Campos (PSDB-GO), permitia que profissionais de psicologia pudessem orientar tratamento clínico para a homossexualidade. O projeto estava sendo discutido e foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 18 de junho de 2013. No dia 2 de julho o projeto, alvo de intensa mobilização foi arquivado por solicitação do autor.

A PEC 37/ 2011 (Proposta de Emenda Constitucional) de autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB/MA), delegado de polícia, que teve um único mandato como deputado federal quando apresentou a proposição e não conseguiu se reeleger, retirava os poderes do Ministério Pública de investigar denúncias criminais e corrupção e restringia essa competência às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. A PEC 37 foi rejeitada em votação de 1º turno em plenário, em que 430 deputados votaram contra a proposta em um total de 441 votos.

O PL 5500/2013 (Projeto de Lei), de autoria do Poder Executivo, que disponibiliza recursos da exploração dos Royalties, parte dos recursos decorrentes da produtividade e de comercialização do petróleo para a educação, também tinha a sua aprovação reivindicada nos protestos de 2013. O projeto foi aprovado em Plenário no dia 26 de junho de 2013 e sancionado em setembro pela Presidente da República, destinando 75% dos royalties do petróleo para a educação e os 25% restantes para a saúde.

O resumo das matérias legislativas em análise no Congresso Nacional e que eram alvos de reivindicações dos protestos de junho de 2013 constam no anexo 4 desta dissertação.

Lei do terrorismo

Durante a 54ª Legislatura 2011-2015, o discurso mais enfático sobre a criminalização da ação coletiva e das manifestações populares teve início no Senado Federal. Em 2013 estava em análise no Senado Federal o projeto de lei do terrorismo, PLS 728/2011 (Projeto de Lei do Senado) de autoria dos senadores Marcelo Crivella (PRB- RJ), Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (ex PT- atualmente sem partido -BA) que estabelecia como atos terroristas as manifestações durante a Copa do Mundo de futebol e previa a punição de até 30 anos de prisão, também disciplinava o direito de greve com o argumento de diminuir a insegurança e infrações na Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Ainda em 2013 outra proposição legislativa o projeto de lei Antiterrorismo PLS 499/2013 (Projeto de Lei do Senado) também tipificava o crime de terrorismo e era de autoria da Comissão de Consolidação das Leis e Dispositivos Constitucionais, que era presidida naquela pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Considero o uso da construção discursiva na perspectiva do terrorismo como uma estratégia de controle social e também como um mecanismo que serve como aparato judicial e abre precedentes para criminalizar e deslegitimar a ação coletiva e as manifestações populares. Essa estratégia discursiva da tipificação do terrorismo no ordenamento jurídico brasileiro, por meio de alteração do Código Penal, em que está intrínseca uma relação de poder, domina-

ção, hierarquia e exclusão social, é alusiva à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em que a guerra e a dominação do território do Afeganistão se justificavam pela pretensa existência de terroristas.

Defendo que o princípio do uso da construção discursiva é a mesma, somente alertando para as diferenças em proporções e consequências. Para refletir sobre esse raciocínio também se apresentam como válidas as considerações de Pablo Gonzalez Casanova sobre a usurpação de territórios, justificadas pela categoria "terrorismo", uma criação pós-moderna dos moldes de dominação coloniais, que foi o álibi utilizado para a realização de guerras e dominação de estruturas econômicas sociais e políticas, por meio da fabricação de imagem que gera uma identidade estereotipada discriminatória pejorativa dentro de uma construção discursiva do "terrorismo" e que fabrica todo um processo de disseminação preconceituosa, que tem como finalidades específicas a dominação, a subordinação, o controle, a criminalização de sujeitos e de grupos sociais específicos.

> As políticas neoliberais adquiriram perfis cada vez mais agressivos no desmantelamento do "estado social", e desataram "guerras comunitárias" e "justiceiras" para a apropriação de posições militares, de vastos territórios e de valiosos recursos energéticos, como as que ocorreram a partir das invasões de Kosovo, Palestina, Afeganistão, até as de Iraque todas aproveitaram e manipularam as lutas entre etnias para invadir os Estados-nação e submeter seus povos. A declaração de uma guerra permanente e "sem fim previsível" pelo governo dos Estados Unidos abriu uma nova época do "estado terrorista" e uma nova época de conquistas e colonizações transnacionais, internacionais e intranacionais (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p.14).

O PLS 728/ 2011 que tipificava o crime de terrorismo, em análise desde 2011, foi rejeitado e arquivado em 12 de novembro de 2014. O outro projeto PLS 499/2013 que também tipificava o crime de terrorismo também não seguiu adiante e não chegou a ser aprovado para a Copa de 2014.

O resumo das matérias legislativas que tipificam o crime de terrorismo que estavam em análise no Congresso Nacional em junho de 2013 consta no anexo 5 desta dissertação.

3.4. Estratégia jurídica de controle social dos protestos pós-junho de 2013

Considero importante relatar que os resultados e expressões da tensão ocasionada pelos protestos de junho de 2013 foram além das estratégias de controle intelectual de discurso da mídia sob a utilização do estereótipo discriminatório pejorativo, que qualifica a ação coletiva de "vandalismo" e "baderna", e as críticas do Congresso Nacional e sua visão dos protestos como relatei neste capítulo. E ainda além das estratégias de repressão física e psicológicas como também relato neste trabalho no capítulo 2, com as ações de violência física da polícia,

direcionadas a qualquer manifestante que estivesse participando dos protestos e ainda as prisões exemplares disciplinares como forma de controlar a manifestação popular e o processo de efervescência social e fazer a "limpeza" das ruas.

Pós-junho de 2013, aliado aos dois projetos de lei que tramitavam no Congresso Nacional, PLS 728/2011 e PLS 499/2013, que estavam em processo de análise e votação e em pauta nas comissões durante os protestos de junho, como mencionei anteriormente, e que no texto original incorporam no esboço jurídico, em circunstâncias específicas e determinadas as manifestações públicas como "terrorismo" tipificando a ação coletiva como crime, numa sólida e perceptível intenção do Poder Legislativo, com o apoio claro do Poder Executivo de criminalizar as manifestações públicas, outras proposições reforçavam o controle e criminalização das manifestações populares.

Destaco na tabela a seguir os dois projetos de autoria do Poder Executivo: 1- Decreto presidencial 8.243/ 2014 que institui a política de participação social e que foi alvo de ofensiva da oposição na primeira votação na Câmara dos Deputados, após a disputa presidencial; 2- O Projeto de Lei 2016/2015, também de autoria do Poder Executivo, que trata do terrorismo e também versa sobre as manifestações públicas e ação coletiva popular, já transformada em norma jurídica 13.260/2016, sancionada pela Presidente da República em 18 de março de 2016. A seguir um resumo das duas propostas.

Tabela 7 Controle e repressão dos protestos no ordenamento jurídico - Poder Executivo

Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 – Institui a PNPS e o SNPS
Teor - Institui a Política Nacional de Participação Social PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. O argumento é que o decreto tem como objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, visando atender as demandas dos movimentos sociais e da sociedade civil, é uma ação que visa atender as reivindicações de junho de 2013, por meio de um conselho permanente; comissões temáticas; conferências nacionais periódicas; mesas de diálogo; fóruns interconselhos e ambiente virtual de participação social. O sistema de participação social é chefiado pelo secretaria geral da Presidência da República, dando a esse órgão o poder de indicar os integrantes das instâncias e a forma de participação.

Lei do Terrorismo - Projeto de Lei 2016/2015
Teor - Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que define organização criminosa e a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, que dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual e internacional, para dispor sobre organizações terroristas.
Tramitação -– 18/06/2015 – Apresentação – Apresentação da mensagem de solicitação de urgência n.209/2015, autoria Poder Executivo. 13/08/2015 – Aprovado no plenário da Câmara dos Deputados – 28/10/2015 – Aprovado no plenário do Senado Federal – 24/02/2016 – Aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados – rejeitado o substitutivo do Senado Federal– Vai à Sanção – 18/03/2016 Transformado na Lei Ordinária 13260/2016.
O que prevê a lei - pena de reclusão de 12 a 30 anos em regime fechado, sem prejuízo das penas relativas a outras infrações decorrentes desse crime, tipificado o terrorismo como a prática, por um ou mais indivíduos, de atos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião. Foi retirado do texto do substitutivo o Senado Federal, os temos e "violência praticada no âmbito de movimentos sociais". Não devem ser enquadrados como terrorismo os protestos de grupos sociais. A lei foi sancionada com oito vetos, sendo que dois deles dizem respeito à definição de atos de terrorismo; os outros dizem respeito a apologia a atos de terrorismo, por partirem de conceitos muito amplos.

Fonte: www2.camara.leg.br

A Lei do Terrorismo 13.260/2016, de autoria do Poder Executivo, o projeto de lei 2016/2015, durante a sua tramitação contou com várias críticas de partidos da base aliada da Presidência da República e dos partidos de esquerda. Uma delas veio de forma pública de integrante do próprio Partido dos Trabalhadores, partido da Presidente da República.

Em 8 de novembro de 2015, o presidente em exercício da comissão de direitos humanos e minorias da Câmara dos Deputados, deputado Paulo Pimenta (PT-RS) publica carta aberta solicitando a retirada do regime de tramitação de urgência, assim como pede também a retirada da tramitação do projeto. Segundo Pimenta, a proposta de tipificação do terrorismo no Brasil representa uma ameaça aos direitos humanos e um retrocesso, faz alerta quanto ao abuso da lei do terrorismo no Chile que fez com que houvesse uma condenação da aplicação desta legislação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e que dos 193 países da ONU apenas 18 criaram normas tipificando o terrorismo, pela dificuldade de se estabelecer um con-

ceito preciso sobre essa ação, estando a denúncia e aplicação da lei submetida a uma definição de ordem subjetiva por parte de policiais e promotores.

A carta foi divulgada por Paulo Pimenta após a votação no Senado Federal, em que o relator Aloysio Nunes Ferreira (PMDB-SP) alterou o texto votado na Câmara dos deputados excluindo a ressalva das manifestações políticas e ter incluído a expressão "extremismo político" na definição do crime do terrorismo. Aloysio Nunes Ferreira retirou esse parágrafo e destacou que, "em um Estado democrático de direito, as manifestações e reivindicações sociais, sejam elas coletivas ou individuais, não têm outra forma de serem realizadas senão de maneira pacífica e civilizada". Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/presidente-da-comissao-de-direitos-humanos-pede-a-dilma-retirada-do-projeto-do-terrorismo.html>. Acesso em: mar. 2016

O projeto de lei 2016/2015, que teve sua apreciação como Matéria Urgente[5], requerido pelo Poder Executivo, foi relatado tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal por parlamentares de oposição. Respectivamente o deputado federal Arthur Maia (ex-SD-BA, atual PPS-BA), que em junho de 2016 em audiência em Comissão conjunta na Câmara dos Deputados se referiu ao colunista da Revista Veja, Reynaldo Azevedo, como "renomado jornalista", causando risos e manifestações irônicas, e o senador Aluysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), grande opositor do governo da presidente Dilma Rousseff e vice-presidente na chapa derrotada de Aécio Neves (PSDB-MG) nas eleições de 2014.

Também no intuito de criar estratégias jurídicas de controle das manifestações populares, projetos de lei dos deputados federais Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Jair Bolsonaro (ex integrante do PP e atual PSC-RJ), Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Jorge Tadeu Mudalem (DEM-SP) apresentaram inciativas legislativas que buscam criminalizar as manifestações populares, apresentando no texto original das matérias, que tramitam de forma apensada, ou seja de forma conjunta, por tratarem do mesmo assunto, as palavras vandalismo, baderneiro e manifestações públicas. Os projetos que tratavam do terrorismo, utilizando em seu teor a estratégia discursiva do estereótipo, cujo teor criminalizavam os protestos e as manifestações. O resumo dos projetos de iniciativa da Câmara dos Deputados consta no anexo 6 desta dissertação.

Somente a questão do ordenamento jurídico e a convergência que se criou no sentido de criminalizar as manifestações populares no Brasil, por si só seria um tema para uma dissertação ou tese, tamanha a confluência de grupos de poder que, apesar de ambivalência partidária e ideológica vieram defender e propor a criminalização e controle das manifestações pú-

[5] "Aprovado o requerimento de urgência, entrará a matéria em discussão na sessão imediata, ocupando o primeiro lugar na Ordem do Dia." Art. 157 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

blicas. Ao tratar dos protestos de junho de 2013 e suas consequências, desdobramentos e a visão do Congresso Nacional sobre a ação coletiva de 2013 era impossível não mencionar as estratégias jurídicas de controle.

No entanto, peço a compreensão do leitor no sentido que as referências às normas jurídicas e proposições legislativas são resumidas, porque não é o foco deste trabalho aprofundar nas questões jurídicas, mas só relatar que, a exemplo do direcionamento discursivo da mídia que utilizava os estereótipos pejorativos discriminatórios para criar uma imagem e representação do manifestante e da ação coletiva, a mesma estratégia discursiva também tem seus exemplares no contexto discursivo do Congresso Nacional.

4. O trabalho de campo no Congresso Nacional e a captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013

Relato 1 -"Como uma de fora" 28.10.2014: o crachá, os espaços, os atores, uma votação

Era chegada o momento de realizar o trabalho no campo no Congresso Nacional, a pesquisa estava em andamento, eu já tinha feito o trabalho de campo nas manifestações da Copa em julho de 2014. Como a proposta era realizar o trabalho nos dois lados do espelho d'água, e relatar a visão do Congresso Nacional aguardei passar as eleições enquanto finalizava as disciplinas do mestrado e trabalhava no projeto final a ser entregue no final de 2014. O meu otimismo era grande.

Depois de andar por horas solitária no meio da deserta esplanada, pulverizada de policiais em pontos específicos para fazer o campo nas manifestações e ser testemunha da dinâmica repressão dos protestos pós-junho de 2013, eu chegava ao Congresso Nacional como se chega em casa, tranquila, segura por estar totalmente familiarizada. Ao contrário de uma mulher sozinha no meio de uma atividade de conflito eu era uma "de dentro", uma nativa daquele campo, eu era da casa, estava em um espaço familiar.

A experiência no Congresso Nacional fazia com que estivesse autoconfiante com a realização do trabalho de campo, muito diferente do sentimento de incerteza e apreensão que tinha experimentado nas manifestações contra a Copa de 2014. Estava certa que sairia de lá com depoimentos já previamente agendados, o que era o meu objetivo neste primeiro dia de campo no Congresso Nacional.

Cheguei a Brasília no início da tarde da terça-feira dia 28 de outubro de 2014, não olhei a pauta da Câmara dos Deputados e nem do Senado, na minha experiência o Congresso estaria numa espécie de ressaca das eleições. O segundo turno das eleições presidenciais e estaduais tinham acontecido no domingo anterior, 26 de outubro de 2014, quando em uma disputa acirrada a presidenta Dilma Rousseff (PT) foi vitoriosa e reeleita com 51,64% dos votos contra Aécio Neves (PSDB) com 48,36%. Minha impressão e experiência apontavam que aconteceria como de costume, após as eleições federais e estaduais o Congresso Nacional estaria reordenando sua agenda e que esse era um momento ideal de calma para buscar falar com os parlamentares e interlocutores.

Ainda na estrada, como sempre fiz sintonizei a Rádio Câmara para fazer a sondagem da ordem do dia. Para minha surpresa logo dois dias após as eleições estava na pauta do plenário o projeto de decreto legislativo de dois parlamentares de oposição a presidente, que sus-

tava determinação de um decreto presidencial. Uma coincidência o decreto que já havia pensado em refletir na minha etnografia como estratégia de controle jurídica das manifestações populares e que criava o Programa de participação social, uma ferramenta de controle, por assim dizer dos movimentos sociais e que em seu teor visava sistematiza-los, era uma sorte acompanhar a votação.

A minha compreensão é que decreto presidencial em questão era uma tentativa de aparelhar os movimentos sociais ao governo, de aproximação e ampliar e conhecer os grupos que estavam mobilizados nas manifestações públicas. Uma estratégia de controle e reação do Poder Executivo. Depois do que aconteceu em junho de 2013 todas as ferramentas para ter o controle da ação coletiva eram bem vindas.

A exemplo de Lázaro Cardenas, presidente do México entre 1934 e 1940, que institucionalizou os movimentos sociais como forma de controle, o decreto da Presidência da República 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituía a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, tinha basicamente esse teor. Criava um conselho popular em que se institui uma política de participação popular em que os integrantes seriam indicados pela secretaria geral da presidência da república.

O governo cuja base de sustentação sempre teve a participação de movimentos sociais da cidade e do campo, sindicais, de trabalhadores e de estudantes, após ser surpreendido com uma mobilização, em que não era possível identificação dos segmentos e dos líderes que levavam as pessoas às ruas em junho de 2013, atuou no âmbito do Poder Executivo com a elaboração deste decreto pelo controle e vigilância da ação coletiva.

O decreto presidencial que instituía a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS têm características preponderantes nessa direção, só que o projeto de decreto legislativo que estava na ordem do dia, naquele 28 de outubro de 2014, tinha o propósito de interromper o seu funcionamento e marcava uma postura clara de enfrentamento contra o Planalto no Congresso Nacional, pensei: Está na pauta, mas para ter acordo e votar é outra história, pode começar a obstrução, que é quando os líderes partidários orientam para que os parlamentares recusem a votação de uma proposição e se retirem do plenário. Muito improvável e praticamente impossível uma votação de enfrentamento ao Poder Executivo na primeira sessão deliberativa da Câmara dos Deputados.

Estava dessa forma convencida de que na minha primeira entrada no campo iria presenciar uma encenação midiática de discursos inflamados contra o decreto e o governo e assistir uma obstrução e retirada do projeto de decreto legislativo da ordem do dia e encerramento da sessão por falta de quórum para que a votação ocorresse.

O decreto presidencial foi publicado em 23 de maio de 2014. Ainda no mês de maio no dia 30, os deputados do Democratas Mendonça Filho (PE) e Ronaldo Caiado (GO) apresentaram o Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo (PDC) 1491/2014 que tinha como objetivo interromper a aplicação do decreto nº 8.243, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS. O PDC 1421/2014 foi analisado de forma consideravelmente rápida, teve como relator, responsável pela emissão de parecer favorável ou contrário à matéria legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o atual presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que já mostrava a disposição de se colocar em posição de enfrentamento ao governo da presidente Dilma Rousseff.

No dia 05 de agosto de 2014, de forma incrivelmente rápida para os ritos do processo legislativo brasileiro, Cunha apresentou em plenário o parecer favorável ao projeto de decreto legislativo que sustava o decreto nº 8.243, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, da Presidência da República concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo dos deputados de oposição Mendonça Filho e Ronaldo Caiado, desde então a proposição estava pronta para a pauta do plenário e para minha surpresa ao ligar o rádio naquele primeiro dia de sessão deliberativa da Câmara dos Deputados e de trabalho em meu campo familiar, estava na ordem do dia a votação de uma matéria que interrompia os efeitos de um decreto presidencial, em uma postura visível de enfretamento da decisão eleitoral e ao Poder Executivo.

Eu não havia nem colocado os pés no Congresso, estava a poucos quilômetros, mas já dava pra notar que os ânimos estavam acirrados e a votação do projeto de decreto legislativo parecia que já estava mesmo acordada e só esperando o resultado das eleições. Na entrada de Brasília já estava convencida de que a minha impressão de uma semana calma era apenas uma distante suposição. Imaginava que após a disputa e uma vitória apertada depois de dois turnos eleitorais haveria outra dinâmica no Congresso Nacional, porque até onde eu havia acompanhado era assim, uma semana pra reordenar a agenda legislativa e a ordem das peças do tabuleiro. Entrei em Brasília, pelo acesso da Avenida das Nações, segui pela L4, avenida larga construída em parte à beira do lago Paranoá.

Como seria muito complicado chegar aquele horário e achar um lugar para estacionar sem credencial e sem crachá, esses documentos são renovados anualmente principalmente a credencial do estacionamento, e não mais os possuía, achei que a forma mais prudente de chegar ao prédio para entrar na Câmara dos Deputados era deixar o carro no estacionamento

que fica atrás da Procuradoria da República a uns dois quilômetros do Congresso, lá há vans que transportam as pessoas, geralmente funcionários e credenciados para o prédio. Estacionei o carro em uma das vagas, quase inexistentes.

Entrei na fila, estava um sol e um calor daqueles em que o centro-oeste mostra em Brasília, ainda mais do que em qualquer outro lugar a sua face de clima desértico e paisagem de savana. Conhecida por ter um dos índices mais baixos de umidade relativa do ar, o calor do cerrado brasileiro nesta época se soma à umidade de um deserto, o sol forte, parece ainda mais quente pela total inexistência de vento nesta época do ano. A sensação devido à secura aliada a altitude da capital federal em relação ao nível do mar que é maior também do que outras capitais do Centro-Oeste dá a impressão que o sol está mais perto, causando uma sensação térmica sufocante.

Na fila, alguns homens vestidos de camisa de manga comprida, terno e gravata, a vestimenta ritual dos burocratas, políticos e homens de negócios, exigida no mundo corporativo e político, que mais se assemelha a uma vestimenta que imita um pinguim, completamente inadequada ao clima tropical, ainda mais em pleno mês de outubro de clima seco, sol forte e calor de mais de 35 graus, se portavam sufocantes, impacientes e sisudos a espera do transporte. Aguardei a van, observando os sujeitos que compunham o cenário burocrático como não havia feito antes. Afinal agora eu estava em trabalho de campo como antropóloga em formação e não como mais um "de dentro" apressado pensando em chegar ao trabalho, sair do sol e cumprir as tarefas.

Estava imbuída do pensamento de observar, ver e ouvir o que o campo me dizia agora como antropóloga, sem tarefas, a não ser observar, sem pautas, sem crachá. Desci na entrada do anexo II e estava animada com o meu dia de campo, identifico-me, passo no detector de metais, as bolsas passam em um aparelho verificador. Subo a rampa próxima ao corredor das comissões e a biblioteca. Como já sabia da ordem do dia resolvi ir ao salão verde e ao plenário, antes de começar a fazer as solicitações de entrevistas e o meu campo nos gabinetes dos parlamentares.

Atravesso o longo corredor e entro no salão verde a sala de visitas do plenário da Câmara dos Deputados. O Congresso Nacional é também chamado palácio, e como todo palácio tem uma suntuosidade e rituais de poder bem estabelecidos. Um palácio que se propõe e ainda em 2014 se dispunha a fazer do salão verde um espaço de acesso monitorado, mas acessível

aos interessados em frequentá-lo, acompanhar os debates, as votações e saber como são criadas as leis que regem o país. [6]

Ao entrar e olhar o salão verde como antropóloga em trabalho de campo naquele dia atentei para perceber detalhes que acho que não haviam sido observados com atenção. A Câmara dos Deputados é, sem dúvida, ou melhor, já foi em outros tempos, antes da passagem de Eduardo Cunha como presidente da instituição, um dos lugares mais populares do Congresso Nacional. Pode-se chegar a ele pela entrada principal, pelo salão negro, entrada também conhecida como "chapelaria", somente permitida aos parlamentares, jornalistas credenciados e funcionários, ou pelo corredor que o liga ao prédio do Anexo II, de onde eu cheguei neste primeiro dia de campo.

O Salão Verde, chamado assim, pela cor do carpete que cobre toda a extensão do piso é um ambiente que tem a marca do modernismo arquitetônico de Oscar Niemeyer, dá acesso ao plenário, onde acontecem as votações da Câmara e as sessões do Congresso, e ao Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados. Quem chega ao salão verde pelo Anexo II, visualiza à direita o "cafezinho" do salão, lá visitantes e, quem mais passar por ali, podem tomar uma água e café como cortesia, que são servidos em um balcão em mármore branco, que contrasta com o vidro na fachada e o piso em Paviflex, tipo de placa de plástico que reveste essa parte do espaço, por funcionários da copa em copos de vidro transparente e em xícaras de porcelana branca com emblema do prédio do Congresso Nacional. É só chegar e matar a sede ou a vontade de tomar um gole de café.

O mobiliário é da década de 60, época da construção de Brasília e inauguração do prédio. As mesas e cadeiras do "cafezinho" do salão verde fazem parte do acervo e patrimônio da Casa, que foi tema de exposição por serem móveis assinados por expoentes do *design* à época. Por exemplo, as mesas e cadeiras do cafezinho, brancas, feitas de fibra e de traço futurista são criações do arquiteto finlandês Eero Saarinen ícone da arquitetura da década de 50, contemporâneo de Oscar Niemayer.

À esquerda de quem entra no Salão verde, uma entrada pequena para o plenário, onde acontecem as reuniões deliberativas. Essa não é a entrada principal e por ela só podem entrar os parlamentares e seus acompanhantes. O espaço do salão verde é amplo, iluminado por um jardim interno ao fundo, onde há o painel "Ventania" de azulejos brancos e azuis em toda a extensão da parede do artista Athos Bulcão. Outras obras de arte também fazem parte do ce-

[6] Em 2007, coincidindo com o centésimo aniversário de Oscar Niemeyer, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) decidiu pelo tombamento do edifício do Palácio do Congresso Nacional.

nário: dois painéis de grandes proporções, a obra sem título e sem data de Di Cavalcante; o vitral "Araguaia", de Marianne Peretti, a artista que vitralista que assina também os vitrais azuis da Catedral de Brasília e que também tem mais uma escultura no Salão Verde "O Pássaro"; quase na entrada principal outra imponente e notável escultura de bronze escuro, que à primeira impressão lembra a estátua da justiça, sem ser cega e sem a balança em mãos, mas se observar com mais calma, dá pra ver que não é bem isso, é a obra o Fragmento de Anjo, de Alfredo Ceschiatti.

À direita de quem entra no Plenário há um pequeno corredor em que está instalada uma galeria com fotos de todos os parlamentares que já ocuparam a Presidência da Câmara desde a primeira república e ao lado outra obra de grandes dimensões na cor verde escuro, "Muro Escultório" de Athos Bulcão, que mais parece um imenso brinquedo de blocos de montar. Há alguns tapetes de cor bege sobre o imenso carpete verde, onde estão colocadas cadeiras e bancos especialmente desenhados para o salão verde por Oscar Niemayer e sua filha Anna Maria Niemeyer, obras de arte e móveis projetados exclusivamente decoram, portanto, a sala de visitas da Câmara dos Deputados.

O Salão Verde é assim um dos locais mais movimentados do Congresso Nacional, por onde circulam os parlamentares, visitantes, funcionários, manifestantes, e onde os jornalistas se aglomeram esperando as pautas do dia e se concentram as equipes de telejornalismo. Este espaço é também local de tumultuadas e competidas entrevistas com direito a correria, cotoveladas, empurrões, intrigas, é ainda o termômetro da ordem do dia, o que será votado no dia; um ponto chave, o farol da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Sem dúvida estar na condição de observador deste lugar é imprescindível para quem deseja compreender a dinâmica do Poder Legislativo Federal.

Paro alguns minutos para as anotações no caderno de campo e ver as expressões simbólicas das obras de arte no salão verde. O verde "bandeira", falo isso porque é o mesmo das verdes matas representadas na bandeira do Brasil, intenso, tão usado neste ambiente, no jardim interno, em toda a extensão do carpete que cobre o piso; a transparência do vidro, aliada aos títulos das obras de arte dão a impressão de que este espaço é uma recepção do que pode acontecer, esperanças e desilusões no plenário da Câmara dos Deputados. A escultura do anjo que parece estar em súplica, o pássaro que quer alçar vôos, o painel "Araguaia" o rio que corre, a obra não identificada de Di Cavalcati, o "Ventania" e o "Muro" em transformação de Athos Bulcão.

Ao lado da pequena galeria de presidentes e ex-presidentes, à esquerda, uma ampla porta de vidro separa o salão verde e plenário, o acesso é monitorado, duplas posicionadas de

funcionários da segurança, ou como são chamados desde 2003, policiais legislativos, conferem as credenciais de quem entra. Além dos deputados federais e seus acompanhantes, somente jornalistas credenciados, funcionários com a credencial específica de acesso tem permissão para entrar durante os debates e votações. A falta do meu antigo crachá de jornalista credenciada não me permite a entrada no plenário. Pela movimentação das pessoas considerei que já havia começado a ordem do dia e a sessão de debates.

Naquele momento me interessei mais em ver o que acontecia e olhar o plenário da Câmara dos Deputados como campo antropológico do que realizar as visitas aos gabinetes para agendar as entrevistas. Àquela altura eu já sabia que no meio do tumulto da votação seria difícil que eu pudesse sequer conseguir falar com alguém, com algum parlamentar para explicar a minha pesquisa, só falaria com os assessores. Apesar da votação nominal não ter sido iniciada a movimentação era grande.

Decidi acompanhar a votação da galeria popular, espaço que conta com 400 cadeiras, reservado para que as pessoas, cidadãos e representantes da sociedade acompanhem a votação. Um fato interessante está relacionado às galerias do plenário da Câmara dos Deputados. Em 2004, uma reforma no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o então presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP), depois condenado a seis anos e 4 meses de prisão pelo desvio de R$ 536,4 mil no processo do mensalão, decidiu retirar 87 vidros blindex de dois metros de altura que separavam a galeria popular das cadeiras dos deputados. Desta forma, o plenário voltou ao projeto inicial concebido por Oscar Niemeyer que previa a presença e o acompanhamento das votações de forma mais próxima pela sociedade.

A colocação das barreiras de vidro entre a galeria popular e as cadeiras dos deputados no plenário foi ideia do presidente da instituição em 1993, deputado pernambucano Inocêncio Oliveira, que foi filiado à ARENA na ditadura militar partido que dava sustentação ao governo que alcançou o poder, após o golpe de Estado em 1964, era filiado à época no extinto PFL, que foi atualmente repaginado partido Democratas ou DEM, aprovada pela mesa diretora, após uma votação em que manifestantes que discordavam do resultado jogaram notas e moedas em cima dos deputados em ato de protesto. Era a primeira vez que eu iria acompanhar a votação da galeria.

Dirigi-me ao acesso à galeria popular, além de acompanhar a votação o objetivo era observar o plenário enquanto material etnográfico e sua organização simbólica. Com certeza esse ponto de observação era ideal para olhar o plenário no trabalho de campo. Procurei um local para sentar e considerei que a galeria não estava tão cheia porque essa votação foi uma

surpresa, os interessados na aprovação do projeto de decreto legislativo que sustava as determinações do decreto presidencial que instituía a política de participação social pareciam não carecer de plateia e naquela hora percebi que o governo fora, assim como eu, também pego de surpresa pela decisão do presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) colocar o projeto para votação na ordem do dia.

Quem está na galeria tem uma ampla visão do espaço. Localizada na lateral direita do plenário, a galeria fica acima de um pequeno corredor onde há uns bancos também revestidos de couro verde, inspirados nos modelos das poltronas do salão verde, esses lugares são destinados aos jornalistas que acompanham a sessão e mesmo com credencial não podem adentrar no plenário, há um corrimão de ferro que separa as cadeiras dos deputados do espaço destinados aos jornalistas. Esse corredor à direita de quem entra pela porta principal ao plenário também dá acesso ao comitê de imprensa que tem duas entradas de acesso por fora e por dentro do plenário. Da mesma forma, do lado esquerdo também há um mesmo corredor com cadeiras e a mesma divisão de espaço, e o corrimão de ferro que separa o espaço das cadeiras dos deputados, sendo geralmente ocupados por servidores da Câmara dos Deputados e convidados dos parlamentares.

Um fato curioso em relação a esta divisão de espaço do plenário entre lado esquerdo e direito e das cadeiras dos deputados que são divididas ao meio por um corredor que é interessante relatar é que durante a era FHC, governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, nos primeiros anos que trabalhava na Câmara dos Deputados eu observava uma divisão ideológica na ocupação deste espaço: deputados de partidos da direita sentavam à direita do plenário, deputados de partidos da esquerda sentavam nas cadeias à esquerda do plenário.

A ocupação dos deputados de oposição, integrantes dos partidos de esquerda, no espaço do Plenário da Câmara dos Deputados era bem delimitada, assim como na definição de espaço, havia uma separação e posição ideológica marcante. Um dos exemplos dessa postura e separação clara e determinada entre deputados de oposição e articulação política no Congresso Nacional é que muitas reformas pretendidas pelo Poder Executivo na administração do PSDB não foram votadas, como por exemplo, a reforma da previdência, aprovada no governo do presidente Lula em 2003.

Durante o governo de Lula essas marcações de espaço foram se dissolvendo, a oposição se diluiu. Até nesse dia, que foi a última vez que coloquei os olhos neste plenário, pude ver deputados de partidos da direita sentados do lado esquerdo. Pode ser apenas um detalhe, que inclusive pode ter se modificado pelo processo de bipolarização da política e que retorne

essa prática, mas nesse dia nem toda a tensão da votação fazia com que essa marcação de ocupação de espaço existisse.

Na verdade, a renovação desde o início dos anos 2000 e a dinâmica de uma oposição, que até o governo do PT sempre tinha sido governo, fez com que no Congresso Nacional a partir de 2003 não houvesse de fato parlamentares de oposição esta enfraquecida pelas práticas do presidencialismo de coalização. Os ajustes políticos fizeram com que até aquele momento de 2014, as marcações de ocupação de espaço, sejam à esquerda ou à direita não fossem mais significativas para os deputados e os blocos partidários, assim como era no passado, dez, vinte anos atrás.

O fim da divisão da ocupação dos espaços no plenário, porém, apresenta um elemento determinante, até após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder os deputados em sua maioria que integravam partidos da direita e centro, não se interessavam ou não sabiam ser oposição, a ideia a se pensar é que quem foi sempre historicamente governo, não sabe, não aprendeu a ser oposição. Outra questão diz respeito ao enfrentamento diário do que significa ser oposição dentro da Câmara dos Deputados. A ausência de vantagens, a não aprovação de emendas parlamentares para envio de recursos para as bases eleitorais que depende da caneta da Casa Civil da Presidência da República, não é nada fácil, exige preparo, determinação e muito trabalho.

O fato é que com o decréscimo de qualidade política e ideológica por que passa o Congresso Nacional não é o perfil de grande parte das excelências, que ocupam os cargos de servidores públicos eleitos pelo voto democrático, popular e direto estar dispostos a ser oposição e não ter as benesses e vantagens de ser um aliado do Poder Executivo.

Observada essa mudança na dinâmica de ocupação do espaço que sempre chamou a minha atenção, olho o plenário cheio. Espaço iluminado, ambientação adequada para as lentes de máquinas fotográficas, assim como para câmeras de vídeo estrategicamente posicionadas para as transmissões ao vivo da Tv Câmara de todas as sessões deliberativas. Há muitas lâmpadas embutidas no teto, que fazem parecer uma nave, cheia de pequenos pontos de luz, também há iluminação na lateral do plenário. As bancadas, mesas, são de madeira escura, onde estão instalados os mecanismos da votação eletrônica, as cadeiras dos deputados são altas revestidas de couro verde e contrastam com o carpete claro de cor marfim.

Nesse espaço o ar condicionado, assim como em todos os espaços de reuniões da Câmara dos Deputados é muito frio, visando com certeza atender aos deputados e assessores vestidos de seus ternos e gravatas, trajes burocráticos de pinguim que demandam uma temperatura quase insuportável. Lembrando que as mulheres nesse ambiente devem preferencial-

mente se vestir também como um deles, de pinguim, já que as condições climáticas são adequadas à maioria masculina que circula e frequenta a Congresso Nacional. Como sempre, apesar do calor escaldante que faz lá fora em pleno mês de outubro, logo ia sentir frio, por isso já fui preparada, carregando um grosso casaco para as horas que ia estar sentada em observação no trabalho de campo.

A votação durou horas, minha atenção naquele momento estava voltada à observação da organização simbólica do espaço do plenário. As cadeiras de quem preside a sessão e dos integrantes da mesa diretora da Câmara dos Deputados, ficam em um patamar elevado. Na mesa somente é permitida a presença dos deputados e geralmente de um funcionário de carreira da Câmara dos Deputados, o secretário geral da mesa, um dos cargos mais importantes na hierarquia funcional, que auxilia o presidente nas votações, seguindo os ritos jurídicos do Regimento Interno.

Ao fundo da mesa da presidência da sessão do plenário em que o presidente em exercício ocupa a cadeira mais alta, há um amplo painel de metal com detalhes em verde amarelo, projetado também pelo artista plástico Athos Bulcão. Bem no alto deste painel uma imagem de cristo crucificado, sinaliza que, se o Brasil é um Estado laico como afirma a Constituição Federal, mas no plenário a simbologia religiosa remete aos ritos cristãos e católicos. Há também uma bandeira brasileira hasteada.

Nas laterais, no mesmo patamar da mesa da presidência há dois espaços, um de cada lado, a "tribuna" que os deputados utilizam para fazer discursos, falar contra e a favor sobre determinadas matérias em votação. Ainda nas laterais dois grandes painéis eletrônicos registram a presença do deputado em plenário. No período de discussão da matéria fica registrada a orientação de cada partido e após a votação o voto de cada deputado por Estado que representa. Embaixo do patamar da tribuna e da mesa da presidência ficam os funcionários da secretaria geral da mesa e da taquigrafia que registram o que acontece e os discursos de cada sessão.

Em busca de descrever a amplitude dos espaços e do complexo trânsito de pessoas nas dependências do plenário da Câmara dos Deputados, ainda que sobre monitoramento seletivo de funções e hierarquias, também incluo na descrição do espaço do plenário a existência de um café logo próximo à entrada principal à direita.

Esse ambiente tem espaço considerável e dois ambientes: um com mesas, onde há um balcão onde são servidos café e água da mesma forma como no cafezinho do salão verde como já mencionei gratuitamente e até pequenos lanches, caldos e pães de queijo que são vendidos às pessoas. Há ainda banheiros, um masculino e um feminino, e separado do ambiente de

lanches e mesas que é pequeno, um ambiente com sofás e televisores de onde os deputados podem acompanhar a votação em Plenário. O "cafezinho" do plenário é frequentado pelos deputados federais e jornalistas, onde é comum observar conversas despretensiosas e informais.

Neste dia, 28 de outubro de 2014, não estive neste ambiente, só relato a título de descrição da divisão de espaços do plenário da Câmara dos Deputados. Assisto da galeria a discussão, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, anuncia "para falar a favor", "para falar contra" e seguem os revezamentos na tribuna. Antes de encaminhar a votação, em busca de cancelar a votação e o esvaziamento do plenário para que não haja votação, são apresentados "requerimentos" recursos regimentais para adiamento de votação por um número determinado de sessões.

Na votação do projeto de decreto legislativo, que interrompia o decreto presidencial que instituía a politica de participação social, foram apresentados vários requerimentos de adiamento de discussão, começando de adiamentos mais longos, por um prazo de dez sessões. Durante mais de três horas os deputados votaram primeiro os requerimentos de adiamento de discussão (Art. 177 do Regimento Interno). Sentada na tribuna assisto arroubos midiáticos transmitidos em tempo real pela Tv Câmara, gritos, insultos e bate boca, PSDB e DEM contra PT em sua maioria, uma briga de galos, em que as esporas são as palavras.

Depois de horas de votação de requerimentos de adiamento de discussão, começa em fim a discussão, mais gritos, insultos, retóricas, defesas elaboradas outras nem tanto. Consta no meu caderno de campo que só um dos deputados, que eu não consegui verificar no momento, ele falou rápido e no meio do tumulto e da confusão de gente que eu observava de longe, aliado ao meu cansaço, frio e fome, pois já passava das 22 horas, mencionou o ponto originário do projeto de decreto legislativo em votação e o do decreto presidencial, os protestos de junho de 2013, controle e monitoramento das manifestações de rua.

Seguem as discussões, para os menos experenciados no cotidiano e nos ritos de votação, aquilo já não faz mais sentido, a hora avança e o projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do decreto presidencial que institui a política nacional de participação popular, de autoria dos deputados de oposição Mendonça Filho e Ronaldo Caiado é aprovado. A matéria segue para apreciação do Senado Federal.

O resultado surpreende e é significativo. A oposição manda um recado em forma de votação de uma matéria contra o governo já na primeira sessão deliberativa após as eleições para a presidenta da república reeleita de que no Congresso Nacional a governabilidade estava ameaçada. Sendo vitoriosa nas urnas no dia 26 de outubro, Dilma Rousseff, dois dias após dois turnos eleitorais de disputa acirrada, passava por uma derrota na Câmara dos Deputados

que representava o ambiente de diálogo que se estabeleceria a partir daquele momento entre seu governo e o Congresso Nacional, o que era mais do que simbólico e se mostraria significantemente determinante no decorrer do primeiro ano do seu segundo mandato.

Finalizada a votação, já é bem tarde, quase meia noite, busco um táxi para chegar até o carro. Buscava ordenar uma convulsão de ideias e tentar estabelecer e encontrar um reordenamento que possibilitasse mostrar o cenário das estratégias controle social e a limpeza das ruas que foram feitas para a realização dos megaeventos esportivos. Pensava no meu retorno, minha entrada no campo, como seria recebida pelos interlocutores políticos e burocratas pertencentes à elite política nacional e os representantes do Poder Legislativo Federal.

Meu tempo era curto, afinal alguns importantes interlocutores não estariam mais no Congresso Nacional em 2015. Havia uma pergunta que eu me fazia o tempo inteiro e soava em meus ouvidos, como transformar o Congresso Nacional no campo de material etnográfico com recortes adequados para uma boa pesquisa antropológica. O que eu considerava que seria uma entrada tranquila no campo e uma tentativa de contato inicial com os interlocutores do outro lado do espelho d'água que divide o gramado do Congresso Nacional foi uma surpreendente experiência que nunca tinha visto acontecer até então.

Na verdade, a partir daquele momento comecei a refletir que no trabalho de campo no Congresso Nacional também ia lidar com situações inesperadas como aquela. Após as eleições para a presidência da república, a imposição dos líderes das instituições partidárias de oposição de colocar em votação e aprovar uma matéria que anulava uma inciativa do poder executivo. Coincidentemente um dos autores do projeto de decreto legislativo era um dos interlocutores que eu havia selecionado para as entrevistas semi-estruturadas que planejava fazer, o deputado Mendonça Filho havia se pronunciado sobre os protestos e estava no Congresso Nacional no dia 17 de junho de 2013, quando os manifestantes ocuparam a marquise e a rampa do prédio.

Mas o dia tinha acabado, enfim, e eu deveria recorrer de novo às anotações em busca de rever minhas atropeladas impressões e observações do primeiro dia de campo no Congresso Nacional que de forma prática e enfática preconizava o que seria as próximas entradas em campo durante a pesquisa.

A quarta-feira, dia 29 de outubro, que eu achava ser um dia ótimo para o trabalho de campo no Congresso Nacional, na verdade, foi frustrante. Após a votação do decreto legislativo que impedia a ação do decreto presidencial que instituía a política de participação social, foi um dia de pausa, como assim posso dizer. A oposição tinha vencido na primeira votação

após a eleição, mandando um recado ao executivo. Isso fez com que o clima não ficasse bom para o meu trabalho.

Fui entregar solicitações de entrevistas na Câmara dos Deputados e não consegui falar com nenhum chefe de gabinete, funcionário que coordena as atividades no gabinete. Sem poder explicar a pesquisa para uma pessoa que teria como me ajudar realmente no processo de acesso burocrático aos deputados e ter uma entrada mais eficiente no trabalho de campo. Saí do Congresso Nacional às 20 horas com a convicção de que as próximas entradas no campo seriam menos surpreendentes, mais previsíveis e possibilitariam seguir o cronograma de pesquisa assim como nós, meu orientador e eu, havíamos previsto e realizar o trabalho como eu havia programado. A minha ideia e a minha torcida era que essa somente era uma fase de acertos no complexo jogo político após uma acirrada disputa pela Presidência da República. Impressão que não se confirmaria nas outras etapas de trabalho de campo no Congresso Nacional.

4.1. A Era Cunha – A militarização da Câmara dos Deputados

O ano de 2015 se adiantou. No primeiro semestre tinha programado voltar ao trabalho de campo no Congresso Nacional, mas o estágio docência, os compromissos pessoais, problemas particulares e familiares e a escrita do texto da qualificação, me fizeram adiar a volta à pesquisa etnográfica do Poder Legislativo. No decorrer de 2015, já era possível acompanhar o delineamento de um congresso conservador, que imprimia um caráter retrógrado às pautas e a ordem do dia, principalmente na Câmara dos Deputados. O Congresso que saiu das urnas em 2014 daria um tom nada renovador e solidário à agenda legislativa. Esse fato foi ainda mais evidenciado pela eleição do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) cujo perfil e trajetória política descrevo a seguir para a presidência da Câmara dos Deputados.

Após junho de 2013, em que a população se manifestou contra e queria ocupar o Congresso Nacional ficou evidente a descrença e o descrédito do Poder Legislativo, em que houve uma desqualificação moral das instituições públicas como um todo e que as pessoas foram às ruas de forma deliberada, sem aceitar vinculações partidárias e com uma diversidade representativa e de pautas jamais vistas. A ação coletiva teve como reflexos mais imediatos respostas, breves, paliativas e momentâneas ações em termos de ação política de eficiência das instituições públicas, tanto por parte do Poder Legislativo como pelo Poder Executivo. No entanto, a ação de maior eficácia como consequência dos protestos de junho de 2013, como descre-

vo no capítulo 2, se apresentou nas diversas formas e estratégias de repressão e controle das manifestações populares em 2013 e 2014.

Logo após o final das eleições em que houve uma disputa acirrada pela Presidência da República e em que foram definidos os integrantes do Congresso Nacional, o relatório do Diap, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, cujos dados utilizo para traçar o perfil do Congresso Nacional, já considerava antes mesmo da posse dos parlamentares que o Poder Legislativo teria um perfil conservador, ocasionado pela pequena renovação, pela redução de representantes da classe trabalhadora entre os integrantes eleitos entre outros fatores. Em que pese a falta de representatividade de camadas mais populares o DIAP aponta como um desses fatores o alto custo das campanhas em 2014. Chegando a custar R$ 2 milhões de reais uma campanha para deputado federal e R$ 5 milhões a campanha para senador. Sendo que nesse contexto, mesmo os partidos de esquerda não se empenharam em eleger candidatos representantes de movimentos sociais e classistas.

Neste aspecto houve o aumento da bancada de parentes[7] e a redução de bancadas com a visão mais humanitária que poderiam fazer frente e ser contrárias às deliberações e propostas de uma agenda legislativa conservadora. Mesmo após as eleições, em que se prevaleceu um debate político baseado em acusações e denúncias de casos de corrupção, havia um sentimento na sociedade de desolamento, pois as perspectivas eram de baixo crescimento econômico, alta de preços e da inflação e ainda em um contexto em que se multiplicava as denúncias de casos de corrupção.

É neste cenário que toma posse o novo, mas não tão novo assim, Congresso Nacional 55ª Legislatura 2015-2019. Constam nos anexos 6, 7, 8 e 9 desta dissertação, respectivamente, a composição partidária, as bancadas informais da Câmara dos Deputados, a composição partidária do Senado Federal e as bancadas informais no Congresso Nacional.

Tabela 8 Câmara dos Deputados 55ª Legislatura **2015-2019 Perfil socioeconômico**

Renovação - 239 novos e 274 reeleitos. 46,59%)
Renda - não-assalariados (empresários e profissionais liberais)
Filiação partidária – partidos médio porte
Postura ideológica - centro e à esquerda do espectro político; majoritariamente governista.
Gênero – a maioria dos parlamentares são homens *
Educação - formação superior,
idade média - de 49 anos,

[7] No Congresso Nacional a bancada de parentes é formada por parlamentares com laços familiares ou de parentes com políticos que atuam no Congresso Nacional ou já integraram a elite da política nacional.

perfil institucional - 85% possuem experiência política ou administrativa

Fonte: DIAP

*Houve mudança na legislação eleitoral, que assegura a presença de pelo menos 30% de mulheres nas listas eleitorais dos partidos, mas mesmo com a alteração da lei a representação feminina na Câmara, com apenas 51 das 513 cadeiras, 10%, é pequena e dificultada pela predominância masculina nos cargos de direção e presidência partidária e pouco representativa, uma vez que as mulheres correspondem 51% da população brasileira, segundo o censo do IBGE de 2010. Há o registro de um tímido crescimento de representação feminina em relação à eleição de 2010, quando foram eleitas 45, mesmo assim é fato que os cargos de direção partidária e das comissões executiva continuam sendo ocupadas por homens de forma majoritária que faz com que os partidos não priorizem as campanhas femininas, apenas cumpram a cota exigida na lei. O fato é que sem a reforma política que garanta a alternância de sexo, na gestão partidária, definição de candidaturas e a organização de alternância de sexo na ocupação das vagas do Poder Legislativo no âmbito dos partidos e das coligações, as mulheres continuarão sub-representadas no Parlamento.

Tabela 9 Câmara dos Deputados 55ª Legislatura 2015-2019 Grupos de atividade econômica

1º Grupo - Empresários - 200 parlamentares
2º Grupo Profissionais liberais - 169 parlamentares 58 advogados, 30 médicos, 21 administradores de empresas, 18 engenheiros, 12 economistas, dez jornalistas, além de outros como arquitetos, odontólogos, psicólogos, fisioterapeutas, geógrafos etc.
3º Grupo - Assalariados – 136 parlamentares, sendo mais de 30 servidores públicos, 23 professores, 15 policiais/delegados de Polícia, sete bancários/ economiários, cinco metalúrgicos, entre outros trabalhadores, como industriário, comerciário, técnicos, etc.
4º Grupo Natureza diversa - inclui desde atleta profissional, pastores evangélicos, bispos, cantores, humoristas, estudantes etc.
5º Grupo- Agricultores- 9

Fonte: DIAP

Tabela 10 Senado Federal 55ª Legislatura 2015/2019 Grupos de atividade econômica

1º Grupo - Profissionais liberais - 33 senadores - 9 advogados, 6 economistas, 4 administradores, 3 jornalistas e 2 engenheiros, entre outros, enquanto
2º Grupo - Empresários, que também inclui comerciantes e agropecuaristas- 28 senadores.
3º Grupo Assalariados – 19 senadores- 3 servidores públicos, 3 professores, 2 bancários,1 metalúrgico, 1 gráfico, 1 zootecnista e 1 técnico em telecomunicações, entre outros.

Fonte: DIAP

A eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara e um perfil do deputado

No início de 2015, a eleição da presidência da Câmara dos Deputados e da mesa diretora daria o tom e ocasionaria profundas mudanças que pude observar no funcionamento do

Poder Legislativo durante o trabalho de campo e que dá nome a este subtítulo do capítulo. A vitória do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados.

O peemedebista Eduardo Cunha em 2014 havia formado um bloco de enfrentamento ao governo da presidente Dilma Rousseff, desafiou o Poder Executivo e lançou a candidatura própria à presidência da Câmara dos Deputados. A inciativa colocava fim a um acordo entre PT e PMDB que se comprometiam a apoiar e garantir o revezamento das duas siglas no comando da Casa. Mesmo lançando candidatura própria, sem o apoio do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo, Cunha venceu o candidato do Partido dos Trabalhadores e da presidente da república, deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP).

O deputado Eduardo Cunha se torna desta forma detentor de um cargo chave no Poder Legislativo e nos pilares do poder. Desafiou o revezamento acordado entre os partidos para presidir a Câmara, saiu vitorioso, e mostrou que o apoio do PMDB ao presidencialismo de coalização e ao acordão da governabilidade não estaria consolidado e garantido.

O cargo de Presidente da Câmara dos Deputados viabiliza poderes, capital político e atribuições específicas determinadas pelo Artigo 17 do Regimento Interno da instituição. Entre as atribuições estão substituir o Presidente da República quando o vice-presidente também se ausentar do país e também ser constitucionalmente o terceiro na linha de sucessão no caso de vacância do cargo; as ações específicas de falar coletivamente pela instituição; organizar com o colégio de líderes formados por integrantes de partidos ou blocos partidários a agenda semanal de votações e o que é colocado em votação na ordem do dia; desempatar votações; suspender ou levantar sessões quando achar necessário; determinar o arquivamento e o desarquivamento de matérias legislativas e até convidar deputados a se retirarem do plenário por considerar que estão perturbando a "ordem".

O homem que assumiu a presidência da Câmara dos Deputados em 2015 e todos os poderes do cargo, tem, no entanto, perfil e a trajetória política controversa com as requeridas para até mesmo o exercício do mandato parlamentar. Em seu histórico político consta ligação com o tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor, Paulo Cesar Farias, o PC Farias, assassinado em situações misteriosas dias antes de depoimento à justiça. Eduardo Cunha era o responsável financeiro pelo comitê "collorido" na campanha de 1989 no Rio de Janeiro. Fernando Collor após vencer a disputa presidencial lhe retribuiu com a presidência da Telerj, companhia telefônica do Rio de Janeiro, a partir de indicação de PC Farias, mas em 1992, após um ano no cargo, foi exonerado depois de um escândalo de corrupção, acusado de

superfaturamento e contratação de servidores sem concurso em 1993. Também foi acusado de participação do esquema de corrupção de PC Farias.

Ressurge na cena política pelas mãos do deputado federal Francisco Silva, dono da rádio gospel Melodia. Cunha é evangélico e vira radialista na mesma emissora. É integrante da Igreja Assembleia de Deus onde construiu sua base eleitoral. Depois se une ao ex-governador Antony Garotinho, e também se torna integrante da igreja Sara Nossa Terra e ganha como padrinho político o pastor Silas Malafaia. Do então governador Garotinho, recebe em 1999 a presidência da Companhia de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (CEHB-RJ), cargo que é demitido após denúncias de fraude em licitações, inclusive falsificação de documentos. As ligações escusas e denúncias de corrupção não param por aqui, já foi investigado por movimentação financeira incompatível com a renda; por envolvimento em negócios em paraíso fiscal ligados a Furnas Centrais Elétricas e atualmente é acusado na operação Lavajato, ação da Polícia Federal que investiga lavagem dinheiro, por recebimento de propina e por ter contas secretas na Suíca.

Eduardo Cunha responde a sete processos em várias instâncias judiciais. São três processos no Supremo Tribunal Federal, um por uso de documentação falsa outro contra ordem tributária. Recentemente, no dia 3 de março de 2016, o plenário do Supremo decidiu pela abertura de processo criminal contra o presidente da Câmara responde por ter recebido US$ 5 milhões de propina relativa a contratos de navios-sonda da Petrobras. É réu em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual no Tribunal Regional da Primeira Região. No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro responde processo que trata de improbidade administrativa. No Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro ele responde por dois processos um sobre a captação ilícita de voto e outro por abuso de poder econômico em campanha eleitoral. Pela acusação de captação ilícita de voto ele também é réu em um processo no Tribunal Superior Eleitoral.

Uma cena à parte na carreira de denúncias de diversas modalidades de corrupção é o processo de perda de mandato parlamentar por quebra de decoro parlamentar que tramita no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Instalado em 03 de novembro de 2015, esse processo de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar já é o mais longo da história da instituição. No dia 9 de dezembro de 2015, um mês após a instalação do processo, uma decisão da "Mesa Diretora" destituiu o relator, encarregado de aceitar ou não as denúncias do processo, o deputado Fausto Pinato (ex PRB à época e atual PP).

A solicitação de destituição foi assinada pelo vice-presidente Waldir Maranhão (PP-MA) em que foi considerada uma manobra regimental do presidente da Câmara e da "tropa

Cunha" para impedir o avanço do processo. A decisão da "Mesa Diretora", assinada, portanto, somente pelo vice-presidente da instituição foi classificada de "golpe" pelo presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo. O atual relator deputado Marcos Rogério (PDT-RO) apresentou parecer favorável a continuação do processo que foi aprovado por 11 votos a 9 no dia 15 de dezembro de 2015. No entanto, até final de abril de 2016, o processo continuava sem andamento no Conselho de Ética, enquanto corria a todo vapor e já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados o processo de impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff.

Em resumo: casos de corrupção, desmandos orquestrados em benéfico próprio e também aliados de última hora entre outras tantas polêmicas envolvendo o presidente da Câmara em 2015. Foi mais ou menos este o contexto que encontrei quando retomei o trabalho de campo e a pesquisa no Congresso Nacional.

Outra característica peculiar deste momento do parlamento brasileiro é que o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha também aproveita-se do cargo para implementar o que está sendo conhecido como "agenda conservadora de votação", e se constitui pelo desarquivamento e promoção da tramitação de projetos que representam inclusive retrocessos de conquistas de direitos da sociedade. Como exemplo, o caso do projeto de lei 5069/2013, apresentado em 27 de fevereiro de 2013, de autoria de Eduardo Cunha, Isaías Silvestre (PSB/MG) , João Dado (PDT/SP) e outros, assim como consta no relatório da proposição legislativa oficial da instituição, e que modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13).

A polêmica da matéria legislativa é que ela criminaliza orientações para medidas abortivas e as práticas de profissionais de saúde até mesmo em casos de violência sexual e pode, mediante interpretação, da lei abrir precedentes para incluir também no escopo da criminalização a orientação do uso de pílulas do dia seguinte. A proposta de Eduardo Cunha estabelece penas de seis meses a dois anos para quem induzir, instigar ou ajudar gestante em procedimentos de aborto. A pena é agravada para um a três anos de detenção se a indução for realizada agente de serviço público de saúde ou quem é médico, farmacêutico e enfermeiro. O profissional pode também se recusar a indicação ou administração que subjetivamente ele considere como abortivo, como no caso, a pílula do dia seguinte, vendida atualmente nas farmácias sem que seja necessária prescrição médica, Dessa forma, um farmacêutico pode se recusar a fornecer a pílula do dia seguinte.

Atualmente, ao relatar ser vítima de violência sexual a mulher recebe no serviço público de saúde a pílula do dia seguinte, o procedimento que hoje é chamado profilaxia da gravi-

dez. O projeto de lei também regride no que tange o tratamento dado às mulheres vítimas de estupro, porque obriga que seja realizado um exame de corpo de delito pela autoridade policial, não sendo somente válido o relato da vítima e o testemunho do profissional que prestou atendimento no serviço de saúde como é atualmente em que o procedimento de profilaxia da gravidez é oferecido gratuitamente sem a exigência de provas.

Em 2015 o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, por meio de seu capital político, promoveu o desarquivamento do projeto de lei, que havia sido arquivado em 2013, e a votação do projeto que retira conquistas dos direitos das mulheres na comissão de Constituição Justiça e de Cidadania, no dia 21 de outubro de 2015.

A matéria estava pronta para pauta, ou seja, para inclusão na ordem do dia e votação em plenário. Em 24 de dezembro de 2015, consta no histórico de tramitação do projeto de lei que a coordenação de comissões permanentes recebeu ofício da Agência Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP - se manifestando contrariamente à aprovação do projeto de lei. A alteração da Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13) é um retrocesso visível nos direitos adquiridos das mulheres.

No Brasil, segundo dados do 9º Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2015, que reúne as estatísticas criminais do País baseada em informações fornecidas pelas Secretarias de Segurança, referentes a 2014, de cada uma das 27 unidades federativas do País, os números de estupro registrados são aterrorizantes e soma a média de 130 casos registrados por dia, isso do ponto de vista oficial em que a vítima denuncia o agressor, contabilizando um total de mais de cinco crimes de violência sexual por hora ou cerca de um a cada 11 minutos, de um total de 47.646 registrados em 2014.

Na mesma linha de imprimir o caráter conservador tendo como alvo o corpo das mulheres, que são minoria no parlamento, e de forma a corresponder os anseios de sua base eleitoral e aliados os evangélicos, Eduardo Cunha também é autor do projeto de lei 1545/2011, que estabelece pena de seis a 20 anos e cassação do registro profissional a médicos que realizarem aborto fora das condições previstas no Código Penal (quando a gestante corre risco de vida e a gravidez resulta de estupro) sendo nesse caso, realizado por aprovação da gestante ou, sendo menor ou outros casos pela autorização de seu representante legal.

No exercício de seu quarto mandato consecutivo na Câmara dos Deputados, anteriormente Eduardo Cunha, graças à base eleitoral evangélica, havia sido eleito para deputado estadual pelo PPB do Rio de Janeiro de 2001 a 2003. Foi eleito pela primeira vez para o Poder Legislativo Federal em 2003-2007 pelo PPB e sucessivamente pelo PMDB em 2007-2011, 2011-2014, quando foi líder do PMDB de 2013 até assumir a presidência da instituição.

Não consta em seu currículo parlamentar a presidência de comissão ou cargo na mesa diretora. Na verdade, antes de 2015, não fez parte da cúpula de poder partidária da Executiva Nacional do PMDB, nunca o vi encaminhando votação, relatando uma matéria legislativa ou discutindo, seja em comissão ou plenário. Esse fato pode não ser tão relevante, mas diante de tantas mudanças implantadas pela sua atuação como presidente da Câmara dos Deputados, seu quase anonimato, até então, é algo surpreendente.

No Senado Federal, o presidente era o senador Renan Calheiros (PBDB-AL) cujo perfil já mencionei de forma sucinta em subtítulo deste capítulo em que abordo os protestos de junho de 2013, que foi reeleito em 2015 para o mandato de dois anos.

Diante desses dois comandantes que presidem respectivamente o Senado Federal e a Câmara dos Deputados em 2015, é que dou início a uma segunda etapa de trabalho de campo no Congresso Nacional como uma "de fora" em um momento que considero emblemático e de retrocesso do parlamento brasileiro em que é iminente a falência dos partidos e do sistema político.

Relato 2 - Dia 26.08. 2015. Observando a Era Cunha

A ansiedade da primeira entrada no campo ainda no final de 2014 no Congresso Nacional, em que buscava com avidez entrevistas de algumas pessoas que se posicionaram de forma enfática sobre a ação coletiva de junho de 2013 se repetia. Algumas dessas pessoas como os senadores Pedro Taques e Pedro Simon e o deputado Domingos Dutra não estavam mais no exercício de seus mandatos. Taques, autor do projeto de lei que estabelece corrupção como crime hediondo, que inclusive chegou a ser votado no Senado Federal após as manifestações populares de 2013, foi eleito governador do Mato Grosso. Simon e Dutra fizeram discursos de referência durante os protestos e não conseguiram se reeleger.

Pedro Simon era um dos mais velhos e experientes senadores foi derrotado nas urnas, depois de ocupar por 32 anos uma cadeira como representante do Rio Grande do Sul no Senado Federal foi derrotado nas urnas por Laiser Martins (PDT).

Domingos Dutra deputado pelo PT é um dos mais ferrenhos inimigos do clã Sarney no Maranhão, em 2010 fez greve de fome para que o seu partido não apoiasse a candidatura de Roseana Sarney, o rompimento aconteceu em agosto de 2013 devido à aliança do PT com José Sarney como relatou em entrevista publicada no blog do jornalista Fernando Rodrigues "É mais fácil o PMDB abandonar o PT, caso Dilma não se reeleja presidente, do que o PT se desgrudar de Sarney. 2014 está chegando e o PT continua no curral do Sarney".

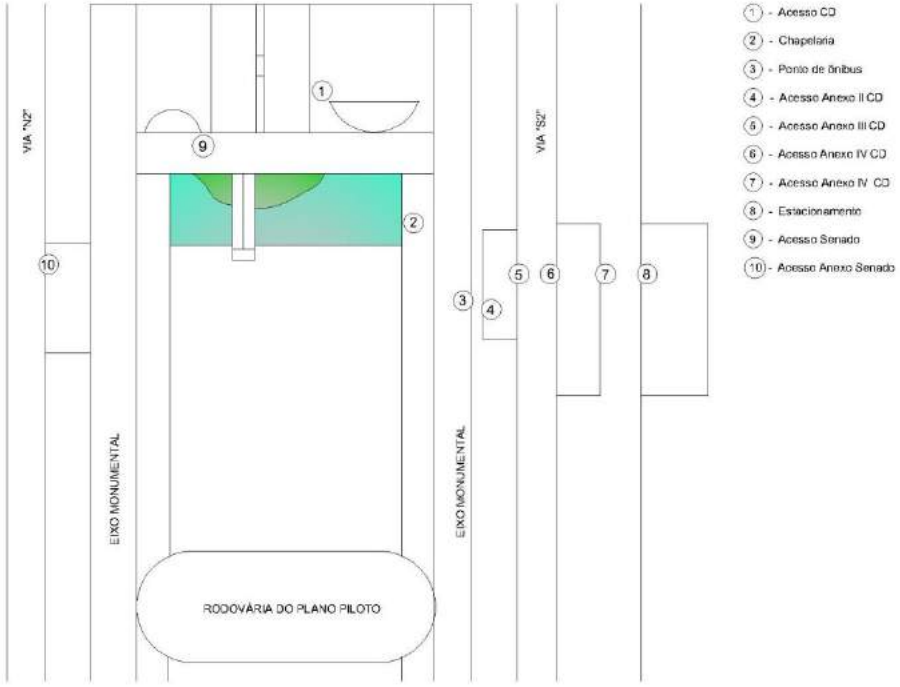
Mas, além dos protestos de junho de 2013, outros assuntos resultados dos desdobramentos das manifestações públicas, como o projeto de lei do terrorismo 2016/2015, do poder executivo, também acabara por entrar no hall dos meus objetivos e fez surgir novos sujeitos que eu interessava em entrevistar. Como é o caso do deputado federal Arthur Maia (SD-BA) que não se manifestou em plenário sobre a ação coletiva de junho de 2013, mas era o relator do projeto de lei que tipificava o crime de terrorismo e abriu lacunas para interpretação e enquadramento de ações de manifestantes e movimentos sociais.

O projeto de lei, que foi apresentado em 18 de junho de 2015, tramitou em regime de urgência por solicitação do Poder Executivo e na segunda entrada no campo, já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados em 13 de agosto de 2015 e já tramitava e era discutido no Senado, também já constava no questionário de entrevistas semi-estruturadas que eu havia elaborado e ia encaminhar aos parlamentares. Simples assim: chegar, apresentar a solicitação de entrevista, o questionário e marcar a entrevista. Bom, até então esses eram meus planos e era isso que acreditava que ia acontecer.

Naqueles dias sob os auspícios da presidência da Câmara dos Deputados de Eduardo Cunha, eleita e apoiada em sua maioria pela bancada da bala, da bíblia e do boi que eu iria enfim, conhecer os efeitos e as alterações dessa conjunção no funcionamento da instituição. Tudo pronto. Acordo cedo, mas estou atrasada, afinal os 240 quilômetros que separam Goiânia de Brasília às vezes podem levar horas dependendo do trânsito e de ocorrências imprevistas. Chego a Brasília pelo “caminho de casa”, avenida das nações, avenida L4, acesso a S2, avenida dos anexos e que dá acesso ao anexo IV da Câmara dos Deputados. “Agora é descer entrar e marcar as entrevistas”, pensei.

O acesso ao prédio do Congresso Nacional a partir desse dia de trabalho de campo começa a ser uma questão preponderante. Para melhor entendimento das dificuldades ocasionadas pelo acesso e a circulação no prédio fiz um mapa dos acessos ao prédio do Congresso Nacional.

Mapa 1 Acessos ao prédio do Congresso Nacional



1- Acesso edifício principal da Câmara dos Deputados (Torre) – Via Eixo Monumental.
2- Acesso de autoridades e funcionários, imprensa credenciada- somente com crachá, ou pessoas que acompanham parlamentares e autoridades – Chapelaria – Câmara e Senado
3- Ponto de ônibus no Eixo Monumental
4- Acesso Anexo II Câmara dos Deputados – Próximo ao Eixo Monumental
5- Acesso Anexo III Câmara dos Deputados – Corredor das Comissões
6- Acesso Anexo IV Câmara dos Deputados – Gabinetes dos Parlamentares
7- Acesso Anexo IV Câmara dos Deputados – Gabinete dos Parlamentares – essa entrada é muito utilizada pelos funcionários e credenciados por ficar próximo ao estacionamento – era acessível também para visitantes.
8- Estacionamento para funcionários e credenciados da Câmara dos Deputados
9- Acesso ao edifício principal do Senado Federal (Torre) – Via Eixo Monumental
10- Acesso ao anexo do Senado Federal

Estou na porta do prédio em que se encontram a maior parte dos gabinetes dos deputados federais o anexo IV, acesso 7 no mapa, o prédio de dez andares, que fica na lateral das duas torres. A fachada é toda em vidro transparente mais em uma cor mais escura em um tom

para o caramelo, venezianas móveis amarelas cobrem toda a fachada. No 10º andar desse prédio há um restaurante e uma confeitaria para lanches rápidos, grandes vitrais redondos dão de um lado uma vista privilegiada do prédio do Congresso Nacional e do outro lado uma vista ampla do Lago Paranoá. Neste andar há um espaço onde acontecem exposições, viveiros de pássaros e um salão com piso verde carpetado com algumas cadeiras que já descrevi que foram criadas por Oscar Niemeyer e Ana Niemeyer sua filha.

"Agora é só entrar, encarar a fila do elevador e ir ao 8º andar tentar falar com o deputado Chico Alencar". Bom, esses eram os planos que tinha em mente e na minha ideia iam se concretizar a poucos passos dali. No entanto, chego à porta do estacionamento dos deputados e a grade está fechada, assim como nos dias dos protestos de junho, em que todas as entradas estavam fechadas e o acesso ao prédio até para funcionários e credenciados era feita pelo anexo III, acesso 5. O funcionário terceirizado com o crachá de "autorizado" vestido de uniforme, de calça verde e camisa branca, interrompe a minha entrada: "Para pessoas sem crachá a entrada é só pela entrada principal do anexo IV". Acesso 6 no mapa.

Percebi que muitas das mudanças no acesso ao prédio, medidas que foram tomadas nos protestos de junho de 2013 e que eram uma exceção tinham virado regra. Era só o início de uma série de verificações que viriam a seguir de diversas alterações e procedimentos de aumento de segurança intensiva, controle e limitação da entrada e do acesso de pessoas "de fora" implementadas pela "Era Cunha" e sua gestão na presidência da Câmara dos Deputados. Pela necessidade de chegar à entrada principal dei a volta em todo o prédio, passando pela calçada que rodeia o prédio na esperança de fugir do sol quente e ter uma trégua no tempo seco de agosto em Brasília.

Ao chegar à portaria dirijo-me a uma das recepcionistas da empresa terceirizada que vestiam o uniforme parecido do funcionário da grade, mas as camisas brancas eram adornadas por lenços verdes amarrados ao pescoço. Eu não conhecia esse uniforme e com certeza a gestão Eduardo Cunha havia aberto uma licitação e contratado outra empresa para os serviços de recepção da instituição, diferente da que durante anos vi fazer o serviço de recepção.

Além das duas recepcionistas, três integrantes da polícia legislativa estavam próximo ao balcão da recepção, duas mulheres e um homem. Causou-me estranhamento esse número de policiais, sendo que era comum ficar somente um policial legislativo na portaria que averiguava a tela da esteira das bolsas no aparelho detector de metais. Coloco as bolsas na esteira para averiguação e passo pelo detector de metais, o aparelho apita, tiro o cinto e algumas pulseiras de ferro prateado.

Consigo, enfim, entrar no prédio do anexo IV, mas uma fila imensa do elevador me faz desistir de começar a entregar as solicitações de entrevistas nos gabinetes dos deputados federais. Ao todo são oito elevadores, sendo que quatro para o uso privativo dos deputados federais e seus acompanhantes e os outros quatro são para o uso de funcionários, visitantes, jornalistas e quem mais vier e estiver na Câmara dos Deputados. Só pra ter uma ideia, não é raro que comitivas inteiras de servidores, sindicalistas, prefeitos e vereadores irem aos gabinetes, além do trânsito diário de funcionários, dependendo do dia, essa fila pode ser bem extensa.

Como o tempo é precioso e preciso que ela renda, resolvo ganhar tempo e ir ao arquivo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para solicitar a gravação das sessões de junho de 2013 que vou abordar no trabalho. Desço ao subsolo pela escada e chego às esteiras no túnel que passa embaixo da rua do anexo. São duas esteiras separadas por um corredor em que o chão e as paredes são revestidas de carpete amarelo. Seguindo reto há uma entrada para o auditório Nereu Ramos, para ir ao anexo II há duas escadas rolantes. Chego ao salão em frente a entrada do anexo II, que está abarrotado de pessoas, servidores da polícia federal e do judiciário que reivindicam aumento de salário.

Na entrada do corredor das comissões, que fica à esquerda para quem vai em direção ao plenário, há um enorme pôster em branco e rosa com uma mulher grávida, propagandeado o projeto de lei do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, que modifica o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. O cartaz anuncia "Em defesa da vida, não ao aborto", numa notável incoerência já que o projeto impede que uma vida já em curso possa ter direito ao acesso de não gerar uma outra vítima de uma mesma violência que é o abuso sexual. O cartaz me chama atenção e naquele momento só tenho a impressão que esse é o cartaz que se refere ao projeto, anoto para depois certificar se ali se achava uma propaganda da agenda legislativa da "bancada da bíblia".

Na minha intenção de ir até ao arquivo da Câmara dos Deputados e ganhar tempo subo a rampa dá acesso à biblioteca à direita e à esquerda ao plenário. Havia um grande tumulto e uma barreira no longo corredor de acesso ao salão verde. Na tentativa de explicar a qualquer um dos dois policiais legislativos que se encontram no acesso impedindo a passagem das pessoas que preciso ir ao arquivo e que sou pesquisadora, tento me aproximar e passar pela multidão de gente.

Ao conseguir chegar onde a entrada está bloqueada me encaminho a um dos funcionários e argumento que não vou ao salão verde. "Senhor, boa tarde, eu preciso ir ao arquivo da Câmara e do Senado para a realização de uma pesquisa acadêmica, não irei passar pelo salão

verde, eu vou passar por baixo". Eu explicava ao policial legislativo que iria descer a escada logo à direita antes de entrar no salão verde e ainda mais, que eu sabia o caminho. Minha ideia era ir ao arquivo da Câmara que é quase um labirinto, que fica próximo ao corredor do salão negro e que dá acesso à chamada "chapelaria" entrada mais próxima ao plenário e também mais utilizada por parlamentares e autoridades, de lá seguiria por este corredor e entraria no Senado também na intenção de ir ao arquivo, que fica, após o corredor conhecido como túnel do tempo, próximo ao auditório Petrônio Portela.

O jovem senhor integrante da polícia legislativa, me disse que ninguém podia passar, mostrei a carta de apresentação do meu orientador que atestava que eu estava em trabalho de campo e pesquisa, no entanto, a resposta foi "Ninguém passa sem crachá, você vai depois". O clima era de conflito, muita gente querendo passar, gente irritada nervosa, cartazes, gritos de guerra, apitos.

A confusão clássica da Câmara dos Deputados, mas só que agora eu estava lá e sem crachá como uma "de fora", então percebi que meu acesso aos espaços era limitada, ou seja, eu estava em trabalho de campo com prazo, com tempo para realizar a pesquisa etnográfica e as entrevistas e a minha circulação estava comprometida. Já haviam se passado quase duas horas desde a minha chegada, havia parado para fazer anotações, mas até aquele momento eu não havia avançado em meus propósitos, o que começou a ser preocupante. Da minha inicial convicção de que seria tranquilo o meu trabalho de campo no Congresso Nacional a minha impressão nessa segunda entrada de campo era que essa a "era Cunha" não era um bom momento do parlamento brasileiro para fazer uma pesquisa como uma "de fora".

Pensei em tentar entrar pelo prédio principal, acesso próximo as duas torres, poderia ser que conseguisse. Nesse intuito voltei à entrada do anexo II, caminhei pela avenida do anexo II entrei em um pequeno estacionamento que fica ao lado da biblioteca e à direita do anexo II. Caminhei por esse estacionamento e passei por um pequeno túnel que dá acesso a um estacionamento que fica na descida da Esplanada já quase próximo ao prédio do Supremo Tribunal Federal.

Atravesso as quatro pistas da Esplanada, caminho em direção à minha esquerda, passo pelo jardim próximo às palmeiras, caminho em direção ao acesso do edifício principal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esse caminho foi mais uma volta que tive que dar com o objetivo de chegar ao arquivo, o que não tive êxito. O funcionário terceirizado com o mesmo uniforme verde e branco me informou que em dia de sessão a entrada era somente pelo anexo II para pessoas sem crachá ou "de fora".

Quando voltei à entrada do anexo II já passavam das 16 horas da tarde, eu havia andado mais de vinte minutos em um dia de primavera brasiliense sem ter tido nenhum sucesso de chegar ao arquivo. Volto para observar o corredor de acesso ao salão verde e o tumulto continua. Não adiantava tentar e muito menos argumentar, fazer valer a minha intenção e direito de transitar pelo o espaço público que é a Câmara dos Deputados e ironicamente é chamada pelos próprios parlamentares de "Casa do povo", mas que mais parecia agora ser a "Casa do Cunha", pois segundo meus informantes todas as alterações relacionadas ao acesso e fechamento das entradas do prédio eram ordens do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, cumpridas pela Diretoria Geral.

A constatação de que eu talvez sequer conseguiria chegar ao arquivo nem da Câmara e nem do Senado, depois de uma obstinada insistência e caminhada, me fez voltar ao anexo IV e ver como estava a fila do elevador para entregar as solicitações de entrevistas. Quando cheguei lá havia uma pequena fila, fui para o 8º andar onde ficam os gabinetes de dois parlamentares que iria encaminhar o questionário Chico Alencar e Arthur Maia.

Chego ao meu destino, o andar dos gabinetes, em frente aos elevadores um salão vazio de piso granito que dá acesso aos compridos corredores que tem o piso cobertos por carpete verde, um fica à esquerda e outro à direita. Em cada corredor há gabinetes dos dois lados. Uma placa exposta em cada lado lista o nome dos deputados e o número do gabinete. Tanto o gabinete de Chico Alencar 848 quanto o de Arthur Maia 830 estão para o lado esquerdo, o que é economia de tempo e de passos, o que a esta altura já era bem vinda.

O anexo IV da Câmara dos Deputados, devido ao aumento do número de deputados, sequer abriga os gabinetes dos 513 deputados, os gabinetes são pequenos, não são suntuosos em tamanho e layout original, diferente dos gabinetes parlamentares no Senado Federal, por exemplo. Há unidades também no anexo III e consta no Regimento Interno que a definição é feita por sorteio. A estrutura das paredes não é de alvenaria e sim de um material modular de paredes móveis, muito utilizado em escritórios chamado eucatex na cor amarela.

O gabinete parlamentar eu acredito não passa de 35m² e em seu layout original é composto por uma ante sala com um recuo para um pequena sala de espera onde geralmente cabem duas cadeiras e há espaço para um frigobar e em um espaço mais aberto há para cerca de 4 mesas de escritório e respectivas cadeiras. Nesta antessala há uma porta de acesso à sala do parlamentar, onde há também um banheiro privativo Há também portas nas salas dos parlamentares que vão diretamente para o corredor, tendo, portanto, o gabinete parlamentar duas entradas e duas portas.

Caminho pelo corredor e chego ao 848, gabinete de Chico Alencar, neste momento uma outra pergunta já havia surgido para ser incluída no questionário que eu viria a encaminhar aos deputados e era sobre as mudanças da Casa na "Era Cunha". Impressionam-me as alterações que ele fez no que diz respeito a circulação e entrada de pessoas, em que parecia que dias de exceção haviam se tornado regra. Em anos de trabalho no Congresso eu já havia esquecido o meu certificado de ser "de dentro", o crachá, mas isso nunca impediu a minha circulação e a realização das minhas atividades. O fato é que havia um processo em curso de arrefecimento e controle da entrada de pessoas na Câmara dos Deputados implementado pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha que eu nunca havia visto igual.

Apresento-me à secretária e pergunto pelo chefe de gabinete. Ela se antecipa e se apresenta. Sou bem recebida pela chefe de gabinete de Chico Alencar, falo sobre a minha pesquisa em antropologia social sobre os protestos de junho de 2013 e da proposta de fazer uma etnografia do Congresso Nacional a partir do discurso oficial e a visão da instituição sobre as manifestações públicas.

A funcionária fica interessada e diz que é só uma questão de marcar agenda, o que está complicado, mas se coloca à disposição para me ajudar e que o deputado provavelmente interessa em participar. Ela comenta que é cientista social e que o tema da pesquisa é oportuno. O comentário dela se faz mais oportuno ainda e me sinto à vontade para falar sobre o meu dia de trabalho de campo e me permito um desabafo.

> Cláudia : Como isso aqui está diferente, hoje não consegui entrar pelo anexo VI, onde sempre entrei no prédio e por onde qualquer pessoa "de fora" e sem crachá entrava precisando só se identificar e passar as bolsas pelo aparelho – desabafei. Estou exausta fiquei mais de uma hora tentando ir ao arquivo, tem um monte de policial legislativo em todas as entradas, o deputado podia falar disso também. Ela ri e me diz apenas:
> P2: Cláudia pega meu cartão e me encaminha um e-mail vou passar sua solicitação de entrevista para o deputado. Na resposta do seu e-mail te mando uma matéria que fala como estão as coisas por aqui.

Agradeço, reflito na certaza de que a "Era Cunha" não era apenas uma impressão e sim uma convicção. Parece que o poder havia subido à cabeça do deputado de DNA "collorido", que tinha fama e o que as pessoas comentavam sobre ele nos bastidores do Congresso Nacional é que ascendeu a cargos públicos por ter sido aspone do tesoureiro de Fernando Collor, Paulo César Farias. No meio político chamamos por este nome um funcionário que não tem uma função definida, não há entendimento sobre o que ele faz, o vemos carregando a pasta, documentos, ciceroneando o político, sem ter que apresentar uma produção no que consiste a realização de assessoria parlamentar ou política, o que pode também entendido como um

dos integrantes funcionais do "cordão dos puxa sacos" tão comum na política, que inclusive tem uma colocação e um cargo público.

Com esse histórico Eduardo Cunha mostrava que além de retrógrado, manipulava com mão de ferro a estrutura administrativa e os espaços públicos da Câmara dos Deputados. Encaminho o e-mail do meu aparelho celular para que a chefe de gabinete não se esquecesse de mim e ainda no dia 26 de agosto de 2015, recebo o e-mail com um anexo e a seguinte frase: "Cláudia, conforme te falei, segue matéria que foca a aquisição de armamentos para a Casa e também dados da dificuldade de acesso das pessoas à Câmara, na era Cunha". A matéria com o título "Os muros do castelo de Eduardo Cunha", de Maíra Streit, abordava justamente o que pude conferir e relatar em meu trabalho de campo, entre outros detalhes. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/semanal/os-muros-do-castelo-de-eduardo-cunha/>. Acesso em: 26 agos. 2013.

A alteração nos procedimentos com visitantes, representantes de movimentos sociais e jornalistas, investimentos em repressão são descritos na matéria jornalística como um plano de controle que se coloca em curso, em 2015, orquestrado pelo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, que ao entrar no gabinete da presidência da instituição se autonomeia e age como um soberano de uma corte autocrática, manobrando e não cumprindo o Regimento Interno que é a legislação e o ordenamento jurídico a ser seguido pela instituição enquanto poder autônomo e democrático, proibindo e restringindo a entrada de representantes de segmentos da sociedade civil e de pessoas no espaço público retoricamente denominado a "Casa do Povo".

Um parêntese de reflexão a partir da minha conversa com a chefe de gabinete. Já paira sobre mim um certo desânimo, além das minhas impressões e estranhamentos iniciais. Vou ao gabinete 830 do deputado do deputado Arthur Maia, no mesmo corredor que fica o de Chico Alencar, identifico-me e sou recebida pelo chefe de gabinete, falo que gostaria de falar sobre a relatoria dele sobre o projeto de lei 2016/2015 que tipifica o terrorismo. Combino de encaminhar o questionário.

Prossigo minha caminhada pelo anexo IV, desço para o 7º andar e vou ao gabinete do deputado Ivan Valente (PSOL- SP), falo com o assessor que me orienta a encaminhar a solicitação de entrevista e o questionário diretamente para a secretária do deputado, não há o cargo de chefe no gabinete. A próxima parada é no 3º andar, no 310, gabinete do deputado Chico Lopes (PC do B-CE), o conheço de vista o deputado de reuniões da ADUFC (Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará), onde trabalhei, ele estava no gabinete, mas me cumprimenta rapidamente e sai. Deixo a solicitação de entrevista com o chefe de gabinete e fico de encaminhar o questionário por e-mail. Estava tendo ordem do dia, em todos os gabi-

netes em que fui os deputados estavam em plenário. E a minha condição de "de fora" me excluía da possibilidade de tentar uma abordagem pessoal para falar sobre a pesquisa no salão verde, prática costumeira e usual das abordagens jornalísticas.

Concentrada em meus pensamentos e nas impressões o que vi, ouvi e observei nesse dia de trabalho de campo, desço as escadas do terceiro andar ao subsolo, assim como fiz desde o 8º andar. Ainda vou tentar ir ao arquivo solicitar as cópias de gravações necessárias à pesquisa. Passo pela esteira rolante que fica por baixo da rua do anexo, subo a escada rolante, no mesmo caminho. O corredor em que fui barrada está liberado.

No pequeno corredor que dá acesso ao salão verde há um policial legislativo, mas como posso fazer outro caminho, descer as escadas e passar pelo corredor próximo ao salão negro, viro à direita para chegar ao labirinto do arquivo. Adentro a um longo corredor, nesta parte da Câmara dos Deputados o piso é de material paviflex na cor preta, há obras de arte nas paredes, passo por uma copa, desço as escadas, ao final há um corredor à direita, mais um lance de escada que você acredita não existir mais nada, mas há ainda mais uma escada e um minúsculo corredor com um balcão.

Eis que chego ao que tinha escolhido ser o meu primeiro destino, já que é necessário solicitar as cópias o quanto antes, porque o arquivo tem como prioridade atender as solicitações internas da Casa e dos parlamentares ficando as solicitações externas para ser atendidas posteriormente, o que leva tempo. Andei rápido do anexo IV até o arquivo que é próximo ao edifício principal, cerca de 1km ou mais mas já são 8 horas da noite e o arquivo já estava fechado, pois inclusive já havia terminado a ordem do dia. Obrigada senhor Eduardo Cunha!

Mesmo dando com a cara na porta do labirinto que é o arquivo da Câmara dos Deputados, obstinada, decido andar mais um 1km e chegar ao arquivo do Senado. De volta ao corredor acima e próxima ao salão negro, sigo reto, passo pelos caixas eletrônicos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Já está mais calmo, vai ser mais fácil conseguir chegar lá, já era assim que eu pensava após um dia de idas e vidas e voltas na tentativa de ir ao arquivo e entregar solicitações de entrevistas. Chego a um balcão próximo à escada que dá acesso ao salão azul, próximo ao plenário do Senado. É necessário se identificar e passar por outro aparelho detector de metais.

No balcão do Senado, que é interno, não há policiais legislativos. Informo ao funcionário terceirizado que vou ao arquivo e o senhor que me atende quer que eu informe o ramal, digo que não sei o ramal, mas que é ao lado do auditório Petrônio Portela que é para solicitar material para a realização de uma pesquisa acadêmica. Mostro a carta salvaguarda do meu orientador. Convencido da minha condição de pesquisadora o funcionário me autoriza prosse-

guir, recebo o adesivo de visitante na cor azul que se soma ao adesivo cinza, de visitante da Câmara dos Deputados, 32119.

Ao subir a escada em formato de caracol que tem corrimão de alumínio e piso em carpete azul passo pela entrada da presidência do senado logo em frente e vou em direção ao túnel do tempo. O salão azul é bem menor em tamanho e nele não há obras de artes. Na parede de vidro que dá vista para a lateral da esplanada dos ministérios há a exposição de forma enfileirada de todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. À esquerda uma grande divisória de vidro em forma circular que fica do lado também à esquerda da entrada do plenário ao qual chamamos o "aquário", onde ficam os jornalistas dos veículos de comunicação da instituição, em frente ao "aquário" e do lado direito da entrada do plenário o comitê de imprensa, que mesmo menor em tamanho tem uma privilegiada vista do gramado em frente ao Congresso Nacional.

Pouca gente já circulando pelos corredores, uma equipe de jornalismo, grava no cenário do túnel do tempo que está à direita. Essa passagem que na verdade é um túnel de concreto armado que por baixo da Esplanada, recebe esse nome por ter registros sobre a história do parlamento brasileiro desde a primeira república. Entre outras fotos que tenho lembrança de observar nas passagens por ali estão a morte de João Pessoa, considerada o estopim da revolução tenentista de 1930, e uma foto que mostra tanques e soldados na ofensiva de fechamento do Congresso Nacional pela ditadura militar.

Em tom natural de cinza cimento das paredes ao teto e piso de granito, passo pelo túnel em direção ao arquivo que fica após o final deste corredor que também dá acesso aos plenários das reuniões e as "alas" onde ficam os gabinetes parlamentares dos senadores. Uma porta de vidro escrita "arquivo" logo à esquerda, após o jardim interno dos gabinetes dos senadores, projetado por Burle Marx. Entro na porta que está aberta e fico feliz. "Tem gente?" Pergunto no ambiente que está iluminado, mas deserto. Há um balcão com um vidro e uma persiana que estão fechados. Aperto a campainha, quem sabe não há alguém ainda. Ninguém responde. À esquerda logo após a entrada do auditório um ambiente cercado, protege uma parte, ou que sobrou do mobiliário de madeira escura do plenário da antiga sede do senado, o Palácio Monroe no Rio de Janeiro, um conjunto de mesas com alguns grandes microfones de ferro prateados e cadeiras.

Considerando que pelo adiantado da hora não me resta fazer mais nada a não ser ir embora, me convenço que não posso encerrar o dia de pesquisa sem passar antes pelo corredor dos gabinetes dos senadores, na esperança de que algum deles, a quem necessito fazer contato ou que possa entregar uma solicitação de entrevista esteja aberto, o que já é um adian-

to. Depois de horas tentando chegar ao arquivo, tudo podia ser um adianto, inclusive porque depois de duas entradas no campo em que os planos não saíram como havia pensado, era necessário aproveitar melhor e o quanto antes ir atrás de meus sujeitos e interlocutores alvo, os parlamentares. Caminhado do auditório Petrônio Portela em direção ao túnel do tempo, viro no corredor à esquerda a Ala Teotônio Vilela.

No senado as paredes dos gabinetes são de alvenaria, pintadas de branco o piso em granito e o espaço, bem maior, são detalhes que os diferenciam dos gabinetes parlamentares da Câmara dos Deputados. Há gabinetes nos dois lados do corredor da Ala Teotônio Vilela, há outras alas do senado que abrigam gabinetes e alguns ficam também na torre do senado no edifício principal. Passo pelo corredor atenta para ver se encontro uma porta aberta à minha entrada e entrega de solicitação de entrevista, que nesse momento começar a se tornar uma preocupação. Apesar da hora a porta do gabinete do senador Randolfe Rodrigues está aberta, entro e quem me atende é o chefe de gabinete, mais uma vez explico a proposta da pesquisa, argumento sobre a necessidade de contribuição para que possa realizar a etnografia do Congresso Nacional. Pego o seu contato de e-mail para enviar o questionário e me despeço, agradecida pela atenção.

Já não estava tão confiante e repleta de incertezas quanto à realização do meu cronograma de pesquisa, caminho pelos corredores quase vazios. No caminho de volta passo tranquilamente pelos corredores estou a alguns uns 3 km do anexo IV onde deixei meu carro. Atravesso túnel do tempo, e desta vez não preciso passar pelo corredor no andar de baixo próximo ao salão negro, passo pelo salão azul e pelo detector de metais instalado internamente no espaço de transição que separa a Câmara dos Deputados do Senado. Chego ao salão verde que àquela hora é o retrato da calmaria, atravesso o corredor para o anexo II, desço a escada rolante, passo pela esteira, subo do subsolo ao térreo do prédio do anexo IV, saio pela entrada da garagem dos deputados e depois pela grande que dá acesso à rua onde estacionei entre a garagem dos deputados e dos funcionários credenciados, até a Tati com seu furgão de tapioca já foram embora.

A fome aperta com a lembrança da tapioca que por alguns anos fui freguesa. Ia encontrar as amigas, mas ficou tarde, passou da hora. Melhor forrar o estômago e ir dormir e chegar sem fome no pouso solidário concedido por uma amiga, que estava garantido de terça para quarta. De passagem por uma quadra na Asa Sul, que não me lembro mais qual era, pois esse detalhe já não anotei no caderno de campo, paro porque está bem vazia, pouca gente na rua, como um sanduíche natural longe dos agitos e bares e restaurantes das quadras badaladas da capital federal. Na mente um pensamento - Não vai ser fácil como eu pensei. - Afinal, as prá-

ticas de controle e modus operandi da "era Cunha" são incisivas e soberbas, aliadas a um momento em que era nítido e notável um clima de conflito político e de descontentamento interno e externo no Congresso Nacional. Com essas reflexões e menos otimista do que na primeira vez que tinha ido a Brasília, encerrei o meu segundo dia de entrada no campo no Congresso Nacional.

No outro dia acordo e recebo a notícia de que meu pouso solidário não teria como se ampliar para a noite de quarta para quinta. Minha amiga iria receber visita inesperada de parentes. A falta de um pouso solidário em Brasília às terças e quartas é um caso sério. A movimentação e ocupação hoteleira da cidade gira em torno do funcionamento político e administrativo da capital federal, o que significa que a cidade fica cheia durante a semana, principalmente nos dias de sessões deliberativas do Congresso Nacional que costumam ser de terça à quarta e ocasionalmente às quintas se houver convocação extraordinária, quando se torna vazia e quase uma cidade fantasma aos finais de semana. Ao dizer isso não me refiro ao Distrito Federal que inclui as cidades satélites, ocupações urbanas no entorno de Brasília, mas, à Brasília especificamente que reúne em sua concepção original somente quatro bairros específicos Asa Sul e Asa Norte e Lago Sul e Lago Norte. Mas o fato é que conseguir um local acessível financeiramente para dormir em Brasília, ainda mais em cima da hora é praticamente impossível.

De volta à Esplanada observo o gramado em frente o prédio do Congresso Nacional. Servidores do Poder Judiciário estão posicionados e se mobilizam com faixas, apitos e vuvuzelas, está em tramitação uma proposta de reposição salarial para os funcionários deste segmento. Viro à direita em direção ao estacionamento dos funcionários da Câmara dos Deputados. Nesta rua há como sempre nesse horário, entre 9h e 10h, uma longa fila que se forma para poder estacionar nas vagas destinadas aos funcionários. Como não tenho credencial continuo na rua e ao passar em frente à entrada da garagem dos deputados que dá o acesso ao anexo IV a grade está fechada com o funcionário terceirizado conferido o crachá de todos que passam por lá. A cena de ontem se repete e sinto um desânimo constrangedor de entrar no prédio de novo e encarar tantas barreiras e até mesmos as minhas frustações de não seguir o cronograma que defini para o trabalho de campo.

A decisão de ir embora é mais forte de que a minha convicção, já abalada, de que mesmo na situação de ser uma pessoa "de fora" por ter sido uma "de dentro" a pesquisa etnográfica no Congresso Nacional aconteceria como eu havia planejado. Isso sim, talvez em outros tempos e em outro contexto. Mas, já tinha era outra certeza, que não seria tão garantido realizar a pesquisa como havia planejado na "era Cunha". Diante do trabalho de campo do dia

anterior achei que poderia dar andamento às entrevistas encaminhando a solicitação novamente por e-mail aos parlamentares que eu já havia entregado pessoalmente nos gabinetes e colocar junto o questionário das perguntas semi-estruturadas e o termo de consentimento livre e esclarecido.

A partir da minha decisão de abandonar o trabalho de campo antes do que tinha previsto, pela percepção de que naquele dia eu poderia nem conseguir andar pelos corredores do Congresso Nacional antes da oito horas da noite, é que entendi que as ordens do presidente da Câmara dos Deputados e suas consequências de exclusão, proibição de acesso e circulação as espaços públicos do prédio da "Casa do Povo" haviam se tornado material etnográfico e antropológico que se delineavam a partir do trabalho de campo. Não era o que eu procurava, mas foi o que eu encontrei. Desta forma apareceram as anotações do caderno de campo que deveriam ser incorporadas na dissertação e a decisão de escrever um subtítulo específico sobre a "Era Cunha".

Relato 3 -16.09.2015. A militarização da Câmara dos Deputados

Já se passavam 20 dias e até aquele momento não tinha nenhuma entrevista ou resposta de agendamento, insistia com os chefes de gabinete já contatados para marcar uma data específica para eu voltar a Brasília e falar com alguns parlamentares, mas ainda não tinha nada acertado. Faltavam algumas atividades a cumprir do meu cronograma de pesquisa, fora a realização das entrevistas, a entrega de solicitação das cópias das sessões nos arquivos da Câmara e do Senado e a entrega de solicitação e entrevistas a outros senadores. Preocupava-me o prazo e as condições cada vez menos favoráveis para viajar e fazer o trabalho de campo. Mediante o tempo que avança e a angústia de ter o material etnográfico para dar prosseguimento a escrita, vejo-me convencida a voltar a campo, mesmo tendo o silêncio como resposta às minhas solicitações de entrevistas.

Nada mais a fazer que ir ao Congresso Nacional e finalizar o trabalho de campo. O que significa ainda empreender a revisão da pesquisa, a escrita e chegar à defesa da dissertação, considerando assim não só a finalização do mestrado acadêmico, mas a de uma fase profissional encerrada depois de anos de trabalho no Congresso Nacional.

Na altura da marquise do prédio do Congresso Nacional, sendo este o lado da Câmara dos Deputados, sentido Palácio do Planalto, paro para observar o cenário que inspirou e foi o embrião da pesquisa de mestrado e para tirar fotos do campo. Atravesso a rua e fico entre os carros estacionados próximo ao meio fio. A visão é de um gramado vazio, algumas pessoas

circulam, mas sem tumulto. Faz um sol de rachar e um calor enorme. Nesta observação vejo embaixo da cúpula virada pra cima da Câmara dos Deputados um homem, provavelmente um vigia, sem razão e nem porque.

Como já disse antes, um policial próximo à cúpula e em cima da marquise era uma rara exceção virou uma regra na "Era Cunha". Eu chego mais perto da marquise e vejo que o homem que cumpre as ordens de controle, de vigiar e punir estabelecidas e adotadas pelo presidente da Câmara dos Deputados me observa atentamente, não tira os olhos de mim. Aproximo-me cada vez mais e tiro fotos.

Do meu campo de visão, dá pra perceber que ele veste o mesmo uniforme da empresa terceirizada que presta os serviços na recepção, calça verde e blusa branca. Tiro fotos dele o mais perto possível diante dos olhos atentos do vigia da marquise do Eduardo Cunha. Já tinha visto em alguns momentos policiais militares e policiais legislativos por ali, mas um vigia de uniforme de uma empresa terceirizada foi a primeira vez.

O controle parece estar em todos os lugares inclusive com um vigia a postos em um local que tem uma visão privilegiada de todo o gramado em frente ao Congresso Nacional e da Esplanada dos Ministérios. Muito além de um sentido prático, a presença de um vigia na marquise embaixo da cúpula do prédio sede do parlamento brasileiro detêm um forte significado simbólico de vigilância e repressão. Aceno um tchau de adeus ao vigia, para sinalizar que ele já pode parar de olhar pra mim, sinto até pena do sujeito estar naquelas condições de trabalho em um dia de calor sufocante como este durante horas.

Depois de atravessar a rua, testo a entrada pelo anexo II, esse acesso fica próximo ao ponto de ônibus da Esplanada, é só descer as escadas e passar por uma passarela, ao chegar à entrada me identifico para a recepcionista de uniforme verde e branco, há dois policiais legislativos homens nesse acesso à Câmara dos Deputados, que apesar de ser bem acessível pela proximidade é mais conhecido pelos funcionários e prestadores de serviços. Recebo uma identificação verde nº 66128, depois coloco as bolsas na esteira de identificação e passo pelo detector de metais. Tudo certo, da entrada do anexo II pela Esplanada chego ao corredor das comissões, ao final deste corredor estou em frente a rampa que subo para chegar ao salão verde, atravesso o corredor que da outra vez que estive aqui tinha sido proibida de passar, meu objetivo é ir ao arquivo da Câmara e do Senado o que da outra vez não consegui.

A lembrança do cafezinho do salão verde vem a minha memória e a hora é boa para um café. A entrada está liberada, dá pra tomar um café e uma água. Àquela hora início da tarde começava uma movimentação de parlamentares no salão verde, jornalistas montavam os

seus equipamentos, era ainda a preparação de uma semana que parecia mais tranquila diferente daquelas anteriores que em que tinha ido a Brasília.

Ao passar pelo salão verde cumprimento alguns conhecidos. Indo em direção à escada para descer ao térreo onde fica o arquivo encontro o Lua. É assim que eu o conheço, ele é segurança, polícia legislativa, seu lugar de trabalho é o salão verde e no plenário há anos. Muitos dias e noites por ali, a gente acaba fazendo amizade com gente desconhecida pela convivência frequente.

O Lua, assim como a maioria dos policiais legislativos que trabalham no salão verde, não usa crachá, muitos anos atrás quando perguntei seu nome ele disse que era Lua e assim o chamo desde então. Certamente é um codinome, não sei se há alguma regra para que eles não usem crachá e não possam falar seu nome verdadeiro João, José, Joaquim, ou seja, qualquer outro. Conheço outro policial legislativo que foi aprovado em um concurso recente. Perguntei se ele conhecia o Lua, ele disse que não. São raros os policiais legislativos que falam com as pessoas que passam por ali, são sisudos e "se acham". Mas o Lua sempre conversou comigo, usa terno e gravata e tem um ponto de comunicação com um fio transparente que usa no ouvido, ele é negro e tem uns 60 anos.

Nossas conversas sempre foram sobre o dia na Câmara dos Deputados, se encontrasse com ele antes de entrar no plenário perguntava: "Oi Lua e hoje como andam as coisas por aí, como é que está lá, tranquilo? E hoje vai até que horas nossa lida?" Ele já até me deu de presente um Manual de redação da Câmara dos Deputados quando eu estava estudando pra um concurso. Numa conversa dessas falei que não achava o manual pra comprar. "Vou te arrumar, amanhã tu pega comigo". E assim era nossa amizade de anos, mesmo sem eu saber seu nome, porque nunca mais perguntei. As conversas não se resumiam somente a um bom dia e boa tarde ou boa noite e sempre nos falamos.

Ao me ver o Lua disse: "Oi menina, você sumiu". Eu já tinha pensado em falar com o Lua, pedir seu depoimento como meu interlocutor. Aquele homem é um dos olhos e ouvidos do salão verde e do plenário. Sabe muito e tudo vê por ali, até porque seu trabalho é vigiar aquele espaço de poder que se tornara quase inacessível, inclusive pra mim na "era Cunha". A menina ficou no passado, quando eu tinha recém chegado ao Congresso Nacional pra ir atrás de pauta e procurar notícia, e penei até para encontrar os banheiros do prédio que parece que ao projetá-lo Niemeyer teve obsessão em escondê-los, mas tudo bem, isso é só um pensamento que me ocorre. Foi aí que eu disse:

> Cláudia: Oi, é sumi mesmo.
>
> Lua: Você voltou pro senado? Nunca mais te vi.

> Cláudia: Não Lua, eu mudei pra Goiânia, estou ajudando a minha mãe e fazendo mestrado. Eu estava querendo mesmo encontrar com você, queria que você falasse pra mim o que você acha de como estão as coisas aqui depois do Cunha. Está diferente isso aqui, há um mês eu vim aqui e não consegui passar do anexo II pra frente. E eu nem ia vir aqui no salão verde, ia descer a escada e ir ao arquivo, onde estou indo agora, mas só consegui ir lá, passar pelo corredor, às 8hs da noite, aí o arquivo já estava fechado. Vi um vigia terceirizado na marquise embaixo da cúpula, isso não é contra o Regimento? Negócio aqui está esquisito, desse jeito eu nunca vi. O que você está achando disso, você podia depois me contar o que anda acontecendo por aqui.
>
> O Lua fez uma cara azeda e disse: Ixi, esse homem é um terror. Nunca vi nada igual e olha que estou aqui desde o Flávio Marcílio. (Ele se referia ao deputado Flávio Marcílio que tive que pesquisar sobre ele, porque não me lembrava desse nome durante o tempo que estive no Congresso Nacional. Ele havia sido presidente da Câmara dos Deputados entre 1973 e 1975, no período em que foram Presidentes da República os generais Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). Então, digamos que o Lua é assim quase um patrimônio da memória da Câmara dos Deputados).
>
> Cláudia: Você tem que falar comigo pra minha pesquisa de mestrado é sobre o Congresso Nacional e os protestos de junho de 2013, o dia que subiram na marquise e quero te ouvir sobre como estão as coisas depois do Cunha.
> Lua: Falo sim, mas agora não dá tempo, então não dá, mas passa aqui mais tarde ou amanhã e se você precisar passar por qualquer lugar me liga que eu te ajudo. As coisas não estão boas pra ninguém, já estou querendo me aposentar, e olha que eu gosto disso aqui.
>
> Cláudia: Sei viu, aposenta nada, então quando eu vier aqui com quem vou comentar e ficar sabendo das gafes do povo aqui no salão verde, pode não Lua.

Conferi o telefone do meu conhecido e amigo de nome desconhecido e falei: "Eu te ligo, deixa eu ir, ainda tenho muito o que andar hoje". Agradeci a ajuda do Lua que se ofereceu em contribuir com a minha circulação me dando uma forcinha, sendo o meu "QI" e dando um jeitinho pra mim. Mas, desde o início a minha decisão era de não contar com jeitinhos e utilizar somente a minha carta e a minha condição de pesquisadora para ter acesso aos espaços e às pessoas que precisava conversar. Somente falava da minha experiência profissional no Congresso Nacional para facilitar o acesso aos interlocutores.

Desci as escadas e fui ao labirinto do arquivo, estava aberto entreguei a solicitação da gravação do material para fazer a pesquisa. Fui convidada por uma amiga a tomar um café. Comer uma tapioca no carrinho da Tati, que fica em frente a grade da garagem dos deputados no anexo IV, que agora fica fechada ao acesso de quem não tem crachá. Expliquei a ela que eu não podia, que se eu saísse não podia entrar por causa do crachá que eu não tinha. Ela disse que em sua companhia eu podia ir. Eu falei que não pretendia contar com nenhum jeitinho para ajudar na minha circulação no prédio, mas pela tapioca da Tati eu aceitava. Combinamos de encontrar no térreo do anexo IV, peguei a esteira que passa por baixo da rua do anexo, nos

encontramos e saímos pela garagem e passamos a grade vigiada que fica agora fechada e que dá acesso ao estacionamento dos funcionários.

Essa entrada da Câmara dos Deputados do anexo IV é bem peculiar. Como fica na rua paralela a do anexo, no fundo, há um comércio informal intenso. Tem o vendedor de castanha de caju, que também vende água de coco, uma simpatia, deve ter mais de 15 anos lá. Tem gente que vende caldo, tem gente que vende gravata, limpador de para-brisa, carregador de telefone, bolo, biscoito, vários carros estacionados vendem marmita na hora do almoço, à tarde salgado, salada de fruta, açaí, bombom.

A rotatividade da calçada é grande, mas o rapaz da castanha passa o dia e as noites lá, todos os dias. A barraca dele fica à direita de quem entra pelo anexo IV pela garagem dos deputados, todos os dias ele cumprimenta as pessoas, mesmo sem você comprar, é mais um conhecido que desconheço o nome. Na calçada já comprei já comprei chinela, blusa de frio e artesanato. Esse comércio é bom, porque oferece opções de lanches e diferentes tipos de alimentação e é mais barato que dentro das lanchonetes e restaurantes do prédio que às vezes ficam muito cheios e também ajudam a diversificar o paladar.

Eles ainda estão lá, mas nunca se sabe. Se alguém quiser proibir, proíbe, por exemplo, tem a ideia faraônica do Cunha de construir um shopping na Câmara dos Deputados, se esse projeto chegar a ocorrer é possível que esse mercado informal da calçada seja totalmente retirado de lá. Muita gente sustenta a família dali, tem até caso de gente que começou vendendo salgado na porta do anexo IV e hoje tem bufê e atende festas e eventos.

A Tati tem o carrinho dela bem na porta do outro lado da rua, faz de tudo, tem cuscuz, sanduíche, cachorro quente, omelete, tem suco de laranja, café, leite com café. De seu carro, uma Topic, um pequeno furgão, estacionado na rua, ela monta 3 mesas de plástico na calçada disputadíssimas, e puxa uma lona que amarra na grade do estacionamento dos funcionários para fazer sombra. Também fica o dia inteiro, faz entregas das tapiocas nos gabinetes, não para um minuto, trabalha sem parar. Na Tati tivemos sorte e pegamos uma mesa.

Na confusão de gente atrás das mais variadas tapiocas eu quase não acreditei no que eu vi, chegam para apreciar a tapioca dois homens de uniforme verde e branco, da empresa terceirizada *Life Defense* que já mencionei, mas dessa vez prestei atenção no uniforme e consegui ver o nome da empresa. Estavam armados com pistolas, com algemas e usavam coletes à prova de balas. A imagem me chocou, nunca imaginei em ver vigias terceirizados, ainda mais portando todo aquele aparato. Consta na página da Câmara dos Deputados o contrato que tive acesso com a empresa Life Defense Segurança LTDA, no valor de R$ 10.729.132,88 (Dez milhões, setecentos e vinte nove mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos),

assinado no dia 30 de janeiro de 2015 e vigência de 31/01/2015 a 31/07/2016, no item modalidade de licitação está escrito "dispensa de Licitação". [8]

A cena das duas figuras mostravam a quantas andavam os mandos e desmandos do presidente Eduardo Cunha, que implementava um processo de militarização da Câmara dos Deputados e da política mostrando-se um sintomático representante da tradição autoritária brasileira. A ocorrência da militarização da política e o controle é discutido no artigo "Militarização da segurança" de Rubens Casara (2015), juiz de direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, mestre em ciências penais, doutor em direito e professor universitário, suas concepções acerca da tradição autoritária são interessantes para pensar como esse conservadorismo tem se propagado e vem tomando força nas práticas sociais e nas relações de poder entre o Estado e a sociedade.

> Pode-se falar em um verdadeiro *habitus* militarizado nas questões que envolvem tanto o direito à segurança quanto a segurança dos direitos. [...] a natureza autoritária da sociedade brasileira acaba por permitir a militarização das questões relacionadas à segurança pública, bem como leva à aproximação desse modelo com práticas fascistas, compatíveis com a crença na força (na "sagração da repressão") do Estado para solucionar os diversos problemas sociais (CASARA, 2015, p. 149).

Naquele momento lembrei do vigia embaixo da cúpula na marquise que vi quando cheguei. Fiquei olhando quase sem acreditar para os dois homens. Eles comeram e entraram no prédio pela garagem. Penso que é bom não estar mais aqui, pra não ver isso tudo acontecer. Por mais conflitos bate boca e correria que já tivesse visto, nunca imaginei em ver a Câmara com guardas terceirizados armados.

Volto pensativa para continuar o meu trabalho de campo, passo pela grade fechada da garagem dos deputados, não sou barrada mesmo sem crachá, porque estava com minha amiga, vou até a entrada principal do anexo IV, porque vou ao Senado e ao invés de passar pela esteira resolvo atravessar a rua. Já escureceu e trocou o turno no balcão da entrada principal. Não há mais recepcionistas e sim quatro policiais legislativos com coletes a prova de balas, outra coisa que nunca vi em dias normais de atividade.

Atravesso a S2 a rua do anexo, passo mais uma vez pelo detector de metais na entrada do anexo II, caminho em direção ao Senado, tem um policial na entrada do salão verde que não me diz nada, sigo em frente, atravesso o salão verde.

Na entrada do salão azul do Senado passo por outro detector de metais. Há um policial legislativo e um vigia no detector de metais e um recepcionista. Preciso me identificar nova-

[8] Contrato da Câmara dos Deputados com a empresa Life Defense Segurança LTDA. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/contratos/contrato.asp?contrato=24&ano=2015&tipo=01. Acesso em: Agos.2015.

mente, há uma fila de gente e só um funcionário terceirizado da empresa *Ágil* faz o cadastro de todo mundo. Ele me pede o documento, entrego a carteira de motorista, ele digita tudo, RG e CPF, pergunta-me onde vou, informo que é no arquivo e da entrega da solicitação de entrevistas da pesquisa, ele pergunta o ramal digo que não sei, a fila aumenta.

Um ex-deputado tenta passar para o Senado como antes, eu lembro da cara daquele homem, mas ele não tem mais mandato, tem que esperar como todo mundo. Quando foi barrado ele disse: "Sou ex-deputado, vou no Wellignton", e não quis se identificar, voltou pra trás esbravejando. Já meio apavorado com a ruma de gente para atender, o recepcionista da divisão azul me explica que tinha ficado mais difícil porque agora tinha que digitar o RG e o CPF. Espero quase dez minutos para fazer o cadastro haviam cinco homens na minha frente e o funcionário demonstrava uma certa angústia em ter tantas pessoas esperando, pacientemente espero a minha vez, recebo um adesivo de visitante vermelho.

Só pra não esquecer de observar, dá pra notar que no Congresso Nacional a palavra do momento é terceirização. Alguém de uma empresa fecha um contrato milionário com as instituições e os trabalhadores, sem estabilidade, trabalham por salários mais baixos que se fossem servidores efetivos sob a justificativa da necessidade e da economia, mas as licitações das empresas não raras vezes beneficiam pessoas determinadas e até mesmo a justificativa da segurança e vigilância deve render bons contratos de altos investimentos. Consta na página do Senado Federal que o contrato da empresa Àgil para realização de vigilância armada e desarmada, em 119 postos, no Senado Federal, no período de 25/02/ 2015 a 24/02/ 2017 soma o valor de R$ 4.997.365,30[9].

Ao chegar ao arquivo entrego minha solicitação, volto pelo túnel do tempo, resolvo descer e passar pelo térreo ir ao banco pagar uma conta. Estou cansada e penso em ir embora. Ao passar por uma pequena galeria próxima à lanchonete e a barbearia do Senado há uma exposição. Onde antes era ocupado por exposições que reuniam obras de diversos artistas havia uma instalação em homenagem ao soldado e ao exército brasileiro, já estava tudo estranho demais pra mim, e agora era esse o uso destinado da galeria, não servir à arte, mas ao Estado. Uma ode à repressão: vigia terceirizado armado, com colete a prova de balas; vigia na marquise; polícia legislativa na entrada com colete a prova de balas e; agora uma foto enorme de um soldado apontando uma arma e era pra mim. A essa altura a imagem foi significativa. Fui

[9]Contrato com a empresa Ágil. Disponível em: https://www.senado.leg.br/transparencia/liccontr/contratos/contrato.asp?nc=20150017&cc=3183. Acesso em: out.2015.

embora de carona com a amiga até o meu carro, nem lembrei de olhar de novo pra marquise, a esplanada já estava vazia.

No outro dia, quarta-feira, ligo para o Lua para gente conversar e ele disse que naquele dia não dava, para eu ligar depois. Vou ao Senado entregar as solicitações de entrevistas para o senadores Cristovam Buarque; Reguffe e Paulo Paim. No meu cansaço eu perdi a minha pasta onde tinha anotado com quem exatamente falei na entrega das solicitações, porque o caderno de campo ficava muito bem protegido na minha bolsa para fazer anotações mais precisas e valiosas, fiquei durante algum tempo sentada no salão verde para ver se Lua aparecia e para fazer anotações.

Neste dia conversei nos corredores do Congresso Nacional com várias pessoas. Foram também os apelidos gentilmente concedidos ao presidente Eduardo Cunha que, aliado ao que vi durante a entrada no campo, resolvi dar o nome a este subtítulo de militarização da Câmara dos Deputados. Uma pessoa me disse que o apelido mais usual de Cunha é "Tanque de Guerra", mas também o chamam de "Ditador" e "Terrorista". Outro interlocutor nos corredores também o chamou de terrorista e disse que ninguém o suporta.

> P3: Você sabe o Mozart? Sei lá quantos anos no plenário. (Mozart Vianna de Paiva é um antigo servidor da casa, tem muito prestígio porque é secretário geral da Mesa e integra a mesa diretora há décadas). Esse Cunha é tão insuportável que depois de tantos anos, ele saiu. Não só o Mozart, mas também o Sérgio Sampaio (servidor que era diretor geral da Câmara dos Deputados, também integrante da mesa diretora da Câmara dos Deputados) saíram, não quiseram trabalhar com ele. (Servidor efetivo da Câmara dos Deputados, out. de 2015).

> P4: O Cunha aterrorizou a Câmara, os funcionários odeiam ele. (Secretária parlamentar, cargo em comissão, prestação de serviço em gabinete, out.2015).

Não só os funcionários e gente que circula pelos corredores da Câmara dos Deputados tem essa opinião. Em entrevista na matéria a que já me referi neste capítulo (Os muros do castelo de Cunha) sobre o cerceamento à circulação nos espaços públicos da Câmara dos Deputados. O que diz o deputado Wadih Damous (PT-RJ) sobre Eduardo Cunha segue a mesma linha. "É um ditador na presidência da Câmara. Patrocina projetos de lei reacionários e alguns absurdos, como o projeto de lei do Dia do Orgulho Hétero. A figura dele é emblemática do que há de pior na política nacional". Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/semanal/os-muros-do-castelo-de-eduardo-cunha/>. Acesso em: out.2015.

E assim seguem as opiniões de deputados nada positivas da personalidade de Cunha como a do também deputado Glauber Braga (PSOL-RJ). "Não tem limites no exercício e na conquista do espaço político. E hoje ele tem muito mais espaço para impor sua agenda retrógrada. Ele usa todos os instrumentos para ter acesso a um mecanismo de poder sem limites".

Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/semanal/os-muros-do-castelo-de-eduardo-cunha/> Acesso em: out.2015.

Além de projetos retrógrados e de ter fama de fazer parte do coro criminalizador, apesar de não integrar propriamente a bancada da bala e sim a bancada evangélica, mesmo respondendo a vários inquéritos por denúncia de corrupção, sua fama é de que foi eleito em todos os mandatos, como grande maioria da Câmara, tendo por trás o poder econômico e financiamento de caixa 2, doações privadas não declaradas.

Sobre Eduardo Cunha há muitas conversas que transitam na "rádio corredor", como já esclareci o disse me disse, espécie de boato, de conversa de cidade de interior, que circula sobre os bastidores do poder no Congresso Nacional: ele tem como suas armas prediletas a chantagem e a negociata de votos no Congresso.[10] Dizem que, ele além de ligações com chefes de palanques eletrônicos e donos de emissoras de comunicação, tem relações diretas com chefes da milícia no Rio de Janeiro. Seu poder se consolidou a partir do conhecimento do Regimento Interno, que o concede condições de pleitear, impor e blefar, a custa de ações autoritárias, manobras regimentais e ainda adquiriu o comando de um blocão constituído em sua maioria por deputados de "baixo clero", expressão comum no glossário político do Poder Legislativo Federal que dá nome aos deputados que tem inexpressiva atuação política e legislativa e geralmente integram pequenas bancadas partidárias ou Estados com menor número de representantes na Câmara dos Deputados, proporcional a Estados de menor densidade populacional.

Ocorre que esse poder que Eduardo Cunha constituiu e tem como defensores de aliados conseguidos por meios digamos pouco ortodoxos, como troca de cargos em comissões entre outras prerrogativas de poder existentes no Congresso Nacional, e as incontáveis manobras regimentais orquestradas por ele, fez com que o processo de julgamento de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados fosse o mais longo da história do Congresso Nacional e tramitasse por mais de seis meses: houve troca de relator, substituição relâmpago de integrante titular para que se colocasse aliado cujo voto seria favorável a Cunha.

[10] No dia 19 de novembro de 2015, o relator do processo de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar de Eduardo Cunha no Conselho de Ética, deputado Fausto Pinato (PRB-SP), declarou à imprensa que foi ameaçado, por meio de seu motorista, para "não mexer com o Conselho" a ameaça incluía ele próprio e seus familiares. O deputado pediu proteção policial do Estado de São Paulo. No dia 09 de dezembro de 2015, Fausto Pinato foi substituído na relatoria do processo, por ordem da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, assinada pelo vice-presidente da Câmara Waldir Maranhão (PP-MA). Foi substituído pelo deputado Marcos Rogério (DEM-RO) que no dia 1 de junho de 2016 apresentou parecer favorável à cassação do mandato do deputado Eduardo Cunha.

O ambiente nada democrático em que corria o processo foi relatado em entrevista pelo presidente do Conselho de Ética, deputado José Carlos Araújo (PR-BA) à BBC Brasil, correspondente do veículo de comunicação inglês no país: "Eduardo Cunha quer destruir, um a um, os opositores que debatem sua cassação". (Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_entrevista_presidente_comissao_etica_rs_rb>. Acesso em: mar.2016).

No entanto no dia 5 de maio de 2016, o Supremo Tribunal Federal após muito vai e vem, relatos de ameaças, bate boca, troca de tapas no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, retirou Eduardo Cunha do exercício do mandato parlamentar por denúncias de ações praticadas na presidência da Câmara dos Deputados para atrapalhar o processo que apura se houve quebra de decoro parlamentar por ele mentir sobre a movimentação de contas na Suíca.

O relator da denúncia no Supremo Tribunal Federal *Teori Zavascki* já havia indeferido o pedido da defesa de Cunha para adiar o julgamento do inquérito da Procuradoria-Geral da República em que é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro em março de 2016. Longe do mandato pode ser que o Conselho de Ética consiga dar andamento ao processo de perda de mandato de Eduardo Cunha pela Câmara dos Deputados.

O procedimento do Supremo Tribunal Federal cabe recurso, pois uma vez que a Câmara dos Deputados é um poder autônomo não cabe ao poder Judiciário a legislar sobre ele, ocorre é que na impossibilidade de que o Congresso cumpra seu papel o Supremo acatou as denúncias sem ouvir o Poder Legislativo. Ainda no dia 5 de maio de 2016 o vice-presidente Waldir Maranhão (PP-MA) assumiu interinamente a presidência da Câmara dos Deputados. Waldir Maranhão o sucessor interino de Eduardo Cunha também segue sendo investigado na operação Lavajato, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras, pois segundo depoimentos, ele foi um dos parlamentares que receberam propinas em contratos da Petrobras, também foi denunciado na operação Miqueias da policia federal por desvio de recursos de fundo de pensão e lavagem de dinheiro.

O que fui buscar no trabalho de campo do Congresso Nacional que era ir de encontro aos sujeitos que integram a elite do poder Legislativo Federal e ver a sua visão sobre as manifestações populares de junho de 2013 não consegui realizar, pois como relatei neste capítulo esbarrei com um ambiente de conflito político generalizado, com barreiras de circulação no espaço público do Congresso Nacional que vão além da organização simbólica e estética do espelho d'água, que é ponto de partida desta pesquisa e que simbolicamente corta o espaço que separa dois grupos de padrões de comportamento e aspirações diferentes. O que encontrei

foi a Câmara dos Deputados com práticas de militarização e controle que nunca havia visto, presidida por um deputado conservador que impõe uma agenda legislativa na contramão da sociedade. Suas práticas privilegiam a inclusão na ordem do dia e pauta das comissões e do plenário, com grande celeridade, proposições legislativas que, só para citar alguns exemplos, tratavam de temas de restrição de direitos, perda de garantias fundamentais conquistadas na Constituição Federal de 1988 entre outras como a lei do terrorismo que têm como precedentes: relativizar a presunção de inocência; ampliar as hipóteses de prisão em flagrante e abre precedentes de controle judiciais que podem criminalizar as manifestações populares sob o álibi de prevenir "atos de terrorismo". Além de temáticas referentes ao controle da ocupação é autor do projeto de lei que já me referi que trata do controle do corpo e fere individualidades e direitos conquistados das mulheres vítimas de violência.

Cabe esclarecer que fora os acontecimentos inesperados no trabalho de campo, durante a escrita e revisão da dissertação ocorriam em paralelo o processo de cassação por quebra de decoro parlamentar do deputado Eduardo Cunha, a sua substituição interina na presidência da Câmara dos Deputados e o processo de impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff, cujo assunto faço a opção de não aprofundar aqui, pois o que aconteceu em 2016 daria, por si só, uma outra dissertação mestrado ou tese de doutorado tamanha as relações intrínsecas que se seguiram entre o triângulo formado não só pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo, assim como está representada a tripartição dos poderes constitucionais no desenho urbanístico da Esplanada dos Ministérios, mas também o triângulo entre protestos, Poder Legislativo e Poder Executivo Federal. Cumpre que esta pesquisa se concentre em seu tema principal que são os protestos de junho 2013, a construção do discurso de poder oficial e da mídia, as consequências e desdobramentos.

4.2. Captura das formas e expressões simbólicas das manifestações populares de junho de 2013 – O protesto como espetáculo midiático e a conveniência

O trabalho de campo na manifestação pró-impeachment em 2015 foi mais desgastante. O que eu ouvi como pesquisadora, sem manifestar uma única palavra de uma militante da intervenção militar e tudo mais que observei causou-me um desgaste emocional e de espírito que fiquei dois dias de cama após esse dia de campo, simplesmente acordei doente na segunda-feira. Sem exagero nenhum acho que minha doença chamava tristeza, que acumulei do trajeto da Praça Tamandaré até a Polícia Federal na Avenida Coronel Eugênio Jardim no setor Marista. Peço aos leitores que não julguem como pessoa exagerada, sentimental, dramática e

caso não esteja convencido da deformidade que encontrei atente para mais esse e último dia de trabalho de campo que empreendi durante a pesquisa e tire suas próprias conclusões.

Relato 4 -16.08.2015. "Jesus Cristo acompanhe a nossa marcha, esse governo vai cair"

Não, não estamos em 1964, estamos em 2015, 51 anos depois, essa frase não foi dita durante a "Marcha por Deus, a família e a liberdade" em 1964, manifestação que antecipou o golpe militar no Brasil. Eu não estava lá pra ver esse momento, mas acredito que a linha de pensamento e o padrão de comportamento dos manifestantes da ação coletiva pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff era bem similar. Essa frase foi dita em 16 de agosto de 2015 no início da manifestação pró-impeachmeant em Goiânia.

Ainda estava em trabalho de campo, mas não estava planejado no meu trabalho abordar nada parecido, mas ao compreender essas manifestações como desdobramentos inesperados do contexto político pós-junho de 2013 e como captura das formas expressões simbólicas das manifestações populares de junho, resolvi que esse também era um campo pertinente à pesquisa sobre os protestos.

Se em 2013 e no campo de 2014 nas manifestações contra a Copa, eu tinha uma sensação de insegurança motivada pela repressão, solidão do campo, na manifestação de 2015 eu tive pânico de mentes. Esse foi o sentimento que experimentei ao perceber um ódio extremado e exacerbado à presidenta em exercício Dilma Rousseff e a percepção da participação de grande número de pessoas que pertenciam a corrente do intervencionismo militar e defendiam com afinco a volta do regime autoritário no Brasil, imunes a qualquer sentimento de prejuízo à democracia ou à sociedade.

Outras pessoas diziam considerar que qualquer coisa, até mesmo a intervenção militar era melhor do que o governo da presidenta Dilma Rousseff do PT, muitos desses indivíduos participavam da manifestação pelo afastamento da presidente eleita em 2014, mas não sabiam ou tinham a menor ideia quem assumiria o poder. Ouvi muitos argumentos que esboçavam o total desconhecimento do sistema político e eleitoral, que por si só daria uma outra dissertação ou tese tamanha as deformidades de compreensão dos ritos sumários constitucionais que regulamentam os procedimentos institucionais e as consequências do afastamento de um presidente da república eleito democraticamente.

Esse é o relato de um dia bem diverso na minha vida em que levei um susto, foi sim assustador ver que para muita gente a memória da ditadura significa "ordem e progresso" e que para quem participava de uma manifestação pela democracia, 25 anos sem eleições, desa-

parecimento de pessoas, tortura, morte e repressão somente pela livre manifestação do pensamento é um contexto completamente incoerente.

Era um domingo de sol forte, a concentração da manifestação estava marcada às 14 horas, na Praça Tamandaré no Setor Oeste, tradicional bairro nobre de Goiânia e terminava em frente a sede da polícia federal no setor Marista outro bairro nobre da cidade. Percurso muito diferente de todas as manifestações populares, que geralmente a concentração é na praça do Bandeirantes no Centro da cidade, em direção à praça Universitária, passando pela praça cívica e o centro administrativo, ou vice-versa, assim como foi em junho de 2013 e era em 1992 nas manifestações do impeachment do presidente Fernando Collor.

Para acompanhar a movimentação das pessoas, compreender a dinâmica e circulação de pessoas, de onde elas vinham e como estaria a situação do trânsito e a preparação da manifestação, saí de casa e fui em direção à Praça Cívica, na altura do colégio Marista, desço do ônibus e resolvo chegar à Praça Tamandaré pela Rua 9. Quando cheguei à praça era 12h20, porque eu queria acompanhar a concentração até o final, ela ainda estava vazia, poucas pessoas se concentravam no espaço. A lanchonete Habib's localizada em uma das esquinas da praça parecia ter virado a concentração dos manifestantes, dentro da lanchonete havia um aglomerando de camisas verde e amarelo da seleção "Canarinho" da CBF e do lado de fora um grande número de policiais também aguardavam o início da mobilização.

Ao contrário de outras mobilizações, como por exemplo, da frente pela qualidade do transporte público e redução da tarifa, ou a que participei pela liberdade de alunos da UFG e de integrante do movimento secundarista presos na operação 2, 80 em 2014 em Goiânia em que os policiais ficavam em posição de alerta, em pé enfileirados, fazendo um corredor polonês na Praça Universitária e durante todo o trajeto da manifestação e esboçavam expressões corporais ameaçadoras sempre com as mãos nas pistolas e nos cassetetes.

Na manifestação pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff do dia 16 de agosto de 2015 os policiais se portavam tranquilamente sentados no muro baixo que contornava a lanchonete Habib's que fica na praça Tamandaré. Os policiais conversavam tranquilamente sem a postura intimidadora e raivosa como sempre ocorre nos protestos, poucos carros de polícia estavam por ali.

Não havia nenhum carro de polícia estacionado dentro da praça, diferente quando a concentração é na praça universitária, em que ônibus e mais de 50 viaturas ficam estacionadas dentro da praça. Nenhum policial da tropa de choque ou *Robocop*, vestimenta de armadura que os policiais passaram a usar depois de junho de 2013. A lanchonete era ponto de apoio e descanso para o que mais parecia ser um programa de domingo, ao invés de uma manifesta-

ção algumas pessoas lanchavam, almoçavam outras tomavam chopp para aliviar o calor. Muitos vendedores ambulantes que vendiam de tudo, água, suco, cerveja, bandeiras, vuvuzelas, camiseta verde e amarela e óculos escuros. Resolvo dar uma volta pela praça, compro os jornais do dia e como todos os bancos que estavam à sombra estavam ocupados, sento à sombra no chão mesmo e dou início a minha observação, esperando ver o que acontecia e o que ia ser importante observar e colocar no caderno de campo. Algumas pessoas que já estavam na praça usavam camiseta verde e amarela com a hashtag #patriaamada, expressão do hino nacional brasileiro.

No meio do grupo que já estava por ali na praça, não mais que 50 pessoas, avistei um rapaz com uma camiseta branca escrito em verde na parte da frente a hashtag #por um brasil mais honesto, e nas costas estava escrito coordenação. Fui até ele me identifiquei falei da minha pesquisa e perguntei se ele poderia me conceder uma entrevista rápida. Apresentei o termo de consentimento livre e esclarecido e sugeri seu consentimento, ele disse que não queria assinar. Guardei os documentos e começamos a conversar.

Tiago Rassi, 34 anos é médico, disse que participou dos protestos de junho de 2013, estudou em escola particular e fez universidade também no ensino privado. Nas eleições de 2014 votou em Aécio Neves para a presidência da República.

Perguntei se ele sabia quem assumiria a presidência, ele disse que sim, pergunto se ele conhece a trajetória política do vice-presidente, se ele votaria nele para presidente em que ele fosse a cabeça de chapa e se ele era eleitor ou simpatizante do PMDB. Ele pareceu ficar um pouco irritado e me respondeu: "Eu acredito que Michel Temer é menos nocivo do que o PT". Tiago disse que a sua mobilização e a do grupo que ele liderava reivindicava um basta à corrupção e o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Um dos coordenadores do grupo Vem pra rua, me informou ainda que a expectativa eram 80 mil pessoas participassem da manifestação. Agradeci ao Tiago pela conversa e voltei ao meu posto de observação.

Se ainda não tinha muita gente notei que vários trios elétricos, não sei precisar exatamente quantos, já estavam posicionados na pista da Av. Assis Chautebriand que corta a Praça Tamandaré, bem no centro da praça cuja rua estava interditada. Que em um som alto já propagavam os *jingles*, nome que na comunicação damos as peças de propagandas com mensagens cantadas, geralmente refrãos que dão ênfase de forma repetitiva a informações essenciais, muito comuns e utilizados em campanhas políticas e no mercado publicitário de comercialização de produtos, que embalariam a caminhada, encomendados e sob medida para a manifestação pró-impeachment.

Ao chegar mais cedo pude inclusive, perceber as frases e os ritmos, o que ficaria mais complicado, se já chegasse durante a manifestação. Havia, por exemplo, um *jingle* em ritmo de rock "Impeachment pra salvar a nação, impeachment está na constituição". Outro em ritmo da música popular de axé "eu sou o gordinho gostoso" tinha a seguinte mensagem "Sou a Dilma mentirosa". E outro em ritmo de música pop "Olê, Olê, vamos pra rua para derrubar o PT".

Além do investimento em trios elétricos e *jingles* publicitários era possível notar que além das camisetas da seleção brasileira de futebol com o brasão da CBF, muitos grupos investiram em vestimenta própria para a manifestação. Ao meu lado logo mais parou um homem e falei com ele sobre a pesquisa e se ele poderia dar um depoimento como participante da manifestação.

Cássio, 53 anos é micro empresário, não cursou a universidade por falta de oportunidade, porque tinha que trabalhar, não havia participado dos protestos de junho de 2013, mas seu filho estudante de ciências da computação da UFG tinha participado. Ele também não havia participado dos protestos pelo impeachment de Fernando Collor em 1992. Foi eleitor de Aécio Neves nas eleições de 2014. É contra a política de cotas nas universidades e em concursos públicos.

Ele me disse que considerava a Copa do mundo um elefante branco para desviar dinheiro e começou a falar uma série de coisas que tendiam para conspiração que ele categorizava como comunista ou criminosa não entendi muito bem, falava que o Tancredo Neves, primeiro presidente eleito civil após a ditadura, pelo voto do Congresso Nacional foi morto propositalmente, que no México um dos integrantes do *Anonymous* havia sequestrado pelo narcotráfico. Eu tento trazer de volta ao assunto dos protestos, pergunto se ele sabe quem assume a presidência e se ele aprovava e o que o motivava a participar das manifestações. Cássio me deixou ainda mais confusa sobre a sua opinião em afirmações bem convincentes de quem sabe tudo. Estava a ouvir meu interlocutor e tentar entender sem muito questionar, ou argumentar sobre suas afirmações para não atrapalhar e deixa-los à vontade para expressar suas convicções expectativas e conhecimentos sobre o processo de impeachment que eles defendiam.

Havia combinado comigo mesma, de me esforçar a ser apenas uma boa ouvinte e não contestar nenhum tipo de informação, a não ser pela melhor compreensão de suas ideias. E o Cássio depois de sua tese de conspiração que ia de Tancredo ao México e em um determinado momento incluiu até a Nasa (National Aeronautics and Space Administration) do Governo Federal dos Estados Unidos, me dava uma aula sobre protesto.

> O melhor protesto é o digital, o protesto digital substitui o protesto de rua porque é global. Eu apoio o impeachment, mas não apoio o Michel Temer na presidência, mas qualquer um vale para quebrar o ciclo do PT. Eu sou a favor até da intervenção militar, até normalizar. Tem um artigo na Constituição que diz que pode haver intervenção militar por seis meses e depois eles tem que entregar o poder, aí a ditadura não volta é só até tudo normalizar e tirar o PT de lá, mas a intervenção é boa para colocar ordem na bagunça. Eu sou a favor de uso de bala de borracha em quem vem da "macambira" para fazer bagunça, mas em gente de bem não, tipo hoje pra quê esse tanto de polícia, pra quê isso? (Cássio, 16 agos. 2015).

O argumento da intervenção militar surge, e a vontade é falar, moço hoje tem pouca polícia e nenhuma viatura em cima da praça se você tivesse participado de um dos protestos de junho de 2013 ou em qualquer outro protesto pela qualidade do transporte aí você ia ver, praticamente tem mais polícia do que manifestante, mas permaneço sem esboçar opinião.

Pergunto ao Cássio qual é o artigo da Constituição Federal que permite intervenção militar e ele não sabe responder. Apresento o termo de consentimento livre e esclarecido e explico para que serve, ele diz que não precisa e não quer assinar.

Aquela conversa era apenas a primeira de uma série de dolorosas assustadoras concepções a respeito da intervenção militar. Há de se notar que a construção discursiva no caso do impeachment reúne várias correntes ideológicas que se misturam e como meu interlocutor disse, pode vir qualquer um para substituir o PT no poder. Agradeço ao Cássio pela conversa e volto para o meu lugar, logo depois senta ao meu lado um homem negro que vende óculos, ele é mais um dos ambulantes que estão ali em busca de clientes. A calma continua, passa por nós uma policial militar maquiada e o vendedor repara na corporação e comenta "nossa que policial bonita". A essa hora já haviam mais pessoas na praça, os manifestantes começam a se concentrar. Muitas famílias, algumas crianças com os pais, carrinhos de bebês com balões cintilantes, pessoas idosas, algumas pessoas tomam cerveja no que parecia ser um passeio de domingo com escolta da polícia militar.

Alguns minutos depois puxo conversa com o vendedor ambulante, pergunto seu nome, ele se chama Fernando, eu pergunto a idade e ele faz que não ouviu, diz que é da Bahia, parece que não está muito disposto a conversar. Pergunto se ele já participou de algum protesto, ele responde que nunca. Pergunto se ele utiliza transporte público e ele diz que não. Como percebo que a prosa parece não estar agradando e que incomodo pergunto ao Fernando o que ele acha do protesto e se ele sabe quem será o Presidente da República. Ele apenas diz: "Quero que ela saia não sei quem entra, mas isso não me importa, só quero que ela saia".

A conversa termina por aqui. Os manifestantes alguns minutos depois se posicionam para começar a caminhada até a Polícia Federal, saio do meu ponto de observação para tirar fotos dos cartazes, uma mulher de 50 anos carrega um cartaz "intervenção militar já". São

muitos outros misturados a multidão verde e amarela. Sigo pela Assis Chateubriand e entro na Av. República do Líbano, muitos cartazes tem frases ofensivas, mas talvez a mais ofensiva delas era a repetição de frases pela intervenção militar. Outros diziam "Militares porque não mataram todos os comunistas, fora PT". "Morte ao comunismo".

Havia um clima de ódio. Eu como militante do movimento estudantil secundarista e universitário e por discordar plenamente da corrente militarista tenho um pavor sólido e infinito da ditadura militar. Ao ouvir essas frases fui invadida por um enorme sentimento de tristeza e angústia, desolação daquelas mentes. Continuo a caminhar entre as pessoas e vejo um carro de som branco, como uma faixa "Fora comunistas, vamos tirar vocês daí, fora Dilma, fora PT. Intervenção já".

Em cima do carro de som um homem negro vestido de camiseta camuflada do exército, ovacionava a polícia militar como trabalhadores honrados, pedia uma salva de palmas. Gritava morte aos comunistas, entre outras coisas, porque por um momento eu já não escutava mais nada. Diante de todas essas cenas terríveis, de frases ofensivas a todos os brasileiros, à democracia e a história do Brasil e o desrespeito ao que já conquistamos até aqui à custas do sangue, da dor e do desaparecimento de muita gente, o que eu achei que jamais veria, tive uma incontrolável crise de choro, por baixo do boné para proteger do sol e dos óculos eu caminhava sem acreditar no que via, com um aperto no peito e muita dor no coração. Passei o caminhão da intervenção militar e fui andando, lavei o rosto com a água que levava em uma garrafa e segui em frente.

Ao entrar na Avenida 85 paro para descansar na calçada por alguns minutos e levanto antes que o caminhão de som dos militares se aproxime. A essa altura da manifestação, caminho rápido para chegar junto com os primeiros manifestantes que saíram. Na altura da Praça do Ratinho, pelo lado de cima do viaduto, vejo o deputado federal autor do projeto da "Cura gay" evangélico e delegado de polícia João Campos (PSDB-GO) que tira fotos tendo como cenário a multidão ao fundo. Ele foi o único político que vi na manifestação do dia 16 de agosto de 2015, era nítido que ele vestiu sua camisa verde amarela para performar uma participação na manifestação. Deve ter parado a um quarteirão daqui para fazer uso político do protesto e já vai entrar no carro para chegar na concentração final da manifestação, pensei. Também tiro foto da excelência e sigo em frente.

Grupos da cavalaria estão posicionados nos canteiros centrais da Avenida 85, não há o corredor polonês fechado de policiais como em outras manifestações, eles caminham tranquilamente sem colocar as mãos nas armas, alguns portam um imenso cassetete que deve ter mais um metro e meio que vai um pouco acima da cintura até ao chão. Alguns policiais da ca-

valaria também usam esses cassetetes. Como em todas as manifestações em que fiz trabalho de campo, todos os policiais estão sem identificação, o que não é permitido. Acredito que é a única coisa em comum que verifiquei com os protestos de 2013 e 2014.

A manifestação já está na Avenida 85 acima da Alameda Ricardo Paranhos eu caminho, atrás de um trio elétrico, pessoas de uniforme verde e amarelo dançam o jingle "Vamos pra rua pra derrubar o PT". Não há gritos de guerra entre os manifestantes. A dinâmica da manifestação do impeachment é diferente, algumas pessoas falando no carro de som, mas o que prevalece são os jingles de campanhas publicitárias com frases curtas e em ritmo de sucessos que tocam nas emissoras de rádio. As pessoas andam e dançam balançando suas bandeiras ou carregando cartazes. Parece mais uma micareta que um protesto, a homogeneização da vestimenta verde e amarela, o trio elétrico com jingles colados em músicas de carnaval da Bahia, a ausência dos gritos de guerra, as pessoas dançando, é um padrão de comportamento carnavalizante e diferenciado de tudo o que já vi.

Chego em frente à polícia federal, acredito que muita gente fez só parte do caminho e outras foram para lá para esperar o fim da manifestação. Eu fiz o trajeto todo cerca de 4 ou 5 km, mas o meu desgaste não é só físico. Na rua interditada paro para descansar e observar mais um pouco, duas jovens estão ao meu lado. Haviam muitas mulheres e acredito que inclusive eram a maioria na manifestação. Começo uma conversa.

Marina tem 28 anos é uma jovem mulher branca, trabalha como recepcionista, ela foi aos protestos de junho de 2013, não tem curso superior, diz que trabalha o dia todo e devido ao cansaço vive adiando para fazer a faculdade e também por que segundo ela, "o dinheiro não sobra". Ela votou em Aécio Neves na eleição de 2014 e bate panela, como muitos dos manifestantes que apoiam o impeachment, todas as vezes que é transmitida uma entrevista da presidente da república na televisão.

A amiga de Marina é Patrícia, tem 32 anos é dona de casa e veio com o filho de 10 anos para a manifestação, ela me diz que não bate panela. Pergunto a elas se elas sabem quem lidera as manifestações do impeachment, quais os movimentos e como elas ficaram sabendo. Elas afirmam que não conhecem os movimentos e nem os líderes e ao serem questionadas quem será o presidente do Brasil se a presidente Dilma Rousseff for afastada, as duas dizem que não sabem.

Fico por ali observando, muitas mulheres falam ao microfone, mais trios chegam e parece que a intenção é que eles se revezem na "falação" o que não acontece. De cima do carro de som escuto falas assim "Diogo Mainardi, Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo vocês são nossos líderes de pensamento e impulsionam o nosso coração" "Polícia Federal orgulho naci-

onal" "Foro de São Paulo organização comunista", "Fora PT", "Fora Dilma" e "Fora Foro de São Paulo". percebo um nítido desentendimento entre os faladores dos trios. Mas me convenço que pra mim esse campo já deu, melhor ir embora dali.

A tarde já ensaia sua despedida, e não vou pra casa, marquei com uma amiga de encontrar nos blocos do Marista, conjunto de prédios alguns quarteirões abaixo, muitas pessoas caminham como se estivessem voltando à Praça Tamandaré. Em frente à farmácia paro para fazer uma ligação, depois volto a caminhar. Na mesma direção uma mulher caminha ao meu lado e puxa conversa comigo. O que começa com uma simples conversa faz com que esse dia de campo termine de forma inusitada e desanimadora. Luciene de Fátima, 52 anos, divorciada, empresária, moradora do bairro de Campinas. Ela me diz:

> Luciene: Você está indo pra lá, vamos juntas?
> Cláudia: Sim estou indo, vamos juntas.
> Luciene: Até passa mais rápido, ela afirma.

Concordo com Luciene e seguimos. O que eu achei que seria uma conversa sobre frivolidades se apresenta como uma surpresa, do que eu nem achava que ia encontrar em uma interlocução, aliás pra mim eu já tinha concluído o meu trabalho de campo aquele dia. Sem que eu perguntasse nada Luciene começa a falar.

> Luciene: Foi boa a manifestação, mas da última vez tinha mais gente, mas não vai ter jeito essa mulher vai sair, de que grupo você é ?
> Cláudia: Não sou de grupo nenhum, vim à manifestação para observar. Estou fazendo uma pesquisa de mestrado sobre protesto, estudo na Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Quem sabe você pode até contribuir e me dar uma entrevista. E você de que grupo você é? (Bom eu havia percebido a existência de vários grupos dentro da manifestação e Luciene com seu jeito espontâneo podia até mesmo esclarecer a respeito dos conflitos que eu havia percebido no final da manifestação na disputa para fazer uso da palavra, me interessava saber como era relação entre os grupos da manifestação carnavalizante, como eram custeados os trios entre outras coisas).
> Luciene: Eu sou do grupo intervencionista militar e estou subindo na hierarquia, como dizia o Figueiredo só com o sangue de brasileiros o Brasil tem jeito. A gente vai conseguir tirar a comunista de lá. Já temos acampamentos intervencionistas em várias cidades, somos um movimento muito organizado. A ditadura militar vai voltar.

Eu havia me comprometido a ser uma boa ouvinte, e como pesquisadora não questionar e argumentar a respeito da posição ideológica dos meus interlocutores. Deixá-los à vontade para falar, mas a cada palavra dela eu respirava fundo, até aquele dia pra mim gente com esse perfil ideológico de intervenção militar era uma minoria silenciosa e tímida, mediante o passado e rastro de sangue deixado pela ditadura, era uma ideologia de quartel e de um saudosismo que se limitava a alguns integrantes da carreira militar, mas naquele dia eu percebi que minha impressão não se comprovava eu estava diante de uma militante civil que defendia o governo militar no Brasil, um improvável pesadelo, que era sim realidade e estava ao meu lado falando sem parar.

Eu caminhava ao lado de Luciene e escutava suas concepções. Não sei pelo impacto que tive com suas ideias, cansaço, desânimo e tristeza eu não conseguia mais emitir palavras, só sons monossilábicos, afinal eu estava ali para ouvir a minha interlocutora surpresa e inesperada, porque em nenhum momento do trabalho de campo eu pensei em conversar com um militante intervencionista. Aliás, quando passei por eles tive uma crise de choro tamanha a tristeza e desânimo na humanidade que eles me despertaram. Mas hoje compreendo que Luciene era uma interlocutora do acaso, ela que tinha vindo até mim, eu não a havia buscado como interlocutora. Ela tinha os cabelos curtos pretos, alta, magra, usava calça jeans, tênis e camiseta branca com a frase: "Fora Dilma", carregava uma bandeira do Brasil e uma garrafa de água. Sem nem precisar perguntar Luciene me apresentava com orgulho a sua ação como militante da intervenção militar.

> Luciene: Sabe esses acampamentos que te falei, ih está tudo muito organizado, eu fiquei 30 dias no acampamento de Brasília, perto do Ministério da Defesa e depois fui pra João Pessoa, já fui em reunião em São Paulo e no Rio de Janeiro e até Porto Alegre, não perco nenhuma, já levei meus vizinhos e a minha família inteira para as reuniões, minha filha e o marido vieram, mas já foram embora. A minha outra filha não gosta, não gosta de política, então eu deixo ela para lá e se não tiver ninguém eu vou sozinha para a manifestação.
> Cláudia: Como é que vocês se organizam para manter os acampamentos e os custos das faixas, trio e propaganda em defesa da intervenção militar nas manifestações?
> Luciene: Cada um dá um tanto, nos acampamentos quando a gente vai revezar a gente contribui quando estiver lá, nas manifestações nos reunimos e cada um dá o que pode, nessa de hoje eu dei R$ 30,00, mas recebi contribuições de 70,00, 100,00 e até mais, teve um empresário que deu 400,00.
> Cláudia: Luciene posso pegar o seu número para que possamos marcar uma entrevista para você ajudar na minha pesquisa?
> Luciene: Pode sim, você me manda um whatszap que eu incluo o seu número no grupo intervencionista para você conhecer o pessoal e se interessar a ir na nossa reunião. Ixi na hora que o povo te ver lá, vão falar olha aí, uma espiã, mas a gente explica e você vem na próxima manifestação com a gente.

Não era apenas impressão, mas com sua fala dinâmica e sua simpatia Luciene estava tentando me cooptar para participar do movimento em defesa da intervenção militar. À sua afirmação eu só respondi sim, e continuamos a caminhar, eu já estava quase chegando ao meu destino final os blocos do Marista e via isso com alívio.

Depois que atravessamos a rua 136, mais dois homens e uma mulher se juntaram a nós. Luciene fazia a propaganda ostensiva das suas ideias de intervenção militar, era claro sua atuação para convencer novos adeptos à causa. Um dos homens se chamava João, disse a nós: "Eu quero a anulação da eleição, votei no Aécio, fui na manifestação contra a Copa de futebol e essa gastança que fizeram sem saber e nem perguntar se a gente queria esse dinheiro investido em estádio. Agora eu quero que troque porque quem está lá, está dirigindo a carroça para um abismo".

Eu havia chegado à Avenida 85 esquina com a rua 147, minha caminhada terminava ali, já estava escurecendo, despeço-me de Luciene, ela me pede pra eu ir com ela até a Tamandaré e depois ela me trazia de volta, "pra gente ir conversando". Na verdade, não era uma conversa, era um monólogo, em que escutei como antropóloga bizarros e estranhos argumentos de um círculo social, um grupo que eu já imaginava extinto, ou composto por uma minoria. Agradeci a Luciene pela proposta. E nos despedimos.

> Luciene: Estou esperando a sua mensagem pra te colocar no grupo, você vai gostar do pessoal.
> Cláudia: Mando sim Luciene, nos falamos em breve, até mais.

Todas as vezes que eu folheava o caderno de campo lá estava o nome completo, o perfil e o telefone da Luciene nas anotações, assim elas permaneceram somente como um registro. Se no momento em que tive o encontro com Luciene eu fiquei interessada e curiosa em ver que tipo de conversas, argumentos e quem era o "pessoal" que ela falava que eu ia gostar de conhecer, onde eram as reuniões e o que mais pudesse descobrir sobre os defensores da intervenção militar.

Após o desgaste físico e emocional do trabalho de campo em agosto de 2015, em que fiquei dois dias de cama, com dores no corpo e febre, achei que tudo que eu havia visto e ouvido já tinha sido o suficiente, até mesmo para me deixar desfalecida. Nunca mais falei com Luciene, nem para a entrevista, depois daquele dia sinceramente me convenci do mal que me fez e a tristeza profunda que provocaram em mim as concepções temerosas e assustadoras dos intervencionistas militares. Quando eu folheava o caderno de campo e via o telefone da Luciene eu pensava alto e dizia como ao final daquele dia "Pra mim já deu". Depois de mais esse relato considero que para todos que leem este trabalho de dissertação de mestrado também. É hora de concluir.

Considerações finais

> *Do ano 2000 pra frente, homens do passado, pensando no futuro, vivendo no presente. Há três tipos de gente: os que imaginam o que acontecem, os que não sabem o que acontece e nós que fazemos acontecer*
> *(SABOTAGE, 1999).*

A frase do rapper Sabotage resume o desfecho e considerações finais desta dissertação sobre os protestos de junho de 2013 e estratégias de controle social. A multidão fez acontecer as maiores manifestações populares do século XXI. Em Brasília e em todo o país mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas sem partido, sem líder, em um movimento que começou com as lutas pela redução da tarifa do transporte nas capitais e se transformou em um processo rizomático e de contágio coletivo, mesmo com a estratégias de repressão imediatistas relatadas no capítulo 2.

Despois as manifestações populares reuniu uma multidão e emergiram reivindicações diversificadas, contra a Copa; contra os megaeventos esportivos; contra a PEC 37; contra o projeto da "Cura Gay"; contra a FIFA; contra corrupção; contra as empresas de comunicação e o monopólio da mídia; pelo passe livre estudantil; educação, saúde e segurança padrão FIFA; pela destinação dos royalties do petróleo para a educação; pela democracia e pela Reforma política que nunca é feita e mantêm um contexto de falência do sistema eleitoral e político.

A falta de credibilidade das instituições públicas e políticas; o desânimo com as estruturas de poder existentes promoveram uma reação que motivaram os protestos de junho de 2013, momentânea, explosiva, mas significativa. A insatisfação com o Estado, com os integrantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em menor escala provavelmente por ser o mais fechado dos poderes e pelos integrantes não serem eleitos pelo voto popular, era generalizada em um recado claro a sociedade contra o Estado na formatação como está concebido como sistema político.

Amplo e momentâneo, os protestos de junho de 2013 receberam o apoio de 84% dos brasileiros, segundo apontou pesquisa IBOPE em agosto de 2013, e deixaram como legado político a ampliação de vários grupos e a participação de diversos segmentos da sociedade nas manifestações populares e ainda algumas conquistas que apesar de imediatas e urgentes, tam-

bém podem ser consideradas como estratégias urgentes de controle social, para constar que, em um primeiro momento, as reivindicações da sociedade eram atendidas em duas vertentes mais expressivas: transporte público e proposições legislativas discutidas no Congresso Nacional. Considero importante ressaltar algumas conquistas alcançadas pelas reivindicações feitas nos protestos de junho de 2013.

Transporte

19 de junho

O prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e o governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciaram a redução da tarifa de ônibus, metrô e da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). Em São Paulo, após seis atos realizados pelo Movimento Passe Livre, os protestos conseguiram promover a redução da tarifa de transporte de R$ 3,20 para R$ 3,00. No Rio de Janeiro, os protestos também conseguiram reduzir as tarifas do transporte público: as passagens de ônibus, metrô, trens e barcas municipais do Rio de Janeiro que antes dos protestos haviam subido para R$ 2,95, voltaram a custar R$ 2,75. Registrou-se a redução da tarifa em outras capitais e cidades; Manaus, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Natal, entre outras, e também em mais de 50 cidades do interior e regiões metropolitanas, como os municípios do ABC paulista, Guarulhos (SP), Betim (MG), Blumenau (SC), Campina Grande (PB), Londrina (PR).

Dia 24 de junho

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), suspendeu o reajuste de pedágios nas rodovias do Estado.

Dia 26 de junho

O prefeito de São Paulo Fernando Haddad divulgou o cancelamento do processo de licitação para a contratação das empresas de ônibus que iam realizar o serviço de transporte público pelos próximos 15 anos, depois dos atos de protestos do Movimento Passe livre o prefeito anunciou que os contratos iam ser assinados mediante a participação popular, por meio da criação de uma comissão com integrantes da sociedade civil.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), instituiu o passe livre estudantil na região metropolitana de Goiânia, que concedia passagem do transporte coletivo aos estudantes de baixa renda dos ensinos fundamental, médio, técnico e superior presenciais.

27 de junho

O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), instituiu o passe livre que isenta a tarifa do transporte coletivo para estudantes na região metropolitana de Porto Alegre. Dia 2 de julho, Genro encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado o projeto que es-

tende o passe livre para estudantes de 63 cidades, alunos do ensino médio e das universidades que moram em uma cidade e estudam e outra.

Congresso Nacional

Após a ocupação da marquise do Congresso Nacional e do Palácio do Itamaraty o Congresso Nacional, tratou de elaborar uma agenda legislativa para atender as reivindicações dos protestos de junho de 2013. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), delibera que as sessões deliberativas de votação iriam acontecer de segunda-feira à sexta-feira até o recesso da Casa, previsto inicialmente para o dia 17 de julho, como expliquei no capítulo 2, normalmente, as sessões deliberativas do Senado acontecem apenas três vezes por semana, de terças às quintas-feiras.

25 de junho

Os deputados federais votam no Plenário da Câmara dos Deputados pela rejeição e o arquivamento da PEC 37, proposta que tiraria o poder de investigação do Ministério Público. Ao todo, foram 430 votos pela derrubada, nove favoráveis e duas abstenções.

26 de junho

A Câmara dos Deputados aprova a proposta que reduz a zero as alíquotas das contribuições sociais para o PIS/Pasep e a Cofins que recaem sobre os serviços de ônibus, trens, metrôs e embarcações nas cidades brasileiras.

Aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei 5.500/2013 que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e os 25% restantes para a área da saúde.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou a proposta de emenda à Constituição que acabava com o voto secreto em processos de cassação de mandato.

No Senado durante o jogo da seleção brasileira contra o Uruguai pela semifinal da Copa das Confederações, em que normalmente não há sessões deliberativas, os senadores aprovaram o projeto de lei do senador Pedro Taques (PDT-MT), que tornava a corrupção crime hediondo. De acordo com o projeto de lei 6616/09, corrupção ativa e passiva passava a ser considerada tão grave quanto homicídio qualificado e estupro.

2 de julho

A Câmara dos Deputados retira da pauta da Comissão de Direitos Humanos o projeto de lei batizado de "cura gay", do deputado João Campos (PSDB-GO).

O Senado aprova uma proposta de emenda à Constituição que cria a "ficha limpa" para cargos públicos, sejam eles comissionados e de confiança ou efetivos (preenchidos após concurso). O projeto é semelhante à lei da Ficha Limpa, válida para cargos eletivos do Poder Legislativo e Executivo.

O Senado aprova em segundo turno projeto que reduz em até 15% o valor das passagens do transporte coletivo municipal.

Aprovação do Projeto de Lei (PL) 39/2013, de autoria da Presidência da República, que responsabiliza administrativa e civilmente pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A "lei anticorrupção" permite a punição de empresas que pratiquem ações como oferecer vantagem indevida a agente público, fraudar licitações e financiar atos ilícitos. Foi encaminhado à sanção presidencial.

Poder Executivo

24 de junho

A Presidente da República Dilma Rousseff propõe cinco pactos para a melhoria dos serviços públicos no país (pela responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte público e educação). Anuncia a solicitação de plebiscito para realizar uma ampla reforma política.

25 de junho

Anunciadas medidas para melhorar o acesso da sociedade ao atendimento médico: 12 mil vagas de residência médica em todas as especialidades até 2017; a expansão do número de bolsas para estudantes de graduação interessados em participar de projetos da rede pública.

26 de junho

Iniciativa da Agência Nacional de Transporte Terrestre adia o reajuste das tarifas do transporte nacional e internacional de passageiros, que estava previsto para o dia 1º de julho.

27 de junho

O Ministério dos Transportes suspende os reajustes de pedágios federais e das tarifas de ônibus interestaduais, internacionais e semiurbanos.

Os protestos de junho de 2013 além de reivindicações e conflitos causaram tragédias, mortes e feridos foram registrados. Segundo informações do portal G1, 13 pessoas morreram em um ano de protestos pelo país, de junho de 2013 a junho de 2014. O levantamento apontou que foram três mortes em Minas Gerais e São Paulo, duas no Rio de Janeiro e em Goiás e uma no Pará , Rio Grande do Sul e Piauí.

No dia 21 de junho, em Belém a gari Cleonice Vieira de Moraes foi atingida por gás lacrimogêneo lançado pela Polícia Militar, enquanto trabalhava durante protestos passou mal e morreu. No mesmo dia, na cidade de Ribeirão Preto em São Paulo o estudante Marcos Delefrate, morreu atropelado por um carro que furou bloqueio de manifestantes.

No dia 24 de junho, Valdinete Rodrigues Pereira e Maria Aparecida foram atropeladas enquanto bloqueavam uma área de protesto na cidade de Cristalina no Estado de Goiás. Em

26 de junho, o marceneiro Igor Oliveira da Silva foi atingido por um caminhão que fugia de uma manifestação numa ciclovia no Guarujá.

No dia 22 de junho, Luiz Felipe de Almeida caiu do caiu do viaduto José Alencar em Belo Horizonte e morreu após ficar internado 19 dias.

Em 26 de junho, Douglas Henrique de Oliveira caiu do mesmo viaduto e também veio a falecer. Ainda no dia 26 de junho no Piauí Paulo Patrick morreu depois de ser atropelado por um táxi durante protesto em Teresina.

No Rio de Janeiro no dia 31 de junho o ator Fernando da Silva Cândido morreu depois de inalar gás lançado pela polícia em protesto em 20 de junho de 2013. Em 2014, no Rio de Janeiro, o vendedor Tasman Amaral Accioly morreu vítima de atropelamento por um ônibus na manifestação no dia 6 de fevereiro, a mesma em que cinegrafista Santiago Andrade foi atingido pelo rojão e que veio a falecer 4 dias depois.

Outro levantamento feito pela Conectas Organização Não Governamental, que atua na área de Direitos Humanos e relata prisões e detenções arbitrárias, perseguições, violência a manifestantes e jornalistas amplia para 24 o número de mortos em protestos no período entre 2013 e 2014. Constam no relatório de 177 páginas, 13 mortes ocorridas durante os protestos, sem incluir o cinegrafista Santiago Andrade. A 13ª vítima fatal é um manifestante não identificado, morto pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, no dia 24 de junho durante protesto na favela Bateau Mouche, em Jacarepaguá. E ainda uma execução na cidade de Santa Luzia, Minas Gerais quando em 1 de Julho, 2013 – Lucas Daniel Alcântara, de apenas 12 anos que morreu ao ser baleado por policial em manifestação por melhor qualidade dos serviços públicos.

As outras 10 mortes que constam no relatório da Conectas, ocorreram no dia 24 de junho, pela ação da polícia militar do Rio de Janeiro em protesto na favela da Maré. Segundo o relatório, neste dia após terminar o protesto na favela localizada em Bonsucesso a Polícia Militar iniciou uma operação de intimidação dos moradores em que eram impedidos de circular e que casas foram invadidas. Os policiais militares usaram foram usadas bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e de fuzil. Os números divulgados pela Conectas contabilizam que 10 pessoas morreram na chamada “Chacina da Maré”, ocorrida durante ação policial em protesto no complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. No entanto, a morte de 10 pessoas vítimas da ação policial foi relatada de forma discreta pela mídia, diferentemente da morte do cinegrafista Santiago Andrade. Até pouco tempo antes de finalizar a pesquisa não tinha conhecimento das mortes neste protesto no complexo da Maré.

Tabela 11 Número de mortos nos protestos

Cidade	Estado	Número de mortos	Causa
Belo Horizonte	**Minas Gerais**	**3**	Queda de viaduto (2)
Santa Luzia	**Minas Gerais**		Execução (1)
Cristalina	**Goiás**	**2**	Atropelamento (2)
Rio de Janeiro	**Rio de Janeiro**	**14**	Inalação de gás lacrimogêneo (1)
			Execução (12)
			Atropelamento (1)
Ribeirão Preto	**São Paulo**	**2**	Atropelamento (1)
São Paulo	**São Paulo**	**1**	Parada cardiorrespiratória (1)
Belém	**Pará**	**1**	Inalação de gás lacrimogêneo (1)
Teresina	**Piauí**	**1**	Atropelamento (1)

Fonte: Conectas. Disponível em: http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/relatorio%20final_oea_vers%C3%A3o%20MPF.pdf. Acesso em: agos.2015.

Há ainda números expressivos de feridos e detenções durante os protestos, levantamento feito pela ONG Artigo 19 usando como base reportagens, dados de movimentos sociais e da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) apontou que, até onde se sabe, houveram 837 pessoas feridas durante os protestos no período de 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013, em cerca de 696 atos de protesto em todo o país. Neste relatório constam o registro de 8 mortes no mesmo período, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2013. E ainda que, somente em junho de 2013, no auge dos protestos, cerca de 2 mil pessoas foram detidas e encaminhadas às delegacias do País.

Outro relatório da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) apontou que pelo menos 83 jornalistas e profissionais de imprensa brasileiros foram agredidos ou feridos de junho a outubro de 2013. Desses casos, ficam de fora vários outros casos que ocorreram em 2014, como o caso do cinegrafista Santiago Andrade. No levantamento, consta que a polícia militar e a repressão são responsáveis por cerca de 80% dos casos de agressões aos jornalistas, somando 65 profissionais da imprensa vítimas da ação truculenta e abusiva da polícia no exercício da função de cobertura jornalística dos protestos. Entre eles, além de outros casos relatados, o do fotógrafo Sérgio Silva que perdeu a visão do olho esquerdo por tiro de bala de borracha disparado por um policial militar não identificado, no dia 13 de junho de 2013, no 4º ato do MPL em São Paulo. Em seu relato ele disse que a polícia realizava um bloqueio e uma caça aos manifestantes e ameaçava os profissionais de imprensa entre eles Sérgio Silva, ele se escondeu dos disparos e quando voltou para fotografar a ação da tropa de choque levou o tiro que lhe tirou a visão.

São tantos os casos da ação prepotente e violenta do Estado, por meio da polícia militar, que cada assunto que abordei nos dois parágrafos acima sobre registros de violência nos protestos de junho de 2013 contra manifestantes e a imprensa, por si só, e por sua relevância seriam tema de uma dissertação ou tese, pois traz implicações que ainda têm muito a ser questionadas em trabalhos posteriores. No entanto, como afirmo na introdução, esse trabalho tem como foco a construção de discurso e as estratégias de controle social da qual fazem parte a repressão e a implementação do terror que instiga o medo de agir e que Slavoj Zizek nomeia de política do medo, aterrorizar como forma de controle:

> Estamos tratando aqui não da diferença entre duas visões-ou conjuntos de axiomas – mas, da diferença entre a política baseada num conjunto de axiomas universais e a política que renuncia a própria dimensão constitutiva do político, uma vez que revela do medo enquanto seu supremo princípio mobilizador: medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e da sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio. A correção política é a forma liberal exemplar da política do medo. Uma (pós-)política dessa natureza assenta-se sempre na manipulação de um *oclhos* ou de uma multidão paranoica: é a união de pessoas aterrorizadas. (ZIZEK, 2014, p.46).

Além das estratégias de controle social, conquistas e tragédias junho de 2013 passou, deixou impressões, configurações e produziu ações, reações, cismogêneses, formas e expressões simbólicas significativas no imaginário individual e coletivo. As manifestações populares geraram produções literárias e acadêmicas, jornalísticas, cinematográficas, televisivas e musicais. Influenciou a produção intelectual e cultural foi "pras grandes telas e tal", como disse o rapper Sabotage. O filme *"Junho"*, produzido pelo *Jornal Folha de S. Paulo*, dirigido

por João Wainer, que foi lançado nacionalmente um dia após o jogo do Brasil na Copa do Mundo de 2014 na capital federal.

A produção do documentário pode ser até mesmo considerada como um exemplo do recurso conveniente da cultura (YÚDICE, 2004) e da propagação das práticas simbólicas do protesto pela indústria do entretenimento, mas também traz relatos que mostram a repressão e a violência do Estado e diverge da estratégia discursiva do estereótipo de controle social. A decisão da *TV Folha*, ligada ao *Jornal Folha de S. Paulo* de produzir o documentário sobre os protestos de junho de 2013, se deu após a repórter da emissora ser atingida no olho por um Policial Militar no protesto de 13 de julho de 2013 nas ruas da capital paulista. Assisti ao filme sozinha, no cinema do Casa Park, um centro comercial em Brasília onde estão instaladas as marcas de grife de móveis e objetos de casa e seu público é de alto poder aquisitivo. Quando comprei o ingresso da sessão das 15 horas, olhei rapidamente para a tela de mapeamento de lugares da sala e verifiquei que minha ocupação era a única da sala de cinema, o que foi mais uma etapa de campo solitário.

As produções de Tv também realizaram a captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013. Durante a pesquisa, observei essa captura em que protestos ocorrem nas produções audiovisuais que remetem aos protestos de junho de 2013 nas produções da minissérie Felizes para sempre, filmada em Brasília; nas novelas Sete Vidas, Totalmente Demais e no folhetim permanente na grade de programação Malhação, todas produzidas pela *Tv Globo* de Televisão. A produção musical também se inspirou nos protestos de junho de 2013. Tenho conhecimento e registro que três músicas que abordam as manifestações públicas em sua composição. A música “Vai ser assim” tema do documentário *"Junho"* feito pela *TV Folha* e o jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria do rapper Criolo, que não está em nenhum cds gravados e ele não canta em nenhum de seus shows, a música “Multidão” do grupo Skank que a banda gravou no cd lançado em 2014 com o rapper B Negão e a música “Chega” (não é só por vinte centavos), letra de Gabriel Moura, gravada pelo cantor Seu Jorge.

Não posso deixar de relatar como um dos desdobramentos, que vão além da captura das formas e expressões simbólicas e que podem ser consideradas até mesmo como deformações, que os protestos de junho de 2013 inspiraram e serviam de modelo para as práticas das manifestações pró-impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2015 e 2016. Essas manifestações copiaram formas de mobilização, entre outros elementos dos protestos de junho de 2013, a ocupação das ruas para reivindicação. E até mesmo o nome de um dos movimentos organizados é uma cópia dos movimentos de junho em ação em 2013. Kim Kataguari, líder do

MBL, e que depois foi contratado como colunista da Folha de S. Paulo, afirmou que o nome do Movimento Brasil Livre (MBL) foi inspirado na sigla do MPL (Movimento Passe Livre).

As manifestações pró-impeachmeant se inspiraram nos protestos de junho de 2013, mas de maneira bem estilizada e até excêntrica, com direito a especificidades que causam estranhamento aos mais experientes e ferrenhos militantes sociais e considero até mesmo em estudiosos que pesquisam ação coletiva e protestos. Algumas delas era usar nas manifestações a camiseta da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), uma das instituições com histórico e longa ficha de corrupção, em que já foram deflagrados vários crimes envolvendo seus dirigentes em negociatas.

Há outras deformações: dancinhas no formato de coreografia de axé, jingles plagiando sucessos da música pop e até uma musa. Juliana Isen, modelo paulistana tirava a roupa nas manifestações pró-impeachment. Dessa forma e com esse título de "Musa das Manifestações" entrou para o mercado de entretenimento adulto nacional, sendo capa da revista Sexy, publicação do segmento erótico direcionado ao público masculino. A "Musa das Manifestações" além de capa de revista e ensaio fotográfico também fazia shows em casas noturnas também do segmento erótico. Em 2015, ela esteve em Goiânia realizando um desses shows na Estância M & M, em que vários outdoors espalhados pela cidade anunciava a "Musa das Manifestações" como atração principal de um show destinado ao público masculino.

Não tenho conhecimento de que outras manifestações de âmbito nacional de conflito e disputa de poder tenha gerado uma musa. Nem nas "Diretas Já" e no impeachment do presidente Collor tenho informação da criação de uma musa que tenha atuado nesse segmento. No entanto, há de se registrar que, se em 1992, a mídia não construiu uma musa, mas construiu um político, o presidente da UNE à época, Lindbergh Farias que despontava como líder estudantil e atualmente é senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

O relato sobre a construção da musa das manifestações é só um exemplo dentre vários que podem ser citados como uma captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013. As próprias manifestações de 2015 e 2016 são desdobramentos de junho de 2013 em que houve uma captura deformada do espaço urbano. Contundo, podem surgir contestações a minha afirmação de que a manifestação pró-impeachment de 2015 é uma deformidade da captura das formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013. Para explicar os motivos dessa afirmação e abordagem, deixo claro que não se trata apenas de uma consideração ideológica, pois como já enfatizei busco neste trabalho descrever de forma imparcial o contexto dos protestos de junho de 2013, suas consequências e desdobramentos.

No entanto, a minha experiência como militante social, do movimento estudantil secundarista e acadêmico na década de 90, inclusive em comparação aos protestos do impeachment do presidente Fernando Collor em 1992 me fez chegar a essa conclusão. Haverá quem discorde e considere exagerada a conclusão que cheguei, mas creio que tenho ao meu favor, como ferramenta de apoio a minha proposta o trabalho de campo que realizei em 2014 e na manifestação pró-impeachment em 2015. Questionamentos críticas vão surgir decorrentes da minha afirmação, mas a faço com a consciência que realmente o que vi durante o trabalho de campo foram deformidades de uma captura de formas e expressões simbólicas dos protestos de junho de 2013.

Diferentemente dos protestos da minha entrada do campo de 2014, em que sentia insegurança por estar sozinha no meio de um tanto de gente em um ambiente de conflito e sem o meu crachá de imprensa, temer as revistas policiais, ser humilhada, apanhar da polícia, sumir e ninguém me ver mais, nas manifestações pró-impeachment de 2015, estranhava "não Temer" a polícia que se portava muito diferente, amistosa e tranquila.

Naquela manifestação a sensação de "não Temer" a polícia, não impediu de ter em vários momentos uma tristeza profunda, em um determinado momento, ao testemunhar saudação à presença dos policiais militares, como uma ode à repressão, discursos inflados em defesa da intervenção militar, onde a pauta de reivindicação era cheia de ódio, em um ambiente muito diferente de uma manifestação de militância social, porque não havia gritos de guerra com reivindicações de amplo alcance à sociedade.

Foi um dia difícil, em um certo momento do trajeto comecei a chorar, não sei se por decepção, medo das ideias, do ódio generalizado, ou pela tristeza em constatar que aquilo estava acontecendo, ouvir certas palavras e frases sendo ditas, repetidas e observar todo aquele contexto que era de desesperança e amargura.

O protagonismo juvenil dos estudantes secundaristas nos protestos pela educação e ocupações contra o fechamento de escolas e a reestruturação programada pelo governo do Estado de São Paulo; a ocupação das escolas em Goiás contra a implantação de organizações sociais (OSs) nas escolas estaduais e também a significativa das ocupações de prédios de órgãos públicos por diversos segmentos da sociedade em reivindicação às suas demandas também podem ser consideradas uma influência, consequência e desdobramento de junho de 2013 no ativismo político.

As principais considerações que chego neste trabalho é que junho pode ser considerado um momento inédito e diferenciado em que ocorreram fatos marcantes como a ocupação da marquise do Congresso Nacional de uma forma única, não por um momento festivo e co-

memorativo da vida política e social, mas no dia 17 de junho de 2013 motivada pela revolta popular e determinação de ocupação do prédio do Poder Legislativo federal, entre outros acontecimentos, pela demonstração da repressão e violência do Estado em reação aos protestos e a mobilização da multidão nas cidades e ainda de que vivemos um momento de alerta, que sinaliza para a regressão social em que muitos direitos, conquistas sociais e garantias fundamentais constitucionais estão ameaçadas. O exemplo de junho de 2013, apesar do aumento e sofisticação da repressão, inclusive no ordenamento jurídico, serve de modelo para ações de oposição às decisões impositivas do Estado brasileiro.

É também importante refletir sobre o aumento das práticas e técnicas corporais da repressão sobre os indivíduos. Os protestos de junho de 2013 mostraram a face obscura dos órgãos de segurança, pública e controle que cotidianamente ocorrem nas periferias, mas que foram registrados no centro das cidades. Considero que, desde a ditadura, não se tinham tantos registros sucessivos, como de junho de 2013 a junho de 2014, do aumento expressivo da ocorrência de violência do Estado: espancamentos, humilhações, intimidação e prepotência de abusos policiais em áreas urbanas centrais. Há de se considerar que uma análise detalhada do orçamento da segurança pública deve ser possível chegar à constatação de que estes recursos não são investidos na prevenção à criminalidade e para garantir segurança à sociedade. É destinado principalmente à repressão e ao controle social.

As lutas não cessarão, há o protagonismo secundarista nas escolas pela garantia deste direito fundamental e muitas outras virão. Fica esse questionamento em aberto se realmente os protestos de junho de 2013 influenciaram e instigaram uma geração de ativistas, não por interesses políticos partidaristas, mas por causas sociais e garantias de direitos fundamentais. Interrogação que poderá nortear novas pesquisas e investigações.

Outra reflexão pertinente a esta pesquisa são as novas práticas de segregação de espaço ocorridas na Esplanada dos Ministérios e no gramado em frente ao Congresso Nacional após os protestos de junho de 2013. Após a ocupação da marquise do prédio do Poder Legislativo Federal, pela primeira vez na história do Brasil por uma revolta popular contra o Congresso Nacional, várias alterações na questão de vigilância e controle social neste espaço foram colocadas em prática. Relatei sobre o aumento da vigilância e a presença de elementos dos aparatos de segurança do Estado no capítulo 3.

Ainda sobre o processo de segregação social, vigilância e controle que vem sendo colocado em prática no espaço do gramado em frente ao Congresso Nacional outro fato chama atenção e intriga pensamentos. Em abril de 2016, a Esplanada dos Ministérios ficou fechada

durante três dias devido à sessão de votação do processo do impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril de 2016.

Também pela primeira vez na história de Brasília, em 56 anos de existência da capital federal, o gramado da Esplanada dos Ministérios foi dividido ao meio pela instalação de grandes muros de metal para separar os manifestantes a favor e contra o impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff. Esse também seria um reflexo de junho de 2013?

Além da segregação dividindo os manifestantes contrários e favoráveis ao impeachment, também me foi relatado que além da divisão ao meio, os manifestantes foram contidos por uma grade, bem distante do prédio do Congresso Nacional, por fileiras de policiais militares e que foram instalados telões para acompanhar as votações, algo jamais visto, sendo que o espaço sempre foi usado de forma democrática nos últimos 20 anos. Em 1992, cerca de 100 mil pessoas de todas as cidades do Brasil, que não tinham o mesmo posicionamento político, juntaram-se aos "caras-pintadas" e ocuparam o gramado do Congresso Nacional para comemorar a votação de abertura do processo de impeachment do presidente Fernando Collor. Há mudanças em curso no Brasil que merecem observação. O Congresso Nacional, até agora imune à desaprovação mais incisiva da sociedade, a partir de junho de 2013 teme a multidão?

Ficam aqui nestas considerações e ideias sobre as quais me questiono ao final desta pesquisa, resultado deste trabalho e de observação do gramado do Congresso Nacional, como meu ponto de partida, visão que já tive daquele espaço em dias de efervescência política ou de calmaria, em que em pausas de descanso do trabalho eu repousava os olhos.

Além dos questionamentos levantados ao longo da pesquisa, analisando todos os acontecimentos que ocorreram até aqui, uma sequência que ninguém previa: a polarização política, manifestações pelo impeachment, afastamento da Presidente da República, afastamento do Presidente da Câmara dos Deputados, a concepção que chego ao final desta dissertação quanto os protestos de junho de 2013, a construção do discurso de poder e as estratégias de controle social é de que o apartidarismo dos protestos impediu, em um primeiro momento, que um grupo de poder específico pudesse apropriar-se e beneficiar-se com os protestos de 2013 e capturar para si a mobilização popular como espaço garantido de poder.

A proliferação das táticas *black blocs* em todo o país, mas principalmente a impossibilidade de alinhamento entre os protestos de junho de 2013 com grupos de poder fez aumentar a repressão a estas manifestações populares. Os protestos de junho de 2013, em seu processo rizomático não tinham dono ou aliados, eram uma convulsão social que inesperadamente ocupou os espaços urbanos, que preocupava e não favorecia o Estado em nenhuma esfera de poder. Nem federal, estadual e municipal e desafiava, questionava e colocava em risco a

credibilidade e estabilidade do poder Executivo, Legislativo e até mesmo o Judiciário. Naquele momento era a sociedade contra o Estado. As estratégias de controle social, e a resposta em todos os âmbitos e esferas como reação foram do Estado contra a sociedade.

O caráter apartidário dos protestos de junho de 2013 não abria possibilidades naquele momento de emparelhamento para segmentos político-partidários e grupos de poder. Outra questão relacionada ao apartidarismo que é complexa e deixa ainda muitas dúvidas e questionamentos e a de que, o que tenha ocorrido, é que este apartidarismo tenha sido, em 2015 e 2016, apoderado, posteriormente, pelos movimentos e segmentos da extrema direita e de setores conservadores da sociedade durante as manifestações pró-impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff.

Os partidos políticos e os segmentos de poder não conseguiram se apropriar, naquele momento, dos protestos de junho de 2013. Pode-se dizer que tudo começou em junho, até mesmo as manifestações pró-impeachment têm como referência e raiz os protestos de junho de 2013, mas prefiro não deixar essa ideia como afirmação, mas como pergunta ou questionamento para outras investigações. É certo que junho de 2013 marca a nossa história e deverá influenciar ações de insurgência e pelo que percebi de repressão por alguns anos à frente. Talvez a minha geração nunca mais seja testemunha da ocupação da marquise do Congresso Nacional com 10 mil pessoas gritando "Ah há, uh hu! O Congresso é nosso!" Foi naquele momento até aqui que esta pesquisa começou.

A sociedade deu o seu recado, entre outras tantas lutas reivindicou a reforma política. Primeiramente, para concluir, manifesto o que considero ser reflexão importante e emergente que se relaciona com esta pesquisa. O governo eleito de forma indireta em 31 de agosto de 2016 anunciou, desde antes de assumir o poder definitivamente, as suas pretensas intenções e disposição em impor uma política essencialmente fiscalista e economicista. Já foram anuncia a reforma nas relações trabalhistas, a reforma da previdência e ajustes fiscais que congelam nos próximos 20 anos os investimentos em setores básicos de atendimento à sociedade: saúde e educação. As pretensas profundas mudanças na esfera pública e privada devem acontecer em pouco mais de um ano de exercício do governo eleito de forma indireta. As alterações em questão, que já começaram a ser negociadas serão feitas a partir de projetos de lei de autoria do Poder Executivo e mediante a análise e aprovação do Congresso Nacional.

Portanto, o momento é de vigilância e observação. Direitos e conquistas sociais estão ameaçados e aponta para um contexto preocupante de regressão social. Em junho de 2013 cartazes, faixas e gritos de guerra reivindicavam a reforma política, que sequer é mencionada pe-

lo governo eleito de forma indireta, exigência e desejo da sociedade que mais parece uma abstração distante.

O movimento político pela reforma política de junho de 2013 foi ignorado. Pauta das reivindicações dos protestos de junho de 2013, em 2014 e 2015 a reforma política nem chegou a ser citada nas manifestações. Fato que transparece a inexistência do comprometimento e até de conhecimento dos organizadores e participantes das mobilizações de 2015 e 2016 pró-impeachment sobre a grave e imperiosa questão da necessidade de realizar uma consistente reforma política para rever o atual quadro de falência dos partidos e do sistema político. No entanto, essa pauta é apagada por outras consideradas mais "urgentes", provavelmente por não interessar de forma consistente ao Estado e aos integrantes do campo dos poderes.

Os políticos e os burocratas que integram o governo eleito de forma indireta devem se fazer a seguinte pergunta: Mas mudar para que? Se isso não nos interessa e é esse ordenamento jurídico que nos mantêm sempre no poder, independente de qualquer resultado eleitoral, há mais de 30 anos. Ao seguir esse pensamento é possível considerar a quem interessa o esquecimento e apagamento das reivindicações da sociedade quando a questão é alterar o atual sistema eleitoral e político. Os protestos de junho de 2013 reivindicaram a reforma política. A elite política, no entanto, faz-se de surda e de cega e só escuta e enxerga a mobilização nas ruas quando quer e ela serve aos seus interesses político-partidários e a grupos de poder específicos e determinados.

Referências

ALESSI, Gil; ANDRADE, Hanrrikson de. "O estado é mais cego do que eu", diz fotógrafo que perdeu o olho em protesto. 06 dez. 2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/12/06/o-estado-e-mais-cego-do-que-eu-diz-fotografo-que-perdeu-o-olho-em-protesto.htm>. Acesso em: Jun. 2014.

ALVAREZ, Sonia E. ; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos. Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000.

ARAÚJO, Christianne Evaristo de. A partir das águas: argumentações midiatizadas, resistência popular e a transposição do Rio São Francisco. Brasília. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. 2012.

ARTIGO 19. As ruas sob ataque: Protestos 2014 e 2015. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2015/09/10/as-ruas-sob-ataque-protestos-2014-e-2015/>. Acesso em: Nov. 2015.

BARLEY, Nigel. O antropólogo inocente. Lisboa: Editora Fenda. 2006.

BEDINELI, Talita. "O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou". Entrevista de David Harvey. Jornal El País. 12 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/politica/1434152520_547352.html>. Acesso em: Jun. 2015.

BHABHA, Homi. O bazar global e o clube dos cavaleiros ingleses. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011.

_____. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG.1998.

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Educação & Realidade, n.20 (2), p.133-184, jun/dez 1995.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora. 1996.

BRACALEONE, Cassio; BEM, Daniel de. (Org). As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva. 2014.

CABAÇO, José, L.; CHAVES Rita. Colonialismo, violência e identidade cultural. In: Abdala, Benjamin, J. (Org.), Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp. 2000.

CALIXTO, Thiago; CORRÊA, Felipe; PAMPLONA, Pablo. As jornadas de junho e o poder popular. In: BRACALEONE, Cassio; BEM, Daniel de. (Org). As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva. 2014.

CAMARGOS, Roberto. Rap é política: percepções da vida social brasileira. São Paulo: Boitempo. 2015.

CASARA, Rubens R. R. Militarização da segurança: um sintoma da tradição autoritária brasileira. In: SILVA, Evanildo M. da Silva. (Org.). Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas. Uberlândia: Pueblo. 2015.

CASTILHO, Sérgio R. R.; LIMA, Antônio Carlos de S.; TEIXEIRA, Carla C. (Orgs.) Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj. 2014.

CATTANI, Antônio, D. (Org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2014.

CONECTAS. Relatório Final. Disponível em: <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/relatorio%20final_oea_vers%C3%A3o%20MPF.pdf>. Acesso em: Agos. 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal. 2007.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011- 2015. Série Estudos Políticos. Brasília. 2010.

_____. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019. Série Estudos Políticos. Brasília. 2014.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo: Editora perspectiva. 1966.

DREYFUS Hubert L.RABINOW, Paul. Michel Foucault- Uma trajetória filosófica. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2010.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Black Blocs. São Paulo: Veneta. 2014.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. Iluminuras, v.4, nº 7. Porto Alegre: NUPECS/LAS/IFCH e ILEA/UFRGS.2003.(Disponível:http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9160/5258- acesso agosto de 2014).

FANON, Frantz. Los condenados de la tierra. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

_____. Pele negra, máscaras brancas. Salvador. Editora UFBA. 2008.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Novo Aurélio século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999.

FERNANDES, Florestan. O Negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global. 2011.

FERNANDES Letícia; GAMA, Junia. Jornal O Globo, 19 nov. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/relator-do-caso-cunha-sofre-ameacas-pede-protecao-policial-18091248>. Acesso em: Nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo. Edições Loyola. 2013.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petropólis: Vozes. 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC. 2011.

_____. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectiva. (Org). BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y el Caribe, de la Red de Centros Miembros de CLACSO. 2007. Disponível em : <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 19.doc>. Acesso em: Out. 2014.

GUHA, Ranajit. La Prosa de la Contrainsurgencia. In: Pasados poscoloniales: colección de ensayos sobre la nueva historia y etnografia de la India. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia e África. 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Cor e raça. Raça, cor e outros conceitos, In: Raça novas perspectivas antropológias. Org. Osmundo Araújo Pinho, Livio Sansone. Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA. Salvador. 2008.

GUPTHA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) O espaço da diferença. p.30-49. p.32. Campinas: Papirus, 2000.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. In: Sín garantias. Trayetorias y problemáticas em estudios culturales. Popayán/ Lima/ Bogotá/ Quito: Envión editores/ Instituto de Estudios Peruanos/ Pontificia Universidad Javeriana/ Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

_____. Nuevas etnicidades eAntiguas e Nuevas identidades y etnicidades. In: Sín garantias. Trayetorias y problemáticas em estudios culturales. Popayán/ Lima/ Bogotá/ Quito: Envión editores/ Instituto de Estudios Peruanos/ Pontificia Universidad Javeriana/ Universidad Andina Simón Bolívar, 2010.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

HOLSTON, James. A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

INTERVOZES. Vozes silenciadas: Mídia e protestos: as coberturas das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e o Globo. São Paulo: Intervozes. 2014.

KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC. 2002.

LEWIS, Oscar. Antropologia de la pobreza: cinco famílias. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

LIMA, Andréa. Perueiro morre durante protesto em GO. Agência Folha. 20 mai. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff20059912.htm>. Acesso em: Out. 2014.

LISPECTOR, Clarice. Para não esquecer. Rio de Janeiro: Rocco. 1999.

LOPES, Débora. Conversamos com o MPL sobre os seus integrantes intimados pela polícia. VICE. 26 jun. 2014. Disponível:http://www.vice.com/pt_br/read/conversamos-com-o-mpl-sobre-seus-integrantes-intimados-pela-policia. Acesso em: agos. 2015.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Antropología, etnomarxismo y compromisso social de los antropólogos. México: Ocean sur. 2010.

MACIEL, Camila. Pelo Menos 83 jornalistas foram agredidos durante as manifestações. Empresa Brasileira de Comunicação EBC/ Agência Brasil. 21 out. 2013 Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-21/pelo-menos-83-jornalistas-foram-agredidos-durante-manifestacoes-mostra-abraji ->. Acesso em: agos. 2015.

MAGNANI, José Gulherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 49. Junho 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw K. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos da Nova Guiné melanésia. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1978.

MARICATO, Ermíria (Org). Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

MARTÍN, María. No caso Rafael Braga, depoimento da polícia basta. Jornal El País. 14 jan. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/14/politica/1452803872_078619.html>. Acesso em: 15 de jan. de 2016.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia: v. 1. São Paulo EPU: Edusp, 1974.

MELUCCI Alberto, Acción coletiva, vida cotidiana y democracia. México: Centro de Estudios Sociológicos.1999.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Porque não fomos depor no DEIC. Movimento Passe livre. Disponível em: http://saopaulo.mpl.org.br/2014/01/24/porque-nao-vamos-depor-no-deic/. Acesso em: Nov. 2015.

NEGRI, Antônio. Por uma definição ontológica de multidão. Revista Lugar Comum, nº19-20, pp. 15-26. Rio de Janeiro: Rede de Universidade Nômade. 2004.

OLIVEN, Ruben. Cultural Anthropology. Protesting Democracy in Brazil. 20 dec. 2013. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/427-taking-to-the-streets-of-brazil>. Acesso 30 jan. 2014.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília: Edições Câmara. 2011.

Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF. 1991.

Revoltas Populares no Brasil. Coleção Editora Caros Amigos. 2015.

REZENDE, Constanza. O Dia, 22 de novembro de 2014. (disponível http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-11-22/morador-de-rua-preso-por-protestos-e-punido-apos-foto-com-critica-ao-estado.html, acesso novembro de 2014).

RIBEIRO, Darcy. O dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis, RJ. Editora: Vozes: 1978.

RODRIGUES, Jahir Lobo. A atuação da PMDF em 17 de junho de 2013 na manifestação popular junto ao Congresso Nacional- Polícia democrática ou polícia republicana? Monografia. Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.Escola Superior de Guerra.2014. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Monografias/2014/RODRIGUES.pdf.>. Acesso em: out. 2015.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana.Iluminuras, v.4, nº 7. Porto Alegre: NUPECS/LAS/IFCH e ILEA/UFRGS.2003.(Disponível:http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9160/5258- acesso agosto de 2014).

SANTOS, José Vicentes dos; TEIXEIRA, Alex Niche. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: #protestos: análises das ciências sociais. Antonio David Cattani. (Org) Porto Alegre: Tomo editorial. 2014.

SENRA, Ricardo. BBC Brasil, 20 de junho de 2014.#Sala Social: Prisão de morador de rua completa um ano. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140620_salasocial_morador_rua_preso_produtos_limpeza_um_ano_rs.shtml>. Acesso em junho de 2014.

_____. Cunha quer destruir opositores, um a um', diz presidente do Conselho de Ética.BBC.29mar.2016.Diponível:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_entrevista_presidente_comissao_etica_rs_rb. Acesso em: mar. 2016.

SHALOM, David. Quase 850 pessoas foram feridas durante os protestos de 2013. Ultimo segundo. 06 jun. 2014. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-06-06/quase-850-pessoas-foram-feridas-durante-protestos-de-2013-maioria-sao-civis.html>. Acesso em:

SILVA, Marcelo Kunrath. #vem pra rua: o ciclo de protestos de 2013 como um novo padrão de mobilização contestatória? In: #protestos: análises das ciências sociais. Org. Antonio David Cattani. Porto Alegre: Tomo editorial.2014.

SILVA, Evanildo M. da Silva. (Org.). Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas. Uberlândia: Pueblo. 2015.

SOUZA, Lynn. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. Em: Abdala Benjamin, J. (org.), Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

STACCIARINI, Isa. "Separar manifestantes não é uma boa ideia", diz ministro da Justiça. Jornal Correio Braziliense. 15 abr. 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/15/interna_cidadesdf,527410/separar-manifestantes-nao-e-uma-boa-ideia-diz-ministro-da-justica.shtml>. Acesso em: mar. 2016.

STREIT, Maíra. Os muros do castelo de Eduardo Cunha. Revista Fórum. 21 agos. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/semanal/os-muros-do-castelo-de-eduardo-cunha/>. Acesso em: Out. 2015.

TEIXEIRA, Carla Costa. A honra na política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. Pesquisando estâncias estatais: reflexões sobre segredo e mentira. In: CASTILHO, Sérgio R. R.; LIMA, Antônio Carlos de S.; TEIXEIRA, Carla C. (Orgs.) Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj. 2014.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2007.

ULHÔA, Raquel. Fosso de ACM vira espelho d'água. Jornal Folha de S. Paulo. 20 agos. 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc20089803.htm#>. Acesso em: jun. de 2015.

UOL. Relembre os personagens dos protestos. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/album/2013/12/06/relembre-os-personagens-dos-protestos-no-brasil.htm#fotoNav=2>. Acesso agos. 2014.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermíria (Org). Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Ermíria (Org). Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004.

ZIZEK, Slavoj. O mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____.Violência: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo. 2014.

Filmografia

Com Vandalimo. Direção: Roger Pires, Bruno Xavier, Pedro Rocha, e Yargo Gurjão. Brasil: Nigéria filmes. 2013.

Junho. Direção: João Wainer. Brasil: TV Folha. 2014.

Anexos

Anexo 1 Composição partidária Câmara dos Deputados 54ª Legislatura 2011-2013

Partidos Número de deputados eleitos em 2010

PT	88
PMDB	77
PSDB	53
DEM	43
PR	40
PP	44
PSB	34
PTB	22
PDT	27
PSC	17
PV	14
PPS	12
PCdoB	15
PRB	8
PTC	1
PSol	3
PMN	4
PHS	2
PTdoB	4
PRP	2
PRTB	2
PSL	1

Fonte: DIAP

Anexo 2 Número de Deputados por Estado



Estado	Nº de deputados
Acre	8
Alagoas	9
Amazonas	8
Amapá	8

Bahia	**39**
Ceará	**22**
Distrito Federal	**8**
Espírito Santo	**10**
Goiás	**17**
Maranhão	**18**
Minas Gerais	**53**
Mato Grosso do Sul	**8**
Mato Grosso	**8**
Pará	**17**
Paraíba	**12**
Pernambuco	**25**
Piauí	**10**
Paraná	**30**
Rio de Janeiro	**46**
Rio Grande do Norte	**8**
Rondônia	**8**
Roraima	**8**
Rio Grande do Sul	**31**
Santa Catarina	**16**
Sergipe	**8**
São Paulo	**70**
Tocantins	**8**

Fonte: DIAP

Anexo 3 Composição partidária do Senado Federal 54ª Legislatura 2011-2015

PMDB	**21**
PT	14
PSDB	10
DEM	6
PTB	6
PDT	4
PR	4
PP	5
PSB	3
PCdoB	2
PSol	2
PRB	1
PSC	1
PMN	1
PPS	1

Fonte: DIAP

Anexo 4 Bancadas informais no Congresso Nacional - 54ª Legislatura 2011-2015

Bancada empresarial - 273 parlamentares 45% do Congresso Nacional

-246 Deputados - 47,95%
-27 senadores - 1/3 ou 33,33% do Senado.
*A bancada empresarial que tomará posse em fevereiro de 2011, considerando reeleitos e novos parlamentares, cresceu em relação à atual, passando de 219 para 273 integrantes. Uma análise por partido constata que a maior incidência de empresários está no PMDB com 43 representantes.O DEM ocupa a segunda colocação, com 37 integrantes.O PP elegeu 32 defensores da agenda do setor e o PSDB conta com 24 membros.

Bancada ruralista -160 parlamentares ruralistas
-92 são deputados -50 são deputados novos
-18 senadores, sendo 10 que tiveram mandato até 2015, 6 novos e 2 reeleitos que cumprirão mandato até 2019.
*A bancada ruralista, uma das mais eficientes do Congresso, cresceu nas eleições de 2010 e terá sua capacidade de atuação ampliada nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas do setor no âmbito do Poder Legislativo Na 53º Legislatura, eram 120 parlamentares atuantes na defesa da agenda ruralista, apenas três a mais que a quantidade da legislatura passada 52º, que contava com 117 representantes do setor empresarial rural.

Bancada sindical –72 congressistas - -64 deputados -8 senadores – que fizeram parte da bancada Sindical na legislatura, que se iniciou em 2011.

*Este número, que poderá aumentar, é maior que a bancada no final de 2010 de 61 parlamentares.

Bancada evangélica-73 parlamentares-70 deputados-3 senadores evangélicos- *A bancada Evangélica eleita em 2010 cresceu em relação à representação atual. Com este número,a bancada evangélica, que tinha sufragado apenas 36 integrantes no pleito de 2006, recupera a capacidade de articulação e negociação dos temas de seu interesse no Congresso

Bancada dos meios de comunicação -100 Congressistas *É o número aproximado que reúne os concessionários de rádio ou de televisão, na 53º Legislatura o número era de 60 parlamentares entre eles os concessionários de rádio ou de televisão, a bancada deve passar de 100 congressistas.

Bancada feminina – 45 mulheres Câmara 10 no Senado -Mudanças introduzidas na legislação partidária, que reserva pelo menos 5% dos recursos do
fundo partidário e, no mínimo, 10% do tempo de rádio e TV dos partidos para divulgação dos programas das mulheres.

Bancada de parentes -78 deputados com vínculos familiares entre -27 no Senado, há pelo menos 27 laços familiares confirmados entre políticos.*com vínculos familiares entre si ou com outros nomes que atuam ou já figuraram na elite da política nacional. * levantamento preliminar, o DIAP - político dos eleitos e reeleitos em 2010

Fonte: DIAP

Anexo 5 Matérias em pauta no Congresso Nacional em junho de 2013

Cura gay - PDC 234/2011 - Projeto de Decreto Legislativo - Autor deputado federal João Campos (PSDB-GO) -Teor - susta a aplicação de dois dispositivos, do parágrafo único do

art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 199, os quais orientam os profissionais da área a não usar a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais nem propor tratamento para curá-los. Tramitação - 02/06/2011 – Apresentação em plenário -13/12/2012 – Aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família - 19/12/2012 – Apresentado em plenário requerimento de distribuição à Comissão de Direitos Humanos e Minorias.- 18/06/2013 – Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.- **02/07/2013 – Arquivado por apresentação de requerimento em plenário do autor.**
Proposta de Emenda Constitucional - PEC 37/ 2011 – Autor - Lourival Mendes - PTdoB/MA – Teor - Acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. Retira de outros órgãos e principalmente do Ministério Público o poder de investigação criminal, deliberando que este seja exclusivo às polícias federal e civil. - Tramitação – 06/06/2011 – Apresentação em Plenário – 13/12/ 2011 – Aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – 21/11/2012 – Aprovada na Comissão Especial – 25/06/2013 – Rejeitada em votação de 1º turno em plenário – Não: 430 – Sim – 9 – Abstenção -2 –Total : 441.
PL 5500/2013 – Royalties do petróleo- Autor Poder Executivo - **Apresentação** 02/05/2013 Teor -Dispõe sobre a destinação de recursos para a educação com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição, e dá outras providências. destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e os 25% restantes para a área da saúde na madrugada desta quarta-feira (26 junho de 2013).O projeto foi aprovado por consenso, após negociação entre as lideranças. Originalmente, o PL destinava 100% dos royalties para educação. Tramitação - 02/05/2013 – **plenário -** Apresentação da Mensagem de Solicitação de urgência n. 168/2013, pelo Poder Executivo - Apresentação do Projeto de Lei n. 5500/2013, pelo Poder Executivo - 03/05/2013 - **Comissão de Finanças e Tributação (CFT) -** 03/05/2013 - **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC -** 25/06/2013 **- aprovação, em Plenário. -** Setembro de 2013 – Sancionado.

*Royalty é uma palavra de origem inglesa que se refere a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização. No caso do petróleo, os royalties são cobrados das concessionárias que exploram a matéria-prima, de acordo com sua quantidade. O valor arrecadado fica com o poder público. Segundo a atual legislação brasileira, estados e municípios produtores – além da União – têm direito à maioria absoluta dos royalties do petróleo. A divisão atual é de 40% para a União, 22,5% para estados e 30% para os municípios produtores. Os 7,5% restantes são distribuídos para todos os municípios e estados da federação.
Fonte: Câmara dos Deputados

Anexo 6 Lei do Terrorismo inciativas da Câmara dos Deputados

Projeto de lei do senado nº 728, de 2011- Autor: Senador Marcelo Crivella, Senadora Ana Amélia, Senador Walter Pinheiro e outros - Teor - Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e

durante a realização dos eventos, entre outras providências. A pessoa enquadrada no crime poderá ficar presa de 15 a 30 anos. Se houver morte, a pena mínima passará a 24 anos de prisão. Tramitação – Rejeitada e arquivada 21/11/2014.
Projeto de Lei do Senado PLS 499/2013- Autor: Comissão de Consolidação das Leis e dos Dispositivos Constitucionais. Teor - Define crimes de terrorismo, estabelecendo a competência da Justiça Federal para o seu processamento e julgamento. Tramitação – Arquivada. 27/10/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). Último estado:27/10/2015 - Aguardando designação do relator.
Projeto de lei – 6307/2013 – Autor – Eduardo Cunha (PMDB –RJ) - Teor - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Atribui tratamento diferenciado para o agente que pratica atos de vandalismo em manifestações públicas. Justificativa - As manifestações públicas ocorridas recentemente, que deveriam representar a ordem constitucional, o Estado democrático e o exercício da cidadania, trouxeram atos de vandalismo e a presença de "baderneiros" que atentaram contra o patrimônio público e privado, de forma anárquica e deliberada. A atual legislação não prevê um tipo penal com pena mais rigorosa. A presente proposta cria nova forma qualificada para o tipo penal de dano, tornando mais rígida a pena para quem praticar o crime sob a influência de multidão em tumulto, provocado deliberadamente. Atribui tratamento diferenciado para o agente que pratica atos de vandalismo em manifestações públicas. Dessa forma, trará uma resposta à sociedade que não se conforma em ficar refém dessa violência despropositada. Tramitação - 10/09/2013 – Apresentação.
Projeto de Lei - 6277/2013 - Autor - Jair Bolsonaro - PP/RJ – Teor - Altera a redação do parágrafo único do art. 163, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal Brasileiro. Se o crime é cometido: durante o desenvolvimento de manifestações públicas de qualquer natureza. Pena – detenção, de dois a quatro anos, e multa. Com uso de meios que dificultem a identificação do agente. Pena – detenção, de três a cinco anos, e multa. Justificativa - O direito legítimo da população brasileira à livre manifestação, essencial à consolidação da democracia em nosso país, tem sido maculado por atos de vandalismo que ocasionam graves danos ao patrimônio público e privado. 05/09/2013. Apresentação.
Projeto de lei 6198/2013 – Autor - Jorge Tadeu Mudalem (DEM-SP) – Teor - Inclui o art. 40-A ao Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941, que trata das Contravenções Penais para proibir o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações populares definidas como a união de três ou mais pessoas que têm o intuito de perturbar a paz pública. Tramitação – 28/08/2013 – **Apresentação**.
Projeto de lei - 6347/2013 - Autor Carlos Sampaio - PSDB/SP -Teor - Acrescenta o § 2º ao art. 163, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro - Aumenta-se a pena de um sexto a um terço se o autor do dano se aproveita de manifestação pacífica e do uso de máscaras, ou objeto que cubra o rosto, com o objetivo de tornar impossível sua identificação. - Justificativa - O que se tem observado é que indivíduos com o único fim de depredar e vandalizar patrimônio alheio usam a própria massa como proteção, tanto a sua identidade, quanto contra a ação da polícia. Assim, acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano involuntário para seus próprios objetivos egoístas. É possível, inclusive, que esses indivíduos venham a convocar manifestações públicas apenas para contar com esses escudos humanos. Isso é inaceitável. Tramitação – 13/09/2013-

Apresentação.

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Anexo 7 Composição partidária Câmara dos Deputados 55ª Legislatura 2015-2019

Partidos	nº de parlamentares
PT	**69**
PMDB	**65**
PSDB	**54**
PSD	**36**
PP	**38**
PR	**34**
DEM	**21**
PSB	**34**
SD	**15**
PROS	**11**
PTB	**25**
PDT	**20**
PCdoB	**10**
PSC	**13**
PRB	**21**
PV	**8**
PPS	**10**
PSol	**5**
PMN	**3**
PTdoB	**1**
PRP	**3**
PEN	**2**
PTC	**2**
PHS	**5**
PRTB	**1**
PSDC	**2**
PTN	**4**
PSL	**1**

*Nesta 55ª legislatura os partidos com representação na Câmara dos Deputados passaram de 22 para 28.

Fonte: DIAP

Anexo 8 Bancadas informais na Câmara dos Deputados 55ª Legislatura 2015-2019

Bancada empresarial – 221 parlamentares- Reforma dos direitos trabalhistas, terceirização, competitividade, redução de encargos para o setor, custo Brasil, reforma tributária, renúncias e incentivos fiscais, creditícios e monetários.
Bancada de parentes – 211 parlamentares - Evitar restrições na legislação eleitoral que impeçam as candidaturas por relação de parentesco.
Bancada ruralista – 109 parlamentares - Meio ambiente; regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014 do Trabalho Escravo; regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros; votação da PEC 215/2000 que transfere para o Poder Legislativo a demarcação de terras indígenas e anistia às dívidas de produtores rurais.

Bancada evangélica – 75 parlamentares - União homoafetiva; pesquisas com células tronco; defesa da família; aborto.
Bancada sindical - 51 parlamentares - Defesa dos direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários, manutenção da política nacional de salário mínimo, redução da jornada de trabalho.
Bancada feminina – 51 parlamentares - Ampliação da licença-maternidade; representação das mulheres em instâncias decisórias; combate à violência contra as mulheres; reforma política com igualdade de gênero.
Bancada da segurança pública – 22 parlamentares - Redução da maioridade penal; fim das penas alternativas; modificação do Estatuto do Desarmamento e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fonte: DIAP

Anexo 9 Composição partidária do Senado Federal 55ª Legislatura 2015-2019

Partido	Nº
PMDB	18
PT	13
PSDB	10
DEM	5
PTB	3
PDT	6
PR	3
PP	5
PSB	6
PCdoB	1
PSol	1
PRB	1
PSC	1
PPS	1
PSD	4
SD	1
PROS	1
PV	1

Fonte: DIAP

Anexo 10 Bancadas informais no Congresso Nacional 55ª Legislatura 2015-2019

Bancada empresarial – bancada empresarial no Congresso Nacional perdeu representantes na atual legislatura, mas continuará a mais expressiva das bancadas informais - 251 parlamentares que tem como pauta a defesa do 221 deputados federais e 30 senadores.
Bancada ruralista - 126 parlamentares- 109 deputados e 17 senadores. Na 54ª Legislatura eram 160 ruralistas - 142 deputados e 18 senadores. (Houve, segundo o DIAP, migração de lócus de poder dos integrantes da bancada ruralista).
Bancada sindical – num total de 51 deputados e nove senadores. De acordo com o DIAP, aconteceu uma redução de representação política dos sindicalistas e trabalhadores no Poder Legislativo Federal.
Bancada evangélica- 75 deputados federais – 3 senadores.
Bancada dos meios de comunicação – cerca de 60 parlamentares - concessionários de rádio ou de televisão. *A bancada dos meios de comunicação é outra poderosa no Congresso Nacional, que inclui parlamentares em todos os partidos.
Bancada feminina – 51 deputadas -13 senadoras. *São seis deputadas a mais em relação a eleição de 2010 quando foram eleitas 45 deputadas, o que significa um aumento de 10% na representação feminina na Câmara dos Deputados. Percentual insuficiente para equilibrar a representação entre mulheres e homens no Legislativo federal.
Bancada da segurança pública - 50 parlamentares – 22 integrantes desse grupo, tem como prioridade iniciativas retrógadas que anulam avanços da legislação brasileira: a redução da maioridade penal; a permissão de porte de arma; o fim das penas alternativas; a modificação do Estatuto do Desarmamento e também do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Bancada de parentes - 211 deputados nessa condição. *Nesta Legislatura registrou-se o aumento da bancada de parentes. Ocasionada pela preferência dos partidos políticos serem estimulados a escolher pessoas com perfil de puxadores de votos para a Câmara dos Deputados – como parentes, endinheirados ou celebridades – para assegurar maior espaço no horário eleitoral gratuito, cujo tempo é calculado com base na bancada eleita, ou para aumentar os recursos do fundo partidário, que é calculado com base no número de votos obtidos para a Câmara dos Deputados.

*Bancadas informais -grupos suprapartidários ou as bancadas informais com o propósito de promover causas, ideias e interesses. Elas organizam o debate e buscam influenciar decisões em favor das políticas públicas que defendem As demais, como saúde, educação, transporte etc, costumam ser apenas formais, ou seja, não têm o mesmo nível de comprometimento e envolvimento direto com as causas que defendem ou patrocinam.
Fonte: DIAP